

Alicia Duarte Penna

**NA CIDADE BRASILEIRA ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX:
PERIFERIAS E CENTROS, POBREZAS E RIQUEZAS**

Belo Horizonte

2011

Alicia Duarte Penna

**NA CIDADE BRASILEIRA ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX:
PERIFERIAS E CENTROS, POBREZAS E RIQUEZAS**

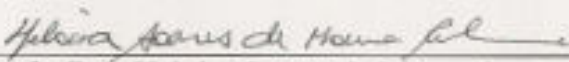
Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Organização do espaço

Orientadora: Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa
Universidade Federal de Minas Gerais

Ficha catalográfica


Tese defendida e aprovada, em 19 de agosto de 2011, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa




Prof. Dr. Sérgio Manuel Merêncio Martins



Prof. Dr. João Antônio de Paula



Profa. Dra. Paola Berenstein-Jacques



Profa. Dra. Luciana Teixeira de Andrade



Prof. Dr. Flávio Villça

*Para Dora e para Rodrigo;
para Tati;
para Priscila, Fernanda e Lina.*

A meus pais.

AGRADECIMENTOS

À Heloisa;

ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMG e à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da PUC-Minas;

ao Grupo de Estudos “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”;

à Leta, ao Rogério, ao Felipe e ao Jorge;

à Denise, à Luciana, ao Sérgio, à Rosângela e à Piti;

à Paula, à Priscila, ao Érico, ao Paulo e à Darlene;

aos alunos atentos a uma professora cansada.

La production d'espace, ce n'est pas un incident de parcours, mais une question de vie ou de mort.

Henri Lefebvre, em *La production de l'espace*

RESUMO

Esta tese é uma investigação sobre a estrutura intraurbana e a vida na cidade brasileira entre os séculos XIX e XX. Do estabelecimento de uma periodização histórico-geográfica, isto é, de uma periodização histórica orientada ao espaço – tomado aqui como inseparável das relações sociais –, extraem-se as correspondências entre a estrutura intraurbana, a vida na cidade e o modo de produção no Brasil entre os séculos XIX e XX. Situadas tais correspondências no âmbito da reprodução das relações sociais capitalistas de produção, conclui-se servirem-se essas últimas do espaço, tanto quanto do tempo e do corpo, na esfera mesma da vida (e da morte).

Foi esta investigação baseada em fontes secundárias – textos científicos, obras literárias, depoimentos orais e fotografias. Quanto aos primeiros, tratou-se de reunir em diálogo diferentes autores de diferentes áreas do conhecimento, na tentativa de abranger um universo composto por seis cidades – Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo –, atravessando-se um século. Quanto às demais, tratou-se de restituir algo daquele “onde” e “quando” estiveram escritores, narradores e fotógrafos e não puderam pesquisadores estar.

ABSTRACT

This is an investigation about intra-urban structure and life in the Brazilian city, behind the 19th and 20th centuries. From a historical-geographical periodization, that is, a historical periodization focused on space – considered here as inseparable from social relations –, the research extracts the correspondences between intra-urban structure, life in the city, and mode of production in Brazil behind the 19th and 20th centuries. Such correspondences are examined in the domain of the reproduction of capitalist social relations of production, arriving to the conclusion that these are served by space, as well as by time and body, in the sphere of life (and death) itself.

The research is based on secondary sources – scientific texts, literature, oral history and photographs. As for the scientific sources, different authors of different areas are put together in dialogue, in order to encompass an universe of six cities – Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, and São Paulo –, going through one entire century. As for the other sources, the intention is to reinstate something of the “where” and “when” writers, narrators and photographers had been, in which researchers could not have been.

SUMÁRIO

	PREFÁCIO	17
1	INTRODUÇÃO	19
2	COMO FOI SENDO A ESTRUTURA DA CIDADE BRASILEIRA ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX?	39
2.1	Uma breve introdução	39
2.2	Tipologias clássicas	41
2.3	Tipologias brasileiras	60
2.3.1	<u>As estruturas de Martim Smolka</u>	60
2.3.2	<u>A estrutura de Flávio Villaça</u>	77
3	COMO FORAM PERIFERIAS E CENTROS, POBREZAS E RIQUEZAS NA CIDADE BRASILEIRA ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX?	105
3.1	Uma breve introdução	105
3.2	Uma descrição	109
3.3	Uma síntese	206
4	QUE CORRESPONDÊNCIAS HOVE ENTRE O CAPITALISMO NO BRASIL, A ESTRUTURA DA CIDADE BRASILEIRA E A VIDA EM SUAS PERIFERIAS E CENTROS ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX? – RESPOSTAS EM FORMA DE CAVALO-MARINHO	277
	REFERÊNCIAS	295

PREFÁCIO

Advirto ao leitor que esta tese se apresenta como uma obra em construção: não se apagou o que foi sendo pensado, corrigindo-se um capítulo pelo outro, ou a Introdução pela Conclusão. Não se tratou, portanto, da volta a um mesmo ponto mas de uma sucessão deles, em interrogações. A ideia é a de que dela – tese – faça parte o percurso do pensamento, ou, se preferirmos, do produto do trabalho o seu processo, explicitamente.

Originalmente intitulada “Periferias e centros, pobreza e riquezas: desigualdades e diferenças na cidade brasileira do século XX”, esta tese, já seu Capítulo 1, introdutório, apontou a provável queda do termo “diferenças”. Seu Capítulo 2 e seu Capítulo 3 determinaram um período que não abarca todo o século XX, mas se volta ao século XIX – daí o algo indeterminado “entre os séculos XIX e XX” substituir o antes determinado (e algo apocalíptico) “do século XX”. Uma vez finalizado seu Capítulo 3 e já em construção seu Capítulo 4, final, caiu o termo “desigualdades” e inverteu-se a ordem das frases constantes do título, dando-se mais importância a “na cidade brasileira entre os séculos XIX e XX” do que a “periferias e centros, pobreza e riquezas”, como de fato assim se concluiu – como produto, não como pensamento, vale adiantar – esta tese. Talvez pudesse ela se chamar, simplesmente, “Na cidade brasileira entre os séculos XIX e XX”, se tal título não induzisse a erro o leitor ávido, o que é o oposto do que aqui se pretende.

1 INTRODUÇÃO

Estas talvez sejam as primeiras palavras mais custosas que já escrevi. Mais de vinte anos depois de um relatório de pesquisa de iniciação científica, não se trata mais, porém, da hesitação da estreia. Trata-se, sim, da pretensão de, com esta tese – e suas imensas perguntas, surgidas de uma imensa ignorância e de igual curiosidade –, realizar um exercício em que o que se responde coincida, se não com *quanto* se perguntou, pelo menos com *como* se perguntou.

Um erro aqui, justo no ponto de partida, seria o mais grave. Walter Benjamin¹ (1987b, p.268), em *Rua de mão única*, escreve: “É sabido que o dizer não é apenas a expressão do pensamento, mas também a sua realização. Do mesmo modo, caminhar não é apenas a expressão do desejo de alcançar uma meta, mas também a sua realização”. O que pretendo é que o modo como se vá escrevendo esta tese realize o que nela vá sendo pensado: daqui até lá.

Susan Sontag (1987, p.16), em *Contra a interpretação*, será incisiva ao afirmar que a “distinção entre forma e conteúdo é ilusória” e, a partir daí, clamará por uma *erótica* – não uma hermenêutica – da arte. Se dali se clama por um procedimento que não coloque a obra de arte entre parênteses, colando-lhe significados fantasmagóricos, posto que erguidos sobre a sua ausência, daqui se clama por uma *erótica* do espaço: uma teoria que não coloque “le vécu entre parenthèses pour promulguer des concepts”² (LEFEBVRE, 2000, p.364). Tal é a possibilidade que me anima: realizar um modo de escrever/pensar capaz de expressar/apreender tragicamente o espaço inteiro. “Que les sens deviennent théoriciens”³ (MARX, Karl, [1844] *apud* LEFEBVRE, 2000, p.460): esse é o mote.

¹ Optei por apresentar o nome dos autores citados, pois há algo em sua omissão que soa à redução do autor a uma marca registrada: BENJAMIN, MICROSOFT. Preferi também explicitar no corpo do texto os títulos das obras a que faço referência, por uma gentileza ao leitor, que assim se livra do excesso de códigos – BENJAMIN, 1987b – somente decifráveis noutra página, que seria preciso procurar.

² Em tradução (do original aqui tomado como referência) – ainda em sua primeira versão – do Grupo de Estudos “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG: “o vivido entre parênteses para promulgar conceitos” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

³ “Que os sentidos se tornem teóricos” (LEFEBVRE, 2006, n.p.). Na edição em português dos *Manuscritos econômico-filosóficos* aqui utilizada (MARX, Karl, 1978), em que o original traduzido por José Carlos Bruni *et al.* é uma edição de Dietz Verlag (Marx-Engels Werke, Ester Teil, Berlin, 1968), a frase, constante da página 11, é a seguinte: “Os sentidos fizeram-se assim imediatamente teóricos em sua prática”.

FIGURA 1 – Rio de Janeiro, por JANO: a Feira de São Cristóvão



“À sa manière, l’image tue. Comme tous les signes. Parfois, cependant, la tendresse et la cruauté d’un artiste transgressent les bornes de l’image. Quelque chose affleure, une autre vérité et une autre réalité que celles de l’exatidão, de l’éclairage, de la lisibilité, de la plasticité”⁴ (LEFEBVRE, 2000, p.116).

Fonte: JANO, 2004, p.18.

Se, no horizonte, o que se vislumbra é “produire l’espace de l’espèce humaine, comme ouvre collective (générique) de cette espèce, à l’instar de ce qu’on nomma et nomme encore ‘l’art’”⁵ (LEFEBVRE, 2000, p.485), se é criar o espaço, essa ciência – a do espaço, a em que se aventura aqui – e a linguagem em que esta se realiza precisam também ser criadas⁶.

⁴ “À sua maneira, a imagem mata. Como todos os signos. Às vezes, contudo, a ternura e a crueldade de um artista transgridem os limites da imagem. Algo aflora, uma outra verdade e uma outra realidade que as da exatidão, da clareza, da legibilidade, da plasticidade” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

⁵ “produzir o espaço da espécie humana, como obra coletiva (genérica) desta espécie, a exemplo do que se nomeava e nomeia ainda ‘a arte’” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

⁶ O último capítulo de *La production de l’espace* Henri Lefebvre (2000, p.461) intitula “*Ouvertures et conclusions*”, expressão que parece sintetizar o modo como o autor constrói sua teoria do espaço: uma sucessão de recusas ou negações – da metafísica ocidental, da fragmentação do conhecimento, da teoria como sistema, da redução da produção do espaço à produção no espaço – a que se abrem afirmações logo questionadas. Ao finalizar o livro, dirá: “Une orientation. Rien de plus et rien de moins. Ce qui se nomme: un sens. A savoir: un organe qui perçoit, une direction qui se conçoit, un mouvement vécu qui fraie son chemin vers l’horizon. Rien qui ressemble à un système” (LEFEBVRE, 2000, p.485) – “Uma orientação. Nada mais e nada menos. O que se designa: um sentido. A saber: um órgão que percebe, uma direção que se conhece, um movimento vívido que abra seu caminho em direção ao horizonte. Nada que se assemelhe a um sistema” (LEFEBVRE, 2006, n.p.). Parece-me que a teoria lefebvreana é também construída como horizonte possível, potencial, tal como a revolução do espaço – onde se insere a revolução urbana –, projetando-se para além de um saber satisfeito, para além das conclusões, ou até o gozo de uma vida cotidiana metamorfoseada.

Pensar/escrever sobre o espaço que se sonha suporte social de uma vida cotidiana metamorfoseada significa pensar/escrever estimulado por esse sonho, metamorfoseadamente.

Como se pôde abrir caminho tão longo? É da produção científica sobre as cidades brasileiras que esta pesquisa se constituiu, e é dela que se serve, por deliberadamente recusar o procedimento de estabelecer outro – mais um! – recorte⁷. Além disso, o esforço não vem do hercúleo reconhecimento de tudo o que foi pensado sobre o que aqui se pensa. Se a esse esforço logo se somasse o de buscar argumentos ou provas favoráveis ou contrários a tudo o que já foi pensado, não haveria ponto de chegada. Havendo, porém, ponto de partida, as referências serão aquelas que o adiantam, justamente por virem ao encontro do que aqui se escolheu pensar e do modo como se escolheu fazê-lo, ambos, como já anunciado, pretensamente coincidentes. Sem essas orientações, o que resultaria daqui poderia não passar de um apanhado de tudo: nada. Quando Henri Lefebvre, em *La production de l'espace* (2000, p.425), propõe que a ciência do espaço seja uma “science de l’usage” – uma ciência do uso –, ele parece querer dizer também que não faça essa ciência “partie de l’échange” – parte da troca. Há, aqui, também uma opção pela apropriação, e não pelo giro, do que foi pensado pelos outros, do que ao final terei pensado.

Tomadas essas decisões, é certo que o produto a que se chegará – ao que se almejou chegar – vá ser algo como um *croquis*⁸, passível de ser desenhado justamente porque do muito que havia diante de si escolheu-se o que pareceu mais evidente. Feito o *croquis*, caberá a outro completar a imagem. E, insisto, talvez o principal investimento e a maior contribuição venham a estar no modo de desenhá-lo.

Vejamos algo do muito que há diante de nós a respeito desse modo.

Na primeira metade da década de 1990, quando elaborei minha dissertação de mestrado, orientada pela Heloisa, neste Programa, nesta Instituição, o acesso à informação e o ritmo da produção de conhecimento não eram, respectivamente, ilimitado – pelo menos para alguns – e vertiginoso – pelo menos para mim – como hoje são. Sobre a favela carioca, por exemplo, Lícia do Prado Valladares e Lídia Medeiros (2003) arrolaram 668 títulos, entre

⁷ Henri Lefebvre (2000, p.109) irá enxergar na fragmentação do conhecimento do espaço a fragmentação desejada não apenas pelos especialistas, mas pela sociedade, “qui se découpe elle-même en espaces hétéroclites” – “que recorta a si própria em espaços heteróclitos” (LEFEBVRE, 2006, n.p.). Aceitar essa fragmentação, reunindo-se os pedaços; totalizá-la arbitrariamente, a partir desta ou daquela especialidade: a ciência do espaço será diferente disso tudo. “Celle-ci, à la différence des découpages, interprétations, représentations, retrouvera le temps [...] dans et à travers l’espace” – “Esta, diferente dos recortes, interpretações, representações, reencontrará o tempo [...] no e através do espaço” (*Ibidem*, n.p.) –, anuncia o autor (LEFEBVRE, 2000, p.110).

⁸ No campo da Arquitetura, o *croquis* é um desenho esquemático, em que se representam as linhas essenciais de um edifício ou de uma paisagem, existentes ou propostos. A dificuldade colocada na elaboração do *croquis* está na percepção ou na concepção dessas linhas.

livros, teses, artigos e *papers*, de 1906 a 2000. Num gráfico que traz a distribuição dos textos por ano de publicação, o ponto mais alto está entre 1990 e 2000, mas, como bem observam as autoras, a proliferação das dissertações e teses ocorreu nos anos 70, quando se estruturou a pós-graduação na universidade brasileira. Nesse mesmo momento, parece irem desaparecendo os estudos gerais, ou panorâmicos.

Não que até então fossem muitos, mas eram panorâmicos: *Casa grande e senzala* (1933) e *Sobrados e mucambos* (1936), de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Hollanda, *História econômica do Brasil* (1945), de Caio Prado Júnior, *Formação econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado, *Economia política da urbanização* (1968), de Paul Singer, *História geral da civilização brasileira* (1969), dirigido por Sérgio Buarque de Hollanda e Boris Fausto, e mesmo *Evolução da rede urbana no Brasil* (1963), de Pedro Geiger, e, finalmente, *Evolução urbana do Brasil* (1968), de Nestor Goulart Reis Filho, são anteriores a 1970.

E não que os estudos sobre, no caso, a favela carioca já não fossem, então, fragmentários – quer pelo recorte espacial, quer pelo temporal, quer pelo temático, quer pelos três –, desconsiderando-se a fragmentação do objeto por si só: a favela carioca e não, a cidade brasileira. Tomemos aleatoriamente alguns títulos: *Os morros cariocas no Novo Regime* (1941), ou *A criança favelada e a escola pública* (1959), ou *A utilização do método de D.O.C. num programa de melhoramentos físicos na Favela da Catacumba* (1963).

Fato é que não temos, ainda hoje – depois dos clássicos da década de 70, dos 668 títulos sobre a favela carioca, dos – quantos? – sobre as favelas não cariocas, dos – quantos? – sobre as cidades brasileiras –, um título como, suponhamos, *A cidade brasileira*, embora não se possam, em hipótese alguma, omitir as pesquisas coletivas – entre as quais se inclui a intitulada *Novas periferias*⁹, que abriga esta tese –, as iniciativas tais como o URBANDATA-Brasil e, obviamente, a obra dos próprios autores a que aqui se refere, em especial a de Milton Santos. Não cabe buscar as razões dessa inexistência, e, sem fazê-lo, não há argumentos para julgá-la lamentável, exceto o de que, ante essa lacuna, o avanço no pensamento sobre a cidade brasileira se dá por um acúmulo quer lento – em função de os recortes serem, a cada vez, outros –, quer invisível – pelo desconhecimento ou, o que talvez seja mais triste, pelo esquecimento. A triste motivação de Lícia do Prado Valladares e Lídia

⁹ Atualmente coordenado pela Profa. Heloisa Soares de Moura Costa, envolvendo professores e alunos de pós-graduação do Instituto de Geociências e de outras unidades da UFMG, bem como da PUC Minas, o projeto de pesquisa *Novas periferias* vem se desenvolvendo desde 2002. Enfocando especialmente a Região Metropolitana de Belo Horizonte, seu propósito é identificar o que perdura na periferia da metrópole e o que aí há de novo que caracterize o momento atual.

Medeiros (2003, p.9), ao organizar uma bibliografia analítica sobre a favela carioca, não foi outra senão, em suas próprias palavras, resgatar “o que já se sabe sobre as favelas do Rio de Janeiro, recuperando sua memória escrita que, em seu conjunto, revela-se em grande parte desconhecida/esquecida”.

Em *A invenção da favela*, Lícia Valladares (2005) apresenta os três estereótipos que, combinados, *se chocam* com a cada vez mais *complexa e desconcertante* (os termos em itálico são dela) realidade da favela. O primeiro: favela é transgressão, irregularidade, ilegalidade e baixa qualidade de vida. O segundo: favela é pobreza e nada mais. O terceiro: favelas são favela, isto é, são iguais entre si e, em si, homogêneas.

Edésio Fernandes e Betânia Alfonsin, no artigo “Da igualdade e da diferença” (2006, p.348), ao discutirem as dificuldades encontradas nos programas de regularização de favelas e loteamentos, denunciam que

Os mesmos (planejadores) que historicamente têm fechado os olhos e tolerado – se não induzido e mesmo incentivado – os processos urbanos informais agora se recusam a reconhecer o direito social de moradia e a aceitar as especificidades do desenho urbano informal que historicamente têm produzido grande parte das cidades brasileiras, com base em critérios “técnicos” tais como “faz muito barulho perto do viaduto”, ou “a regularização das situações existentes implicaria na consolidação de guetos” etc.

José de Souza Martins (1992) escreveu o seu *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha* motivado por duas razões. Uma primeira, a de que a nossa história – a história brasileira – é “escrita do centro para a periferia”, sob uma “perspectiva elitista do centro” (MARTINS, 1992, p.9). Uma segunda, a de que, sob essa perspectiva, “em muitos estudos, a classe trabalhadora tem uma existência abstrata e uma relação fantasmagórica com o urbano”, operando-se “uma separação entre a classe e seu espaço”, de tal forma que, aí, o que se toma é uma classe “sem espacialidade” (*Ibidem*, p.9).

Flávio Villaça, em *Espaço intra-urbano no Brasil* (2001, p.226), reclama:

É enorme o abismo que separa a produção da história dos bairros de alta renda da produção de histórias dos bairros populares. É impressionante o esforço e o empenho da sociedade em “fazer” a história dos bairros mais ricos, em chocante contraste com a total negligência e pouco-caso para com a história dos bairros pobres.

Lícia Valladares (2005) detém-se na favela, onde também se detém Edésio Fernandes e Betânia Alfonsin (2006), combinando-a com loteamentos em processo de regularização; José de Souza Martins (1992) detém-se no subúrbio, com “seus bairros pobres”, onde se detém Flávio Villaça (2001). Para todos eles, as periferias – as favelas, os subúrbios, os “loteamentos

clandestinos” – estão sob um olhar que simplesmente não as vê, ora se recusando a estudá-las ou estudando-as pouco em relação aos centros, ora as acusando de não ser o centro e teimando em convertê-las no que não são, pois não se sabe mas se prejudica o que são. O mesmo dá-se em relação à classe trabalhadora, tão abstrata quanto os lugares onde mora, de tal forma que entre ambos o que se estabelece é uma relação entre fantasmas, fantasmagórica¹⁰.

E quem lança esse, esse olhar, às periferias? Os pesquisadores, respondem o Flávio Villaça e o José de Souza Martins; os planejadores, acrescentam o Edésio Fernandes e a Betânia Alfonsin; além desses, os escritores e os artistas, completa a Lícia Valladares. “Celui qui voit et ne sait que voir; celui qui dessine et ne sait que tracer des traits sur sa feuille blanche”¹¹, sentencia Henri Lefebvre (2000, p.360).

Será, porém, que esse, esse olhar, se deita exclusivamente, excludentemente, às periferias?

Ermínia Maricato (2001), em *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*, é direta ao acusar a academia de negligenciar as questões mais urgentes dessa crise. Sua listagem, que inclui desde “a circulação viária e de pedestres”, na cidade, passando pelo “comércio informal”, nos centros, até o “conforto domiciliar”, nas periferias, é longa e pode ser conferida, ali, na página 49. Inspirada em modelos teóricos exógenos, distante das “tarefas práticas”, perdendo-se em análises críticas que, embora fundamentais para o conhecimento da realidade brasileira, não têm “qualquer finalidade de aplicação”, eis como se coloca a academia frente à crise. “Mesmo no Brasil, esses problemas” – brasileiros, por certo – “nunca foram muito estudados e, menos ainda, enfrentados”, conclui (MARICATO, 2001, p.50).

Flávio Villaça, em “Uma contribuição à história do planejamento urbano no Brasil” (1999, p.227), mostra como a ideia de “caos urbano” se tornou aqui um lugar-comum, tanto quanto a de “falta de planejamento”, que quer justificá-la. Ambas, na verdade, vinculam-se à realidade exclusivamente pela sua naturalização mesma: o “caos” é natural à cidade infensa ao planejamento, e a “decadência” ou a “deterioração”, naturais aos “velhos” centros. Esses lugares-comuns estão na boca dos pesquisadores, dos planejadores, da mídia e dos comuns.

¹⁰ Se assim o é em relação à classe trabalhadora, o que se poderia dizer sobre os que sequer a ela pertencem? Em *Estruturas de posições de classe no Brasil: mapeamentos, mudanças e efeitos na renda*, José Alcides Figueiredo Santos (2002, p.124) usa a expressão “trabalhadores excedentes” para se referir aos desempregados, distinguindo-os do segmento “auto-emprego precário”, onde se incluem os “auto-empregados possuidores de uma capacidade de trabalho simples, cujas atividades dependem de recursos diminutos de giro do negócio ou de instrumentos elementares de execução do trabalho, os trabalhadores submetidos a formas degradadas de trabalho assalariado, os desempregados disfarçados que se alimentam de sobras do produto social e os produtores de subsistência excluídos do mercado”. O que se poderia dizer, então, dos *trabalhadores excedentes* e dos *autoempregados precários*?

¹¹ “Aquele que vê e não sabe o que ver, aquele que desenha e não sabe senão traçar traços sobre uma folha branca” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

Heitor Frúgoli Júnior, em *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole* (2000, p.38), aponta para o fato de que, enquanto no urbanismo os espaços centrais – de São Paulo – foram “alvo de uma abundância de trabalhos”, nas ciências sociais foram os processos “gerados na periferia” que mereceram tamanha atenção. Tomando também por isso os centros de São Paulo como objeto, o autor detém-se sobre o seu Centro – agora popular –, cuja “deterioração” estava então prestes a ser sanada por uma “revitalização” (outro lugar-comum) impopular.

Ermínia Maricato (2001) detém-se sobre a cidade, onde se detém Flávio Villaça (1999), em especial sobre os centros, onde se detém Heitor Frúgoli Júnior (2000). Se é clara, nos dois primeiros, a acusação de alienação – dos pesquisadores, dos planejadores, da mídia, de todos – em relação ao que é a cidade brasileira, para o último, os urbanistas optaram por tomá-la por seus centros, e os cientistas sociais, por suas periferias.

Posto isso diante de nós, podemos então concluir que:

- os olhares sobre a cidade brasileira dispersam-se;
- olha-se ora para as periferias, ora para os centros, de tal forma que se olha, sempre pouco, para um ou outro¹²;
- olha-se mal: de longe, de fora, quer para um, quer para outro; ou contra quer um, quer outro.

São esses os três senões de que desejo escapar. Dos dois primeiros já disse como: não ao recorte e sim à recorrência exclusiva às fontes secundárias; não a um ou outro – a periferias ou centros – e sim a ambos – a periferias e centros (mas restará ainda o desafio de me mover em uma ciência do espaço, para *reencontrar o tempo no espaço e através dele*). Vejamos agora, porém, quanto ao terceiro – olhar mal – e ao primeiro dentre os que este inclui – olhar de longe.

São quatro as imensas perguntas que faço aqui:

1. Como foi sendo a estrutura da cidade brasileira entre os séculos XIX e XX?
2. Como foram, aí e então, as periferias e os centros?
3. Como foram vividas, aí e então, a condição periférica e a central?
4. Que correspondências houve entre o capitalismo no Brasil, a estrutura da cidade brasileira e a vida em suas periferias e centros?

¹² Não interessa aqui atestar ou contestar a atenção desigual recebida por periferias ou por centros, nem seria possível empreender tal cálculo e tanto menos o seu exame. O que interessa e pode-se constatar é que as atenções são divididas.

As hipóteses detrás delas são:

1. Entre os séculos XIX e XX, diferentes estruturas forjaram diferentes desigualdades entre periferias e centros na cidade brasileira;
2. Então e aí, diferentes desigualdades entre periferias e centros corresponderam a diferentes momentos do capital e engendraram diferentes pobreza e riquezas;
3. Quanto mais radical a segregação socioespacial, mais radicais as desigualdades entre pobreza e riquezas, mais radical o desaparecimento do tempo (e do corpo) no espaço social.

Em *Espaço intra-urbano no Brasil*, Flávio Villaça (2001, p.17) queixa-se de que, “no amplo campo dos estudos territoriais”, não se produziu – nem mesmo entre as décadas de 30 e 70 e quanto menos depois disso – senão uma “frágil visão de conjunto, incapaz de ajudar a construção de uma base teórica mais ampla sobre o espaço intra-urbano¹³”. Num heroico esforço de modificação desse quadro, tomará seis cidades¹⁴ brasileiras – Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, as mesmas que aqui se tomam –, um universo amplo o bastante, ao longo de um período longo o bastante – 150 anos –, em busca dos aspectos que lhes são comuns¹⁵. Sua tese é a de que a estruturação do espaço intraurbano brasileiro “só remotamente se relaciona com as transformações por que tem passado o capitalismo nacional e mundial nas últimas décadas” (VILLAÇA, 2001, p.45, grifos nossos). Mais do que isso, a “lógica básica” desse espaço – intraurbano, brasileiro –, explica ele, “pouco se alterou nos últimos cem anos, por mais que, nesse período, o capitalismo brasileiro tenha se alterado, seja nacionalmente, seja em distintas regiões do país” (*Ibidem*, p.45). Tal lógica seria a segregação socioespacial¹⁶, por meio da qual se manifestariam os “traços nacionais definidores da estrutura e dos conflitos de classe” e a “dominação política e econômica através do espaço intra-urbano”, “bastante inelásticos em face de algumas transformações sociais e econômicas nacionais e planetárias” (*Ibidem*, p.27).

¹³ O autor faz questão da expressão “espaço intra-urbano” para distingui-lo do espaço regional, o que empreende no capítulo “Espaço intra-urbano: esse desconhecido” (VILLAÇA, 2001, p.17-48).

¹⁴ Para Flávio Villaça (2001, p.49-50), mesmo que uma cidade compreenda mais de um município, ela continua a ser uma cidade, conceito que, para ele, se refere ao “ente físico e socioeconômico”, distinto do “ente político-administrativo”. Segundo o autor, já na década de 20, no Brasil, o Rio de Janeiro seria uma cidade que, como “ente físico e socioeconômico”, incluía Niterói, ainda que a separação de ambas pelo mar obliterasse a percepção de sua conurbação.

¹⁵ Na “Introdução”, Flávio Villaça (2001, p.11), bem-humorado, escreve: “De maneira geral, os paulistas estudam São Paulo; os cariocas, o Rio; os baianos, Salvador, e assim por diante. Quando um paulista comenta com algum carioca algum processo espacial que ocorre em São Paulo, ouve quase invariavelmente como réplica: ‘Não... Aqui no Rio é diferente’”. Sua pergunta, conciliatória, é: “Mas, o que é diferente? E o que há em comum?”.

¹⁶ Para Flávio Villaça (2001, p.142), a segregação socioespacial é “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjuntos de bairros* da metrópole”.

Quase duas décadas antes, Martim Smolka (1982, p.8) queixara-se, em *Estruturas intra-urbanas e segregação social no espaço: elementos para uma discussão da cidade na teoria econômica*, do pífio avanço, no Brasil, em direção a uma “compreensão mais abrangente acerca da formação da estrutura interna da cidade”. Tomando a segregação socioespacial¹⁷ – “algo endêmico ao sistema capitalista” – como objeto, construindo um “modelo clássico” baseado na experiência norte-americana e na europeia e trazendo-o para o contexto brasileiro – em especial ao Rio de Janeiro –, seu esforço será o de mostrar que “é possível discernir em diferentes momentos certas inter-relações entre o processo de estruturação social e econômico e o processo de estruturação espacial” (SMOLKA, 1982, p.16, grifos nossos). Para ele, “as transições entre diferentes estágios de desenvolvimento urbano (caracterizados por diferentes estruturas internas das cidades) seriam influenciadas predominantemente por problemas de controle de classe na produção, problemas estes localizados no cerne do processo de acumulação” (*Ibidem*, p.25).

Se há alguma discordância entre os dois autores, ela será examinada no corpo desta tese. Que fique claro desde já, porém, que ambos concordam pelo menos em dois pontos. Um primeiro, o de que o esforço empreendido, cada qual ao seu modo, não será capaz de, por si só, fechar a questão que abriram. Martim Smolka (1982, p.50) advertirá que sua obra não reconstitui “de forma integrada e sistemática a história econômica do Brasil nos últimos séculos” e tampouco traz um “levantamento exaustivo sobre a evolução interna de nossas cidades ao longo desse período”. Dada a “insuficiência de informação documental específica”, continua, “substituímos as lacunas do argumento por hipóteses que obviamente deverão eventualmente ser checadas com maior rigor”. Flávio Villaça (2001, p.14) dirá a respeito da sua: “por se tratar de tema pouco abordado, esta é uma obra heterogênea”.

Um segundo ponto, o de que o avanço na questão que abriram somente poderia dar-se mediante um olhar de longe. Flávio Villaça (2001, p.11) esclarece de que olhar se trata: os aspectos “efetivamente estruturais” da cidade brasileira somente podem tornar-se perceptíveis mediante a investigação de um “amplo período histórico da formação de seus espaços”. E Martim Smolka (1982, p.8) avalia-o: “se por um lado perdemos na riqueza de detalhes que uma análise minuciosa das diferentes manifestações da ocupação urbana teria a informar, por outro ganhamos na identificação dos diferentes matizes da estruturação urbana”. Sem esse olhar, como chegar a alguma estrutura – *inelástica* ou *matizada* – e, sem esta, à sua correspondência – *remota* ou *alguma* – com o capitalismo brasileiro?

¹⁷ Para Martim Smolka (1982, p.10), a segregação socioespacial é uma “categoria que abrange toda e qualquer diferenciação do espaço que se expressa pela ocupação não aleatória ou caleidoscópica do espaço”.

Em *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*, Edward W. Soja (1993, p.13-14, grifos nossos), cautelosamente, observa que é “cada vez mais possível afirmar que a evolução da forma urbana (a estrutura espacial interna da cidade capitalista) tem seguido o mesmo ritmo periodizável de formação e reformação induzidas pela crise que moldou a paisagem macrogeográfica do capital desde os primórdios da industrialização em larga escala”. E, a partir daí, propõe quatro “protótipos da cidade norte-americana”, correspondentes a quatro momentos intercalados por “períodos declinantes de recessão, repressão e sublevação social que marcaram o término de longas fases de crescimento expansivo na economia macropolítica do desenvolvimento capitalista” (SOJA, 1993, p.210-211). Para o autor (*Ibidem*, p.212), o que justificaria tais “mapeamentos sumários” seria a necessidade de “extrair esclarecimentos dos períodos passados de reestruturação” (*Ibidem*, p.223), na tentativa de compreender a “enigmática reestruturação contemporânea”, para a qual a teoria urbana convencional e a economia política marxista teriam falhado em dar “sentido teórico e político¹⁸” (*Ibidem*, p.228)¹⁹.

Trata-se, sem dúvida, de um procedimento de generalização – de um olhar de longe. Como adverte o próprio Edward Soja (1993, p.212), “os ‘modelos’ servem como generalizações idealizadas, destinadas a ilustrar o conjunto dos processos fundamentais de reestruturação”. Por outro lado, como se poderia ilustrar um conjunto de processos fundamentais senão mediante tal procedimento? Daí, então, a imensa primeira pergunta e a busca da sua resposta darem-se à maneira de Edward Soja, mediante a construção de tipologias representativas das diferentes estruturas assumidas pela cidade brasileira entre meados dos séculos XIX e XX, arco de tempo a ser abarcado aqui geograficamente.

Explico: essa construção orientar-se-á em direção a uma periodização histórico-geográfica que admita tomar como dominante o espaço, isso que “permet d’intégrer l’économique au politique” (LEFEBVRE, 2000, p.370) – que permite integrar o econômico ao político. Não se chegará, aqui, a uma periodização tal como a proposta por Edward Soja (1993), em que o econômico é dominante – a “cidade mercantil” (1820), a “cidade industrial de livre concorrência” (1870), a “cidade do monopólio empresarial” (1920), a “cidade administrada pelo estado fordista” (1970) –, ainda que se considere tratar-se aqui da economia brasileira. Nem se chegará àquela geralmente adotada para a urbanização ou para o planejamento urbano no Brasil, em que o político é dominante – a cidade republicana (1889-1930), a cidade

¹⁸ Henri Lefebvre (2000, p.370) irá considerar o pensamento de Karl Marx como “*moment* de la théorie et non comme théorie définitive, dogmatiquement” – “*momento* da teoria e não como teoria definitiva, dogmaticamente” (LEFEBVRE, 2006, n.p.). Para restituí-lo, então, será preciso tomá-lo como ponto de partida e não, como ponto de chegada.

¹⁹ A esse objetivo o autor orienta-se em *Post-metropolis: critical studies of cities and regions* (SOJA, 2000).

do período Vargas (1930-1945), a cidade do populismo (1945-1964), a cidade do autoritarismo (1964-1985). Mas se chegará a uma periodização que abarque histórica-geograficamente, por exemplo, a cidade da mistura de grupos e funções, ou a cidade do centro elegante, do bairro residencial exclusivo e do subúrbio popular (cf. ROLNIK, 1997). E daí se irá adiante?

Se, bem além do que apontam Edward Soja e Martim Smolka, a reprodução das relações sociais de produção serve-se do espaço tanto quanto do tempo e do corpo (ou de ambos – tempo e corpo – pelo espaço dominados), a história do espaço é também, lefebvreanamente, a do impulsionamento da divisão do trabalho até o tempo e o corpo – de trabalhadores e não trabalhadores (cf. LEFEBVRE, 2000, p.235). Ora, se um dos objetivos desta tese é obter uma periodização histórico-geográfica da estruturação da cidade brasileira, é preciso esclarecer que essa periodização, ao tomar o espaço, e não puramente a economia ou puramente a política, como fio condutor, só poderá ser obtida após a resposta à terceira pergunta, na resposta à quarta.

E, como a própria urbanização brasileira é desigual, e por isso no universo de pesquisa delimitado podem-se encontrar cidades cuja estrutura evoluiu segundo dinâmicas distintas, um dado esquema pode representar tipologicamente esse universo em tempos distintos. Do mesmo modo, há, num mesmo tempo, diferentes temporalidades do capital, de tal forma que o desejável seria não apenas verificar a correspondência entre as tipologias obtidas e uma periodização “clássica” da história econômica brasileira²⁰, pois também essa história parece merecer outra²¹, ou, antes, devê-lo-ia: “l’histoire de l’espace périodisera le processus productif d’une manière qui ne coïncidera pas exactement avec les périodisations admises”²², anuncia Henri Lefebvre (2000, p.59)²³. O que se vislumbra, mais ansiosa do que

²⁰ Em que essa periodização diferirá daquela proposta por Edward Soja (1993), por sua vez próxima à periodização clássica do capitalismo: capitalismo concorrencial, capitalismo monopolista, capitalismo monopolista de estado (BOTTOMORE, 1988, p.285)? Milton Santos e María Laura Silveira (2006, p.25), em *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, discutem “os problemas da periodização”, apontando como “uma das periodizações mais frutuosas, do ponto de vista da história do território”, a de Caio Prado Júnior (1945), em *História econômica do Brasil*.

²¹ Refiro-me aqui também às questões levantadas por Francisco de Oliveira (1981), em *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, em alguma medida retomadas por Milton Santos (2006), em *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, e por José de Souza Martins (2008b), em *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. Elas serão apresentadas e discutidas no corpo desta tese.

²² “A história do espaço periodizará o processo produtivo de uma maneira que não coincidirá exatamente com as periodizações admitidas” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

²³ Milton Santos e María Laura Silveira (2006, p.26) enfatizam que, embora “ricas e inspiradoras”, as periodizações “de economistas e sociólogos” são “insuficientes”, pois “raramente tomam em consideração a materialidade e os dinamismos do território”. Há algo da periodização esboçada por Henri Lefebvre em *La production de l’espace* (2000, p.251-253) que é reconhecível naquela proposta pelos autores para o território brasileiro. Mike Davis (2006, p.212), em *O planeta favela*, por sua vez, deplora a inexistência de uma periodização do “padrão global de povoamento informal”, o que tenta formular.

pretensiosamente, é, sim, essa história do espaço, e, ainda além, trazê-la à periodização do processo produtivo.

Trata-se, então, de um primeiro olhar – de longe –, que, no entanto, pede o seu inverso para que não se olhe mal. “*Réduire*”, avisa Henri Lefebvre (2000, p.126), “c’est un procédé scientifique, devant la complexité et le chaos des constatations immédiates. Il faut simplifier d’abord, mais ensuite et au plus vite *restituer* progressivement ce que l’analyse a écarté”²⁴.

Eis os números que Ermínia Maricato (2001, p.38-39) apresenta sobre a informalidade na cidade brasileira, não sem antes deplorar a imprecisão deles, reveladora, mais uma vez, do “pouco interesse no conhecimento do tema”. Em 1991, segundo dados reunidos pelo Laboratório de Habitação e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, a população moradora em favelas equivalia a 13,3% em Goiânia, 20% no Rio de Janeiro, 20% em Belo Horizonte, 22% em São Paulo, 30% em Salvador, 31% em Fortaleza e 46% em Recife. Se a esses números – impressionantes, como frisa a autora – somarmos “o universo dos loteamentos ilegais, estaremos nos referindo à maior parte da população dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro”, contabiliza (MARICATO, 2001, p.38-39). E se a essa maior parte se somassem a população moradora em núcleos com menos de 50 unidades, que o IBGE não contabiliza como favelas, e a população na rua, estatisticamente improvável, chegaríamos a – quantos? – milhões.

Em *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*, Eric Hobsbawm (1995, p.50) pergunta:

[...] As baixas soviéticas foram estimadas em vários momentos, mesmo oficialmente, em 7 milhões, 11 milhões, ou na faixa de 20 ou mesmo 30 milhões. De qualquer modo, que significa exatidão estatística com ordens de grandeza tão astronômicas? Seria menor o horror do holocausto se os historiadores concluíssem que exterminou não 6 milhões (estimativa original por cima, e quase certamente exagerada), mas 5 ou 4 milhões? E se os novecentos dias de sítio alemão a Leningrado mataram 1 milhão ou apenas três quartos ou meio milhão de fome e exaustão? Na verdade, podemos realmente apreender números além da realidade aberta à intuição física?

Edésio Fernandes (2006, p.124) assevera que o crescimento da informalidade urbana no Brasil vem superando o crescimento da pobreza, o que resulta, segundo ele, em 6,4 milhões

²⁴ “*Reduzir* é um procedimento científico, diante da complexidade e do caos das constatações imediatas. De início será preciso simplificar, mas, em seguida e o mais rápido possível, *restituir* progressivamente o que a análise afasta” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

sem casa²⁵, 26 milhões sem água em casa, 14 milhões sem sistema de coleta de lixo, 83 milhões sem conexão a sistema de saneamento.

Sim, mas se há desproporção entre as quantidades da informalidade urbana – maiores – e as da pobreza – menores –, a medida da última abstrai a da primeira. No entanto, frisa Henri Lefebvre (2000, p.465), “les rapports sociaux, abstractions concrètes, n’ont d’existence réelle que dans et par l’espace”²⁶. De que pobreza se estaria falando então? E de que riqueza, se a medida faz coincidir a “formalidade” urbana, por oposição, com o polinômio casa-água-coleta de lixo-saneamento? Assim Henri Lefebvre (2000, p.364-365) conta como se definiu o *habitat*, na “*belle époque* da burguesia”, quando pobres e ricos se afastaram e separaram-se entre a periferia e o centro. Ora, “ce qui se définit ainsi, par approximations successives, c’est le *seuil inférieur de tolérabilité*”²⁷, o “minimum vital”, continua ele. De um lado, “les zones où les gens doivent se réduire ‘à leur plus simple expression’, a leur plus ‘petit dénominateur commun’ pour survivre”²⁸; de outro, “les zones où peuvent s’étaler confortablement les gens, où ils ont du temps et de l’espace, ces luxes essentiels”²⁹. “Ao *calcular* a vida (existência) mais *pobre* possível como a medida”, antecipara Karl Marx (1978, p.18),

[...] e aliás como a medida geral, geral porque vale para a massa dos homens, (o economista, o capitalista) faz do operário um ser sem sentidos e privado de necessidades, do mesmo modo que faz sua atividade *pura* abstração de toda atividade; por isso, todo luxo do operário parece-lhe censurável e tudo o que excede à mais abstrata necessidade – tanto como gozo passivo ou como exteriorização da atividade – configura-se-lhe um luxo.

Qual é, então, o irredutível horror que se pode apreender daí? Como abri-lo à intuição³⁰?

Daí a segunda e a terceira, imensas, perguntas: é preciso aproximar o que a primeira afastou.

²⁵ A esse número segue-se o de imóveis vazios: 5 milhões.

²⁶ “As relações sociais, abstrações concretas, só possuem existência real no e para o espaço” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

²⁷ “o que se define, desse modo, por aproximações sucessivas, é o *limite inferior de tolerabilidade*” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

²⁸ “as zonas onde as pessoas se reduzem ‘à sua mais simples expressão’, ao seu ‘mínimo denominador comum’, para sobreviver” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

²⁹ “as zonas onde podem se esparramar confortavelmente as pessoas, onde elas têm tempo e espaço, esses luxos essenciais” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

³⁰ Em suas “Onze teses contra Feuerbach”, Karl Marx (1978, p.51) aponta – em Ludwig Feuerbach (1804-1872) e em todo o materialismo até ele, inclusive – a falha “de captar o objeto, a efetividade, a sensibilidade apenas sob a forma de *objeto* ou de *intuição*, e não como atividade humana sensível, práxis; só de um ponto de vista subjetivo”. “Feuerbach”, continua, “quer objetos sensíveis – efetivamente diferentes dos objetos do pensamento –, mas não capta a própria atividade humana como atividade *objetiva*”. Assim, autenticamente humano em Feuerbach seria o comportamento teórico, enquanto a “*praxis* só é captada e fixada em sua forma fenomênica, judia e suja”. Tom Bottomore (1988, p.151), entretanto, considera equivocado o tratamento que Karl Marx deu às teses de Ludwig Feuerbach, sobretudo no que se refere a essa “*dirty Jewish*” práxis. Tanto

Contudo, ainda que se trate, agora, de um segundo universo de pesquisa, onde se pode incluir, por exemplo, a Pedreira Prado Lopes, se a favela – essa favela – é uma periferia de um dado período histórico-geográfico da estruturação da cidade brasileira, o mesmo vale para a Cidade de Deus e para Todos os Santos: o conjunto habitacional – esse conjunto – e o subúrbio – esse subúrbio – são periferias de um dado período histórico-geográfico da estruturação da cidade brasileira. Não se tratará, portanto, nem mesmo agora, de um recorte – menos um! – mas, para usar as palavras de José de Souza Martins (1992, p.13), de uma junção de “fragmentos de circunstância”, esses de que se constitui o que o autor denomina “história local”, cuja “escala de tempo [...] não é a mesma dos grandes processos históricos”. Nessa outra escala, além de estudos cujo recorte coincida com as segundas tipologias – a favela, o conjunto habitacional, o subúrbio etc. – integrantes do segundo universo de pesquisa, em seus respectivos períodos histórico-geográficos, as fontes aqui serão a literatura, a memória oral e a fotografia.

A literatura:

Meneses foi para casa, sem pensar no que havia prometido; e, como guiado por instinto, subiu e desceu morros, tomou atalhos e acabou se deitando muito naturalmente no seu miserável canapé. Não quis comer; a embriaguez lhe havia tomado inteiramente. Despertou no dia seguinte, sem saber o que tinha feito nas últimas horas em que estivera fora. Lembrava-se vagamente que parara no botequim habitual. Tendo saído para fora de casa, a fim de lavar o rosto e satisfazer as exigências do organismo, quando voltou, já encontrou sua irmã de pé a lhe dizer, como quase todas as manhãs: Não temos nada em casa, Juca. [Lima Barreto, em *Clara dos Anjos*, 1906] (BARRETO, Lima, [197-?], p.141).

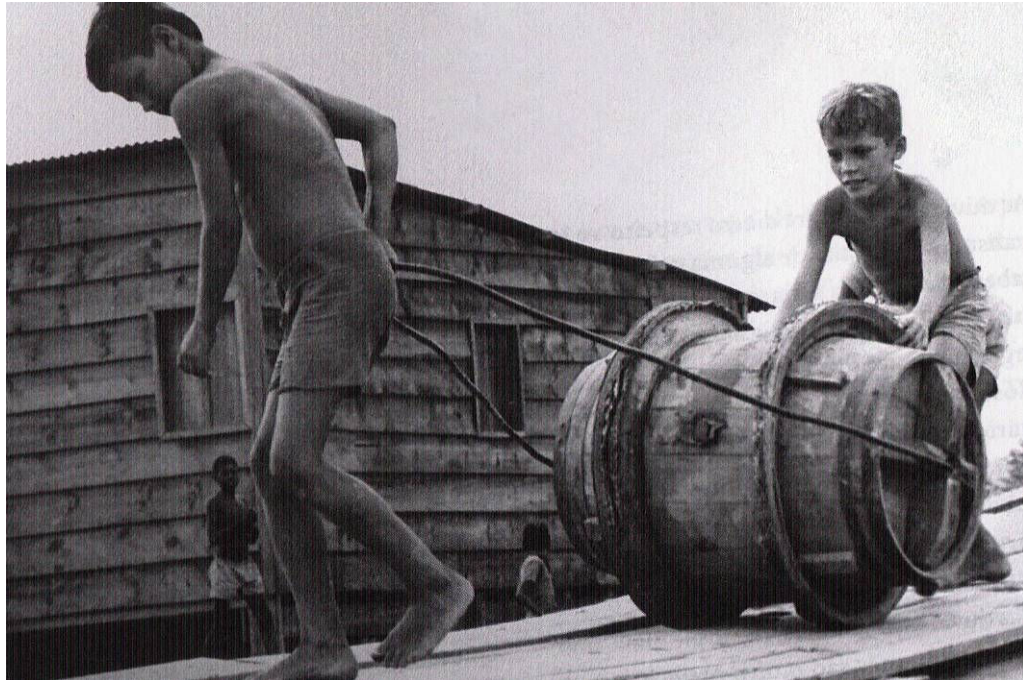
que a obra de Ludwig Feuerbach estaria sendo revista, tornando-se “parte de novo tratamento filosófico do pensamento marxista”. Ernst Bloch (2005, p.250) irá dizer: “O materialismo antropológico de Feuerbach designa a transição possível facilitada do materialismo meramente mecânico para o materialismo histórico”. Tomando as teses 5, 1 e 3 dentre as “Onze teses sobre [e não contra, como na edição brasileira utilizada aqui] Feuerbach”, explica: “O que se reconhece aí é que, também ao pensar, deve-se partir unicamente do sensorial. A contemplação, e não o conceito apenas extraído dela, é e permanece sendo o princípio que identifica qualquer compreensão materialista. Feuerbach havia lembrado isso numa época em que em cada esquina acadêmica repercutiam o espírito, o conceito e mais uma vez o conceito. A tese 5 acentua esse mérito: Feuerbach ‘não está satisfeito’ com o intelectualismo; ele quer colocar os pés sobre o chão avistado. Mas a tese 5 e então, sobretudo, a tese 1 dão a entender, ao mesmo tempo, que, no caso da sensibilidade *contemplativa*, a única que Feuerbach conhece, os pés ainda não têm condições de andar e o próprio chão continua intransitável. Aquele que contempla desse modo nem tenta fazer qualquer movimento; ele guarda a posição do desfrute confortável. Por isso, a tese 5 ensina que o mero contemplar não concebe a sensibilidade como uma atividade prática, humano-sensível”.

A memória oral:

Aí eu tinha que saí como lavadeira, pegava roupa e era muito difícil, porque aqui num tinha água pra lavá. Tinha uma biquinha lá embaixo no Serra Negra, e hoje já não existe mais, já foi muito tempo, tudo asfaltado, aí acabou. Então a gente pagava para buscá água, lavava roupa na biquinha e era o maior sacrifício. Eu tinha duas lavage de roupa e pegava água na cabeça, era aquela confusão toda, né? E muita briga no torneirão, a “rapa” vinha três ou quatro vezes por dia. A radiopatrulha. Eles chamava “rapa”. E tinha muita briga entre as mulher lá. Umas dizia: – Eu vou enchê agora, no peito e na raça. [Depoimento de Maria de Lourdes de Araújo, em *Pedreira Prado Lopes: memórias.*] (SOARES; ANTUNES, 2001, p.33).

A fotografia:

FIGURA 2 – O “rola-rola”, usado para levar água até as moradias da Cidade de Deus, em 1970



Fonte: LIMA, 2004, p.32.

Em *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, Ecléa Bosi (1987) mostra como, nos relatos de Dona Alice, Sr. Amadeu, Sr. Ariosto, Sr. Abel, Sr. Antônio, Dona Lavínia, Dona Brites e Dona Risoleta, as lembranças são às vezes encobertas pela história oficial. Pouco interessada em explicar as combinações que assim se produzem – “tarefa reservada aos nossos cientistas políticos que já devem ter-se adestrado nesses malabarismos” –, a autora preocupa-se com “o modo pelo qual o sujeito vai misturando na sua narrativa memorialista a marcação pessoal dos fatos com a estilização das pessoas e situações e, aqui e ali, a crítica da própria ideologia” (BOSI, 1987, p.2). “Se estávamos um tanto frustrados”, confessa Marilena Chauí (1987, p.xix) na apresentação daquele livro, “agora estamos envergonhados diante das

pretensões da ciência cujos resultados tendem, afinal, à simplificação e à generalização, empobrecendo a complexidade real da existência dos seres concretos”. Assim a apresentadora fala à autora: “Nisto também reside um dos aspectos decisivos do seu trabalho: ao dar a palavra a vozes que foram silenciadas, seu livro grita: ‘aqui vocês nada podem tocar e nada podem destruir’” (CHAUÍ, 1987, p.xix). Nesse trabalho, escreve sua própria autora (BOSI, 1987, p.2), “fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto”. Sendo sujeito, Ecléa perguntou a Dona Alice, Sr. Amadeu, Sr. Ariosto, Sr. Abel, Sr. Antônio, Dona Lavínia, Dona Brites e Dona Risoleta: do que se lembram? Sendo objeto, Ecléa recebeu e transmitiu as lembranças de Dona Alice, Sr. Amadeu, Sr. Ariosto, Sr. Abel, Sr. Antônio, Dona Lavínia, Dona Brites e Dona Risoleta. Trata-se, então, de dar a palavra ao outro, não para logo tomá-la de volta, roubando mais uma vez o sujeito ao objeto, mas para cuidadosamente mantê-la intacta – do sujeito, no sujeito³¹.

Em *Fotografia e história*, Boris Kossoy (2001, p.107) adverte: para utilizar a fotografia como fonte histórica, deve-se “ter em mente que o assunto registrado mostra apenas um fragmento da realidade, um e só enfoque da realidade passada: *um aspecto determinado*”. Esse assunto e o seu registro resultam de “uma seleção de possibilidades de ver, optar e fixar” tal ou qual aspecto da “realidade primeira”, continua o autor. Ora, tanto quanto a memória, a fotografia é uma ficção, mas alguém – o que rememora, o que permite rememorar – esteve *ali* – onde já é o passado, onde não estivemos – e pôde nos transportar para junto de si. Para o seu lugar? Não. Não sendo possível estar irreversivelmente no lugar do outro (dentro, noutro tempo, noutra condição), nem mesmo quando o *locus* da pesquisa está *aqui*, voltamos à sensibilidade. “A sensibilidade (veja-se Feuerbach) deve ser a base de toda ciência” e “ser sensível é padecer”, escreve Karl Marx (1978, p.14, 41) em *Manuscritos econômico-filosóficos*. “*Comunidade de destino*”, define Ecléa Bosi (1987, p.2), “já exclui, pela sua própria enunciação, as visitas ocasionais e estágios temporários no *locus* da pesquisa. Significa sofrer de maneira irreversível, sem possibilidade de retorno à antiga condição, o destino dos sujeitos observados”. Não sendo possível transportar-se irreversivelmente para o lugar do outro (para dentro, para seu tempo, para sua condição), voltamos ao seu lugar, o que, contudo, deve ser diferente de

³¹ Tom Bottomore (1988, p.151) refere-se à “elevação do amor a princípio de união dos seres humanos” e à “doutrina do Eu-Tu como conteúdo mínimo de toda atividade humana verdadeira (pensar, falar, amar)” presentes na obra de Ludwig Feuerbach. “Se se pressupõe o homem como homem e sua relação com o mundo como uma relação humana”, escreveu Karl Marx (1978, p.32) em seus *Manuscritos*, “só se pode trocar amor por amor, confiança por confiança etc.”. “Se amas sem despertar amor”, continua, “se teu amor, enquanto amor, não produz amor recíproco, se mediante tua *exteriorização de vida* como homem amante não te convertes em *homem amado*, teu amor é uma desgraça”. Analogamente, pensar.

lhe ser simpático³² e tanto mais de lhe ser antipático, com o que evitamos o último mau olhar: o olhar contra³³.

No Prefácio a *Clara dos Anjos*, escrito em 1948, Sérgio Buarque de Hollanda ([197-?], p.12) pondera que, na obra de Lima Barreto,

Os problemas íntimos que o autor viveu intensamente e procurou muitas vezes resolver através da criação literária não foram integralmente absorvidos e nela ainda perduram em carne e osso como um corpo estranho. Ou ainda: Lima Barreto não chegou a triunfar, nesses casos, sobre a “reflexão agitada” [...] que a genuína criação artística abomina, tanto quanto a natureza abomina o vácuo.

Lima Barreto era morador de Todos os Santos, subúrbio carioca; era pobre, era mulato, era alcoólatra, e irritava-se com o enaltecimento de sua obra não pelas virtudes literárias mas pelas críticas.

Pois o que interessa aqui é menos a *genuína criação artística*, a *genuína* memória e a *genuína* fotografia, e mais a *reflexão agitada*, capaz de restituir algo da *complexidade*, do *caos*, do *concreto* daquele *ali* onde estiveram escritores, narradores, e fotógrafos. E de cada referência caberá menos examinar e atestar a sua veracidade como fonte histórica, interpretando-a exaustivamente – o que ainda e sempre resultará numa ficção –, e mais encontrar o *punctum*³⁴, aquilo que chama a atenção não por oferecer respostas às perguntas que formulamos, pois já sabíamos formulá-las, mas por nos induzir a outras, que *daqui* não suspeitávamos. Nas fotografias que Atget tirou das “casas miseráveis” na 13ª circunscrição, em Paris, Michele Perrot (1988, p.111) vê as cortinas nas janelas, “marcas tênues da busca de um prazer ou de uma intimidade”.

Assim, não é nem uma comprovação e quanto menos um detalhamento das desigualdades da cidade brasileira que aquele romance, aquele depoimento, aquela fotografia oferecem. Eles nos permitem aproximar o que foi afastado, abrindo a realidade a *uma* – tal ou qual – *realidade primeira*: a um *aí*.

³² Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant (La nouvelle vulgate planétaire. *Le Monde Diplomatique*, Paris, p.6-7, avr. 2000 *apud* MATTELART; NEVEU, 2004, p.191) denunciam o “discurso-tela” do multiculturalismo, “que substitui a análise e os mecanismos da dominação pela celebração da cultura dos dominados”. Sob a curadoria de Heloísa Buarque de Hollanda, a exposição “Estética da periferia”, que tive a chance de ver, consternada, no Centro Cultural dos Correios no Rio de Janeiro, em 2005, é um exemplo disso. Para meramente – ou perversamente – celebrar a *cultura dos dominados* é preciso simulá-la, deportá-la. No mesmo ano, em Paris, na RER Gare Luxembourg, sob a curadoria de Pedro Rivera e Laura Tavares, o nome da exposição era: “*Favelité*”; em tradução livre, “Favelidade”.

³³ No que se refere ao espaço, já nos pronunciamos antes ao seu favor.

³⁴ O termo é de Roland Barthes (1984), em *A câmara clara*. O *punctum* é o elemento da fotografia que nos pune e, por isso, aquele ante o qual nosso olhar se detém, indagativo.

Aí, a lavação de roupas é transformada numa sucessão de esforços: além de lavar, descer, subir, carregar a água, carregar a roupa, brigar, topar com a rapa. *Aí*, o sistema rola-rola parece mais engenhoso do que o da lata d'água na cabeça, mas a partir de onde rola-rola o barril, e para onde? Eram as crianças que faziam funcionar o sistema? Eram elas remuneradas para isso como o carregador de lata d'água? Sua expressão – compenetrada – indica o esforço físico – suportável? Ou alguma satisfação: por conseguir fazer rolar o barril, pelo rola-rola – o próprio nome não sugere uma brincadeira? – ou pela pose para o fotógrafo, cuja presença parece ser notada pelo menino ao fundo? *Aí*, a casinha fora da casa faz de “lavar o rosto e satisfazer as exigências do organismo” um ritual de escape: de volta à casa, dentro dela, não há “nada”.

Essa tal ou qual *realidade primeira*: bom será que as fontes nos permitam aproximar daí não pelos comportamentos mas pelos gestos – pelo “micro-gestuel quotidien”³⁵ e pelo “macro-gestuel, celui des foules rassemblées”³⁶ (LEFEBVRE, 2000, p.248). Se há o risco de a teoria do espaço cultural reduzir-se ao modelo cultural do espaço, adverte Henri Lefebvre (2000, p.352), “que l’on évite de penser ou d’imaginer un code de l’espace qui ne serait qu’un sous-code du discours, qui alignerait ainsi l’espace construit sur le discours ou sur une modalité du discours” (LEFEBVRE, 2000, p.249)³⁷, segundo sua recomendação.

O que ver, para ver bem³⁸, é, então, o espaço, *como tal*, um inseparável:

- das relações sociais “qu’il implique, contient et dissimule”³⁹ (LEFEBVRE, 2000, p.100);
- do seu “impur contenu, le temps-vécu, le temps quotidien, celui des corps, de leur épaisseur opaque, de leur chaleur, de leur vie et de leur mort”⁴⁰ (*Ibidem*, p.116).

Assim:

Serions-nous en présence d’une structure logique telle qu’on puisse la décrire et l’appréhender de deux façons qui se recoupent: en partant de l’impliqué et en partant de l’impliquant – en partant des plus petit ensembles compris, en partant des plus vastes et les plus compréhensifs [...]. L’une des procédures énumérerait les parties, donc les objets (les instruments de la vie quotidienne, ménage et travail, mais aussi leurs contenants: hutte, cabane, maison, immeuble, rues et places, marquées pour et par la vie pratique, etc) dans l’espace. Elle en permettrait l’inventaire dans un ordre concret. L’autre description au contraire montrerait l’ensemble de l’espace, les rapports constitutifs de la société globale. La correspondance exacte entre les deux appréhensions de l’espace impliqué-expliqué permettrait de comprendre à la fois les

³⁵ “microgestual cotidiano” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

³⁶ “macrogestual, aquele das multidões reunidas” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

³⁷ “que se evite pensar ou imaginar um código do espaço que seria tão-somente um sub-código do discurso, que alinharia assim o espaço construído ao discurso ou a uma modalidade do discurso” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

³⁸ “Celui qui ne sait que voir finit par mal voir” – “aquele que não sabe o que ver acaba por mal ver” –, sentencia Henri Lefebvre (2000, p.361).

³⁹ “que ele implica, contém e dissimula” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

⁴⁰ “impuro conteúdo, o tempo-vivido, o tempo cotidiano, aquele dos corpos, de sua espessura opaca, de seu calor, da sua vida e da sua morte” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

transformations opérées par les parties prenantes à l'intérieur de l'espace et sa genèse en tant qu'ensemble (social et mental à la fois, abstrait et concret). (LEFEBVRE, 2000, p.340)⁴¹.

É, finalmente, este o modo que se pretende – se ansia – presente aqui: partindo – *lefebvreanamente* – do implicado e do implicante, dos maiores conjuntos compreensivos e dos menores compreendidos, em direção a um inventário único – do conjunto, mas também do interior, do espaço –, inteiro. Daí, a quarta imensa pergunta: as mediações, que só podem ser descobertas, e reveladas, pela junção das três outras respostas.

⁴¹ “Estaríamos nós na presença de uma estrutura lógica tal que se possa descrevê-la e apreendê-la de duas maneiras: partindo do implicado e partindo do implicante – partindo dos menores conjuntos compreendidos, partindo dos mais vastos e dos mais compreensivos [...]. Um dos procedimentos enumeraria as partes, portanto, os objetos (os instrumentos da vida cotidiana, doméstica e do trabalho, mas também seus continentes: choça, casa, ruas, praças, mercados para e pela vida prática etc.) no espaço. Ela permitiria um inventário numa ordem concreta. A outra descrição, ao contrário, mostraria o conjunto do espaço, as relações constitutivas da sociedade global. A correspondência exata entre as duas apreensões do espaço implicado-explicado permitiria compreender ao mesmo tempo as transformações operadas pelas partes receptoras no interior do espaço e sua gênese como conjunto social (social e mental ao mesmo tempo, abstrato e concreto)” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

2 COMO FOI SENDO A ESTRUTURA DA CIDADE BRASILEIRA ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX?

2.1 Uma breve introdução

O título deste capítulo foi inspirado naquele que Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1985) deu⁴² a um dos capítulos de *A cidade como um jogo de cartas*: “As cidades como foram sendo em todo mundo”⁴³. O que se pergunta aqui é, de fato, como foi sendo – e não como se transformou – a estrutura da cidade brasileira. As tipologias que se obtiveram como resposta a essa pergunta não se referem a processos de transformação⁴⁴. Ao contrário, traduzem as configurações assumidas pelo espaço intraurbano⁴⁵ no Brasil, e seu objetivo é este mesmo: responder “como foi sendo” esse espaço, e, cabe frisar, não para explicar por que ele somente pôde ir sendo assim⁴⁶, mas para mostrar que assim foi sendo.

Edward W. Soja (1993, p.212) traz outro argumento que pode justificar a escolha da expressão “ir sendo”: “[...] a seqüência das espacializações urbanas é cumulativa, cada fase contendo vestígios das geografias anteriores, de divisões espaciais urbanas do trabalho já formadas, que não chegam propriamente a desaparecer, mas são seletivamente arrançadas”.

Milton Santos (1985, p.67) irá recorrer à expressão “capitais fixos” para designar essa seqüência cumulativa no âmbito regional⁴⁷. Na afirmação de que a região traria uma dialética entre as possibilidades dos capitais fixos e as determinações econômicas, políticas e geográficas está implícita a ideia de que o espaço é simultaneamente um produto e um meio de produção.

⁴² No momento em que escrevia essa frase, usei, inadvertidamente, o presente. Logo em seguida voltei à frase, corrigindo o tempo do verbo. Não é sem uma franca resistência que se admite que tudo aquilo que se refere ao urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos deva ser, desde 1989, dito no pretérito perfeito. A insistente pergunta “o que pensaria o Carlos Nelson sobre a cidade hoje?” permanece sem resposta.

⁴³ Ao capítulo sobre a cidade brasileira o título dado por Carlos Nelson Ferreira dos Santos é: “As cidades como puderam ser no Brasil”.

⁴⁴ Em *São Paulo: metrópole* (2004), Regina Meyer, Marta Gronstain e Ciro Biderman obtiveram, em relação à São Paulo contemporânea, algo bastante próximo de tipologias de transformação do espaço urbano.

⁴⁵ Conforme já assinalado, Flávio Villaça (2001) justifica o uso da expressão “espaço intra-urbano” pela necessidade de sua distinção de “espaço regional”. Para o autor, o que especifica o espaço intraurbano é a localização, de tal forma que o que domina a estruturação desse espaço é o deslocamento das pessoas – “para os locais de trabalho, de compras, de serviços, de lazer” (VILLAÇA, 2001, p.23). Não por essa razão, mas quase em nada disso diferente, para nós, o espaço intraurbano é aquele em que as pessoas passam seus dias.

⁴⁶ É abundante a bibliografia referente a essa questão. Em meio a essa abundância, cabe destacar a obra de Luiz César Queiroz Ribeiro, que deslinda os intrincados meandros da produção imobiliária. Para Flávio Villaça (2001), contudo, não basta explicar por que se forma um bairro, por exemplo. Em se tratando do espaço intraurbano, é preciso explicar por que tal bairro surge precisamente numa e não noutra localização, tarefa a que ele se dedica.

⁴⁷ Para Edward Soja (1993, p.212), a seqüência cumulativa de espacializações seria própria tanto da reestruturação regional quanto da urbana.

A noção de “forma-conteúdo”, igualmente, parece fundi-las. A região não seria um mero reflexo passivo, ou um mero produto das determinações econômicas e políticas; como forma, a região traz, sim, em si, tais determinações, mas também cada “subespaço é a condição de atividade de produções múltiplas e de firmas e instituições múltiplas” (SANTOS, Milton, 1985, p.68). Os chamados “capitais fixos” mediarão aquelas determinações, de tal forma que, no caso específico da chamada reestruturação contemporânea, distintas áreas receberiam distintamente os impactos do dinamismo global. Algumas de fato mostrar-se-ão mais resistentes à mudança de suas formas-conteúdos precedentes, ou mais capazes de reencontrar “um novo arranjo interno que permita a reprodução das condições anteriores” (*Ibidem*, p.69)⁴⁸. Aparece aqui, então, o conceito “forma-conteúdo”, cujo significado se aproxima do de “capitais fixos”, de algo que se acumulou no espaço, da noção de espaço como acúmulo de tempos. A expressão “formação e reformação”, empregada por Edward Soja (1993, p.210), parece indicar esse movimento ante o qual a geografia devolve à história, ou o espaço ao tempo, sob a forma dos “capitais fixos”, um conteúdo que é também determinante, ou, pelo menos, mediador.

David Harvey (1995), por sua vez, elege o termo “palimpsesto”⁴⁹. Para Edward Soja (1993, p.212), contudo, trata-se de uma sedimentação “mais complexa e labiríntica do que uma simples deposição de camadas, pois cada corte transversal contém representações do passado e os contextos da nova rodada de reestruturação”. Por essas razões, perguntar “como foi” a cidade – aqui, a brasileira – parece menos correto do que perguntar como ela “foi sendo”.

Depois de *Espaço intra-urbano no Brasil*, de Flávio Villaça (2001), e de *Estruturas intra-urbanas e segregação social no espaço: elementos para uma discussão da cidade na teoria econômica*, de Martim Smolka (1982), qualquer esforço orientado à compreensão do espaço intraurbano brasileiro obrigatoriamente deveria tomá-los como referência. Reconhecida essa primeira condição, em busca da resposta à pergunta que dá nome a este capítulo tencionava-se, ainda, recorrer a diagnósticos, realizados sob um mesmo paradigma teórico-metodológico,

⁴⁸ Para Henri Lefebvre (2000, p.xxv-xxvi), quando um novo modo de produção apropria-se, para seus fins, do espaço preexistente, modificações lentas penetram sua espacialidade, ou esta é brutalmente subvertida.

⁴⁹ Esse termo é empregado por Geraldo Magela Costa e Carlos Eduardo Flores de Araújo (2006) em artigo que o elucidam. Nesse artigo, os dois autores traçam a evolução da dinâmica ocupacional da Região Metropolitana de Belo Horizonte, concentrando-se na análise de municípios do Eixo Oeste – Ribeirão das Neves e Ibirité – e na de Nova Lima, no Eixo Sul. Concluindo a primeira parte do artigo, baseada em uma série de dados populacionais do período 1950-2000, assim escrevem (COSTA; ARAÚJO, 2006, p.39): “Em síntese, pode-se dizer que, apesar de novos processos virem ocorrendo na formação da metrópole belo-horizontina, isto não significa a eliminação das marcas deixadas por processos anteriores. A metrópole se caracteriza por uma grande diferenciação do seu espaço, com marcas profundas da expansão periférica de períodos anteriores de seu processo de formação. Ou seja, a produção dos espaços (urbano, metropolitano) se dá por meio de várias camadas, que vão se somando no tempo, caracterizando, nos termos de Harvey (1995), um ‘palimpsesto’ que mantém, na paisagem urbana, as cristalizações que expressam a história de sua formação”.

integrantes de planos urbanos elaborados para as seis cidades componentes do primeiro universo de pesquisa delimitado. Contudo, tal estratégia logo se revelou impraticável: o acesso a mais de trinta planos urbanos, em acervos locais⁵⁰, representaria um custo muito alto e um tempo muito longo, ambos inadmissíveis quando se trata de um esforço solitário. A solução foi abandonar aquelas fontes, tomando-se, como as mais valiosas referências, o trabalho de Flávio Villaça e o de Martim Smolka. Reduzir nosso universo, encurtar o período delimitado – um século –, abandonar os centros diante da suspeita de serem eles mais frequentemente tomados como objeto de pesquisa do que as periferias: essas não foram soluções sequer cogitadas, por razões que, espera-se, estejam já claras.

Eis então o que desse modo se obteve.

2.2 Tipologias⁵¹ clássicas

Quando Martim Smolka finaliza o relatório de pesquisa *Estruturas intra-urbanas e segregação social no espaço: elementos para uma discussão da cidade na teoria econômica*, em 1982, Edward Soja ainda não havia publicado *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*, lançado somente sete anos depois. Dois outros estudos, centrados na cidade norte-americana, mas igualmente preocupados em deslindar as relações entre capitalismo e estruturação urbana, *A theory of suburbanization: capitalism and the construction of urban space in the United States*, de Robert Walker, e *Capitalist development and the history of American cities*, de David Gordon, aparecem entre as referências explicitadas por Martim Smolka (1982). Também citados por Edward Soja (1993), ambos datam de 1978.

A “premissa de análise” de Martim Smolka, como o próprio escreve (SMOLKA, 1982, p.24), é a de que “cada fase atravessada pelo capitalismo – percebida pelo desenvolvimento de suas relações de produção e forças produtivas – apresenta uma solução urbana distinta, associada a certas necessidades quanto à organização do trabalho e do espaço”. A solução urbana na qual se concentra é a da segregação residencial, e assim o faz em busca de um “adequado e consistente enquadramento do significado desse processo para a acumulação capitalista em geral” (*Ibidem*, p.14). Seu argumento, com base em David Gordon, é o de que

⁵⁰ Trata-se de documentos originais, dispersos em acervos de universidades e de órgãos de planejamento urbano, não disponibilizados em arquivos digitais, nem integrantes do sistema de empréstimo entre bibliotecas.

⁵¹ Entre os termos possíveis – categorias, esquemas, modelos, protótipos, tipologias – optou-se pelo último, que descreve o que há em comum entre fenômenos diversos mas historicamente concretos.

são predominantemente os “problemas de controle de classe na produção, localizados no cerne do processo de acumulação”, que influenciam “as transições entre diferentes estágios de desenvolvimento urbano (caracterizados por diferentes estruturas internas das cidades)” (GORDON⁵², 1978 *apud* SMOLKA, 1982, p.28). Tal argumento é demonstrado na análise do caso norte-americano e na do inglês, que Martim Smolka toma como referência para driblar “a inexistência de uma investigação de natureza histórica mais profunda sobre nossas cidades” (SMOLKA, 1982, p.25). Quando penetra, porém, no nosso caso, sobretudo no período pós-1930, a demonstração do mesmo argumento – quer pelas razões que expôs, quer pela consideração, em seu esforço, de um outro objetivo – dá lugar à construção de uma discussão sobre a teoria neoclássica frente à segregação – agora “social urbana”. O foco passa a ser, então, a formação da renda fundiária urbana, da qual a segregação social urbana seria um subproduto, questão outra que aqui não nos interessa, enquanto muito nos interessa a primeira.

Por sua vez, a premissa de Edward Soja (1993, p.210), como já visto, é a de que “torna-se cada vez mais possível afirmar que a evolução da forma urbana (a estrutura interna da cidade capitalista) tem seguido o mesmo ritmo periodizável de formação e reformação induzidas pela crise que moldou a paisagem macrogeográfica do capital desde os primórdios da industrialização em larga escala”. Apresentando, para cada fase do capitalismo, um esquema ou protótipo de estrutura intraurbana, Edward Soja descreve as ressonâncias entre os ritmos do capital – também no *cerne do processo de acumulação* – e os da forma urbana. As categorias obtidas por Martim Smolka para a cidade norte-americana e para a inglesa foram assim nomeadas: a “cidade mercantil⁵³”, a “cidade manufatureira”, “a cidade industrial” e a “cidade do capitalismo monopolista”. Correspondentes a um período que se estende de 1820 a 1970, os esquemas de Edward Soja, segundo ele próprio (SOJA, 1993, p.212), são mais aplicáveis a “áreas em que a urbanização e a industrialização tenham se originado

⁵² GORDON, David. *Capitalist development and the history of American cities*. New York: Oxford University Press, 1978.

⁵³ No *Dicionário do pensamento marxista*, Tom Bottomore (1988, p.50-51) esclarece que a denominação “capitalismo mercantil” é algo inexata, pois o capitalismo supõe não apenas a troca monetária mas também a dominação do processo de produção pelo capital. Continua o editor: “Antes do processo de acumulação primitiva (criação de uma força de trabalho assalariada e livre) o desenvolvimento do capitalismo não era possível, mas os produtos já entravam em troca monetária. Há uma certa confusão quanto a esse ponto, particularmente na bibliografia sobre a teoria da dependência, mas os autores marxistas quase sempre concordam quanto a que a época do capitalismo coincide com o controle do processo de produção pelo capital. Antes da época do capitalismo, nas sociedades onde o comércio estava bem desenvolvido, a forma capital existia sem as relações sociais essenciais em que se baseia. Comprando para vender, o capital mercantil caracterizava-se pelo circuito D-M-D, no qual o processo de produção está fora do circuito do capital mercantil, e o capital atua apenas na esfera da circulação, ou mercantil”.

junto com a difusão do capitalismo”. Embora tal condição não exclua as cidades europeias nem as asiáticas, ela as afasta, enquanto aproxima as cidades norte-americanas, não se restringindo, porém, a estas⁵⁴. São elas: a “cidade mercantil”, a “cidade industrial de livre concorrência”, a “cidade do monopólio empresarial” e a “cidade administrada pelo estado fordista”.

Como Martim Smolka não apresenta uma cartografia correspondente, procurou-se traduzir as suas descrições em croquis⁵⁵, sem a absoluta certeza da fidelidade destes em relação àquelas, mas com o cuidado de manter nestes as mesmas categorias utilizadas naquelas⁵⁶. Um exame inicialmente mais atento às estruturas apresentadas em cada uma dessas tentativas de sistematização revela o que se segue.

Na *cidade mercantil* de Martim Smolka (1982, p.28) há uma tênue “separação funcional do solo urbano” – apenas se distinguem as “áreas nitidamente atacadistas das áreas varejistas” – e há alguma centralização de “certas atividades culturais e administrativas”. Quanto aos locais de trabalho e de residência, esses “se confundem num contexto de elevada densidade urbana”. A segregação social é reduzida: a desigualdade entre os grupos⁵⁷ sociais –

⁵⁴ É preciso, ainda, adverte Edward Soja (1993, p.210), considerar as “distorções causadas por diferentes geografias físicas locais”. Dessa forma, a essas tipologias “Chicago, por exemplo, enquadra-se melhor do que a cidade de Nova York, assim como Manchester se enquadra melhor do que Londres” (SOJA, 1993, p.210). Atento a essa variável, Flávio Villaça (2001), por sua vez, irá distinguir as cidades interiores das cidades litorâneas.

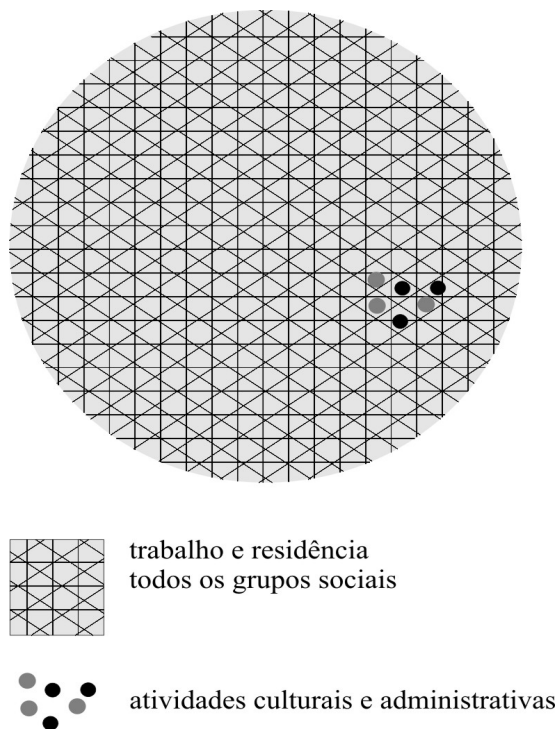
⁵⁵ Nos *croquis* representaram-se as funções em linhas verticais e horizontais, e os grupos sociais, em linhas diagonais.

⁵⁶ Também nos textos que apresentam as descrições feitas pelos dois autores – Martim Smolka e Edward Soja – se manteve a terminologia empregada por eles, em consonância com o procedimento explicitado na apresentação a esta tese. Lembrando: uma vez citados os termos originais, entre aspas, ao serem reproduzidos eles se apresentam em itálico, procedimento que se repete em toda a tese, salvo quando se trata de discutir, mais do que termos, conceitos.

⁵⁷ Martim Smolka (1982) vale-se ora de *grupos sociais*, ora de *classes sociais*, usando, no plural, *classes trabalhadoras* e *classes dominantes*. Igualmente Edward Soja (1993), cujas categorias são: *classe trabalhadora*, *elite* e *minorias*. Flávio Villaça (2001) vale-se dos plurais *camadas de alta renda* e *burguesias* como sinônimos e, “quando necessário” (VILLAÇA, 2001, p.14), de *alta burguesia* e *classe média*. Seus indicadores são a renda e a aparência dos bairros e das habitações e não, como talvez se pudesse supor, a localização. Se fosse imprescindível a “definição prévia, consensual, quantificável e espacializável de classe social, classe de renda, elite socioeconômica, alta, média e pequena burguesias e classe dominante para seis metrópoles, durante 150 anos”, pondera o autor, “esse trabalho seria inviável” (*Ibidem*, p.15). Ressalte-se que Flávio Villaça aponta tal dificuldade apenas no que se refere à burguesia e não, ao proletariado – considerando-se as categorias duais clássicas (que, no entanto, Karl Marx jamais sugeriu serem perfeitamente homogêneas) – nem à classe média (que Karl Marx já considera, pelo menos em *Teorias da mais-valia*). Eric Hobsbawm (2000, p.34-37), em *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*, observa que mesmo em Karl Marx há uma certa ambiguidade no tratamento do conceito de classe, que ora significa “os agrupamentos de exploradores e explorados que, por razões puramente econômicas, são encontrados em todas as sociedades humanas que ultrapassem a fase primitiva comunal”, ora incorpora um aspecto subjetivo, a consciência de classe, fenômeno da era industrial moderna. Para o historiador, enquanto no capitalismo a classe é uma realidade histórica imediata, vivenciada, no pré-capitalismo trata-se apenas de uma categoria analítica, que explicaria um complexo de fatos que, na sua ausência, seria inexplicável. Finalizando o complexo verbete “classe”, Tom Bottomore (1988, p.63) conclui que os problemas àquele referentes, ali resumidamente apontados – “as transformações da estrutura de classes em sociedades capitalistas e socialistas e as suas implicações políticas, a constituição e o papel político das classes no Terceiro Mundo, a relação das classes e

aqui entre “bem sucedidos comerciantes e a população em geral” – expressa-se não na localização das moradias mas no seu padrão. As moradias dos *bem sucedidos comerciantes* Martim Smolka (1982, p.29) denomina “moradias de luxo” (FIG. 3).

FIGURA 3 – A cidade mercantil segundo Martim Smolka



Fonte: *Croquis* elaborado pela autora.

das lutas de classe com outros grupos sociais, inclusive nações, e com outras formas de conflito social –, permanecem como um desafio à investigação mais profunda e rigorosa”. Mas, usando palavras de Karl Marx, adverte serem tais problemas solúveis não por um “*passe-partout* de uma teoria histórico-filosófica” mas “por uma análise concreta, em cada caso específico, das ‘circunstâncias empiricamente dadas’” (MARX, Karl, [s.n.t.] *apud* BOTTOMORE, 1988, p.63). Em *Estruturas de posições de classe no Brasil: mapeamentos, mudanças e efeitos na renda*, como o próprio título sugere, José Alcides Figueiredo Santos (2002, p.29) distingue classe social de nível de renda, apontando ainda para o fato de que “a teoria de classes sofreu abalos diante das transformações da sociedade capitalista nas últimas décadas e das incertezas sobre a capacidade do antigo paradigma (tradições sociológicas vinculadas às obras de Marx e Weber) de dar conta dos novos fenômenos”. “Nesse terreno contestado”, continua, “se enfraqueceu o prestígio intelectual da análise de classes e ganharam força idéias que preconizam a superação da noção de estratificação de classe. Grande parte dessa literatura que rejeita a noção de classe, no entanto, padece de pouca consistência empírica e se baseia amplamente numa espécie de ‘sociologia desvinculada dos dados’”. Com base em uma série de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) no período 1981-1996, o autor desenvolve um esquema de tipologias de classes – de macroposições a posições e segmentos de classe – na sociedade capitalista brasileira, inspirado no esquema “neomarxista” proposto por Erik Olin Wright para a sociedade capitalista. Em ambos a relação capital/trabalho permanece como definidora. Embora evidentemente não me seja possível fechar essas imensas questões, nem pelo indesejável *passe-partout* de uma teoria, nem pela desejável análise concreta, vejamos até onde elas nos levam ainda nesta fase da pesquisa e como poderão nos conduzir daqui até a fase em que nos deteremos nas pobreza e nas riquezas. É provável que, embora seja precisamente o desejável, ora seja possível – já que nossas fontes são secundárias – chegarmos à heterogeneidade interna a cada classe, ora não.

Na *cidade mercantil* (1820) de Edward Soja (1993, p.213), não há segregação social. Trabalho e residência avizinham-se. O “centro manufatureiro” encontra-se afastado do porto, e é “basicamente” em torno deste último e das “atividades da pequena burguesia” que gira a vida urbana (FIG. 4).

FIGURA 4 – A *cidade mercantil* segundo Edward Soja

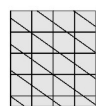
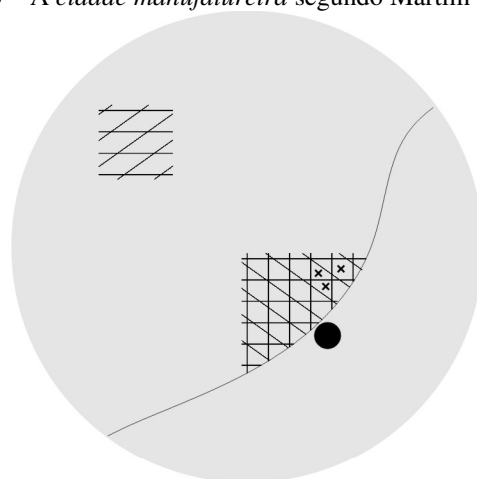


Fonte: SOJA, 1993, p.11.

A *cidade manufatureira* de Martim Smolka (1982, p.32) apresenta um “padrão concentrado de uso do solo urbano”. As fábricas localizam-se onde antes se localizava o comércio atacadista: nas “áreas mais centrais”, próximas aos portos e ferrovias e às residências da população operária. Ao adensamento crescente dessas *áreas centrais* e à consequente “degradação urbanística da qualidade de vida” (SMOLKA, 1982, p.33) segue-se o progressivo afastamento dos “segmentos sociais mais favorecidos em busca de áreas residenciais mais aprazíveis”, e estas são “novas áreas caras, impermeáveis aos grupos de menor renda”. Verifica-se então um “dramático movimento de aumento da diferenciação econômica e social intra-urbana, com a classe trabalhadora literalmente confinada às áreas centrais” (*Ibidem*, p.33) (FIG. 5).

A *cidade industrial* de Martim Smolka (1982, p.35) é marcada pela descentralização e periferização da indústria, com a criação de novos terminais de transporte fora do centro. Também fora do centro, mas em torno dele, formam-se “novos bairros operários”. Consolida-se nessa cidade, então, “o primeiro tipo de segregação social entre a classe dominante e as classes trabalhadoras”, com o afastamento “dos membros do primeiro estrato para a periferia” (SMOLKA, 1982, p.36) (FIG. 6).

FIGURA 5 – A cidade manufatureira segundo Martim Smolka



áreas centrais
classe trabalhadora



áreas residenciais caras,
mais aprazíveis
segmentos sociais mais favorecidos



porto

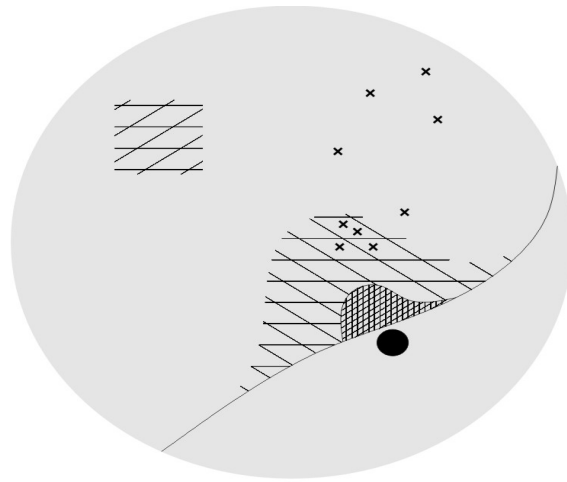
— ferrovia


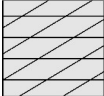
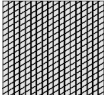



× fábrica

Fonte: *Croquis* elaborado pela autora.

A *cidade industrial de livre concorrência* (1870) de Edward Soja (1993) apresenta zonas já bastante distintas: o *Central Business District* (CBD) encontra-se envolto e penetrado pela zona industrial, em torno da qual se estende a zona residencial da classe trabalhadora, salpicada pelos guetos das minorias. Numa das extremidades do *Central Business District* desenvolve-se a principal zona residencial da elite. Outras três zonas residenciais da elite, menores, encontram-se distantes da zona residencial da classe trabalhadora, duas das quais externas à fronteira da área construída, margeando a fronteira da cidade central. “A nodalidade característica dos locais humanos explodiu, criando a forma singular clássica da cidade industrial de livre concorrência”, observa o autor (SOJA, 1993, p.214). Mesmo nas cidades europeias, continua, “a centralização da produção industrial começou a desmontar os centros urbanos para acolher a expansão dos três elementos característicos do capitalismo industrial de livre concorrência: as fábricas industriais e os serviços associados dos produtores, a burguesia industrial e o novo proletariado urbano, virtual classe trabalhadora industrial” (*Ibidem*, p.215) (FIG. 7).

FIGURA 6 – A cidade industrial segundo Martim Smolka














-  bairros operários
-  áreas residenciais caras, mais aprazíveis, segmentos sociais mais favorecidos
-  centro
-  porto
-  ferrovia
-  fábrica

Fonte: Croquis elaborado pela autora.

FIGURA 7 – A cidade industrial de livre concorrência segundo Edward Soja



-   Comercial/financeira
-   Industrial
-  Residencial da classe trabalhadora
-  Residencial da elite
-  Comercial/financeira
-  Industrial
-    Residencial da classe trabalhadora

Fonte: SOJA, 1993, p.211.

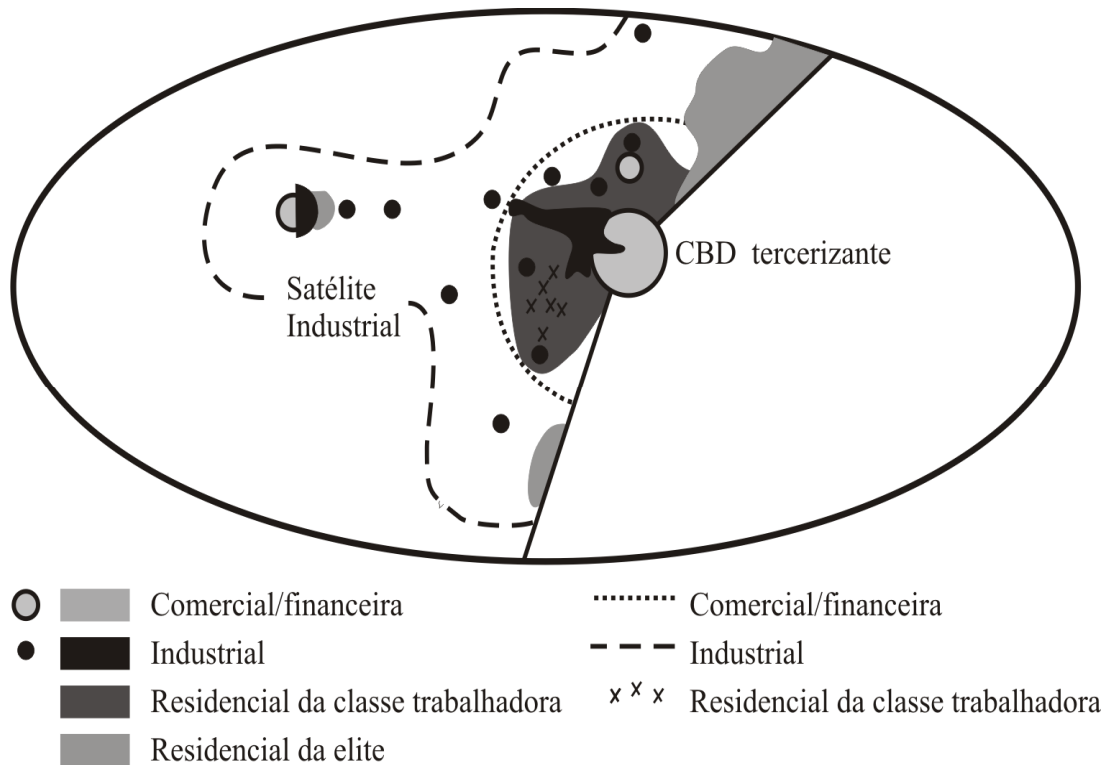
Na *cidade do capitalismo monopolista* de Martim Smolka (1982, p.38), consolidam-se as tendências já verificadas na *cidade industrial*, principalmente a “relocalização industrial para áreas menos centrais”. Enquanto as fábricas, “em menor número de unidades responsáveis por um volume crescente da produção”, dispersam-se nas periferias, as sedes administrativas retornam às áreas centrais, onde também se localizam os “serviços especializados, que requerem, em geral, comunicações ou contactos diretos do tipo *face to face*” (SMOLKA, 1982, p.40). Surge então o chamado “distrito central de negócios”, o *Central Business District*. A segregação residencial já não responde exclusivamente à vinculação entre o local de residência e o tipo de inserção do trabalhador no processo de produção, tornando-se tão complexa quanto a própria estrutura social. As novas formas de consumo introduzidas criam uma “verdadeira hierarquia de centros comerciais e de serviços no interior das áreas residenciais”, modificando “substantivamente a segregação”, que se reestrutura agora “através da organização e administração dos meios de consumo coletivo” (*Ibidem*, p.43)⁵⁸.

Na *cidade do monopólio empresarial* (1920) de Edward Soja (1993), o *Central Business District* (CBD) permanece; porém, é agora *terceirizante*. A zona industrial já não o penetra tão profundamente, estendendo-se linearmente em meio à zona residencial da classe trabalhadora. Esta, por sua vez, toma quase toda a superfície da cidade central e vê-se salpicada não só por pontos industriais mas também por um maior número de guetos das minorias. A zona residencial da elite encontra-se afastada da cidade central, tanto na direção já definida na *cidade industrial de livre concorrência*, onde apresenta uma superfície maior, quanto na direção oposta, permanecendo na cidade central apenas uma pequena faixa. A dispersão de pontos industriais molda a fronteira da área construída, significativamente maior do que a da *cidade industrial de livre concorrência*, definida posteriormente pela localização de um “satélite industrial”, composto também por um pequeno *Central Business District* terceirizante e uma zona residencial da elite (FIG. 8). Conforme detalha o próprio autor (SOJA, 1993, p.217), “os antigos núcleos urbanos tornaram-se cada vez mais terceirizados, substituindo as indústrias perdidas por um número crescente de sedes empresariais, de repartições governamentais, instituições financeiras e atividades de apoio de prestação de serviços e vigilância”. Quanto aos “anéis de residência da classe trabalhadora e os encraves raciais étnicos em guetos”, estes “continuaram a servir a um núcleo urbano ainda dominante, e, em quase todas as grandes cidades norte-americanas, restou pelo menos uma cunha residencial protegida, que se estendia do centro para a periferia” (*Ibidem*, p.217). Enquanto

⁵⁸ Aqui a descrição não foi suficiente para sua tradução num *croquis*.

isso, “administradores, supervisores e profissionais liberais juntaram-se à antiga burguesia industrial, num surto de suburbanização que transpôs as fronteiras administrativas da cidade” (*Ibidem*, p.217). Em síntese, “a paisagem urbana não apenas se estendeu por uma área mais vasta, como também se rompeu em muitos mais pedaços” (*Ibidem*, p.217).

FIGURA 8 – A cidade do monopólio empresarial segundo Edward Soja



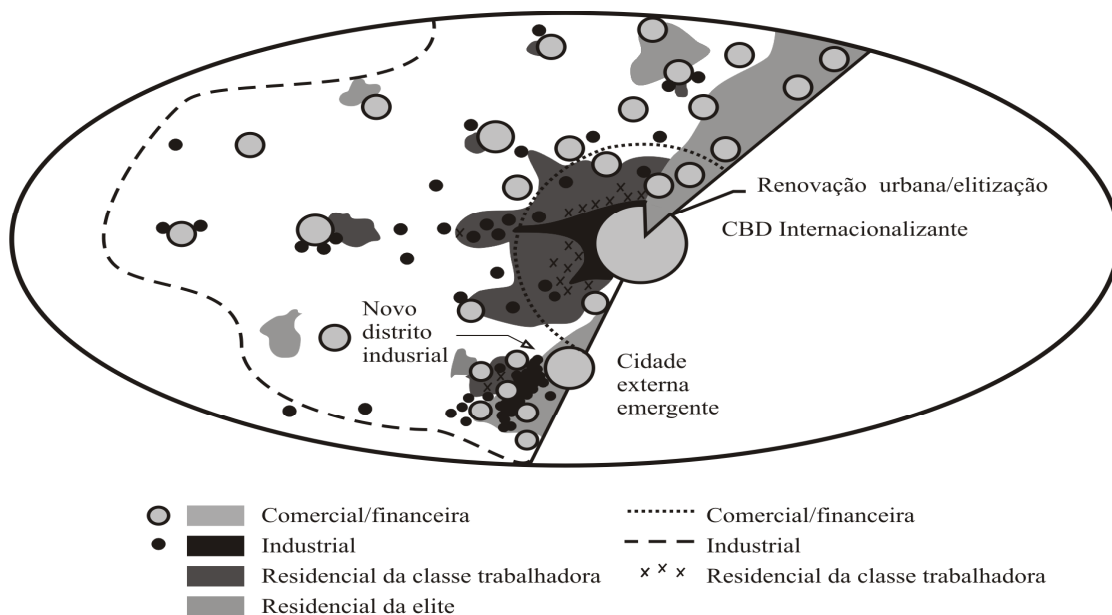
Fonte: SOJA, 1993, p.211.

Na *cidade administrada pelo estado fordista* (1970) de Edward Soja (1993), o *Central Business District* (CBD) passa a ser “internacionalizante”, e a indústria não o penetra mais como uma zona mas em pontos dispersos. A cidade central é praticamente constituída pelo *Central Business District*, por zonas industriais tentaculares, envolvidas por guetos das minorias e por uma zona residencial da classe trabalhadora, bem como por uma zona residencial de elite. Esta se estende para além da cidade central, mantendo-se na mesma direção daquela da *cidade do monopólio empresarial*, agora no eixo da porção sob “renovação urbana/elitização” do “antigo centro” (SOJA, 1993, p.219). Nela distribuem-se polos comerciais financeiros, mais dispersos à medida que se afastam da cidade central. Também a zona residencial da classe trabalhadora extravasa a fronteira da cidade central, em tentáculos ora reforçados pela linearidade da disposição de pontos industriais, ora exclusivamente residenciais.

A fronteira da área construída deslocou-se ainda mais, e entre ela e a cidade central, próxima a esta última, surge uma cidade externa, composta por múltiplos polos comerciais/financeiros e por uma zona industrial que separa uma zona residencial de elite de uma zona residencial da classe trabalhadora, esta última salpicada por indústrias. Além dessa cidade externa, múltiplos polos comerciais/financeiros dispersam-se até a fronteira da área construída, combinados ora à residência da classe trabalhadora ou à indústria, ora a ambos, ora à residência da elite, nas proximidades da extensão da zona residencial de elite a partir da cidade central. Próxima a um novo distrito industrial surge uma exclusiva zona residencial de elite. Distantes desse novo distrito industrial e da cidade externa localizam-se polos industriais, tão mais dispersos quanto mais se afastam da cidade central em direção à fronteira da área construída (FIG. 9). Trata-se, segundo o autor (*Ibidem*, p.219), de um “arranjo espacial provisório”, marcado pela “suburbanização” e pelo “abandono seletivo do núcleo urbano interno”. Nesse arranjo, detalha, o “antigo centro” torna-se uma

[...] mescla residual de firmas em setores de livre concorrência, indústrias mais antigas, algumas lojas e hotéis de luxo, órgãos fundamentais do estado e do capital financeiro, algumas sedes empresariais remanescentes e sua força de trabalho inflada e irregular, primordialmente composta de minorias e dos segmentos mais pobres da população metropolitana – um exército trabalhista de reserva, geograficamente concentrado e subserviente. (SOJA, 1993, p.219).

FIGURA 9 – A cidade administrada pelo estado fordista segundo Edward Soja



Fonte: SOJA, 1993, p.211.

Que síntese se pode extrair dessas descrições nem sempre coincidentes? Que correspondências há entre cada uma delas e as diferentes fases do capitalismo?⁵⁹

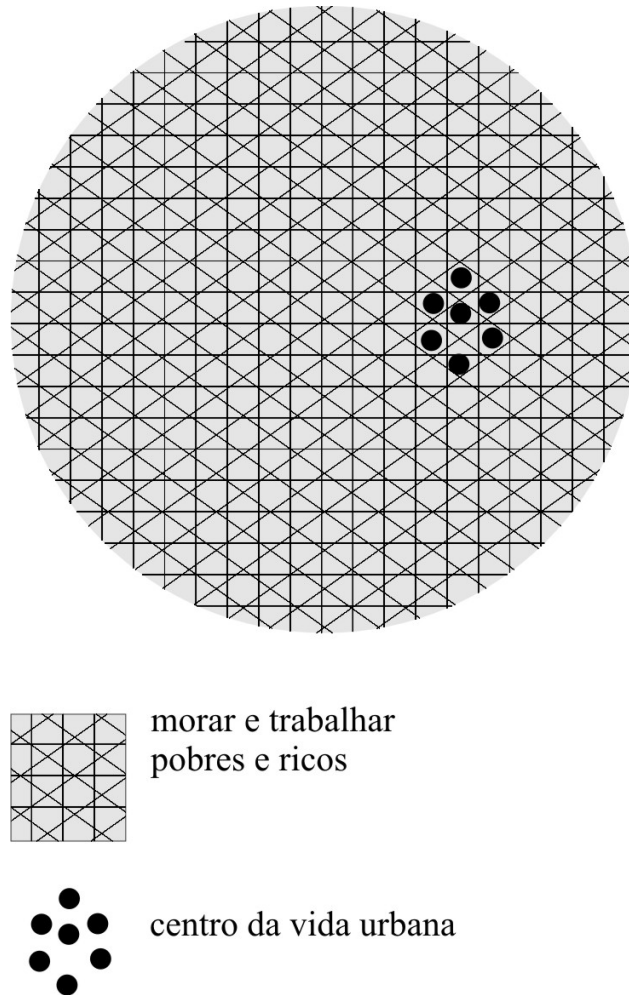
Tomemos primeiramente a *cidade mercantil* (ressalvando-se a inexatidão apontada, mas mantendo-se a expressão empregada pelos autores). A *cidade mercantil* é uma cidade una, onde se misturam grupos sociais e funções: os pobres – a *população em geral* – e os ricos – os *bem sucedidos comerciantes*; o morar e o trabalhar. O que eram, porém, nessa cidade una, as *áreas atacadistas*, as *áreas varejistas*, aquelas que *centralizavam certas atividades culturais e administrativas*, aquelas onde se localizavam as *atividades da pequena burguesia*, o *centro manufatureiro*, o *porto*? Se toda a cidade apresentava uma *elevada densidade urbana*, se a desigualdade manifesta no espaço restringia-se à desigualdade do padrão das moradias, se em torno do porto e das atividades da pequena burguesia girava a vida urbana, havia um centro que se distinguia do não centro, que periferia não era, exclusivamente pelo fato de polarizar a vida urbana? As respostas a essas perguntas podem ser encontradas em Leonardo Benévolo, em Lewis Mumford, nos autores tomados como referência por Martim Smolka e por Edward Soja, ou em outros ainda. Como essa discussão somente nos interessa aqui para que

⁵⁹ Eis aqui uma outra imensa questão: a periodização do capitalismo. Segundo Tom Bottomore (1988, p.285), para Karl Marx o que distinguiria as diferentes fases do desenvolvimento do capitalismo seria “a natureza cada vez mais socializada” da propriedade privada e da apropriação da mais-valia. Do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, a mais-valia absoluta dá lugar à mais-valia relativa, “caracterizando-se aquilo que Marx chamou de submissão ou sujeição real do trabalho ao capital” (BOTTOMORE, 1988, p.285). Embora considere possível contar a história da socialização crescente do capitalismo a partir das transformações nos métodos de produção, Tom Bottomore (1988, p.285) sugere fazê-lo a partir das “transformações das formas de apropriação e das estruturas e relações que orientam a reprodução econômica e a divisão social do trabalho”, do que resultam três fases claramente distintas: o capitalismo concorrencial, o capitalismo monopolista e o capitalismo monopolista de Estado. Em grande medida essa parece ser a posição dos autores aqui tomados como referência, que adotam uma periodização algo semelhante à sugerida por Tom Bottomore. Manuel Castells (1979), em *A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo*, distingue a posição de Paul Sweezy, em *Some problems in the theory of capital accumulation*, daquela de Ernest Mandel, em *Late capitalism*. Enquanto para o primeiro a teoria da tendência decrescente da taxa de juro não seria um instrumento adequado à interpretação das crises do capitalismo, para o segundo a crise recente do capitalismo explicar-se-ia significativamente por aquela tendência. A posição de Manuel Castells é a de que a teoria da tendência decrescente da taxa de juro seria aquela capaz de associar a teoria das crises às causas da acumulação do capital, constituindo a única teoria geral do desenvolvimento capitalista efetivamente explicativa de suas contradições históricas. Não obstante, a validade dessa teoria dependeria da sua necessária articulação à teoria da luta de classes, pois se a primeira explica a influência do capital sobre a sociedade, a segunda explica a influência inversa. Na apresentação a *O capitalismo tardio*, de Ernest Mandel (1982), Paul Singer (1982, p.xvi) discute a periodização adotada pelo economista belga, na qual se distinguem duas fases: a do capitalismo concorrencial e a do capitalismo monopolista ou imperialismo, esta última dividida nas subfases clássica e do capitalismo tardio, e cada uma das *subfases* dividida, por sua vez, em duas ondas longas: uma primeira, “com tonalidade expansionista”, e uma segunda, “com tonalidade de estagnação”. Para o economista brasileiro (SINGER, 1982, p.xvi), a despeito de a interpretação histórica de Ernest Mandel carecer de “um tratamento mais sistemático” que faça jus à perspectiva teórica adotada, seu enfoque “parece ser fundamentalmente correto, ao procurar combinar na mesma análise a evolução do plano tecnológico, as transformações no plano econômico e os eventos no plano político”, numa “visão muito mais abrangente da dinâmica do capitalismo do que as análises de caráter economicista permitem entrever”. Trata-se então de tomar o capital como relação social, o que parece ser também a opção dos autores aqui em discussão, como se verá nos parágrafos seguintes.

realizemos o caminho tomado por Martim Smolka em direção ao objeto que nos é comum – a cidade brasileira –, contentemo-nos com as perguntas e passemos à síntese desejada.

Seria então assim (FIG. 10) esse espaço intraurbano?

FIGURA 10 – *A cidade mercantil*



Fonte: *Croquis* elaborado pela autora.

Corresponde esse espaço a um momento em que o capital atua apenas na esfera da circulação e não, na da produção? Nesse momento, segundo Martim Smolka (1982, p.28), a “divisão funcional urbana” ainda não atingiu a atividade de produção, e, por isso, há poucos empregadores operando “em escala suficiente para criar zonas distintas marcadas por suficiente força gravitacional sobre áreas circunvizinhas”. Aí, segundo Edward Soja (1993), a população é majoritariamente autônoma. Não obstante, já há então pobreza e riqueza, e essa desigualdade é tanto mais aparente na medida em que pobres e ricos ainda não se afastaram nem se separaram.

“Como os diferentes grupos sócio-econômicos viviam e trabalhavam em estreita proximidade nas Cidades Comerciais, essas desigualdades crescentes foram-se tornando cada vez mais evidentes [...]. Quando as desigualdades atingiram seu auge, durante as décadas de 1820 e 1830, os protestos populares pareceram intensificar-se”, escreve David Gordon⁶⁰ (1978 *apud* SOJA, 1993, p.213). Se assim foi na cidade norte-americana, na cidade europeia “os momentos mais explosivos da primeira grande fase de reestruturação urbana” (SOJA, 1993, p.214) deram-se em 1830 e 1848⁶¹.

A “dialética do desenvolvimento desigual e do protesto popular” apontara o “aspecto fundamentalmente espacial das contradições da via comercial para a acumulação do capital”, conclui David Gordon⁶⁰ (1978 *apud* SOJA, 1993, p.214). Ante tal constatação, seria preciso contrapor um outro modo de acumulação “mais opaco”, este em que os lucros pudessem ser “mascarados”; seria preciso aniquilar, no espaço, “as transparências pré-capitalistas dos relacionamentos sociais imediatos” (GORDON⁶⁰, 1978 *apud* SOJA, 1993, p.214), suprimindo do espaço essa tragédia, como se suprimiria dos produtos a sua.

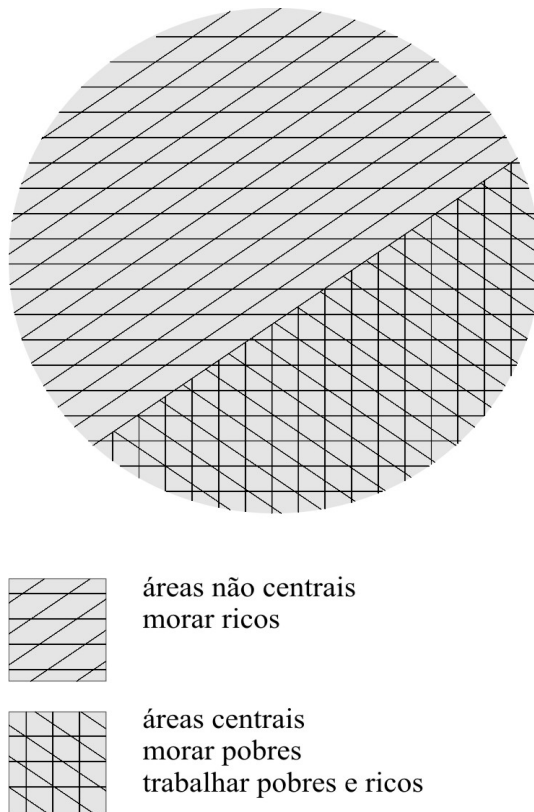
Tomemos agora a *cidade manufatureira*, esta que se situa entre a transparência e a opacidade. Nas áreas centrais – *degradadas* –, misturam-se funções, inclusive as fábricas, mas paulatinamente não mais se misturam aí grupos sociais. Nas áreas não centrais – *caras e mais aprazíveis* – não se misturam funções nem grupos sociais: a residência e os ricos começam a se afastar.

Seria então assim (FIG. 11) esse espaço intraurbano?

⁶⁰ Ver nota 52.

⁶¹ A esse respeito vale conferir *A era das revoluções: Europa, 1789-1848* (1991) e *A era do capital: 1848-1875* (1978), de Eric Hobsbawn. Note-se a periodização que conduz a sua *História da civilização*, composta por esses volumes e por *A era dos impérios: 1875-1914* (1988), posteriormente complementada por *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991* (1995).

FIGURA 11 – A cidade manufatureira



Fonte: *Croquis* elaborado pela autora.

Aqui, o capital já atua na esfera da produção? Ainda que, num primeiro momento, a acumulação industrial dispensasse a concentração das fábricas na “grande cidade”, como conta Martim Smolka (1982, p.30), num segundo momento a sua concentração ali, e próxima à moradia operária, torna-se requisito também para “o controle sobre o processo de produção facilitado pela rotatividade da mão-de-obra” (SMOLKA, 1982, p.31) e para “a reprodução das relações sociais de produção dominantes inclusive na esfera ideológica” (*Ibidem*, p.32). Para os trabalhadores, tratava-se da acessibilidade ao trabalho: o emprego era casual, as jornadas de trabalho eram irregulares e longas, e os salários, baixos. “Este padrão [...] minimizava a distância entre os diferentes empregadores potenciais para todos os membros da família”, esclarece Smolka (1982, p.32).

Num terceiro momento, aquela concentração e aquela proximidade produziram “efeitos opostos, com a eclosão de movimentos de resistência às condições de trabalho (greves etc.) que facilmente contaminava toda a classe operária em vista da dependência que

as comunicações tinham então da proximidade física” (SMOLKA, 1982, p.34)⁶². É a vez de a indústria deslocar-se, solução “socialmente imperativa e economicamente viável” (*Ibidem*, p.35). Ora, ao mesmo tempo em que se operam uma verticalização da hierarquia de comando e uma divisão do trabalho “através da especialização de empregos e do acesso seletivo a níveis superiores da hierarquia”, criando-se “novos estratos sociais diferenciados ao nível de renda, das qualificações, da identificação com a autoridade, da consciência operária e da estabilidade e local do emprego” (*Ibidem*, p.35), opera-se uma crescente concentração de capital com a introdução do sistema corporativo. Em menor número, responsáveis por um volume maior de produção e funcionando agora sob o imperativo da “linha de montagem” (introduzido com a substituição do vapor pela energia elétrica), as indústrias crescem em porte e deslocam-se em direção à terra farta e barata.

Assim também analisa Soja (1993, p.216):

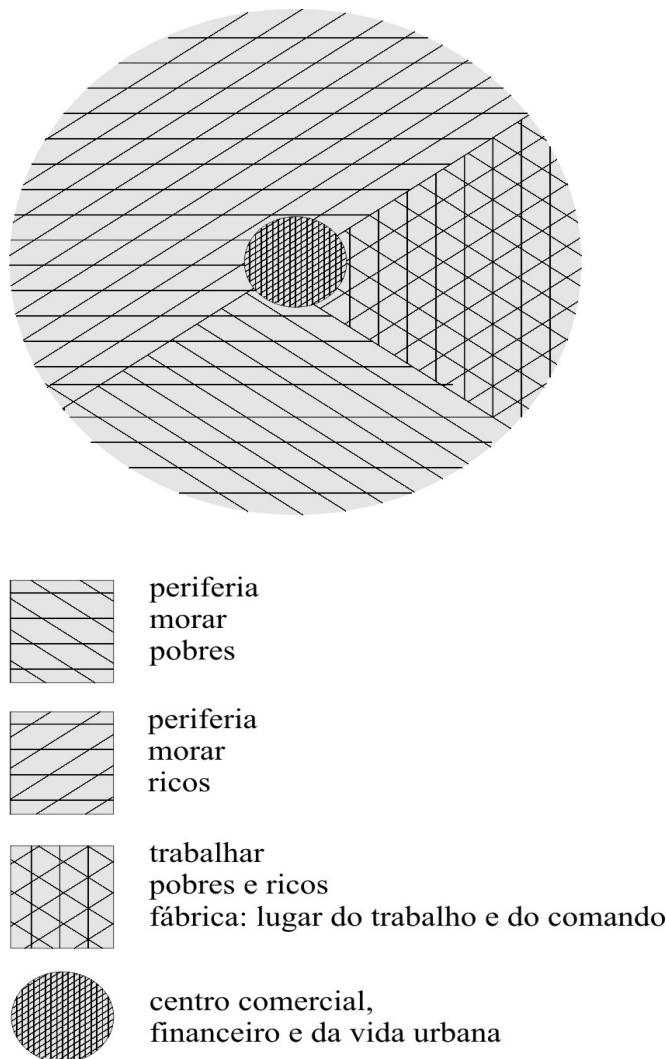
A eficiente centralização geográfica das fábricas e das comunidades da classe trabalhadora que caracterizou a cidade industrial clássica pareceu gerar uma consciência e militância reforçadas da classe trabalhadora [...]. Não apenas a acumulação capitalista tinha se tornado mais lenta, como também a espacialidade disciplinar da vida urbana fora enfraquecida. Até a Paris de Haussmann fora tomada, mesmo que brevemente, pelos membros da Comuna.

Seria preciso então outra opacidade – “a maior centralização empresarial, o aumento da segmentação da força de trabalho em setores monopolistas e de livre concorrência, as novas tecnologias de produção e a separação entre as funções administrativas e de produção” – e, com ela, a reorganização “da divisão espacial do trabalho na urbanização capitalista” (SOJA, 1993, p.217). Sob ela, restaurar-se-iam “as condições de acumulação lucrativa do capital e de controle da mão-de-obra” (*Ibidem*, p.217).

⁶² Em *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, Michele Perrot (1988) trata das “três eras da disciplina industrial na França do século XIX”. Sua tentativa de periodização é, segundo ela própria (PERROT, 1988, p.54), “largamente hipotética”. Na “era do olhar”, ainda no século XVIII, é restrito o corpo de vigilantes, e o que eles controlam, visualmente, é o furto das matérias-primas e a qualidade dos produtos. Na “era clássica”, o regulamento da fábrica torna-se a peça-chave do sistema. O que o “pessoal de fiscalização técnica” (*Ibidem*, p.70) controla então, pelas sanções, é o corpo do operário: seus gestos e seu comportamento, o que a introdução da máquina torna ao mesmo tempo necessário e possível. Através de uma “política de ordenamento do espaço”, cuja expressão mais contundente seriam as “cidades-fábricas” (*Ibidem*, p.71), e de uma “política de interesses materiais e segurança”, prenúncio daquela das “grandes firmas do capitalismo moderno” (*Ibidem*, p.72), já aí a disciplina estende-se também à vida cotidiana dos trabalhadores. No início do século XX, uma crise disciplinar, desencadeada pela reivindicação operária – agora qualitativa, focada na necessidade de tempo livre –, levaria à reorganização do trabalho e ao esboço de uma nova disciplina, cuja inovação se encontra “nos procedimentos salariais (desenvolvimento dos salários-incentivo), numa reorganização técnica com finalidades amplamente sociais que precede e prepara o taylorismo” (*Ibidem*, p.72). A fonte dessa “Nova Fábrica”, e da sua disciplina “contratual e científica”, seria “a intervenção crescente do Estado e dos engenheiros” (*Ibidem*, 1988, p.76). Não obstante, nenhum sistema disciplinar, ainda que sua finalidade seja o triunfo sobre uma resistência, chega a se realizar completamente.

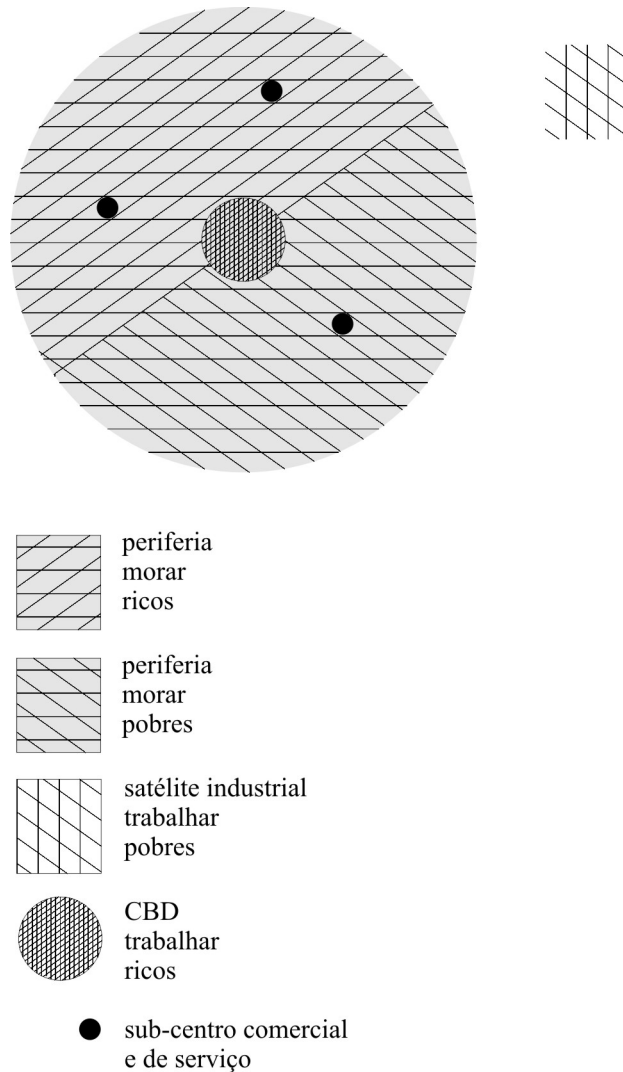
Da *cidade mercantil* à *cidade industrial* ou *industrial de livre concorrência*, apaga-se a mistura de funções e de grupos sociais, restando apenas uma proximidade: aquela entre o lugar do trabalho e do comando – a fábrica – e a moradia operária. Surge então o Centro – comercial, financeiro... e da vida urbana? Fora dele, a periferia industrial, a periferia pobre e a exclusiva periferia rica. Da *cidade industrial* ou *industrial de livre concorrência* à *cidade do capitalismo monopolista* ou *do monopólio empresarial*, separam-se o lugar do trabalho e o lugar do comando respectivamente entre a periferia industrial e o Centro. Este, por sua vez, desmembra-se: as áreas residenciais ganham seus próprios centros comerciais e de serviços... e da vida urbana? Separa-se o limite da cidade central do limite da área construída: surge o *satélite industrial*, e a cidade torna-se o *antigo núcleo urbano* (FIG. 12 e 13).

FIGURA 12 – A *cidade industrial* ou *industrial de livre concorrência*



Fonte: *Croquis* elaborado pela autora.

FIGURA 13 – A cidade do capitalismo monopolista ou do monopólio empresarial



Fonte: *Croquis* elaborado pela autora.

Para Martim Smolka (1982, p.42), nessa fase do capitalismo, “de seu papel mais restrito, associado ao controle direto da força de trabalho nas unidades de produção”, a segregação social passa a “identificar-se mais com a questão da realização da mais valia”. Assinala o autor (SMOLKA, 1982, p.42, grifos nossos): “A unidade entre estas duas instâncias da acumulação capitalista é dada ao nível do processo de socialização geral da produção que especifica o urbano. Fenômenos urbanos adquirem com isto uma certa autonomia, já que correspondem mais a questões relativas à divisão do trabalho na sociedade e não tanto à divisão do trabalho na unidade de produção”. Os principais processos ainda se enquadram “na temática mais ampla do controle da força de trabalho, somente que agora de maneira estendida e geral. Ou seja, a ênfase está na forma de controle social, portanto, nos quesitos identificados ao nível imediato da unidade de produção e, de maneira mais ampla, nas condições de reprodução da

força de trabalho”, explica (*Ibidem*, p.46). Do que se infere que “é através da organização e administração de meios de consumo coletivo que, na fase do capitalismo monopolista, em larga medida, se reestrutura a segregação social no espaço urbano” (*Ibidem*, p.47). Assim:

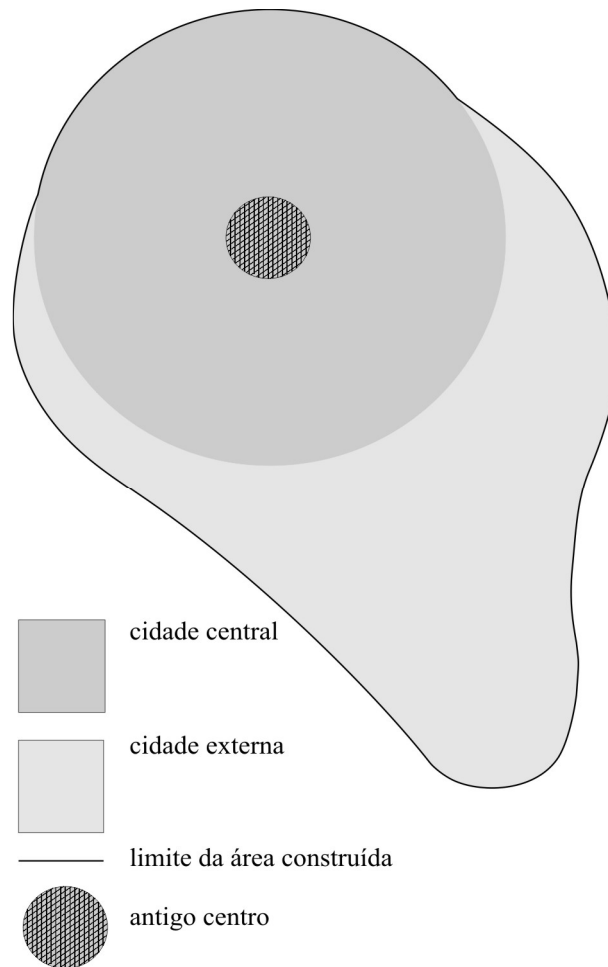
É a partir do enfrentamento das contradições inerentes à acumulação de molde monopolista que se efetiva a adequação desta estruturação urbana à reprodução estendida da força de trabalho adequada à socialização da produção em geral. Não se trata, portanto e por assim dizer, de uma suposta conspiração capital monopolista-Estado, já que os critérios de produção e distribuição dos meios de consumo coletivo são definidos a partir das condições objetivas apresentadas pelas crises muitas vezes localizadas (social e espacialmente) que refletem dificuldades mais estruturais no processo de acumulação como um todo. (SMOLKA, 1982, p.47, grifos nossos).

Na *cidade administrada pelo estado fordista*, entre o limite da cidade central e o limite da área construída, surgem um *novo distrito industrial* e uma *cidade externa*; é o Centro que se torna então o *antigo centro*. Se a tônica agora é a dispersão, as justaposições (há muito não mais imbricações) que daí resultam dão-se entre funções – morar, comerciar, trabalhar – mas não entre grupos sociais. Tanto quanto ocorrera com os centros comerciais/financeiros na *cidade do monopólio empresarial*, as indústrias e as áreas residenciais pulverizam-se. Corresponde esse “sistema urbano” – não mais cidade e não mais cidade empresarial, mas “sistema urbano administrado pelo Estado” – a um momento em que o Estado assume um papel ainda mais importante no “fomento da acumulação e na manutenção de uma disciplina trabalhista legitimada” (SOJA, 1993, p.218)⁶³, o que se traduz em “políticas keynesianas de estimulação da demanda, controles monetários e fiscais, planejamento econômico, investimentos industriais dirigidos pelo Estado e programas de previdência social (especificamente voltados para aliviar as pressões da classe trabalhadora e reduzir a inquietação social)” (*Ibidem*, p.218-219)⁶⁴ (FIGURA 14).

⁶³ Aqui, Edward Soja (1993, p.220) pergunta-se qual seria o “rótulo mais adequado” a esse “regime particular de acumulação e a essa modalidade de regulação”. Qualquer que seja ele – “capitalismo monopolista estatal”, para uns; “capitalismo do estado autoritário”, para Nicos Poulantzas; “système étatique”, para Henri Lefebvre; “capitalismo tardio”, para Ernest Mandel; ou “alcunhas” que “ligaram a acumulação e a regulamentação ao fordismo” –, entretanto, esse “capitalismo ‘diferente’ produziu uma espacialização urbana ‘diferente’” (SOJA, 1993, p.220).

⁶⁴ A esse momento seguir-se-ia uma “outra rodada conjunta de reestruturação” (SOJA, 1993, p.221), desencadeada pela transformação do que havia sido uma “parte da solução” em “parte do problema”, sob uma crise ao mesmo tempo velha – associada aos “problemas de subprodução/subconsumo” – e nova – associada à reprodução.

FIGURA 14 – A cidade administrada pelo estado fordista



Fonte: *Croquis* elaborado pela autora.

Quais processos se veem aqui? O do rompimento de uma unidade e o de uma crescente fragmentação: espaços disto, daquilo; espaços destes, daqueles. Para Henri Lefebvre (2000, p.152), trata-se de um único momento: o da passagem da pré-história à história do espaço, esta última coincidente com “la accumulation du capital, de sa phase primitive au marché mondial dans le règne de l’abstraction”⁶⁵.

Que tudo isso tenha se dado sob a regência de um plano único, que esse espaço tenha sido produzido “en pleine et entière connaissance des causes, des effets, des raisons et implications” (LEFEBVRE, 2000, p.47) – “com pleno e inteiro conhecimento das causas, efeitos, razões e implicações” (LEFEBVRE, 2006, n.p.) –, não é razoável supor, mas, efetivamente, “chaque société (donc chaque mode de production avec les diversités qu’il

⁶⁵ “a acumulação do capital, de sua fase primitiva ao mercado mundial no reino da abstração” (LEFEBVRE, 2006, n.p.). Veremos no último capítulo desta tese como o autor narra essa história do espaço e como, em sua narração, essa história é mais do que a da acumulação, mais até do que a da opacidade das relações sociais de produção.

englobe, les sociétés particulières où se reconnaît le concept général) produit un espace, le sein” (LEFEBVRE, 2000, p.40) – “cada sociedade (conseqüentemente cada modo de produção com as diversidades que engloba, as sociedades particulares nas quais se reconhece o conceito geral) produz um espaço, o seu” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

Mais do que isso, contudo, se “toute réalité donnée dans l’espace s’expose et s’explique par une *genèse* dans le temps [...], une activité qui se déroule dans le temps (historique) engendre (produit) un espace et ne prend que dans un espace une ‘réalité’ pratique, une existence concrète”⁶⁶ (LEFEBVRE, 2000, p.136).

2.3 Tipologias brasileiras

2.3.1 As estruturas de Martim Smolka

No Capítulo II do seu *Estruturas intra-urbanas e segregação social no espaço*, Martim Smolka (1982, p.48) ressalta não só, e mais uma vez, o caráter “caricatural” do modelo clássico de estruturação urbana como também o distanciamento deste da experiência da cidade brasileira, o que se daria “principalmente porque o capitalismo aqui desenvolveu-se com base em circunstâncias marcadamente distintas daquelas dos países hoje tidos como desenvolvidos”. Em função dessa distinção, que torna desaconselhável a “transposição mecânica de certas relações, historicamente identificadas, entre o desenvolvimento capitalista e a estrutura urbana”, o que o autor pretende, naquele capítulo e nos seguintes, dedicados à cidade brasileira, é “levantar alguns elementos específicos do desenvolvimento capitalista brasileiro que teriam de certo modo exercido influência marcante na estruturação interna urbana” (SMOLKA, 1982, p.50).

É curiosa, na última frase, a combinação das expressões “de certo modo” e “marcante”. Igualmente curiosa é a ideia de que, aqui, *alguns elementos específicos do desenvolvimento capitalista*, e não especificamente os problemas colocados no cerne do processo de acumulação, tal como apontado anteriormente pelo autor, influenciariam a estruturação intraurbana da cidade brasileira. Mas a leitura cirúrgica – a dissecação – de qualquer texto, inclusive deste aqui, pode facilmente roubá-lo de si⁶⁷. Vejamos, então, em

⁶⁶ “toda realidade dada no espaço se expõe e se explica por uma *genese* no tempo [...], uma atividade que se desenvolve no tempo (histórico) engendra (produz) um espaço e somente no espaço assume uma ‘realidade’ prática, uma existência concreta” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

⁶⁷ A esse respeito, vale conferir *Os limites da interpretação*, de Umberto Eco (1995).

primeiro lugar, tal como procedemos no item anterior, como o autor descreveu a estrutura da cidade brasileira, para somente depois compreendermos o significado daquilo que nos pareceu curioso.

A periodização adotada pelo autor pode ser assim traduzida: a cidade colonial, a cidade comercial, a cidade desde meados do século XIX até os anos 30, a cidade a partir dos anos 30. Consideremos todas as categorias sugeridas pelo autor – exceto a última, por razões já explicitadas na Introdução –, com o intuito de penetrar no seu texto, percorrendo o caminho que foi o seu.

Para a descrição da *cidade colonial*, Martim Smolka (1982, p.52) vale-se do “fascinante trabalho do Prof. Nestor Goulart Reis Filho”, que abarca o período entre 1500 e 1720, e foca sua síntese nos centros construídos pela Coroa em território dela, “núcleos maiores” na frouxa rede urbana de então⁶⁸. Habitados por “administradores civis e militares, comerciantes, religiosos e artesãos”⁶⁹, esses núcleos tinham “alguns elementos de vida permanente, mas suas fases de maior atividade ocorriam somente com a presença dos grandes proprietários rurais nas datas e estações de costume” (REIS FILHO, 1968 *apud* SMOLKA, 1982, p.53)⁷⁰. Sua forma urbana era concentrada⁷¹, caracterizando-se pela “localização de

⁶⁸ *Cidade no Brasil, terra de quem?* (1991) e *Nosso chão: do sagrado ao profano* (1989), ambos de Murillo Marx, também tratam desse “processo pretérito de criação urbana”, para usar as palavras de Milton Santos (1993, p.19) em *Urbanização brasileira*. Igualmente o faz *Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*, de Roberta Marx Delson (1979), embora, diferentemente, se trate aí dos núcleos menores.

⁶⁹ E quanto aos escravos, não *habitavam* também eles essa cidade?

⁷⁰ Uma “vida urbana intermitente” (REIS FILHO, 1968, p.18) significa, para Murillo Marx (1989, p.7), “um cotidiano pobre”. Nesse “cotidiano pobre”, segundo o autor, os acontecimentos eram de “cunho ritual”: “as festas católicas e as manifestações que elas ensejavam constituíam quase que os únicos momentos de animação maior, momentos excepcionais, num palco de atividades muito medíocres” (MARX, Murillo, 1989, p.7). “Cessado o movimento dos senhores de terra”, conta Nestor Goulart Reis Filho (1968, p.97), a cidade adquiria “um aspecto de abandono e desolação”. Seus “pontos focais”, aponta Murillo Marx (1989, p.8), “eram quase que somente adros de igrejas e ruas privilegiadas por onde passavam as procissões”.

⁷¹ Para Martim Smolka (1982, p.55), esse “viés concentracionista [...] reproduzia de certa maneira formas urbanísticas (medievais) importadas” e resultava, “aparentemente, da dificuldade de acesso à terra num contexto em que os títulos de propriedade já haviam sido pré-estabelecidos, isto é, antes mesmo de sua ocupação”. Murillo Marx questiona a extensão desse preestabelecimento. Para ele, “no mundo português, sem as correspondentes explicitações em detalhe do regime para a distribuição da terra urbana, como de resto da rural, nem as dos limites ou fronteiras entre a eclesiástica e a civil, tudo dependeu muito mais da vivência e evolução das povoações” (MARX, Murillo, 1989, p.48), o que teria se acentuado a partir do século XVIII. “Mais livre em relação ao Estado do que a da América espanhola, a municipalidade do Brasil Colônia era, entretanto, menos inovadora em relação ao protótipo estabelecido pela metrópole” (*Ibidem*, p.48): daí então a importação e a reprodução da forma urbana medieval de que fala Martim Smolka (1982). Roberta Marx Delson (1979, p.100), por sua vez, irá asseverar que, à exceção da “outorga de terra nas poucas cidades reais do Brasil, o tratamento medieval da posse da terra foi transferido intacto para a colônia”. O direito de aquisição de terra, continua, “não foi promulgado senão em 1690 e no século seguinte, quando a Coroa aproveitou a oportunidade de ampliar a sua autoridade, assumindo total responsabilidade pela distribuição de terras”. Embora tal constatação pareça contrariar Murillo Marx, para quem, ainda, a superposição de instâncias de poder – “da metrópole ao local” (MARX, Murillo, 1989, p.49) – concorreu para a adoção de “procedimentos tácitos e costumeiros”, segundo a sua autora e conforme estudos sobre o Brasil pós-colonial

edifícios públicos (da administração e da igreja) em áreas privilegiadas em torno das quais alinhavam-se habitações combinadas ao local de trabalho” (SMOLKA, 1982, p.54). Distantes dali, as chácaras dos grandes proprietários rurais, que iam sendo parceladas à medida que os núcleos urbanos cresciam, fenômeno que, para o autor, sugere que “os atuais padrões de periferação extensiva urbana têm suas raízes estabelecidas já de longa data!” (*Ibidem*, p.55)⁷². Quanto aos serviços públicos, “desde o abastecimento de água, transporte de pessoas e cargas, iluminação, abastecimento em geral, serviços de esgoto” (REIS FILHO, 1968 *apud* SMOLKA, 1982, p.55), esses eram realizados pelos escravos⁷³.

A estrutura da *cidade comercial* pouco difere daquela da *cidade colonial*; apenas se intensificam as tendências ali apontadas. Já agora, contudo, “os grandes proprietários rurais passam a despender maior parte do tempo” na cidade, que recebe “uns poucos melhoramentos físico-urbanísticos (calçamento etc.)” (SMOLKA, 1982, p.56). A indústria é então “domiciliar” (*Ibidem*, p.59-60): “fábricas de quintal, oficinas nas quais patrão e empregado trabalhavam lado a lado, utilizando poucas máquinas”, quando não se valiam da mão de obra escrava. Somente por volta de 1840 surgem as “verdadeiras fábricas, mais robustas e modernas” (*Ibidem*, p.60).

Ainda na segunda metade do século XIX, quando ocorre um primeiro “surto industrial”, essas *verdadeiras fábricas* precisam localizar-se próximas a fontes de energia natural, num “relativo esparsamento geográfico” (SMOLKA, 1982, p.69). Nem as fábricas se concentravam onde havia mão de obra disponível, nem vice-versa. Eram, como expressa o

por ela mesma mencionados, a tentativa, por parte dos portugueses, de “reformular as práticas brasileiras de posse da terra”, desafiando “a própria fonte de poder que estava por trás das grandes propriedades” – a oligarquia agrária –, não resultou na substituição dessa força pela desejável lealdade de “minifundiários satisfeitos” (DELSON, 1979, p.100). Não obstante, ressalva, no século XVIII, “apesar dos fracassos [...] a Coroa conseguiu estabelecer precedente para o controle da distribuição de terras pela autoridade real, para a supervisão governamental das subdivisões urbanas [...]” (*Ibidem*, p.100). Como se vê, não é sem razão que Martim Smolka (1982, p.55) empregou o termo “aparentemente” quando se referiu ao fato de que seria a propriedade da terra a impor dificuldades à expansão da cidade colonial. A tentativa de subtraí-lo, aqui grosseiramente esboçada, representaria um mergulho, na história da cidade colonial, tão fundo quanto o realizado nos dois trabalhos citados, cujas fontes são primárias. Mergulhando-se aí, poder-se-ia chegar a quão livre fora a terra brasileira antes da promulgação da chamada Lei de Terras, em 1850. Sobre essa questão, vale ainda conferir *O cativo da terra*, de José de Souza Martins (2010), para quem a combinação entre terra livre e trabalho cativo seria invertida a partir de então.

⁷² Em função, *aparentemente*, daquelas dificuldades impostas ao acesso à terra, a expansão urbana nesse período era “parcimoniosa, dependendo desde aquela época do parcelamento de chácaras localizadas na periferia” (SMOLKA, 1982, p.55). Não é possível averiguar se tal parcimônia devia-se também a um parcimonioso crescimento da população urbana. Como observa Milton Santos (1993, p.21-22), com base em outros autores, é difícil contabilizar tal crescimento, “já que somente após 1940 as contagens separavam a população das cidades e das vilas da população rural do mesmo município”.

⁷³ Também os escravos *habitavam* a cidade, então. Se nos foi dado conhecer qual era o *movimento dos senhores de terra*, qual seria o *movimento* dos escravos, já que, pelo menos devido ao fato de estarem incumbidos dos serviços públicos, é certo que, além de *habitar*, também se movimentavam pela cidade? Iguamente, qual seria o movimento dos *administradores civis e militares, comerciantes, religiosos e artesãos* que *habitavam* a cidade?

autor, “pequenas as ‘economias de urbanização’ de que poderiam valer-se” (*Ibidem*, p.72). Assim sendo, mais do que o surgimento de tais fábricas, o que teria alterado a estrutura intraurbana no período, sobretudo no Rio de Janeiro, seriam as obras de remodelação do centro, já no início do século XX. Essas obras deslocariam a população residente no centro para os subúrbios e o comércio atacadista para os distritos rurais e inviabilizariam “as atividades artesanais e os serviços pessoais que dependiam da ineficiência da planta urbana” (*Ibidem*, p.72)⁷⁴. Nesse mesmo momento, estabelecer-se-ia um “marco importante na história da segregação social urbana brasileira: o desenvolvimento, por interesses privados, de grandes e novas áreas bem dotadas de infra-estrutura e reservadas a estratos sociais bem definidos” (*Ibidem*, p.76), principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Daí resultaria “uma concentração, em poucas áreas, de uma variedade de equipamentos e de serviços, em oposição a uma distribuição espacial mais extensiva, embora menos variada destes meios” (*Ibidem*, p.79), com expressivo impacto sobre a segregação social no espaço. A demanda pelas “habitações de alta classe”, naquelas *áreas bem dotadas*, respondia então à riqueza acumulada por “proprietários rurais absenteístas, administradores públicos e comerciantes” (*Ibidem*, p.78).

Vejamos o que se pode elucidar sobre as relações explicitadas pelo autor entre a estrutura intraurbana e a dinâmica da acumulação nesses três períodos.

Na *cidade colonial*, como explicita o autor (SMOLKA, 1982, p.52), “todos os efeitos dinâmicos da produção eram por assim dizer transferidos para os mercados urbanos no exterior”. A acumulação, então, resultava somente em que “ocupavam-se mais terras, importavam-se mais escravos, aumentando o número de proprietários” (REIS FILHO, 1968 *apud* SMOLKA, 1982, p.52), isto é, resultava não numa outra estrutura mas numa ampliação da existente. Milton Santos (1993, p.20) irá dizer que, até o século XVIII, “tratava-se muito mais da geração de cidades, que mesmo de um processo de urbanização”.

Num Brasil “subordinado a uma economia natural” (SANTOS, Milton, 1993, p.20), “grande arquipélago formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior” (*Ibidem*, p.26), a cidade era “bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante” (*Ibidem*, p.17)⁷⁵. Em sua síntese, Martim Smolka (1982, p.55) define esse papel como o do

⁷⁴ O autor ressalva que essa última hipótese deve ser “devidamente balizada por informação histórica concreta” (SMOLKA, 1982, p.72). No Capítulo 3 veremos como tal inviabilização não se dará tão drasticamente.

⁷⁵ Para o autor, o desencadeamento do processo de urbanização – a partir do século XVIII – coincidiria com o momento em que “a casa da cidade torna-se a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor de engenho” (BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo: DIFEL, 1978, p.56 *apud* SANTOS, Milton, 1993, p.19). No século XIX a urbanização atingiria “sua maturidade” e, no século XX, adquiriria “as características com as quais a conhecemos hoje” (SANTOS, Milton, 1993, p.19).

exercício do controle de uma economia cujas bases, entretanto, se situam fora da cidade⁷⁶. Em relação à cidade europeia, pondera o autor, eram poucas aqui as atividades voltadas ao mercado, mesmo ao rural⁷⁷. Assim como “as atividades públicas [...] conferiam identidade” à cidade, era “de gastos públicos diretos” que provinha o seu dinamismo, movido também por “transferências do setor rural na forma de residências ocupadas esporadicamente por seus proprietários” (SMOLKA, 1982, p.56).

Segundo Paul Singer (1993, p.98), no capítulo “Campo e cidade no contexto latino-americano” de seu *Economia política da urbanização*, dois setores econômicos combinavam-se então: o “Setor de Mercado Externo” e o “Setor de Subsistência”. Até o momento em que o primeiro se sobrepunha ao segundo, por volta do século XVIII, o papel da cidade era “essencialmente estéril”, isto é, esta absorvia parte do excedente extraído do campo, mas, em troca, nada lhe oferecia⁷⁸. Para o economista, entre campo e cidade não havia ainda divisão do trabalho. Quando, entretanto, surge a “fazenda”⁷⁹, inicia-se a reorganização das forças produtivas no Setor de Subsistência: “o excedente alimentar produzido pela economia de subsistência vai animar agora uma vida comercial cada vez mais ampla” (SINGER, 1993, p.102). Da “cidade da conquista”, cujo papel não é outro senão o de concentrar e potencializar “a força de coerção da metrópole no corpo da sociedade colonial” (*Ibidem*, p.98) e à qual cabe “exportar sem contrapartida o máximo possível do excedente colonial” (*Ibidem*, p.104), passa-se à “cidade comercial”, “fulcro da vida política colonial e berço dos movimentos que deflagram a luta

⁷⁶ Segundo Caio Prado Júnior, em *História econômica do Brasil*, as bases dessa economia estavam fora não apenas da cidade na colônia mas também da metrópole. Portugal, o “Reino”, “não era nem consumidor dos produtos coloniais, que se destinavam a outros mercados, nem fornecedor dos produtos consumidos no Brasil”; era, sim, “simples intermediário, imposto e parasitário” (PRADO JÚNIOR, 1945, p.133).

⁷⁷ Também em *História econômica do Brasil*, Caio Prado Júnior (1945) enumera e descreve as atividades econômicas desenvolvidas na colônia. No que se refere às “artes mecânicas e manufaturas”, o historiador distingue aquelas que se exercem nos centros urbanos daquelas que se exercem na zona rural. Nessa última, para o funcionamento dos estabelecimentos agrícolas ou de mineração, para o atendimento às necessidades dos seus moradores – os proprietários, a sua família e os trabalhadores, escravos ou não – e em função “das distâncias que [...] [a separa] dos centros populosos, mercê da extensão dos domínios ou por outras considerações de ordem prática e econômica”, torna-se necessária “a presença de toda uma pequena indústria de carpinteiros, ferreiros e outros, bem como, freqüentemente, até de manufaturas de pano e vestuário” (PRADO JÚNIOR, 1945, p.114). Destaca-se, em Minas Gerais, a presença até mesmo de pequenas siderurgias. Se essa pequena indústria – “à primeira vista despercebida”, “entregue a escravos mais hábeis ou às mulheres da casa” – completa “a autonomia dos grandes domínios rurais”, ela também “constitui o embrião de uma indústria de mais vulto e expressão”, que, no entanto, irá “gorar no seu nascedouro” (*Ibidem*, p.114). Nos centros urbanos, são mais numerosas as “profissões mecânicas”, exercidas em geral pelos “mulatos, que são, ao que parece, os mais hábeis entre os nacionais”, nas olarias, nas caieiras, nas cerâmicas, nos curtumes, nas manufaturas têxteis e “do ferro” (*Ibidem*, p.115). Dentre as duas últimas, apenas a última beneficiar-se-ia da “aragem de liberalismo e maior clarividência nos assuntos coloniais que começa a soprar na metrópole desde os últimos anos do século XVIII”, ainda assim, desvitalizada pela oposição antes “tenaz” da administração colonial (*Ibidem*, p.115). Não se ocupa o autor, infelizmente, da construção civil como manufatura.

⁷⁸ O autor refere-se aqui à esterilidade da cidade como centro de produção no âmbito estritamente econômico.

⁷⁹ Paul Singer (1993) distingue a “fazenda” da “plantação” assim como distingue o “plantador”, que produz para o mercado externo, do “fazendeiro”, que produz para o mercado interno.

pela independência” e à qual cabe “transformar o excedente *comercializável* em comercial” (*Ibidem*, p.103-104). Surge, assim, nessa cidade, uma nova classe: “de comerciantes, financistas (usurários), transportadores” (*Ibidem*, p.104). Além destes, atraídos pelas “comodidades e o brilho da vida urbana”, os fazendeiros ali estabelecem suas residências, “gastando em serviços urbanos parcelas crescentes de sua renda”, bem como “em todos os tipos de bens de luxo, geralmente importados” (*Ibidem*, p.103). Para Milton Santos (1993), começa aí a urbanização brasileira. E se já não se trata mais do mero processo de surgimento de cidades, para Paul Singer (1993) trata-se de um processo em que se acentua o predomínio da cidade sobre o campo⁸⁰. Para Caio Prado Júnior (1945), a obra colonizadora chegara ao seu término.

E para nós? Para nós resta destacar o fato de que, se tais processos não se faziam acompanhar por uma mudança na estrutura interna da cidade, como apontado por Martim Smolka (1982), a vida na cidade estava mudando. O *movimento dos senhores de terra* (esse que nos foi dado a conhecer) não mais cessava, pois não? Havia *comodidades*, e *brilho*, na vida que já se nomeia “urbana”. Que essa mudança, e não aquela, corresponda a uma incompletude, ou ambiguidade, ou contradição, ou paradoxo, na passagem da *cidade colonial* ou *da conquista* à *cidade comercial*, esta é, finalmente, uma hipótese que pode ser averiguada.

Ruben George Oliven, em *Urbanização e mudança social no Brasil*, cita alguns relatos de viajantes estrangeiros que aqui afluíram após a abertura dos portos, não sem ressaltar que tais relatos tratam de um Rio de Janeiro “cosmopolita”, posto que “corte” (não da Bahia, nem de Pernambuco ou das pequenas cidades do norte e do interior, conforme os relatos de viajantes mais afeitos à comparação), e, aí, da “classe alta”, com a qual os viajantes “tinham contato mais íntimo” (OLIVEN, 1980, p.59-60).

De qualquer forma, nas ruas da corte por onde se movimenta a *classe alta*, ainda que não exclusivamente, já são raros “os extravagantes trajes, quer de homens, quer de mulheres”, e “apenas algumas velhas, quase sempre gente de cor, ainda se vêem a usar o pente e a mantilha” (GARDNER⁸¹, 1942, p.5-6 *apud* OLIVEN, 1980, p.59). Estamos já entre 1836 e 1841, quando o narrador George Gardner percorre o Brasil. “Há na cidade um ar de pressa e atividade bem

⁸⁰ Segundo o autor, adquirindo “preeminência comercial sobre amplas áreas rurais”, algumas cidades-chaves passam “aparentemente a incorporar em si todas as funções de dominação, a de exploração imediata do campo e a mais elevada, de cúpula de todo o sistema” (SINGER, 1993, p.105). Trata-se, então, claramente, de um processo heterogêneo, concentrador. Milton Santos (1959 *apud* SANTOS, Milton, 1993, p.20) chama a atenção para o fato de que, já entre o século XVII e o XVIII, Salvador contava 100.000 habitantes, enquanto “nos Estados Unidos nenhuma aglomeração tinha mais de 30.000”. Eram poucas as cidades-chaves: além de Salvador, São Luís do Maranhão, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo (PRADO JÚNIOR, 1945, p.21). Se a representatividade delas no total da população do país era de 5,7%, tal se devia mais ao fato de serem elas poucas do que ao fato de ser pouca a sua população.

⁸¹ GARDNER, George. *Viagens no Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. São Paulo: Nacional, 1942.

agradável aos olhos europeus” (GRAHAN⁸², 1956, p.188 *apud* OLIVEN, 1980, p.60), escreve, referindo-se à corte, Mary Grahan, moradora em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro entre 1821 e 1823.

De qualquer forma, Ruben George Oliven (1980, p.60) parece concordar com a hipótese de Maria Isaura Pereira de Queiroz⁸³, segundo a qual “a difusão de um modo de vida burguês começou a ocorrer no Brasil aproximadamente a partir de 1820, muito antes de o país começar a se tornar industrializado”. “Este novo modo de vida”, avança o autor, “diferenciou a população urbana não somente de acordo com níveis econômicos, mas principalmente do ponto de vista cultural, já que os estratos superiores adotaram o requinte e o arremedo de vida intelectual como um símbolo de distinção” (OLIVEN, 1980, p.60). De qualquer forma, conclui, “a partir desse período, a vida nas cidades mais ricas, quando comparada com a no campo, começou a se tornar muito diferente em qualquer nível social” (*Ibidem*, p.60).

Na visão de Paul Singer, contudo, não se trata de um paradoxo. Sim, a *cidade comercial* revelou um caráter “fundamentalmente colonial” (SINGER, 1993, p.107). Mais do que isso, “o caráter parasitário da cidade, após a independência, se acentuou” (*Ibidem*, p.106). Ora, se no período colonial a apropriação do excedente pela metrópole restringia a capacidade de importação, se o mercado interno das colônias estava reservado às manufaturas locais, se tais manufaturas concentravam-se na cidade, Paul Singer arrisca-se a dizer que “a cidade colonial tinha adquirido, pouco antes da independência, um caráter artesanal de certa significação” (*Ibidem*, p.106). Se, com a Revolução Industrial lá fora e a independência aqui, se amplia enormemente a nossa capacidade de importação, o resultado é “uma substituição de importação às avessas: bens industriais importados substituem nos mercados locais os produtos do artesanato, que tende a se arruinar” (*Ibidem*, p.107). Seria, agora, “mediante” a cidade – não mais *estéril*, mas *parasitária* – e não “pela cidade”, que se asseguraria o “sistema de exploração colonial do campo” (*Ibidem*, p.107). A despeito da independência, *mediante* a cidade, mantém-se intacta a relação de forças entre as classes – desfaz-se, então, o paradoxo. E aquilo de que a cidade agora se apropria é “uma parcela ponderável de excedente cada vez maior” (*Ibidem*, p.107), cada vez maior quanto mais se aperfeiçoa a expansão do latifúndio. Daí o *requinte* dos que possuem rendas para gastar, extraídas do campo aperfeiçoado não para outra cidade mas para a mesma, aperfeiçoada, com seu *ar de pressa*.

⁸² GRAHAN, Mary. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

⁸³ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Nacional, 1973. p.210.

Na linha de pensamento do economista⁸⁴, a transformação da cidade em centro de produção – o que ainda não ocorrera na cidade comercial de caráter colonial – “só pode resultar de uma luta de classes” (SINGER, 1993, p.17). Na América Latina independente, “as promessas de libertação dos escravos e divisão dos latifúndios não foram cumpridas” (*Ibidem*, p.108). Se a contradição entre dominados e dominantes aqui não irrompera, segundo o autor, em função também de os primeiros dispersarem-se em comunidades isoladas, com suas particularidades, tampouco aflorara o outro tipo de luta de classes – aquele que “pode ser entendido como um conflito entre diferentes modos de produção” (*Ibidem*, p.21). Na cidade comercial com caráter colonial, a classe de *comerciantes, financistas (usurários) e transportadores* era apenas nova, e seus interesses pareciam não contradizer aqueles da classe que Paul Singer (1993, p.103) chama de “senhorial”: um mesmo modo de produção servia a ambas. Assim, “embora sede agora de um poder nacional”, a cidade “continuou, no plano econômico, cumprindo suas antigas funções: sustentáculo da ordem e canal de intermediação comercial e financeira pelo qual passava o mesmo tipo, em geral, de excedente de produtos agrícolas e extrativos” (SINGER, 1993, p.106)⁸⁵. Daí, talvez, a persistência da estrutura da *cidade colonial na cidade comercial*.

E tudo isso não se desdobraria na hipótese de Martim Smolka (1982), segundo a qual, no período seguinte, pelo menos no Rio de Janeiro, seriam as obras de remodelação do centro⁸⁶, mais do que as próprias fábricas, responsáveis pela alteração da estrutura intraurbana?

Antes, porém, de avançarmos a partir daí, retomemos as descrições da estrutura interna das cidades vistas até aqui.

Na *cidade colonial* ou *da conquista*, os *pontos focais* eram os adros de igrejas e as ruas por onde passavam as procissões, as *áreas privilegiadas* eram aquelas onde se localizavam os edifícios públicos da administração e da Igreja. Na cidade comercial com caráter colonial, os artigos de luxo são exibidos ali mesmo onde se presente o *ar de pressa*, na corte, ali na Rua do Ouvidor, a “*Regent Street* do Rio”, segundo o mesmo George Gardner viajante, que a considera uma dentre as mais belas da cidade: “Não que seja mais larga, mais limpa ou mais bem pavimentada do que as outras, mas porque suas lojas são principalmente

⁸⁴ Na Introdução ao seu livro, Paul Singer (1993) desenvolve a teoria de uma economia política da urbanização, com base, sobretudo, em *Grundrisse*, de Karl Marx.

⁸⁵ Observemos que aqui o próprio autor faz uma ressalva ao empregar a expressão “no plano econômico”.

⁸⁶ Quão naturalmente o autor menciona, pela primeira vez, “o centro”!

ocupadas por modistas francesas, joalheiros, alfaiates, livreiros, confeitheiros, sapateiros e barbeiros”, justifica (GARDNER⁸⁷, 1942, p.5-6 *apud* OLIVEN, 1980, p.59).

Era então “o centro” uma rua, a principal? Se assim era, o que a tornava “o centro” era a densidade ou os tipos do comércio e dos serviços, e, a se julgar pela listagem apresentada pelo viajante, sobretudo desses últimos, que ali se concentravam? Se não era a mais bela, nem a mais larga, nem a mais limpa, nem a mais bem pavimentada, tais atributos distinguem semelhantes ruas de outras, menos belas, menos largas, menos limpas, menos bem pavimentadas, e de ainda outras, dessemelhantes, feias, estreitas, sujas, sem pavimentação? De quais ruas vinham as *velhas de cor*, com seus *extravagantes trajés*?

Na estrutura interna da *cidade colonial* duas porções distinguem-se. Uma primeira, aquela onde se misturam o trabalho e a residência – dos administradores civis e militares aos artesãos, passando pelos comerciantes e religiosos –, por onde também se movimentam, diuturnamente, os escravos, na execução dos serviços públicos, e, esporadicamente, os senhores de terra, nas celebrações. Uma segunda, aquela que é exclusivamente residencial, e exclusivamente da residência temporária dos senhores de terra.

Na cidade comercial com caráter colonial, se os proprietários rurais permanecem mais tempo na cidade ou ali residem permanentemente, eles o fazem ainda nas chácaras, ou já na *forma urbana concentrada*, ou em ambas? Se as fábricas ainda são *de quintal, patrão e empregado* estão *lado a lado* aí e também na cidade? E a *nova classe*, de *comerciantes, financistas (usurários) e transportadores*, onde está: ao lado daqueles, ou deles separada?

Carlos Drummond de Andrade (2006, p.250) escreveu o poema “Perguntas em forma de cavalo-marinho” com versos interrogativos, todos finalizados pelo cavalo-marinho do ponto de interrogação. Esta é uma tese em forma de cavalo-marinho. Se Martim Smolka não nos respondeu a essas perguntas, mas nos possibilitou formulá-las, somente iremos responder a elas na medida em que Flávio Villaça, cujas tipologias abordaremos no próximo subitem, delas houver se ocupado, e assim sucessivamente. Lembremos ainda que tomamos esse caminho, cujo ponto de partida está aquém daquele da tese, para identificar quais *elementos específicos do desenvolvimento capitalista brasileiro*, para Martim Smolka, teriam influenciado a estruturação intraurbana da nossa cidade, para que, ao final, possamos responder nós mesmos à pergunta: “Que correspondências houve e há entre o capitalismo no Brasil, a estrutura da cidade brasileira e a vida em suas periferias e centros?”. E se assim é, voltemos então àquela pergunta que é preciso responder agora.

⁸⁷ Ver nota 81.

Ora, para Paul Singer (1993, p.112), se a conversão da *cidade da conquista* em *cidade comercial* dá-se mediante uma “superação dialética”, essa mesma “superação-preservação” ocorre quando a *cidade comercial* se converte em *cidade industrial*, do que se pode aferir que guardou esta última o que se guardara de colonial na primeira. Produtiva, enfim, a cidade pôde oferecer algo em troca do excedente extraído do campo, estabelecendo-se uma “verdadeira” divisão de trabalho entre uma e outro. Entretanto, como “esta divisão estava fundamentalmente viciada pelas relações de produção pré-existentes”, “os mecanismos pelos quais a cidade extraía o excedente alimentar do campo [...], herdados do período colonial e aperfeiçoados após a independência, não foram abolidos de uma vez pela industrialização” (SINGER, 1993, p.111). Não se tratou, conclui Paul Singer (1993, p.111), de uma “transformação revolucionária da antiga estrutura de dominação, mas de uma acomodação da mesma”.

“As condições para a acumulação do capital comercial/mercantil eram bem mais vantajosas do que para o capital industrial”, esclarece Martim Smolka (1982, p.68). Da mesma forma que o *modo de vida burguês* aqui aportara antes que se iniciasse a industrialização, a industrialização não criara “seu espaço de expansão a partir da substituição ou transformação de atividades pré-existentes com a concomitante liberação de mão-de-obra” (SMOLKA, 1982, p.68). Se, então, “a localização industrial intra-urbana das fábricas teria pequena influência como mecanismo de adequação do mercado de trabalho às necessidades industriais de então”, “aquela simbiose [...] entre concentração da localização industrial e residencial” (*Ibidem*, p.69) não se verificaria aqui, nesse momento. Quanto ao mercado interno, este também não era atendido pelas *atividades preexistentes* mas pelas importações, com artigos que, de luxo, eram exclusivos. Limitava-o ainda mais o reduzido poder aquisitivo da população rural e das pequenas cidades, perpetuado tanto quanto os velhos mecanismos de exploração. Por isso é que, na cidade industrial com caráter comercial, não é o surgimento da fábrica, mas sim o daquele centro – onde não mais se abrigariam a residência, o comércio atacadista, as atividades artesanais e os serviços pessoais –, que conduzirá a sua estruturação interna.

Nessa cidade, separam-se a residência do comércio, o comércio atacadista do varejista, o barbeiro da loja, mas não a indústria, que se dispersa entre as áreas centrais, a periferia urbana e as zonas rurais⁸⁸ (SMOLKA, 1982, p.70). Nas novas *áreas bem dotadas* moram *proprietários rurais absenteístas, administradores públicos, comerciantes* – os mesmos grupos sociais dominantes na cidade comercial com caráter colonial. E se é então que

⁸⁸ Com a mesma naturalidade com que menciona pela primeira vez “o centro”, Martim Smolka (1982) menciona “áreas centrais”, “periferias urbanas” e “zonas rurais”. Como já se viu, porém, é claro para o autor que “as obras realizadas nas áreas centrais” se deram concomitantemente à “abertura das áreas periféricas” (SMOLKA, 1982, p.71).

se manifesta cabalmente a desigualdade na distribuição dos benefícios urbanos, *marco importante na história da segregação social urbana brasileira*, se o capital que se aplica na produção dessa desigualdade é privado⁸⁹, ainda que incompleta a industrialização aqui, algo convertera a cidade em produto, num processo tão curioso quanto os descritos anteriormente: já fora essa cidade obra⁹⁰? Se a dispersão industrial sugere também o quanto ainda é desnecessário tornar opacas as relações sociais de produção nesse âmbito, a separação entre o comércio e a residência, bem como entre as áreas bem dotadas e as demais – periferias? –, sugeriria o oposto noutro âmbito? Seguindo-se a linha *paulsingereana*, tratava-se, ainda, menos do surgimento da luta de classes entre dominantes e dominados e mais do surgimento do conflito entre modos de produção – o agrário-exportador e o industrial? Seria então a cidade, aqui, produto, antes mesmo de tornar-se efetivamente *centro de produção*? E, finalmente, seria também por isso que, aqui, *alguns elementos específicos do desenvolvimento capitalista*, e não os *problemas colocados no cerne do processo de acumulação*, influenciariam a estruturação intraurbana da cidade brasileira?

Ainda que Francisco de Oliveira trate do período em que a industrialização passou a ser o “setor-chave” na dinâmica do sistema econômico brasileiro – “para efeitos práticos, após a Revolução de 30” (OLIVEIRA, Francisco, 1981, p.9) –, seu *A economia brasileira: crítica à razão dualista* esclarece as questões levantadas: sua crítica conduziu a uma outra razão, à elaboração de uma outra teoria do capitalismo brasileiro. Sua principal assertiva é a de que, detrás da aparente dualidade entre o setor da agricultura e o da indústria, existe uma “integração dialética”. “A tensão entre agricultura e indústria não se dá ao nível das relações

⁸⁹ Para Martim Smolka (1982, p.66), é certo que esse capital era de origem rural. Quanto à sua origem ser também industrial, esta é uma hipótese “que carece ainda de maior substanciação empírica” (SMOLKA, 1982, p.66). Um indício disso, contudo, seriam as vilas operárias, garantia da mão de obra num contexto de dispersão das unidades fabris. Como já dito, porém, não enveredaremos aqui pelos mistérios da produção imobiliária.

⁹⁰ Em *La production de l'espace*, de Henri Lefebvre (2000), os conceitos “valor de uso” e “valor de troca”, “espaço social” e “espaço abstrato”, “obra” e “produto” imbricam-se. Se não cabe dissociá-los, cabe, contudo, tentar definir, a partir dessa imbricação, os conceitos que aqui se empregaram. “Obra” seria o espaço único, apropriável, e “produto”, o espaço indiferenciado, intercambiável. O “espaço social” seria, a um só tempo, obra e produto. O “espaço abstrato”, um produto *strictu sensu*. Tomando como exemplo Veneza, Henri Lefebvre (2000, p.93) dirá que mesmo ali “l'espace social se produit et se reproduit en connexion avec les forces productives (et les rapports de production). Les forces productives, au cours de leur croissance, ne se déploient pas dans un espace prééminent, vide, neutre, ou seulement déterminé géographiquement, climatiquement, anthropologiquement, etc. Il n'y a aucune raison de séparer l'œuvre d'art du produit jusqu'à poser la transcendance de l'œuvre. S'il en est ainsi, tout espoir n'est pas perdu de retrouver un mouvement dialectique tel que l'œuvre traverse le produit et que le produit n'engloutisse pas la création dans le répétitif” – “o espaço social se produz e se reproduz em conexão com as forças produtivas (e as relações de produção). As forças produtivas, ao longo de seu crescimento, não se desenvolvem num espaço preexistente, vazio, neutro ou somente determinado geograficamente, climaticamente, antropologicamente etc. Não há nenhuma razão para se separar a obra de arte do produto até se colocar a transcendência da obra. Se assim é, toda esperança de reencontrar um movimento dialético tal que a obra atravessasse o produto e que o produto não devore a criação no repetitivo não está perdida” (LEFEBVRE 2006, n.p.).

das forças produtivas, mas se dá ou se transfere para o nível interno das relações de produção tanto na indústria como na agricultura”, explica (*Ibidem*, p.25).

Uma importante tese daí se extrai: a de que o conceito de acumulação primitiva precisa ser redefinido se se pretende aplicá-lo à compreensão do capitalismo brasileiro, pois aqui tal acumulação se deu pela expropriação do excedente, não da propriedade. E se desse padrão primitivo na agricultura serviu-se a indústria, foi o crescimento desta que permitiu a manutenção daquele. O mesmo valeria para o aparente “inchaço” do terciário: detrás dele se esconde um mecanismo fundamental da acumulação, ante o qual “os serviços realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, uma ‘mais-valia’ em síntese” (OLIVEIRA, Francisco, 1981, p.33). No caso de um “capitalismo que cresce por elaboração de periferias”, a acumulação primitiva é não apenas “genética”, mas, “estrutural” (*Ibidem*, p.21). E se a persistência da agricultura primitiva e o crescimento horizontal dos serviços não são *caóticos* em relação às necessidades da acumulação, o mesmo se pode dizer do crescimento das cidades. “Mesmo uma certa fração da acumulação urbana, durante o longo período de liquidação da economia pré-anos 30, revela formas do que se poderia chamar, audazmente, de ‘acumulação primitiva’”, escreve, *audazmente*, Francisco de Oliveira (1981, p.35). A casa autoconstruída, “operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de ‘economia natural’ dentro das cidades”, na verdade, “casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho” (OLIVEIRA, Francisco, 1981, p.35-36).

Não se trata, então, de uma urbanização sem industrialização ou de uma urbanização com marginalização, mas, antes, de uma urbanização para a acumulação, de uma cidade que precisa tornar-se produto para se converter em *centro de produção*? Não se trata, portanto, da existência do atrasado e do moderno e tanto menos da persistência de um em outro: um é o outro? Não se trata, ainda, daquela superação dialética, mas dessa integração dialética? Não se trata, finalmente, de uma desigualdade apenas desigual, mas combinada, “produto [...] de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-anos 30” (OLIVEIRA, Francisco, 1981, p.36)?

Ora, Francisco de Oliveira (1981) refere-se, aí, à famosa expressão de Lev Davidovitch Bronstein – Leon Trotski – que introduziu o conceito de “desenvolvimento desigual e combinado”, segundo o qual os países “menos desenvolvidos” passam não por um crescimento orgânico mas por um processo de combinação de “desenvolvimento e subdesenvolvimento” (BOTTOMORE, 1988, p.99). Suas economias, então, são uma combinação de um “setor

moderno” – “dominado pelo capital estrangeiro ou desenvolvido pelo Estado” – e de um setor “tradicional” – “primitivo, no caso da agricultura, ou controlado por classes dominantes pré-capitalistas ou mercantis” (*Ibidem*, p.99). Devido a essa combinação específica, “uma parte significativa do capital monetário acumulado é desviada da indústria para a especulação imobiliária, a usura e a poupança” (*Ibidem*, p.99). No momento do primeiro *surto industrial* brasileiro, o *centro remodelado* e as *áreas bem dotadas* dão a medida daquele desvio.

Até a década de 20 do século XX, acusa Francisco de Oliveira (1981, p.32), as cidades brasileiras, inclusive São Paulo e à exceção do Rio de Janeiro, não passavam de “acanhados burgos”: “o crescimento anterior à expansão industrial dos pós-anos 30 não somente não acumulava em termos adequados à empresa industrial, como não sentou as bases da infra-estrutura urbana sobre a qual a expansão industrial repousasse” (OLIVEIRA, Francisco, 1981, p.31). Se assim é, e se se pode falar num capitalismo brasileiro, numa industrialização brasileira, numa urbanização brasileira, numa cidade brasileira, não é *n’alguns elementos específicos do desenvolvimento* desse capitalismo (como quis Martim Smolka) que se devem buscar as correspondências com a estruturação do espaço intraurbano mas no *cerne do processo de acumulação* (como sugeriu Francisco de Oliveira), pois é precisamente aí que está a sua especificidade? Não se tratando de um capitalismo desenvolvido *com base em outras circunstâncias*, como queria Martim Smolka (1982), trata-se de outro capitalismo, no qual, porém, para usar as palavras de Henri Lefebvre (2000, p.40), se reconhece o conceito geral?

E por isso tratar-se-ia também de outra cidade? Para o mesmo Francisco de Oliveira, em “Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes” (1978), o caráter medíocre da urbanização brasileira não responde a um predomínio do campo sobre a cidade. Aqui, nesse Brasil, a “cidade [...] nasce antes do campo” (OLIVEIRA, Francisco, 1978, p.69); a primeira, *locus* do controle, o segundo, da produção. Somente no período que abarca o século XIX e avança “século XX adentro” (*Ibidem*, p.69), quando o controle se desloca para o campo, formando-se uma “quase-burguesia agrária” logo convertida em “oligarquia reacionária” (*Ibidem*, p.70), se pode falar naquele predomínio. Sob ele, a burguesia industrial não imprimirá sua “marca à cidade”, uma vez desviado o excedente para a sustentação da própria atividade agroexportadora, e o Estado mesmo subsumirá enquanto Estado burguês, uma vez inexistente aquela relação política entre classes dominante e dominada que *fetichiza* a exploração de uma pela outra. Assim, nessa cidade desfigurada – quase burguesa, quase obra, quase produto, quase centro de produção –, o conflito que se instala já no início do século XX não é entre classes antagônicas mas entre, de um lado, todos,

isto é, “oligarcas, burguesia industrial emergente, débeis classes médias cidadinas, o Estado (ou seu simulacro), a Igreja, o Exército, e longe, muito longe, até mesmo o campesinato” (*Ibidem*, p.70), e, de outro, “o emergente proletariado urbano” (*Ibidem*, p.70).

Se assim é, a desigualdade entre o *centro remodelado*, as *áreas bem dotadas* e as demais áreas – periferias? –, nascida num Rio de Janeiro precoce, prenuncia o modelo “concentracionista” da expansão do capitalismo industrial brasileiro, que repousa na intensa exploração da força de trabalho. E o precoce *modo de vida burguês*, ao contrário do que se poderia pensar, aponta para uma industrialização orientada para as necessidades não do consumo mas da acumulação. As formas de consumo impostas “de fora para dentro”, sinaliza Francisco de Oliveira (1981, p.27), não o são “em abstrato: começa-se a produzir bens sofisticados de consumo, e essa produção é que cria as novas classes, é que conforma o padrão de distribuição da renda, é que ‘perverte’ a orientação do processo produtivo, levando no seu paroxismo à recriação do ‘atrasado’ e do ‘moderno’”. Ao contrário, elas têm a ver, concretamente, “com a estrutura de classes, com a forma da distribuição da renda” (OLIVEIRA, Francisco, 1981, p.27); com as *velhas de cor*, então, com seus *penete e mantilha*.

Em *The limits to capital*, David Harvey (2006, p.25) recorre a interpretações contemporâneas, que, dentro da tradição marxista, distinguem o conceito “classe” quando associado a “modo de produção capitalista” ou a “formação social capitalista”. E assim o faz, obviamente, por considerar útil tal distinção⁹¹.

Ora, se o conceito “classe” pode ser assim distinguido em Karl Marx, cabe distinguir, no mesmo autor, os conceitos “modo de produção capitalista” e “formação social capitalista”. A distinção entre esses dois conceitos, por sua vez, observa David Harvey (2006, p.25), foi alvo de debates calorosos, ridículos, e mesmo autodestrutivos, durante a década de 70 no século XX. Não obstante, como o próprio Karl Marx usa “modo de produção” em três diferentes acepções, David Harvey principia por esclarecê-las. “Mode of production of cotton”, exemplifica o autor, corresponderia a “the actual methods and techniques used in the production of a particular kind of use value”⁹² (HARVEY, 2006, p.25). “Capilalist mode of production” significaria, sempre, “the characteristic form of the labour process under the class

⁹¹ Alguns parágrafos antes (HARVEY, 2006, p.24), o geógrafo esclarece de que utilidade se trata: “The class concept is inserted into the analysis of Capital with the utmost caution. There are no direct professions of faith of the sort that ‘all history is the history of class struggle’, nor do we find ‘class’ introduced as some *deus ex machina* which explains everything but does not have to be explained” (em tradução nossa: “O conceito de classe é inserido em ‘O Capital’ com o máximo cuidado. Não encontramos ali profissões de fé declaradas do tipo ‘toda a história é a história da luta de classes’, nem o conceito ‘classe’ é introduzido como algum *deus ex machina* que tudo explica sem precisar ser explicado.”).

⁹² Em tradução nossa: “Modo de produção do algodão [corresponderia a] os métodos e as técnicas efetivamente usados na produção de um tipo particular de valor de uso”.

relations of capitalism (including, of course, the production of surplus value), presuming productions of commodities for exchange”⁹³ (*Ibidem*, p.25). Por último, o que é mais raro, mas ocorre, particularmente em *Grundrisse*, Karl Marx empregaria o conceito “modo de produção”, “holistically and for comparative purposes”⁹⁴, referindo-se a “the whole gamut of production, exchange, distribution and consumption relations as well as the institutional, juridical and administrative arrangements, political organization and state apparatus, ideology and characteristic forms of social (class) reproduction”⁹⁵ (*Ibidem*, p.25). Esse último conceito, “all-embracing but highly abstract”⁹⁶ (*Ibidem*, p.25), seria ao mesmo tempo a aceção mais interessante e a que maior dificuldade traria à sua aplicação. Foram esse interesse e essa correspondente dificuldade a acenderem aqueles debates calorosos, ridículos e autodestrutivos.

Quanto ao conceito “formação social”, para David Harvey, este serviria para nos lembrar que “the diversity of human practices within any society cannot be reduced simply to the economic practices dictated by its dominant mode of production”⁹⁷ (HARVEY, 2006, p.26). A partir daí, prossegue David Harvey, poderíamos pensar, de um lado, que há, sob o capitalismo, dentro de certos limites, uma gama de variações culturais, institucionais, políticas, morais e ideológicas e, de outro, que, nas situações históricas reais, “we will certainly find several modes of production intertwined or ‘articulated’ with each other, even though one mode may be clearly dominant”⁹⁸. “Residual elements of past modes, the seeds of future modes and imported elements from some contemporaneously existing mode may all be found within a particular formation”⁹⁹, continua o autor (*Ibidem*, p.26).

Assim, no que se refere ao conceito “classe”, deparamo-nos com uma complexidade maior, quando se trata de tomar uma dada formação social ou, nas palavras de David Harvey (2006, p.26), “a particular society as it is constituted at a particular historical moment”¹⁰⁰. No 18 Brumário de Luís Bonaparte, exemplifica, Karl Marx vale-se das categorias:

⁹³ Em tradução nossa: “Modo de produção capitalista [significaria, sempre,] a forma característica do processo de trabalho sob as relações de classe do capitalismo (incluindo, é claro, a produção de mais-valia), que presume a produção de mercadorias para a troca”.

⁹⁴ Em tradução nossa: “holisticamente e com fins de comparação”.

⁹⁵ Em tradução nossa: “todo o conjunto de relações de produção, troca, distribuição e consumo, bem como dos arranjos institucionais, jurídicos e administrativos, da organização política e do aparato de Estado, da ideologia e das formas características de reprodução social (das classes)”.

⁹⁶ Em tradução nossa: “abrangente, mas altamente abstrato”.

⁹⁷ Em tradução nossa: “a diversidade das práticas humanas no interior de qualquer sociedade não pode ser reduzida simplesmente às práticas econômicas ditadas pelo seu modo de produção dominante”.

⁹⁸ Em tradução nossa: “certamente encontraremos vários modos de produção entrelaçados ou ‘articulados’ entre si, mesmo que um modo seja claramente dominante”.

⁹⁹ Em tradução nossa: “Elementos residuais de modos de produção passados, sementes de modos de produção futuros e elementos importados de algum modo de produção presente podem todos ser encontrados no interior de uma formação particular”.

¹⁰⁰ Em tradução nossa: “uma dada sociedade tal como constituída em um dado momento da história”.

lumpen-proletariado, proletariado industrial, pequena burguesia, capitalista industrial, capitalista financeiro, aristocracia rural e classe camponesa, algo bem além “from the neat two-class analytics laid on much of *Capital*”¹⁰¹. Concluindo, David Harvey (2006, p.27) escreve: “the interplay between two seemingly disparate conceptual systems – the historical and the theoretical – is crucial to the explication of the class concept in all of its fullness”¹⁰².

De acordo com o *Dicionário do pensamento marxista* (BOTTOMORE, 1988, p.159), a expressão “formação social”, raramente usada por Karl Marx, que preferia o termo “sociedade”, entrou na moda com as obras dos marxistas estruturalistas, e, posteriormente, já como “formação econômico-social”, seu uso tornou-se uma tendência. Para seu editor, tal expressão tem apenas “certo valor”, na medida em que revela a interligação dos elementos econômicos e sociais mas não a dos ideológicos (*Ibidem*, p.159). “Formação social”, contudo, no seu “uso concreto, refere-se a dois fenômenos bastante conhecidos dos marxistas e dos sociólogos de todas as tendências – ou seja, a *tipos* de sociedade (por exemplo, sociedade feudal, sociedade burguesa ou capitalista) e a sociedades particulares (por exemplo, a França ou a Inglaterra como uma sociedade)” (*Ibidem*, p.159). Se assim é, o *tipo* de sociedade refere-se ao modo de produção. Apesar de não remeter “formação social” a “desenvolvimento desigual”, Tom Bottomore (1988, p.99) refere-se a esse último conceito – amplamente empregado por Karl Marx e Lênin, e estendido por Leon Trotski de modo a abranger o fenômeno do desenvolvimento desigual combinado – como expressão que, “no sentido mais geral, [...] significa que sociedades, países, nações desenvolvem-se segundo ritmos diferentes”. O que particularizaria então uma sociedade – um país, uma nação –, do *tipo* capitalista, seria o seu ritmo de desenvolvimento. Ou: é própria do modo de produção capitalista a desigualdade de ritmos de desenvolvimento entre formações sociais. Mais do que isso, esse desencontro de ritmos de desenvolvimento ocorre dentro das formações sociais capitalistas. José de Souza Martins (2008b) observa, em *A sociabilidade do homem simples*, que, quando Lênin elucida a combinação, na Rússia, entre relações sociais capitalistas e relações sociais ainda não tomadas pelo capital, ele recorre à noção de “desenvolvimento desigual”, “claramente presente em Karl Marx” (MARTINS, 2008b, p.101), e à de “formação econômico-social”, “discretamente presente em alguns trabalhos de Karl Marx” (*Ibidem*, p.100). Essa última permitia a ele “alargar a concepção de capitalismo, além dos limites da noção de modo de produção, abrangendo as relações apoiadas na produção mercantil simples” (*Ibidem*, p.100). O capitalismo, nesse sentido,

¹⁰¹ Em tradução nossa: “das puras categorias binárias de classe presentes em boa parte d’*O capital*”.

¹⁰² Em tradução nossa: “A interação entre dois sistemas conceituais aparentemente distintos – o histórico e o teórico – é crucial para a definição do conceito ‘classe’ em toda a sua plenitude”.

abrangeria essa combinação de relações sociais – capitalistas e pré-capitalistas –, de tal forma que se poderia falar de um capitalismo próprio a uma dada formação socioeconômica, se o que particulariza uma formação socioeconômica capitalista é essa combinação de relações sociais; para David Harvey (2006), em *The limits to capital*, a combinação de diferentes modos de produção sob a dominância do modo de produção capitalista¹⁰³.

Ainda em *A sociabilidade do homem simples*, José de Souza Martins (2008b) lembra a retomada da noção de “formação socioeconômica” por Henri Lefebvre, para quem tal noção englobaria tanto a “de desenvolvimento desigual, quanto a de sobrevivência na estrutura capitalista de formações e estruturas anteriores” (LEFEBVRE, 1968a, p.231 *apud* MARTINS, 2008b, p.101, tradução do autor). Criticando a interpretação “economicista” da noção de “desenvolvimento desigual”, que teria reduzido “a qualidade das contradições, que integram e opõem diferentes sociedades, à mera gradação de riqueza; na dicotomia insuficiente de desenvolvimento e subdesenvolvimento” (MARTINS, 2008b, p.102), o autor mostra preferir a perspectiva *lefebvreana*, segundo a qual a “desigualdade dos ritmos de desenvolvimento histórico decorre do desencontro que na práxis faz do homem produtor de sua própria história e, ao mesmo tempo, o divorcia dela [...]” (*Ibidem*, p.103). Assim, a “formação é econômica e social porque abrange esses dois âmbitos da práxis: a natureza (o econômico) e a sociedade (o social)” (*Ibidem*, p.103). A formação é econômica e social porque é preciso demarcar “o desencontro entre o econômico e o social na sociedade capitalista”, esse desencontro dado pelo atraso “do social em relação ao econômico”, do “real em relação ao possível” (*Ibidem*, p.103). Se, para Henri Lefebvre (1968a, p.248 *apud* MARTINS, 2008b, p.102, tradução do autor), a lei de desenvolvimento desigual “significa que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico”, para José de Souza Martins (2008b, p.101), “a lei da formação econômico-social é a lei do desenvolvimento desigual”. A noção de formação econômico-social, esclarece o autor (MARTINS, 2008b, p.104), é retomada por Henri Lefebvre “no preciso sentido da coexistência dos tempos históricos”.

Ao discutir, no mesmo livro, o que denomina “as hesitações do moderno”, José de Souza Martins (2008b, p.20) pondera que, na “modernidade difícil” da América Latina, se combinam diversos tempos históricos, aos quais se incorporam não só a “cultura popular que pouco ou nada tem de moderno” mas também “efetivas relações sociais datadas, vestígios de outras estruturas e situações”. Ainda “vivas e vitais”, tais estruturas e situações anunciam

¹⁰³ Ao se referir à *luta de classes* entre modos de produção, Paul Singer (1982) parece salientar o caráter conflituoso dessa combinação.

“a historicidade do homem nesses desencontros de tempos, de ritmos e de possibilidades, nessas colagens” (MARTINS, 2008b, p.20). Em diferentes sociedades, escreve o autor, “essas dificuldades são propostas de modo diferente”. E não apenas em relação à cultura, frisa ele: tais “dificuldades estão presentes nas relações sociais reais” (*Ibidem*, p.20). Voltamos então às *velhas de cor*.

2.3.2 A estrutura de Flávio Villaça

Em *Espaço intra-urbano no Brasil*, Flávio Villaça (2001, p.160) aponta os meados do século XIX como um “período de transição na produção do espaço urbano carioca, que coincide com um período de transição na sociedade – de patriarcal, escravocrata e colonial, para capitalista, com uma nova estratificação social, uma nascente burguesia e classe média urbanas”. Segundo o autor, essa “transição e a nova espacialização urbana” foram “mais claras e pioneiras apenas no Rio”, mas “marcante[s] também nas duas outras grandes cidades brasileiras da primeira metade do século XIX: Salvador e Recife”. Em São Paulo e Porto Alegre, “essa transição foi bem menos notável”. Embora distintivamente nessas cidades¹⁰⁴, “a nova estratificação social trouxe nova espacialização – a segregação de usos do solo e de classes sociais”.

Se até então, no espaço intraurbano brasileiro, desigual era somente o padrão construtivo das moradias, segundo Flávio Villaça (2001), a partir de meados do século XIX passa a ser desigual também a localização delas¹⁰⁵. Tratar-se-ia de uma estratificação social¹⁰⁶ inédita, por se configurar por uma espacialização inédita. Têm-se, assim, a partir daí, outra estratificação social – cuja hierarquia se configura também pela localização na cidade – e outra luta – de classes – por essa localização: pelo “ponto”.

Seriam os “pontos” que condicionariam, no espaço intraurbano, “a participação do seu ocupante tanto na força produtiva social representada pela cidade como na absorção, através do consumo, das vantagens da aglomeração” (VILLAÇA, 2001, p.78). Ora, uma das hipóteses do autor é a de que “a segregação é um processo necessário para o exercício da dominação social

¹⁰⁴ Essa distinção pode estar na intensidade com que o processo descrito pelo autor atingiu as cidades no momento identificado – meados do século XIX –, mas pode estar também no próprio momento em que as atingiu. Nas cidades em que, segundo o autor, não se verifica tal processo tão claramente em meados do século XIX, pode ele ter se evidenciado em momento posterior. Em Belo Horizonte, fundada em 1897, obviamente não poderia ele ter ocorrido então.

¹⁰⁵ Até então, a cidade era una, daí a localização ser uma única.

¹⁰⁶ Se, segundo o autor, nascem então a *burguesia e a classe média urbanas*, o que se poderia dizer dos demais *estratos* sociais: nascem também, ou permanecem os mesmos?

por meio do espaço urbano, decorrendo, portanto, da luta de classes em torno das vantagens e desvantagens do espaço construído” (*Ibidem*, p.29). Em que condições, pergunta-se o autor adiante, os “indivíduos entram naquela disputa” (*Ibidem*, p.329)? Nas mesmas ante as quais constituem “classes sociais lutando pelas condições materiais de sua sobrevivência, embora tais condições sejam definidas na esfera da produção”, responde (*Ibidem*, p.329)¹⁰⁷.

De acordo com o autor, assim a “burguesia” exerce a sua dominação social mediante o espaço urbano: concentrando-se num só setor da estrutura intraurbana, este que é o mais “perto” e permite-lhe otimizar “os gastos de tempo despendidos nos deslocamentos dos seres humanos¹⁰⁸, ou seja, a acessibilidade às diversas localizações urbanas, especialmente ao centro urbano” (VILLAÇA, 2001, p.328). A questão essencial revelada pelo estudo das seis cidades brasileiras – Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo –, conclui, é a de que “o benefício ou o recurso fundamental que se disputa no espaço urbano é o tempo de deslocamento” (*Ibidem*, p.328)¹⁰⁹. Não se trata, porém, de um deslocamento que pode ser “expresso em distância física nem em custo de transporte apenas, mas principalmente em tempo de transporte” (*Ibidem*, p.342). Contudo, tampouco se trata de um tempo que pode ser “medido pelo tempo de uma viagem” (*Ibidem*, p.342). Tomando o exemplo do centro principal de Salvador, o autor esclarece que esse é “muito mais acessível às camadas populares, não só por ser mais bem servido de transporte público, mas também por ser o destino mais freqüente dessas classes”, o que significa, continua, “que, com uma única viagem ao centro tradicional, elas podem ter várias de suas necessidades atendidas (são vários os ‘motivos de viagem’)” (*Ibidem*, p.342). Na “economia de viagens”, finaliza, o que é fundamental é “a variedade de funções que um centro abriga” (*Ibidem*, p.342). O que mediria o *tempo de deslocamento* seria então essa *economia de viagens*? Para o autor, na disputa pelo tempo de deslocamento, vence a classe capaz de atrair para perto de si – se não quanto à *distância física* ou ao *custo de transporte*, quanto ao tipo de via e ao tipo de transporte – a variedade de funções que lhe convém. Assim ocorre à “burguesia”, que pode se afastar em busca de “bairros mais modernos e espaçosos e com mais verde”, compensando esse “longe” mediante a via expressa e o automóvel e ao trazer o centro “para sua direção de deslocamento”,

¹⁰⁷ Embora não o explicita, o autor parece estar se referindo à reprodução das relações sociais de produção. Sendo assim, a localização seria definidora da condição das classes em luta pela sobrevivência.

¹⁰⁸ Cabe ressaltar que, para o autor, “o espaço intra-urbano é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa-trabalho –, seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, casa-escola, etc” (VILLAÇA, 2001, p.20).

¹⁰⁹ Analogamente, as *camadas populares* ver-se-iam dominadas mediante o espaço urbano, uma vez submetidas a um maior *tempo de deslocamento*.

isto é, ao “revolucionar o centro principal, ao produzir centros expandidos, o ‘seu’ centro e o centro ‘dos outros’” (*Ibidem*, p.329).

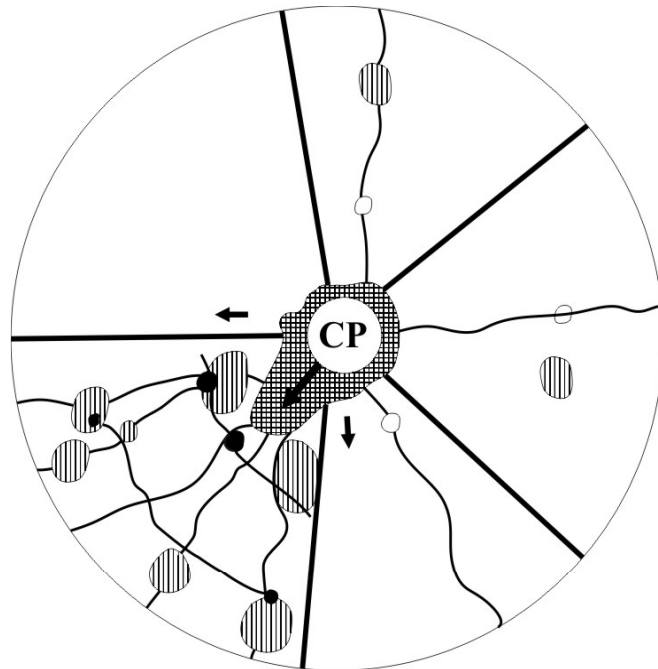
Como, porém, “os diferentes pontos do espaço urbano oferecem diferentes possibilidades de contato com todos os demais pontos, o espaço urbano é intrinsecamente desigual” (VILLAÇA, 2001, p.355). Se “o tipo de desigualdade mais freqüentemente considerado é a disponibilidade de equipamentos e de infra-estrutura e a qualidade das edificações”, observa Flávio Villaça (2001, p.355), “há outra desigualdade tão ou mais importante como força estruturadora do espaço intra-urbano, pois ela domina também a polarização centro-periferia, e vai além dela”. Tal seria, anuncia ele, “a desigualdade fruto das diferenças de acessibilidade¹¹⁰ a todos os pontos do espaço urbano” (VILLAÇA, 2001, p.355), em especial, poder-se-ia complementar, considerando-se afirmação anterior sua, ao centro urbano e, no caso de haver o *seu centro* e o *centro dos outros*, a tal ou qual *variedade de funções*. Assim, poder-se-ia aferir, acompanhando-se o raciocínio do autor, que, quanto mais especializado funcionalmente o espaço, mais radical a desigualdade quanto à *economia de viagens*.








No espaço intraurbano brasileiro, a desigualdade intrínseca manifestar-se-ia na segregação, em uma única “região geral da cidade”, das “camadas de alta renda” (VILLAÇA, 2001, p.339) e traduzir-se-ia numa organização interna que é um misto de círculos concêntricos e de setores de círculo, predominando esses últimos sobre os primeiros, tal como se vê na FIG. 15¹¹¹.

¹¹⁰ O conceito “economia de viagens” parece se aproximar do conceito “mobilidade”, por sua vez hoje distinguido por alguns especialistas do conceito “acessibilidade”. “Mobilidade” refere-se à capacidade de os indivíduos se moverem, aos seus deslocamentos diários ou viagens, e não apenas à sua efetiva ocorrência, mas às suas possibilidade e facilidade de ocorrência. “Acessibilidade” refere-se à efetividade do sistema de transporte em conectar localidades (cf. VASCONCELLOS, 2001). Assim, ainda que Flávio Villaça se valha também do termo “acessibilidade”, crê-se que é à “economia de viagens” que está se referindo.

¹¹¹ Que essa estrutura – básica – se conserve inalterada na cidade brasileira hoje, essa seria uma pergunta extra, sobretudo quando se considera que, em *Espaço intra-urbano no Brasil*, publicado pela primeira vez em 2001, os dados mais recentes manipulados por Flávio Villaça são de meados da década de 90 no século XX.

FIGURA 15 – Espaço intraurbano no Brasil: estruturação segundo setores de círculo

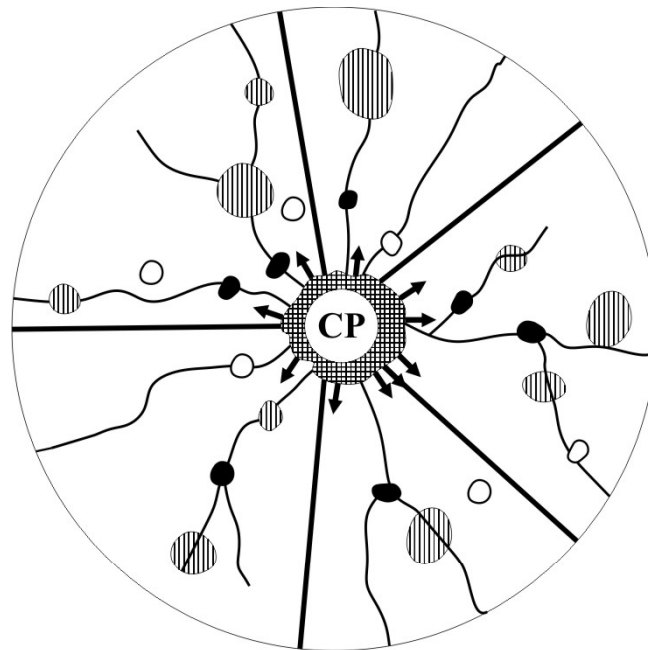


- CP** Centro Principal
-  Crescimento do centro principal
-  Direção predominante de crescimento do CP
-  Direção de crescimento do CP
-  Áreas residenciais de classe alta
-  Áreas comerciais de classe alta
-  Áreas comerciais populares
-  Sistema viário principal

Fonte: VILLAÇA, 2001, p.340.

Diferente daqui, nos “países de primeiro mundo”, que apresentam “grandes classes médias e menores desníveis sociais”, os “bairros das burguesias” espalham-se “pelos quatro cantos da cidade”, e o centro é “solicitado a crescer mais ou menos uniformemente em todas as direções”, o que resulta numa “estruturação segundo círculos concêntricos” (VILLAÇA, 2001, p.341), tal como se vê na FIG. 16.

FIGURA 16 – Espaço intraurbano nos *países de primeiro mundo*:
 estruturação segundo círculos concêntricos



- CP** Centro Principal
 ■ Crescimento do centro principal
 ➔ Direção predominante de crescimento do CP
 → Direção de crescimento do CP
 ⊘ Áreas residenciais de classe alta
 ● Áreas comerciais de classe alta
 ○ Áreas comerciais populares
 — Sistema viário principal

Fonte: VILLAÇA, 2001, p.340.

Como já visto na Introdução a esta tese, para Flávio Villaça (2001, p.45, grifos nossos), a estruturação do espaço intraurbano brasileiro “só remotamente se relaciona com as transformações por que tem passado o capitalismo nacional e mundial nas últimas décadas”. Mais do que isso, explica ele, a “lógica básica” desse espaço – intraurbano, brasileiro – “pouco se alterou nos últimos cem anos, por mais que, nesse período, o capitalismo brasileiro tenha se alterado, seja nacionalmente, seja em distintas regiões do país” (*Ibidem*, p.27). Tal lógica seria a segregação socioespacial, por meio da qual se manifestariam os “traços nacionais definidores da estrutura e dos conflitos de classe” e a “dominação política e econômica através do espaço intra-urbano”, “bastante inelásticos em face de algumas transformações sociais e econômicas nacionais e planetárias” (*Ibidem*, p.27).

Foram duas as leituras que fiz de *Espaço intra-urbano no Brasil* (VILLAÇA, 2001): uma primeira, penetrando na linha de pensamento do autor; uma segunda, captando o detalhamento da estrutura urbana básica por ele apresentada, com a intenção de desdobrá-la a partir do seu próprio texto. Nos capítulos 8 – “Os bairros residenciais das camadas de alta renda”, 9 – “Os bairros residenciais das camadas populares”, 10 – “Os centros principais” e 11 – “Os subcentros”¹¹², Flávio Villaça (2001) ocupa-se de cada um dos setores do espaço intraurbano¹¹³. E se assim o faz numa sequência cronológica, não é – nem poderia sê-lo, dada a sua linha de pensamento – uma abordagem histórica que a conduz. Sob tal linha de pensamento, a estrutura urbana não se modifica, sendo, por isso, básica, isto é, basicamente desigual no que se refere à *economia de viagens*. Contudo, sob tal detalhamento, não se modificariam as desigualdades entre cada setor em cada estrutura? Uma terceira leitura do mesmo livro, reveladora dessas desigualdades, impõe-se então. Trata-se de reconstruir aqueles capítulos, estruturando-os não por setor mas por suas combinações em cada cidade¹¹⁴. Feito isso, há que se buscar, novamente, o que há de básico, agora, naquelas desigualdades.

No Rio de Janeiro

Em *Sobrados e mucambos*, Gilberto Freyre¹¹⁵ (1968, p.153 *apud* VILLAÇA, 2001, p.228) comenta que, na primeira metade do século XIX, enquanto as “senzalas diminuam de tamanho, engrossavam as aldeias de mucambos e de palhoças”¹¹⁶, “espalhando-se pelas zonas mais desprezadas da cidade”. Seriam essas as zonas baixas: a praia – lugar “onde não se podia

¹¹² A despeito de o autor não manter, em seu texto, o emprego dos termos “centro principal” e “subcentro” (uma combinação, de resto, redundante) e de usar indiscriminadamente os termos “centro” e “subcentro” (que se confundem sobretudo quando se trata de São Paulo), em busca de simplicidade e clareza adotaremos, aqui, “centro” e “subcentro”, referindo-se o primeiro ao que se costuma (indiscriminadamente?) denominar “centro antigo”, “centro tradicional”, “centro velho” ou, simplesmente, o “Centro”, e o segundo, aos que o sucedem no tempo. Se, quando e para quem esse centro se torna ou deixa de ser o centro principal, disso se ocupa o autor, como veremos.

¹¹³ Ainda que não o faça igualmente para cada uma daquelas cidades que toma como objeto, deixando aqui e ali algumas lacunas, já previstas e anunciadas por ele na Introdução ao seu livro, Flávio Villaça não se vê impedido de verificar a sua hipótese. Assim, se o Rio de Janeiro é abordado em todos os capítulos, no capítulo 9 – “Os bairros residenciais das camadas populares”, Porto Alegre, Salvador, Recife, São Paulo e Belo Horizonte não o são; no capítulo 10 – “Os centros principais”, Salvador não o é; e, no capítulo 11 – “Os subcentros”, Salvador e Recife não o são. Por essa razão é que optei, nessa reconstrução, em tomar primeiramente o Rio de Janeiro, pois é também a partir da sua estrutura que Flávio Villaça descreve, muitas vezes comparativamente, as estruturas das demais cidades. Como o autor distingue as cidades litorâneas das interioranas, adotei uma ordem que mescla essa distinção à ordem segundo a qual ele tratou das cidades no capítulo 8 – “Os bairros residenciais das camadas de alta renda”, o setor – por razões, espera-se, já óbvias – a que mais se dedicou.

¹¹⁴ A sequência das páginas de onde se extraíram as citações dá a medida dessa reconstrução.

¹¹⁵ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968.

¹¹⁶ A frase continua: “[...], perto dos sobrados e das chácaras” (FREYRE, 1951, p.344).

passar, muito menos tomar banho salgado”, “onde se faziam despejos; onde se descarregavam os gordos barris transbordantes de excremento, o lixo e a porcaria das casas e das ruas; onde se atiravam bichos e negros mortos” (FREYRE¹¹⁷, 1968, p.195 *apud* VILLAÇA, 2001, p.228)¹¹⁸ –, o mangue, o pântano. Aquelas *aldeias de mucambos e de palhoças* seriam, segundo Flávio Villaça (2001, p.229), um primeiro tipo de “área residencial central das camadas de baixa renda”. O segundo tipo, comum já no final do século XIX, incluiria o cortiço – segundo Gilberto Freyre¹¹⁷ (1968, p.234 *apud* VILLAÇA, 2001, p.229), “cortiços dentro de sobrados já velhos” – e as casas de cômodos. Nesse segundo tipo morariam a “criadagem livre”, migrados como agregados da elite rural, “subempregados em atividades do setor terciário”, migrados do campo e das cidades pequenas, e, em menor número, o “operariado industrial”, sobretudo estrangeiros (VILLAÇA, 2001, p.229).

As *camadas de alta renda*, por sua vez, localizavam-se quer “junto ao centro” (VILLAÇA, 2001, p.167), quer “fora da cidade” (*Ibidem*, p.163), onde havia “certas concentrações de população rica”, na “direção de São Cristóvão”, “ao longo da praia da Glória até Botafogo”¹¹⁹ e na Tijuca (*Ibidem*, p.161). Dentre essas localizações, na metade do século XIX, as *camadas de alta renda* concentravam-se mais “nos bairros interiores, como Alto da Boa Vista, Gávea e Jardim Botânico, do que ao longo das praias, que não passavam de Botafogo” (*Ibidem*, p.169). Essas camadas eram formadas por “vários grupos estrangeiros [...], diplomatas e refugiados políticos abastados, duques e até príncipes [...], a burguesia comercial integrada por portugueses, brasileiros e [...] imigrantes, e [...] a velha nobreza portuguesa” (*Ibidem*, p.169). Fora da cidade, os ingleses dividiam-se entre os “tentáculos” em direção à praia e a São Cristóvão; os portugueses preferiam esse último; e os franceses, a Tijuca (*Ibidem*, p.169).

Segundo Flávio Villaça (2001, p.256), ainda na primeira metade do século XIX, o centro teria se definido “mais claramente como área de concentração do comércio varejista, embora ainda não fosse ali exclusivo”. Nem mesmo a Rua do Ouvidor era exclusivamente comercial, ainda que, no relato de um viajante, já se distinguisse, em 1824, alguma especialização funcional entre as ruas: a Direita (atual Primeiro de Março), “paralela à orla e próxima aos embarcadouros”, rua principal, reunia “o comércio atacadista e o das firmas de importação e exportação”; a do Ourives concentrava as “bijuterias, muitas das quais sortidas

¹¹⁷ Ver nota 115.

¹¹⁸ Assim começa a frase: “As praias, nas proximidades dos muros dos sobrados do Rio de Janeiro, de Salvador, de Recife, até os primeiros anos do século XIX, eram lugares onde não se podia passear [...]” (FREYRE, 1951, p.412).

¹¹⁹ Note-se que, em relação às camadas populares, a praia aparece como central e, em relação às camadas de alta renda, como “fora da cidade”.

em peças de prata”; a da Candelária, as “velas”; a da Quitanda, os “armarinhos”; a da Alfândega, os “marceneiros e seleiros”; e, por fim, a do Ouvidor, a mais chique, onde se acreditava ter sido transportado a Paris (EBEL¹²⁰, 1972, p.69-71 *apud* VILLAÇA, 2001, p.256). Na disputa pela localização central, o comércio importador/exportador e o varejista dividiam-se: o último predominava na porção entre as ruas do Hospício (atual Buenos Aires) e da Assembleia, e o primeiro, naquela compreendida pelas ruas do Ourives (atual Miguel Couto), do Hospício e Direita e pelos morros de São Bento e da Conceição.

Já há um centro nessa cidade, portanto. As *camadas de baixa renda* estão tão junto a esse centro quanto as de *alta renda* e também nele, já que nem mesmo a Rua do Ouvidor é exclusivamente comercial. O que Flávio Villaça (2001) denomina “central”, assim, parece coincidir com o que denomina “cidade”: *é fora da cidade* que há não uma mas algumas *concentrações de população rica*. Periferias? O próprio autor irá ocupar-se dessa indagação, preocupando-se, contudo, não em respondê-la mas em enxergar, sob a “penumbra de gradações” entre o “claramente rural” e o “claramente urbano” (VILLAÇA, 2001, p.161), no Rio de Janeiro de então, os diferentes tipos de chácaras existentes. Seriam eles:

- o primeiro tipo, em que a agricultura é explorada comercialmente, mas seus moradores podem se ocupar de outras atividades e levar um “estilo de vida totalmente urbano” (*Ibidem*, p.161);
- o segundo tipo, em que a agricultura é de subsistência, e a família, integrada ao campo, raramente vai à cidade;
- o terceiro tipo, utilizado com “frequência e mesmo com finalidades semelhantes” à casa na cidade, de tal forma que não seria possível “estabelecer qual era a residência permanente, se o palacete ou sobrado da cidade, ou a chácara” (*Ibidem*, p.161);
- e o último tipo, tipicamente urbano, “localizado na cidade”, residência permanente chamada chácara “simplesmente por ocupar um terreno que, para os padrões urbanos de então, era grande” (*Ibidem*, p.161).

Quanto à localização, portanto, são apenas dois os tipos: a chácara fora da cidade e a chácara na cidade. A indeterminação não está aí, pois “totalmente urbana” poderia ser a vida de moradores – permanentes ou temporários – das chácaras localizadas fora da cidade, às quais o autor atribui uma “natureza urbana” (*Ibidem*, p.164). Mesmo os “nossos imperadores [...] freqüentaram a cidade como cidadãos comuns”, exemplifica o autor (*Ibidem*, p.163, grifos nossos). Só não a frequentavam regularmente os moradores das chácaras fora da cidade voltadas

¹²⁰ EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Nacional, 1972.

à agricultura de subsistência, as quais, no entanto, não se poderiam nomear periféricas, posto que *claramente rurais*.

Seriam esses moradores, incomuns, as *velhas de cor*, com seu *penete* e sua *mantilha*? Seria daí – dessas chácaras, analogamente, de *natureza rural* – que elas então viriam, assombrando aqueles que se acreditavam transportados, se não à *Regent Street* londrina, a Paris? De qualquer modo, se a proximidade a esse centro não era disputada a ponto de se tornar exclusiva, ainda não se instalaram nesse Rio de Janeiro aquela *estratificação social* configurada pela localização na cidade, nem aquela luta – de classes – pelo *ponto* tanto quanto pelo *tempo de deslocamento*. A própria gradação entre o *claramente rural* e o *claramente urbano* e a desnecessidade de opção das *camadas de alta renda* por um ou por outro aproximam a estrutura desse Rio de Janeiro de meados do século XIX daquela estrutura proposta por Flávio Villaça para as cidades em que *as burguesias podem se espalhar pelos quatro cantos*, aqui, na cidade ou fora dela. Tanto o estar próximo ao centro, na cidade, quanto o estar dali distante eram valorizados ou vantajosos.

Não havia “tanta necessidade de locomoção”, pois, “embora parcelas significativas das camadas de alta renda fizessem intenso uso da cidade, a elite carioca era certamente menos urbanizada – no tocante a estilo de vida – do que no início do século XX”, escreve adiante Flávio Villaça (2001, p.175). Ainda assim, essa pouca urbanização parecia não transparecer nos trajes da elite tal como nos das *velhas de cor*, ao menos quando se encontravam no centro.

Já na segunda metade do século XIX é a proximidade ao centro que irá conduzir o adensamento das “áreas urbanas das elites”: os vazios entre os “bairros longínquos” serão preenchidos a partir dali (VILLAÇA, 2001, p.167). Não obstante, se, no terceiro quartel desse século, as *camadas de alta renda* moravam em áreas mais distantes do centro do que as *camadas de mais baixa renda*, ainda em 1890, “a periferia das camadas de mais baixa renda localizava-se mais ou menos em Cascadura” (*Ibidem*, p.169), a 17 quilômetros do centro, pelas vias principais, enquanto, de bonde, se ia, em 35 a 45 minutos, da Praça Tiradentes (centro) ao Alto da Boa Vista (área residencial de *camadas de alta renda*) ou da 13 de Maio com Evaristo da Veiga (centro) ao ponto final na Gávea (área residencial de *camadas de alta renda*) (*Ibidem*, p.168), este último um percurso de 11 quilômetros. Pergunta-se, então, o que fazia daquela área *mais ou menos* coincidente com Cascadura uma periferia? Tratava-se agora de uma localização não central das *camadas de mais baixa renda*, estas, sim, afastadas em relação à localização a que tinham acesso na estrutura anterior. Mais do que isso, porém, tratava-se de uma área em que dominavam aquelas camadas: instalara-se já na cidade, se não

como regra, como tendência, a segregação socioespacial, precisamente aquela em que a desigualdade entre a localização dos pobres e a dos ricos podia ser traduzida em 6 quilômetros ou, de bonde, em cerca de 20 minutos.

Se a proximidade do centro ainda era acessível a camadas distintas, tal localização, uma vez associada à proximidade da praia, irá estabelecer o setor das *camadas de alta renda* que perdura na cidade até hoje. Assim, enquanto na Zona Sul “os bairros aristocráticos afastados” permaneceram ocupados por aquelas camadas, o mesmo não ocorreu com os da Zona Norte, na verdade, oeste – São Cristóvão, Catumbi, Rio Comprido. Já no início do século XX, o centro reorienta-se segundo aquele setor, “sua parte moderna ocupando o extremo sul [...] em detrimento da Praça Tiradentes, da Praça Mauá e da Rua do Ouvidor” (VILLAÇA, 2001, p.174). Até a década de 20, as “novas residências das elites” eram os palacetes, construídos não só “em áreas vagas de subúrbios aristocráticos antigos”¹²¹ mas também “no mesmo lugar de uma antiga mansão demolida” (*Ibidem*, p.171). Ainda, um mesmo antigo palacete poderia receber, sucessivamente, “várias famílias das elites” (*Ibidem*, p.171). Nos bairros Catete, Laranjeiras e Botafogo, “que a expansão urbana tornava mais centrais” (*Ibidem*, p.171), chácaras e palacetes transformar-se-iam em hotel, colégio, asilo, casa de saúde. Naqueles situados a oeste – fora do setor das *camadas de alta renda*, portanto –, apareceriam indústrias¹²².

Em síntese, já na década de 20 do século XX, aquela cidade unificada por um centro que ainda não é o único *ponto* para a *elite carioca* e, por isso, igualmente acessível às *camadas de mais baixa renda* tornara-se uma cidade segregada. Tal processo, para o próprio Flávio Villaça (2001, p.176), responderia também à perda de autonomia da “família urbana” do século XIX, cujo deslocamento se tornara imperioso pela dependência desse centro, agora dividido: de um lado, as novas lojas – de departamentos –; de outro, as praças Mauá e Tiradentes, “abandonadas”. Não fora aquela perda, a expansão das *camadas de alta renda*, em 1910, já teria prosseguido até “São Conrado, Barra da Tijuca ou Jacarepaguá” (VILLAÇA,

¹²¹ “Bairros longínquos”, “bairros aristocráticos afastados”, “subúrbios aristocráticos antigos”: todas essas denominações referem-se àquelas *concentrações de população rica* identificadas pelo autor, embora sugiram, ao contrário do que antes se pôde pensar, que mesmo *fora da cidade* já havia a *cidade*, isto é, bairros e subúrbios.

¹²² No que se refere à localização industrial, o autor não se ocupa de detalhá-la para cada uma das cidades tomadas como objeto, detendo-se apenas em São Paulo, já na década de 50 do século XX. Como já avisara na Introdução, sua preocupação é com a localização residencial. Não obstante, ao final do capítulo “Os setores industriais: a articulação espacial entre metrópole e região”, afirma: “Temos então – e isto vale para as demais metrópoles – dois elementos da estrutura urbana, que são os mais poderosos na estruturação do espaço metropolitano no Brasil: as zonas industriais e a região de concentração dos bairros das camadas de mais alta renda” (VILLAÇA, 2001, p.140). Enquanto a localização das primeiras seria determinada por “forças externas à cidade”, a da segunda obedeceria à força mesma das burguesias “no comando do setor imobiliário urbano” (*Ibidem*, p.140). Para o autor, então, mais uma vez, trata-se de forças distintas.

2001, p.176). Uma vez ocorrida, se aquele centro – em que o comércio e os serviços se multiplicaram e sofisticaram, tanto quanto suas vias principais já não eram ruas mas avenidas – deixara de ser uma das áreas residenciais das *camadas de alta renda*, ele se consolidou como seu local de trabalho e de consumo. Na proporção inversa, declinaram os “mascates, vendedores ambulantes, quiosques e barracas de rua” (*Ibidem*, p.252). Por sua vez expulsas do centro e das proximidades dele, as *camadas de baixa renda* deslocaram-se para “o subúrbio ou a periferia pobre e subequipada” (*Ibidem*, p.177), quando não resistiram nas favelas – centrais, mas insuficientes para abalar a concentração, não exclusiva, e sim, predominante, das *camadas de mais alta renda* no setor Sul. Mesmo sendo “impossível saber em que década os subúrbios – os bairros populares periféricos – superaram o centro como área residencial das camadas de mais baixa renda”, escreve Flávio Villaça (2001) na página 230, “é certo, entretanto, que, no Rio de Janeiro, foi por volta da passagem do século”; “por volta de 1920”, emenda ele, na página 232. Dentre as localizações periféricas, as mais disputadas pelas *camadas de mais baixa renda* seriam as das regiões industriais, “outra concentração de emprego”, além do centro mesmo, para aquelas camadas (*Ibidem*, p.234)¹²³. Para elas, então, a perda dessa disputa significaria, mais uma vez, a separação entre moradia e trabalho.

A verticalização dos *bairros centrais das camadas de alta renda* aparece como um fenômeno posterior à década de 20: a valorização da orla por essas camadas faria com que os novíssimos arranha-céus recebessem “famílias de mesma classe ou mais alta do que aquelas que ocupavam as mansões derrubadas para construí-los, nas avenidas Atlântica e Vieira Souto” (VILLAÇA, 2001, p.172). Já no início do século XX, Copacabana, Ipanema e Leblon, incorporados à “cidade”, eram disputados pela elite (*Ibidem*, p.177): uma disputa que, com a verticalização, configuraria uma outra estratificação, “segundo faixas paralelas ao mar”. Como, porém, “nem nessas faixas havia total homogeneidade social”, as “classes médias” puderam seguir as “altas” em seu vetor preferencial (*Ibidem*, p.178).

Daquela divisão do centro em duas áreas – uma “nobre” e uma “abandonada” –, passando pelo surgimento do subcentro Copacabana, na década de 40, até a alegada decadência do centro – agora *tradicional*, ou *velho* – da cidade, nas décadas de 60 e 70¹²⁴, Flávio Villaça (2001, p.281) extrai que “os centros principais sempre apresentaram um deslocamento territorial

¹²³ O surgimento dessa outra concentração de emprego não modificaria a estrutura urbana? Também isso não afetaria a polarização antes exclusiva do centro? Lembremos que, para o autor, é “enorme o poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços”, uma vez que essas, “mesmo nas cidades industriais, são as que geram e atraem a maior quantidade de deslocamentos (viagens), acumulam os deslocamentos de força de trabalho – os que ali trabalham – com os de consumidores – os que ali fazem compras e vão aos serviços” (VILLAÇA, 2001, p.20).

¹²⁴ O autor aponta ora uma década, ora outra, ao mencionar o processo.

na direção da área de concentração das camadas de mais alta renda”. Se há alguma modificação naquela estrutura intraurbana – básica, segundo o autor – já estabelecida na década de 20, quando então nasce o vetor exclusivo das *classes de mais alta renda* – o Sul –, o que se altera é a sua dependência de um centro único, desse centro já existente no século XIX e consolidado como local de consumo e trabalho das *camadas de mais alta renda* (para usar, mais uma vez, a expressão do autor) naquela década do século XX. Coexistente agora com os subcentros, o centro deixa de polarizar aquelas *camadas*, ou, como prefere o autor, dele estas se libertam, atraindo para junto de si, não importa o quanto se desloquem – sempre ao sul –, seus subcentros. De qualquer forma, a separação entre as *camadas de baixa* e as *de alta renda*, que já atingira as áreas residenciais, agora atinge o centro *decadente, tradicional, velho, das camadas de baixa renda*. Ora, também das *camadas de baixa renda* eram os novos subcentros Madureira e Méier – este chamado “capital dos subúrbios”, ainda em 1968, por Maria Terezinha Soares¹²⁵ (1987 *apud* VILLAÇA, 2001, p.296) –, nascidos junto com o subcentro Copacabana, ainda que não igualmente “turísticos” (VILLAÇA, 2001, p.294)¹²⁶.

Assim, de um Rio de Janeiro cujo centro é compartilhado, passa-se a um Rio de Janeiro do centro dividido e, deste, a um Rio de Janeiro policêntrico. De um Rio de Janeiro das palhoças, dos cortiços, das casas de cômodos, dos sobrados, dos palacetes e das chácaras na cidade e fora da cidade, passa-se a um Rio de Janeiro dos subúrbios – os industriais e os apenas residenciais –, das favelas e dos bairros. E, deste, a qual? Infelizmente a descrição do autor não nos permite fechar essa síntese no que tange à segregação residencial¹²⁷. É possível, entretanto, a partir da reconstrução de seu texto, que aqui se leva a cabo, chegar ao Rio de Janeiro do centro compartilhado e da localização única de *camadas de baixa e alta renda*; daí, ao Rio de Janeiro do centro dividido e das localizações periférica, das *camadas de baixa renda*, e central, das *camadas de alta renda*; e, finalmente, ao Rio de Janeiro do centro das *camadas de baixa renda*, dos subcentros das *camadas de baixa renda* e dos *subcentros das camadas de alta renda* e, agora arriscando mais, da localização – mais? – periférica das *camadas de baixa renda* e da localização – mais? – central das *camadas de alta renda*. Tão

¹²⁵ SOARES, Maria Terezinha de Segadas. Bairros suburbanos e subcentros. [1.ed. 1968]. In: BERNARDES, Lysia M. C. (Org.). *Rio de Janeiro: cidade e região*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987. p.121-133.

¹²⁶ Se é a mobilidade dada pelo automóvel que permite o surgimento dos subcentros das *camadas de alta renda*, como quer Flávio Villaça (2001, p.281), seria a imobilidade das *camadas de mais baixa renda* que faria surgir seus subcentros? Ou a sua mobilização também pelas outras concentrações – industriais – de emprego?

¹²⁷ Sabemos que é esse o foco do autor, mas sabemos também que, para ele, o que estrutura a segregação residencial é, desde meados do século XIX, e desde então de uma vez por todas, aquele setor único de concentração das *camadas de alta renda*. Para chegar a essa síntese e para, se não apagar, reduzir os seus riscos e os das demais, será necessário ir até o próximo capítulo desta tese.

mais periférica e mais central as localizações – tão mais separadas as *camadas* – por contarem com seus próprios centros; nem tanto enquanto contam com o mesmo centro, embora dividido; menos ainda quando contam com o centro único? Essa seria uma pergunta natural ao próprio autor, para quem, cabe lembrar, quanto mais especializado funcionalmente o espaço, maior a desigualdade relativa à *economia de viagens* e mais radical a segregação socioespacial¹²⁸.

Em longa nota de rodapé na página 288, contudo, Flávio Villaça (2001) observa que o centro do Rio de Janeiro “‘decaiu’ menos do que o de São Paulo”, isto é, foi “menos abandonado como centro de emprego” e, portanto, como “centro de consumo” pelas “burguesias”. O centro do Rio de Janeiro tem “mais vitalidade imobiliária, mais serviços (religiosos, educacionais, culturais) e mais comércio do que o de São Paulo” (VILLAÇA, 2001, nota nº 7, p.288), constata o autor a partir de um levantamento – segundo ele próprio, preliminar – de dados diversos, em periódicos (Guia 4 Rodas, Jornal do Brasil e Folha de São Paulo), relativos aos anos de 1994, 1995 e 1996. Para ele, a “única explicação possível” para esse fenômeno estaria “na força da tradição e das monumentalidades herdadas do passado” (*Ibidem*, p.292). A “monumentalidade” e a “longa vida útil” de equipamentos coletivos – abundantes no centro do Rio de Janeiro, “em oposição à indigência de São Paulo” – “criam uma tradição de uso desses monumentos (sedes de órgãos de classe, igrejas, escolas etc.) que se mantém, seja pela finalidade original, seja por uma nova finalidade (centro cultural, por exemplo)” (*Ibidem*, p.291). Daí se conservarem no centro do Rio de Janeiro “os empregos da classe média para cima” e a “vitalidade imobiliária” (*Ibidem*, p.291). Conservando-se aqui também o *popular*, no centro encena-se, se não a mistura funcional que o autor observa na Zona Sul – especialmente em Copacabana, e que ali lhe chama mais atenção do que a mistura social, que, não obstante, “certamente existe” (*Ibidem*, p.191) –, alguma mistura social.

Em Porto Alegre

No início da segunda metade do século XIX, a “elite” de Porto Alegre estava instalada no centro ou dele próxima, no alto: “na cumeeira”, “no local proeminente” e “de maior beleza”, isto é, ao longo das ruas da Praia e Duque de Caxias. Nesta última, “uma

¹²⁸ Nesse sentido, acompanhando o autor, ainda que as concentrações de comércio e serviços – os centros, que atraem trabalhadores e consumidores – dominem a estruturação do espaço intraurbano, o surgimento de concentrações industriais – que atraem somente trabalhadores – é um movimento de especialização funcional tanto quanto o é o de surgimento de centros de *camadas de baixa renda* e de *camadas de alta renda*.

excepcional concentração de edifícios representativos do poder civil e religioso” valorizava “ainda mais o espaço para fins de residência das elites” (VILLAÇA, 2001, p.203).

Na virada do século, “a partir do alto do espigão”, definiram-se “dois eixos de expansão residencial das burguesias” (VILLAÇA, 2001, p.204): Menino Deus e Independência. O primeiro, “às margens do Guaíba”¹²⁹ (*Ibidem*, p.206), fora “arraial de chácaras de fim de semana de famílias de alta renda” e agora era “servido por bonde e sede de numerosas festas tradicionais da cidade” (*Ibidem*, p.205). O segundo, também servido por bonde, “tomou definitivamente roupagens de lugar aristocrático, com as primeiras mansões residenciais” (*Ibidem*, p.205), e, à medida que o século avançava, firmou-se como o eixo preferido: no alto, mais próximo do centro num momento em que “a dependência da cidade era crescente”¹³⁰ (*Ibidem*, p.206).

A “predominância da burguesia” aí, e “depois em Moinhos de Vento”, na mesma direção, “confirmou e solidificou a hegemonia da Rua da Praia como eixo do centro de Porto Alegre” (VILLAÇA, 2001, p.206). Essa rua e a Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, “sobreviveram por mais um século” em função do “afunilamento do tráfego das elites para uma única direção” (*Ibidem*, p.206). São – ou foram?, pergunta-se o autor – essas as “ruas mais amadas do Brasil”, “mais do que a Rua Direita em São Paulo, a Rua da Bahia em Belo Horizonte, a Rua Chile em Salvador, ou a Rua Nova em Recife” (*Ibidem*, p.206). Amadas por quem? Pela “elite”, pelos “poetas, artistas, jornalistas e cronistas” de cada uma daquelas cidades, acrescenta em seguida (*Ibidem*, p.207).

Na década de 70, a “Área Metropolitana de Porto Alegre”¹³¹ exhibe a “terceira maior rede de subcentros do país” (VILLAÇA, 2001, p.301), uma rede cujo desenvolvimento remonta aos anos 30, quando, se não certamente, provavelmente, já Navegantes – em qual direção? – era um subcentro metropolitano. Flávio Villaça contabiliza dez subcentros na metrópole, em 1975: além do centro, Azenha, Assis Brasil (Passo d’Areia), Novo Hamburgo, Canoas, São Leopoldo, Navegantes, Esteio, Assis Brasil (São João) e Partenon, hierarquizados segundo uma pesquisa realizada pelo próprio autor, “contando e ponderando

¹²⁹ O autor refere-se ao rio Guaíba.

¹³⁰ Mais uma vez confundem-se “centro” e “cidade”.

¹³¹ No Capítulo 3 – “Os processos espaciais de conurbação”, Flávio Villaça (2001, p.49-67) discute os processos de conurbação e metropolização, adotando, conclusivamente, uma definição segundo a qual a “conurbação metropolitana é um processo devorador de cidades e produtor de bairros” (VILLAÇA, 2001, p.66), isto é, o processo pelo qual uma cidade torna-se bairro de outra, ou cidade-subúrbio, como o autor prefere adiante, na mesma página. Para ele, já na década de 20 do século XX inicia-se, no Brasil, “uma contradição entre a cidade como organismo físico e sócio-econômico e a cidade do ponto de vista político-administrativo” (*Ibidem*, p.51).

distintos estabelecimentos de comércio e de serviços” (*Ibidem*, p.301). Pode-se portanto afirmar, pelo menos, que, entre as décadas de 30 e 70, os subcentros se multiplicaram.

Em Salvador

“Cidade das superposições e da mistura social no espaço”: assim Flávio Villaça (2001, p.160) designa a “Salvador escravista”. Até meados do século XIX, também em Salvador, onde há uma cidade alta e uma cidade baixa, “a maioria das famílias abastadas moravam uniformemente distribuídas” e faziam-no tanto “nos centros da Cidade Alta e da Cidade Baixa” quanto nas suas imediações (VILLAÇA, 2001, p.208). Apenas “uma pequena parcela habitava os arrabaldes” (*Ibidem*, p.208), quer ao norte – em Itagipe –, quer ao sul – na Vitória. Disso resultava, conforme relata Kátia Mattoso¹³² (1992, p.441-442 *apud* VILLAÇA, 2001, p.209), sobretudo na Cidade Alta, onde “se concentrava o grosso da população baiana”, “um caldeamento racial e social tão intenso, que é impossível classificar socialmente as várias paróquias de Salvador: atividades econômicas, fortunas e posições sociais díspares se acotovelavam num mundo em que as diferenças ainda não estavam rigidamente cristalizadas”. Nesse mundo, “modestas casinholas de taipa, muitas das quais exibiam apenas uma porta e uma janela”, acotovelavam-se a “pretensiosos palacetes nobres”, distintos pelo seu padrão construtivo e não pela sua localização (MATTOSO¹³², 1992, p.441-442 *apud* VILLAÇA, 2001, p.209).

A partir de meados daquele século, contudo, “com o desenvolvimento do capitalismo, as classes começam a se definir melhor”, anuncia Flávio Villaça (2001, p.210), e a se espacializar... *melhor*? A paróquia da Vitória, ao sul, torna-se “mais aristocrática”, e a da Penha, ao norte, recebe “uma indústria têxtil que ali fixa uma mão-de-obra bastante considerável” (MATTOSO¹³², 1992, p.440 *apud* VILLAÇA, 2001, p.210). À medida que se torna mais aristocrática, Vitória passa de uma localização fora da cidade a uma localização na cidade. A despeito disso, Itagipe ainda acolheria algumas *famílias abastadas* – agora de “alta classe média” – até a primeira metade do século XX: “essa segregação [...] deu-se lentamente”, explica Flávio Villaça (2001, p.211).

Desde então, como no Rio de Janeiro, compara o autor (VILLAÇA, 2001, p.211), “as elites soteropolitanas deslocaram-se, a partir da Graça e da Vitória, ocupando as partes altas da região e depois, lentamente, a orla oceânica de alto-mar”, “mais ou menos em seqüência,

¹³² MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

através de Ondina, Rio Vermelho, Amaralina, Pituba, Boca do Rio, Piatã [...]”, penetrando “em Lauro de Freitas e depois em Camaçari”. Nesse vetor, contudo, “a ocupação é ainda fraca [...], pois a maioria das burguesias baianas se concentra mais nos sítios altos e centrais” (*Ibidem*, p.111). Aqui, “a topografia acidentada junto ao mar impossibilitou as clássicas avenidas beira-mar ostentadas pelas outras cidades litorâneas” (*Ibidem*, p.190), o que também explica a incipiente verticalização – em relação às *outras cidades litorâneas* – mesmo nos trechos centrais da orla. O fato de o Hotel Bahia, construído na década de 40, não ter nascido junto à praia, como o Copacabana Palace, por sua vez construído na década de 20, dá a medida dessa diferença.

De qualquer forma, aqui, na década de 60 do século XX, surge um subcentro das *camadas de alta renda*, “na região do Iguatemi” (VILLAÇA, 2001, p.277), e populariza-se a região do Terreiro de Jesus e início da Rua Chile¹³³, “à medida que o comércio e os serviços avançam pela Avenida Sete de Setembro” (*Ibidem*, p.283), na direção sul, portanto.

Em Recife

“Devido a seus ricos engenhos, pelos atrativos ambientais do vale do Capibaribe e também pelo hábito do banho de rio em chácaras da periferia, Recife desenvolveu uma extensa rede de povoados naquele vale, bastante afastado da cidade”, escreve Flávio Villaça (2001, p.213). Já em meados do XIX, esses “arrabaldes” tornaram-se “local de residência permanente”, abrigo, contudo, tal como as chácaras cariocas, uma “população de hábitos urbanos” (VILLAÇA, 2001, p.214), isto é, uma “elite urbana sem morar na cidade” (*Ibidem*, p.163).

Até meados do século XX, “a parte mais rica da cidade ficou ‘marcando passo’ no mesmo lugar, preenchendo os vazios entre a cidade e os arrabaldes” (VILLAÇA, 2001, p.166). Assim se consolidou o setor oeste como o de concentração das *camadas de alta renda*, até que, entre as décadas de 60 e 70, a orla oceânica passou a atrair aquelas camadas. O “banho de mar” superou então o hábito do “banho de rio”, num processo tardio – o Grande Hotel da Boa Viagem é de 1950 – em relação ao verificado no Rio de Janeiro. A questão é que as praias recifenses “próximas ao centro e aos bairros centrais” (*Ibidem*, p.217), não tão atraentes quanto as praias cariocas, são tão pouco atraentes quanto as soteropolitanas. De outro lado, enquanto o setor oeste, no Rio de Janeiro, já não existe como setor dos bairros residenciais de *camadas de alta renda*, em Recife esse setor ainda perdura, “embora seja clara a tendência de

¹³³ Para o autor (VILLAÇA, 2001, p.207), “embora querida pela elite baiana até meados do século XX”, a Rua Chile “não despertou entre os soteropolitanos um carinho semelhante àquele despertado pela Rua do Ouvidor e a Rua da Praia em poetas, artistas, jornalistas e cronistas do Rio e de Porto Alegre”.

sua transferência para a orla das praias” (*Ibidem*, p.157). Nesse movimento, excepcionalmente, Recife apresenta dois setores de concentração de *camadas de alta renda*: o tradicional, a oeste, no Eixo do Capibaribe, e o mais recente, ao sul, na orla marítima, em Boa Viagem/Jaboatão. Lembremo-nos, porém, que também em Salvador “essa segregação [...] deu-se lentamente” (*Ibidem*, p.211), pelo menos até meados do século XX.

Ora, tomando-se a “estruturação intra-urbana enquanto movimento, processo, e não enquanto estado”, é “possível verificar que uma das áreas de concentração das burguesias está em declínio enquanto tal [...] e a outra está em ascensão” (VILLAÇA, 2001, p.284). Assim, “o Recife apresenta a mesma tendência das demais metrópoles, num *estágio diferente* da tendência” (*Ibidem*, p.284, grifo do autor), qual seja, a de estruturar-se segundo um só setor de concentração daquelas *camadas*. De fato, escreve o autor, “o setor Sul tem hoje bem mais ‘ricos’ do que o Oeste e tem tido nos últimos anos um enorme desenvolvimento do comércio e principalmente dos serviços voltados para a alta renda tanto local como de turistas (centros empresariais, hotéis, restaurantes, lojas, etc.)” (*Ibidem*, p.219). Enquanto isso, “a tendência à estagnação – talvez ao declínio – da vitalidade imobiliária” do centro é “inegável” (*Ibidem*, p.285). Contudo, como a tendência de concentração das *camadas de alta renda* no setor sul é recente, e o setor oeste ainda mantém significativa parcela daquelas *camadas*, este último conserva “seu poder de atração sobre o centro ‘nobre’” (*Ibidem*, p.287) – aqui, Boa Vista –, que assim continua se expandindo na direção tradicional.

Dois setores de *camadas de alta renda* coexistentes, coexistentes o centro também das *camadas de alta renda* e seu subcentro. Espalhadas, se não pelos quatro cantos, por dois – e cada canto com o seu centro ou subcentro –, as *burguesias* recifenses conformaram, ainda que momentaneamente, uma estrutura próxima àquela das cidades dos *países de primeiro mundo*? Nessa estrutura, os bairros residenciais das *camadas de baixa renda* estão, ainda que momentaneamente, menos distantes, isto é, a um menor tempo de deslocamento, do centro – dos *outros e seu*¹³⁴ – e menos dominados mediante o espaço urbano?

Em São Paulo

Até 1870, escreve Flávio Villaça (2001, p.192), São Paulo era “um pequeno burgo medieval”, onde não “havia áreas funcionais claras além do centro, e este era principalmente cívico e religioso, pois começava apenas a despontar uma pequena concentração de comércio

¹³⁴ Lembremo-nos de que o autor não se ocupa especificamente dos *bairros residenciais das camadas de baixa renda* em Recife.

e serviços”. Um pouco antes, no início da segunda metade do século XIX, “a burguesia paulistana apresentara seus primeiros e tímidos sinais de segregação espacial”, percebidos, contudo, em “vários locais e direções na cidade” e “em torno do centro, como uma típica cidade pequena” (VILLAÇA, 2001, p.262). Também a localização da aristocracia, nas chácaras, dividira-se entre “os quatro quadrantes da cidade” (*Ibidem*, p.262).

O primeiro “loteamento aristocrático e ‘moderno’” – Campos Elíseos – instala-se na década de 80 do século XIX na direção oeste, anunciando o que viria a ser a “Cidade Nova” (VILLAÇA, 2001, p.194). Cerca de uma década depois, “a aristocracia paulista fez [...] uma deflexão à esquerda e, através da Vila Buarque e Higienópolis, chegou à Avenida Paulista, aberta em 1882” (*Ibidem*, p.194-195). Assim “teve início a clara ocupação do quadrante sudoeste da capital pelos bairros das camadas de alta renda, num caminhar que permanece até hoje”, observa Flávio Villaça (2001, p.196).

Nesse início, a cidade dividira-se entre o “lado de cá” dos trilhos e o lado de lá, a leste, para onde caminhavam as *camadas de baixa renda* e as indústrias: Brás, Mooca. Na “cidade velha”, já o cortiço aparecia como “habitação problema”, “mencionado tanto por governantes como por estudiosos” (VILLAÇA, 2001, p.229). Até esse início, o sítio – mais moldável e aprazível a oeste – parece ter orientado a preferência da elite paulistana (cf. VILLAÇA, 2001, p.193-197). Nas primeiras décadas do século XX, esse papel pode ser atribuído ao “controle do tempo de deslocamento” (VILLAÇA, 2001, p.197). “Em 1914”, conta Flávio Villaça (2001, p.169), “um bairro popular como a Lapa estava a 9 quilômetros do centro (contra 3 quilômetros da avenida Paulista)”, o que significa que, aqui, “as diferenças relativas entre os bairros aristocráticos e populares” são bem maiores do que no Rio de Janeiro, o que, por sua vez, podemos aferir, significa que o controle do tempo de deslocamento já e aqui não admitia aquela distância entre as *camadas de alta renda* e o centro admitida no Rio de Janeiro, nem, por conseguinte, a proximidade das *camadas de baixa renda*. Uma diferente relação com o centro, portanto, movia a aristocracia paulistana do início do século a controlar o seu tempo de deslocamento até ali.

Do outro lado, por volta da década de 20, o Brás já era um subcentro – o primeiro do país, contabiliza o autor (VILLAÇA, 2001, p.300) –, surgido em função do isolamento da sua população – estrangeira, italiana –, que “não tinha acesso econômico e social ao centro” (*Ibidem*, p.297). Na década de 40, “toda a Zona Leste já era polarizada pelo comércio do Brás”, “uma cidade à parte dentro de São Paulo” (*Ibidem*, p.298). No início do século, essa *cidade à parte* tinha seu próprio “teatro de ópera”, suas próprias companhias e cantores, seu carnaval e seu corso; no final dos anos 20, seus próprios cinemas, suas grandes lojas de

departamentos – que, na década de 40, abririam filiais no centro –, suas cantinas e restaurantes; na década de 30, lojas raras – de armas, artigos de pesca, discos, gramofones, partituras musicais –; na década de 40, as filiais das grandes lojas do centro e profissionais liberais, muitos deles atendendo também no centro. Nessa década, então, essa *cidade à parte* parece confundir-se com a *cidade*.

Simultaneamente à demarcação do setor sudoeste como o das *camadas de alta renda*, “locais como Glória, Carmo e Liberdade começaram a ser ocupados pela extensão do centro ou por camadas de mais baixa renda” (VILLAÇA, 2001, p.263). Por sua vez “ressentido daquela deflexão” ao sul, o centro – já “tradicional” – assiste à desvalorização das ruas 15 de Novembro e São Bento como pontos comerciais, enquanto a Rua Direita passa a ser “a principal rua de comércio e serviços da burguesia” (*Ibidem*, p.264). Seu primado durou até a década de 30¹³⁵, quando “a parte do centro voltada para o sudoeste (além-Anhangabaú) começou a abrigar lojas, os profissionais liberais, os serviços de diversão, pessoais, etc. voltados para o atendimento às camadas de alta renda” (*Ibidem*, p.264), primeiro na Rua Barão de Itapetininga, seu prolongamento *além-Anhangabaú*, depois nas transversais desta e na Rua do Arouche. A essa altura, o setor sudoeste já englobava o Jardim América, como englobaria, décadas depois, Jardim Europa, Alto de Pinheiros e City Butantã, bairros das *camadas de alta renda* (*Ibidem*, p.197).

Na década de 40, além do centro *além-Anhangabaú* – já “velho”, já “popularizado” –, havia o Brás, surgido como subcentro das *camadas de baixa renda*, e desenvolviam-se outros subcentros em outros municípios, sinal de que a periferia também se deslocava: do Brás, por exemplo, para Santo André e São Caetano (cf. VILLAÇA, 2001, p.300).

No final da década de 50, um novo subcentro exclusivo está “consolidado”¹³⁶, enquanto o velho – o “Triângulo” –, “abandonado pelas burguesias, ficou para as camadas populares” (VILLAÇA, 2001, p.264). Já em 1947, porém, apenas 22,5% das “sub-habitações” localizam-se no centro e em suas imediações (*Ibidem*, p.230) – Sé, Liberdade, Bela Vista, Santa Efigênia, Brás e Consolação –, número que cai para 11,1% em 1968, “no centro e nas imediações de então – uma área um pouco maior do que a sua congênere de 1947” (*Ibidem*, p.230). Se em 1980 as maiores concentrações de cortiços ainda são centrais, já há muito as *sub-habitações* não o são (*Ibidem*, p.230), isto é, o que *ficou para as camadas populares* nos centros e nas suas imediações foi, sobretudo, o trabalho e o consumo. Para o autor, entretanto,

¹³⁵ A brevidade do primado dessa rua também explica o fato de o amor a ela dedicado pelos paulistanos não se comparar ao amor dedicado às longevas ruas do Ouvidor, pelos cariocas, e da Praia, pelos portoalegrenses (cf. VILLAÇA, 2001, p.206-207).

¹³⁶ Consolidado, como se viu, inclusive com algumas lojas que, do Brás, vieram abrir suas filiais ali.

na década de 70 do século XX, um novo processo atinge as “áreas metropolitanas brasileiras”; em São Paulo, a zona sul: “as invasões” (*Ibidem*, p.235). O “que há de novo nesse processo”, insiste ele, “é o fato de que uma significativa parcela das camadas de mais baixa renda não precisa mais pagar pela terra”, desnecessidade que “quase não existia nas cidades do sul antes dessa década (já existia no Rio, com as favelas, e no Recife, com os mucambos)” (*Ibidem*, p.235). Ora, “entre vender limões ou flores, pedir esmola ou assaltar motoristas em São Paulo, nas avenidas Brasil ou Rebouças, e fazer o mesmo na Aricanduva, na zona Leste, a primeira alternativa é preferida” (*Ibidem*, p.235), analisa ainda o autor. Daí a zona sul surgir, naquela década, como “a nova região de concentração de favelas” de São Paulo: onde está o “subemprego” – do “chefe de família”, mas também das “mulheres (domésticas, diaristas, e balconistas sem carteira assinada)” e das “crianças (empacotadores nos supermercados, flanelinhas, ambulantes)” (*Ibidem*, p.235) –, para lá também se orienta a *sub-habitação*, aqui, a favela-zona sul ou central. O que orienta a *periferia subequipada* é, em contrapartida, o *emprego*? Um quadro apresentado pelo autor mostra que, na década de 70, na Zona Leste paulistana (formada pelos subdistritos Brás, Belenzinho, Mooca, Alto da Mooca, Tatuapé, Vila Formosa, Penha de França, Cangaíba e Vila Matilde, pelos distritos São Miguel Paulista, Itaquera, Ermelino Matarazzo e Guaianazes e pelos municípios Ferraz de Vasconcelos, Poá, Suzano, Itaquaquecetuba e Mogi das Cruzes), “a participação das camadas de mais baixa renda era maior do que no ABCD” (*Ibidem*, p.234): na Zona Leste, 77,1% da população moradora situava-se na faixa de renda inferior a Cr\$ 500,00; no ABCD, 69,6%.

Ao apontar a década de 60 como o período em que aquele subcentro consolidado no final da década de 50 “também foi abandonado pelas camadas de alta renda” (VILLAÇA, 2001, p.265), o autor não se detém no fato de que no máximo uma década separa um processo – o de *consolidação* – do outro – o de *abandono*. Ao “novo centro decadente”, agregado agora ao que sucedeu, sucede não um novo, novíssimo subcentro, na região da Avenida Paulista e da Rua Augusta, mas “um novo tipo de centro, atomizado, fragmentado, expandido e constituído por uma nuvem de áreas especializadas, misturado com vários tipos de áreas residenciais” (*Ibidem*, p.265). Em 1975, diferente de Copacabana, que tem mais lojas do que bancos, há, aqui, mais bancos. Esse *novo tipo de centro* não representaria para São Paulo o que representara seu centro antes, nem mesmo em 1987, quando o centro “compacto” ainda concentra mais empregos do que o “centro expandido, da zona da Paulista até a marginal Pinheiros” – “disperso” (*Ibidem*, p.266). Duas décadas depois do seu surgimento – como tipo e como ponto –, outro lhe sucederia, na região da Avenida Luís Carlos Berrini. Trata-se, portanto, esse *novo tipo de centro*, “cuja delimitação é altamente complexa e controvertida”, e

nisso também diferente do centro, de “um caso *sui generis* de centro metropolitano em todo o país” (*Ibidem*, p.266). Um *novo tipo de centro* exclusivo não só em relação ao consumo, mas igualmente ao trabalho? Também aí residiria o seu caráter *sui generis*?

Sui generis a maior distância do centro das *camadas de alta renda* no Rio de Janeiro no final do século XIX; *sui generis*, também no Rio de Janeiro, a mistura social presente tanto no centro quanto na Zona Sul – em especial em Copacabana –, ainda na década de 90 do século XX. *Sui generis* a lenta segregação em Salvador, que conservaria dois setores de *camadas de alta renda* até meados do século XX. *Sui generis* o surgimento de um segundo setor das *camadas de alta renda* em Recife, entre as décadas de 60 e 70 no século XX, e a sua conservação até a década de 90. *Sui generis* a rápida obsolescência do primeiro subcentro de *camadas de alta renda* paulistano; *sui generis* o *tipo de centro* que lhe sucede. Excepcionalidades ou *estágios diferentes* de uma mesma tendência, como o autor (VILLAÇA, 2001) sugeriu em relação a Recife?

Em Belo Horizonte

Em Belo Horizonte, assim como em Porto Alegre, Salvador e São Paulo, as *camadas de mais alta renda* inicialmente buscaram os “sítios mais elevados”, “mantendo sempre a mesma radial e ocupando sempre o mesmo setor” (VILLAÇA, 2001, p.199). Nem mesmo a criação da Pampulha, no início da década de 40, demoveu-as, uma vez que o bairro “não só ficava ‘longe’ do centro para a Belo Horizonte de então e para a mobilidade territorial da burguesia da época, como dos bairros de alta renda (sul)” (*Ibidem*, p.200). Enquanto o bairro Cidade Jardim, aprovado apenas sete anos depois da Pampulha, “por volta de 1970, já estava totalmente ocupado”, “ainda na década de 1990 a região da Pampulha estava estagnada como região de moradia de alta renda” (*Ibidem*, p.201). Já não mais a distância e uma restrita mobilidade explicam o “lento crescimento” daquela região e o rápido avanço da burguesia belorizontina em direção à Serra do Curral, lutando “contra a falta de espaço para expansão, loteando escarpas” (*Ibidem*, p.202), por exemplo, nos bairros Mangabeiras e Belvedere, ambos da década de 70. Explicam-nos, sim, a

teia de relações que se desenvolve [...], acentuando cada vez mais uma “amarração” entre os bairros (os das burguesias, no caso) e outros elementos vitais definidores dos deslocamentos espaciais, especialmente os locais de compras, serviços e empregos, como os centros principais e os subcentros (Savassi, Avenida Paulista, Avenida Faria Lima, marginal do Rio Pinheiros), e todos os locais de emprego, comércio e serviços (shoppings, escola das crianças, médicos, bufês, restaurantes, dentistas, salões de beleza, clubes, etc.) que definirão os deslocamentos espaciais dessas classes. (*Ibidem*, p.203).

“Desamarrada”, a Região Norte, em Belo Horizonte, seria uma dentre aquelas “grandes regiões pobres e com poucas indústrias”, tanto quanto Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, e a Zona Leste, em São Paulo (*Ibidem*, p.234).

Acompanhando o “caminhamento territorial” (VILLAÇA, 2001, p.199) das *camadas de mais alta renda*, o centro de Belo Horizonte expande-se na direção sudoeste, e a Rua da Bahia, uma vez rompido o “equilíbrio entre a classe média localizada em Funcionários (a leste dessa rua) e a burguesia (localizada a oeste)” (*Ibidem*, p.209), perde importância para a Praça Sete de Setembro, agora o “coração do centro de Belo Horizonte”. Já na década de 50, o centro apresenta “frente” e “fundos”: o “comércio elegante começou a subir a Rua da Bahia” (*Ibidem*, p.270), e o popular, a descê-la. Em 1970, todo o centro tornou-se popular. Em 1975, quatro subcentros já se somam a ele: Barreiro, Floresta, Lagoinha e Savassi¹³⁷, este último no setor sul. Para o autor, de maneira geral, “a década de 70 marcou o apogeu relativo dos subcentros que, com suas lojas de departamentos e em especial seus enormes cinemas, polarizavam fortemente grandes zonas de influência” (*Ibidem*, p.302)¹³⁸.

No Brasil

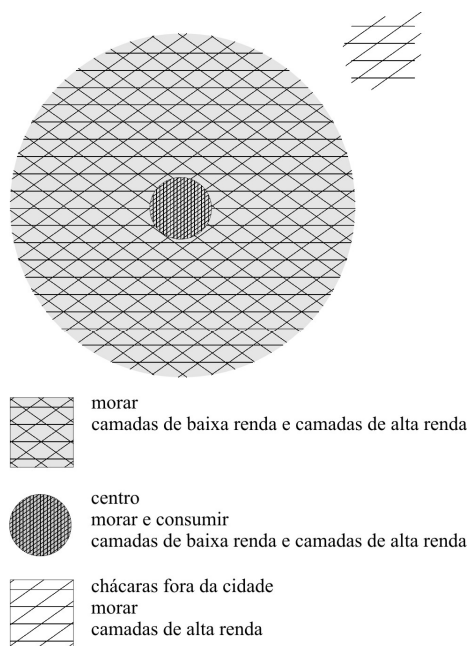
Como se viu, segundo Flávio Villaça (2001), seriam apenas duas as estruturas do espaço intraurbano brasileiro: a que antecede à *básica* e a própria. Como se pôde ver, a estrutura *básica* apresentaria pelo menos uma variação. Os croquis a seguir, elaborados a partir do autor¹³⁹, e por isso focados em “morar” e “consumir”, traduzem essas estruturas: aquela que antecede à *básica* corresponde à cidade não segregada ou à cidade do centro único (FIG. 17); a *básica* propriamente corresponde à cidade segregada, apresentando-se, porém, como a cidade do centro dividido (FIG. 18) e a cidade policêntrica (FIG. 19).

¹³⁷ O autor não designa as camadas a que atendem tais subcentros.

¹³⁸ Lembremos, porém, que o Brás, em São Paulo, já era subcentro na década de 20; Navegantes, em Porto Alegre, na década de 30; Copacabana, Méier e Madureira, no Rio de Janeiro, na década de 40. Quanto aos subcentros belorizontinos, à exceção da Savassi, todos são anteriores à década de 70.

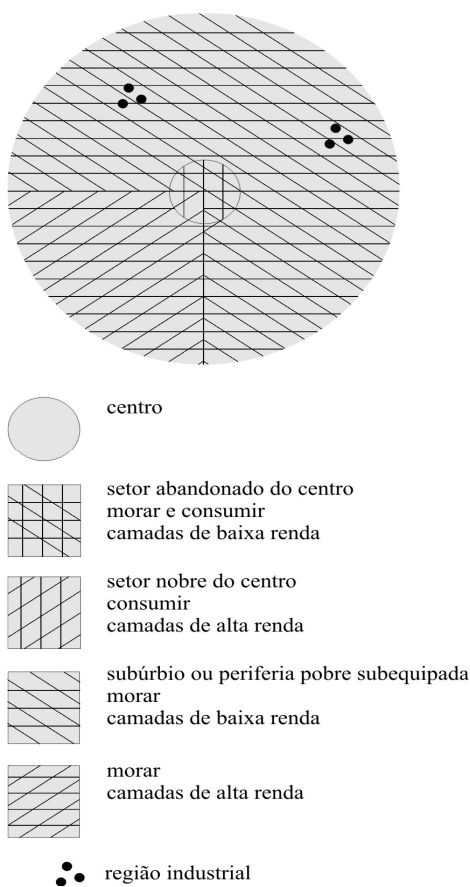
¹³⁹ Também as categorias representadas nos croquis foram nomeadas de acordo com as expressões empregadas pelo autor, tal como nos croquis apresentados no item anterior.

FIGURA 17 – A cidade não segregada



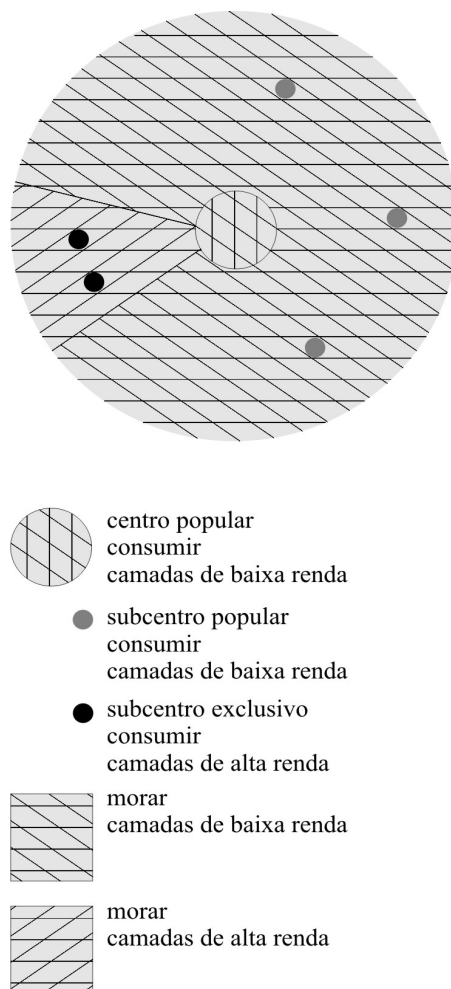
Fonte: Croquis elaborado pela autora a partir de VILLAÇA (2001).

FIGURA 18 – A cidade segregada: a cidade do centro dividido



Fonte: Croquis elaborado pela autora a partir de VILLAÇA (2001).

FIGURA 19 – A cidade segregada: a cidade policêntrica



Fonte: Croquis elaborado pela autora a partir de VILLAÇA (2001).

Flávio Villaça (2001) aponta o início da dissolução da primeira estrutura – a da cidade não segregada/a cidade do centro único – em meados do século XIX, no Rio de Janeiro, em Salvador, Recife e São Paulo. Meio século depois, na virada do século XIX ao XX, tal se daria em Porto Alegre. Belo Horizonte, como se viu, não chegou a apresentá-la¹⁴⁰.

Esse processo, concomitante ao de consolidação da segunda estrutura – a cidade segregada/a cidade do centro dividido –, avançaria, no Rio de Janeiro, até a década de 20 do século XX; em São Paulo, até as primeiras décadas do mesmo século; em Salvador, até meados da década de 50; em Recife, até a década de 60. Quanto a Porto Alegre e a Belo Horizonte, somente se pôde saber, pelo autor, que, na primeira, tal movimento se daria ao longo do século XX, e, na segunda, a consolidação da divisão do centro verificar-se-ia na década de 50.

¹⁴⁰ Pode-se supor que essa seria a estrutura do Arraial do Curral D'El Rey, que, no final do século XIX, entretanto, não entraria em dissolução, mas seria substituída pela da nova capital de Minas Gerais, Belo Horizonte (sobre esse processo, cf. PENNA, 1997).

A terceira estrutura – a cidade segregada/a cidade policêntrica – mantém-se, digamos, em interseção com a segunda, em períodos diversos em cada cidade. Em São Paulo, na década de 20, já há um subcentro das *camadas de baixa renda* – o Brás. No Rio de Janeiro, na década de 30, já há um subcentro das *camadas de alta renda*, a região da Praça Saens Pena, na Tijuca – segundo o autor, o primeiro subcentro das *camadas de alta renda* a surgir numa cidade brasileira –, e, na década de 40, os subcentros Copacabana, das *camadas de alta renda*, e Méier e Madureira, das *camadas de baixa renda*. Em Porto Alegre, na década de 30, já há um subcentro das *camadas de baixa renda* – Navegantes. Em Salvador, na década de 60, em Recife, entre as décadas de 60 e 70, e em Belo Horizonte, na década de 70, surgem, respectivamente, Iguatemi, Boa Vista e Savassi, subcentros das *camadas de alta renda*. A *decadência*, ou *envelhecimento*, ou *popularização* do centro, exceto em São Paulo – precoce? – e em Recife – tardia? –, é processo que se verifica entre as décadas de 60 e 70.

Perguntemos, pois, agora: tais descompassos, tão mais evidentes quanto mais segregada vai se apresentando a estrutura do espaço intraurbano brasileiro, configuram *excepcionalidades*¹⁴¹ ou *estágios diferentes de uma mesma tendência*¹⁴²?

Se *excepcionalidades*, tratar-se-ia daquelas distorções provocadas, como adverte Edward Soja (1993, p.210), “por diferentes geografias físicas locais”, segundo as quais, no caso das suas tipologias, “Chicago, por exemplo, enquadra-se melhor do que a cidade de Nova York”. No caso das tipologias extraídas de Flávio Villaça (2001), porém, aqueles descompassos parecem não se associar exclusivamente à diferença entre as geografias físicas locais das cidades – interiores e litorâneas.

Se *estágios diferentes de uma mesma tendência*, tratar-se-ia de descompassos em resposta à urbanização brasileira, desigual ela própria, de tal forma que, havendo no universo tomado pelo autor cidades cuja estrutura se transformou segundo dinâmicas distintas, as tipologias podem ser delas representativas em tempos distintos. Se assim é, a constatação de que, nesse universo, tais descompassos vão se evidenciando sugere, se não a negação, a discussão do pressuposto do autor segundo o qual “não caberia adotar na história do espaço intra-urbano a mesma periodização que se adota para o espaço nacional, válida apenas no caso de o objeto ser a urbanização e não a estruturação intra-urbana” (VILLAÇA, 2001, p.18). Ora, Flávio Villaça distingue os processos de urbanização e de estruturação intraurbana: no primeiro, expressar-se-iam “os efeitos do social sobre o espacial”, e, no segundo, “os efeitos do espacial

¹⁴¹ Excepcionalidades em relação às estruturas comuns entre as cidades durante um dado período.

¹⁴² Seria o horizonte dessa tendência a São Paulo do *novo tipo de centro*?

sobre o social” (*Ibidem*, p.18). A urbanização, contudo, não seria uma mediação entre o *social* e o *espacial* intraurbano?

Diante dessa indagação, como nos posicionaríamos, agora, frente à tese de que a estruturação do espaço intraurbano brasileiro “só remotamente se relaciona com as transformações por que tem passado o capitalismo nacional e mundial nas últimas décadas” (VILLAÇA, 2001, p.45)? Ou à de que a “lógica básica” desse espaço – intraurbano, brasileiro – “pouco se alterou nos últimos cem anos, por mais que, nesse período, o capitalismo brasileiro tenha se alterado, seja nacionalmente, seja em distintas regiões do país” (*Ibidem*, p.27)? Se, para o autor, tal lógica é a segregação socioespacial, por meio da qual se manifestam os “traços nacionais definidores da estrutura e dos conflitos de classe” e a “dominação política e econômica através do espaço intra-urbano” (*Ibidem*, p.45), voltemos à nossa pergunta: não se modificariam as desigualdades entre cada setor em cada estrutura?

Tomando-se o conceito de desigualdade proposto por Flávio Villaça (2001), que engloba tanto a desigualdade quanto à *disponibilidade de equipamentos e de infraestrutura e à qualidade das construções* quanto a que se refere à *economia de viagens* – esta, para o autor, tão ou mais importante do que aquela –, que resposta podemos obter àquela pergunta, a partir do seu relato, aqui reconstruído¹⁴³?

Na estrutura correspondente à cidade não segregada/a cidade do centro único, não há desigualdade – no amplo sentido *flaviovillaciano* – entre setores: sequer os há. Não há, portanto, *dominação política e econômica através do espaço intraurbano*.

Quanto à estrutura correspondente à cidade segregada/a cidade do centro dividido, esta é desigual no amplo sentido *flaviovillaciano*. No que se refere à desigualdade quanto à *disponibilidade de equipamentos e de infraestrutura e à qualidade das construções*, somente nos foi permitido aferir que:

- a porção do centro que coube às *camadas de baixa renda é abandonada*, e a que coube às *camadas de alta renda, nobre*;
- os setores de moradia das *camadas de baixa renda são subequipados* em relação ao das *camadas de alta renda*. No que se refere à *economia de viagens*, as *camadas de baixa renda* que moram e consomem no *setor abandonado do centro* estariam em pé de igualdade em

¹⁴³ Mais uma vez cabe evidenciar a estratégia metodológica adotada e a correspondente estrutura desta tese. Não se trata, neste capítulo, de tomar uma posição – mais ou menos definitiva – ante as proposições de cada autor – Martim Smolka e Flávio Villaça –, o que somente se fará após o Capítulo 3, no Capítulo 4. E não caberia fazê-lo, sob pena de essa posição impedir, digamos, a exploração ao máximo daquelas proposições. Ao nos dedicarmos a essa exploração é que podemos formular as perguntas que se vão dispendo neste capítulo-em-forma-de-cavalo-marinho.

relação às *camadas de alta renda*, cuja distância do *setor nobre do centro* seria compensada pela sua mobilidade. As *camadas de baixa renda* que moram na *periferia subequipada*, contudo, estariam em desvantagem em relação a ambas, mormente aquelas na *periferia subequipada* que não é *região industrial*.

Quanto à estrutura correspondente à cidade segregada/a cidade policêntrica, não se apresentando a localização central das *camadas de baixa renda*, e tendo se fragmentado o “central” entre o centro, agora das *camadas de baixa renda*, os subcentros das *camadas de alta renda* e os *subcentros das camadas de baixa renda*, amplia-se a desvantagem das *camadas de baixa renda* em relação às *camadas de alta renda* quanto à *economia de viagens*. E à tal ampliação, conforme o que conclui Flávio Villaça (2001, p.357-360), corresponderia uma ampliação da *desigualdade* quanto à *disponibilidade de equipamentos e de infraestrutura e à qualidade das construções* entre os setores das *camadas de baixa renda* e o setor das *camadas de alta renda*. Tão mais desigual quanto à *economia de viagens*, tão mais *desigual* quanto à *disponibilidade de equipamentos e de infraestrutura e à qualidade das construções*, a estrutura intraurbana, e tão mais potente a *dominação política e econômica através do espaço intraurbano*.

Respondida assim, *flaviovillacianamente*, a nossa pergunta, passemos ao capítulo em que pretendemos examiná-la a partir de outros autores.

3 COMO FORAM PERIFERIAS E CENTROS, POBREZAS E RIQUEZAS NA CIDADE BRASILEIRA ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX?

3.1 Uma breve introdução

Há que se ter alguma paciência aqui: este capítulo traz uma descrição, a que, entretanto, se segue uma síntese.

A descrição, que parece interminável – e é desigual, posto que originária de autores diversos, em textos com alcances diversos e realizados em momentos diversos –, organiza-se segundo a sequência das estruturas esboçadas no capítulo anterior, considerando-se, tanto quanto possível, os descompassos ali detectados. Ao elaborá-la, adotei um procedimento de pesquisa e redação simultâneas: as referências que desconhecia foram sendo buscadas¹⁴⁴ – quer por tema, quer por época, quer por cidade, e não necessariamente nessa ordem –, lidas em subconjuntos e somadas ao texto. Fui, assim, progressivamente, identificando as interseções entre as referências e a partir delas extraíndo daqui e dali suas parcelas de interesse, procedimento que não seria possível a partir da seleção e do fichamento prévios da bibliografia¹⁴⁵. Antecipando-se a seleção e adiantando-se o fichamento, correr-se-ia o risco – sem volta, dados os prazos e o ritmo de trabalho possível – de a seleção ver-se confrontada pela evolução da descrição e de o fichamento resultar, ao final, num arrependimento – igualmente sem volta: como retomar, a cada novo interesse, a extensa bibliografia? Ademais, tal procedimento seria inverso ao que se pretendia: as próprias definições de periferia(s) e centro(s), pobreza(s) e riqueza(s) surgiriam não de uma abstração mas daquilo que, de concreto, se poderia extrair das fontes utilizadas.

Exemplifico: foi o Gilberto Freyre de *Sobrados e mucambos* que nos levou ao Sidney Chalhoub de *Trabalho, lar e botequim*; esse, ao Luiz Fernando Vianna de *Geografia carioca do samba*; esse, ao Sinhô de *A favela vai abaixo*; esse, ao Manuel Bandeira de “O enterro de

¹⁴⁴ Identificaram-se tais referências pesquisando-se diretamente em bibliotecas em Belo Horizonte, bem como, indiretamente, no acervo de bibliotecas nas demais cidades componentes do universo de pesquisa, o que hoje é possível, ou, ainda, mediante outras ferramentas de busca disponibilizadas na Internet.

¹⁴⁵ Nesse percurso errático, pude constatar que muitos autores atribuem títulos literários a textos que são científicos, exigindo do pesquisador esforços às vezes vãos de leitura. Não há por que, contudo, criticá-los por isso, posto que não é a sua obrigação oferecer-nos aquilo de que precisamos, necessidade que, muitas vezes, nos induz a interpretar os títulos favoravelmente, decepcionando-nos ao lermos aquilo a que se referem.

Sinhô”; esse, à Telê Porto Ancona Lopez de “Riqueza de pobre”; e essa ao Mário de Andrade de “Noturno”. Como adivinhar, antes, ser este um – não “o”, cabe frisar – subconjunto capaz de nos aproximar do nosso objeto tal como nos propúnhamos?

Tratou-se, sobretudo, de não estabelecer uma contraposição entre os autores lidos, para que o produto, no milagre do diálogo, resultasse não menor mas maior do que a soma das parcelas, às quais me integro enquanto a que interpreta cada autor, descobre seus interlocutores e coloca-os em diálogo, reinterpretando-os. Não saberia, contudo, avaliar quão eficiente foi essa opção metodológica: a elaboração deste capítulo estendeu-se por 12 meses. Nessa longa, mas apenas possível, descrição, o que norteou a escolha das parcelas de interesse, ou o conteúdo sobre o qual sob a minha escuta se abriu o diálogo entre os autores, está não numa ou noutra variável – por exemplo: infraestrutura – mas naqueles aspectos – inclusive os referentes à infraestrutura – capazes de aproximar o que os esquemas fatalmente afastaram: aquele *aí* de que se falou na Introdução a esta tese. A extensão dessa descrição responde então ao caminho dos esquemas até esse *aí*: por onde a bibliografia despertou os *sentidos teóricos*, ou alcançou uma sensibilidade que se espera corresponder à do leitor, naquela reciprocidade clamada por Karl Marx. A partir disso, tratou-se de buscar satisfazê-la, ainda que insuficientemente: não se trata de recompor como foi; lá não estávamos.

Ao contrário do que se supôs inicialmente, os estudos abrangentes e os estudos específicos¹⁴⁶ nem sempre se distinguem quanto à capacidade de aproximação daquele *aí*, e o fazem a partir de sua soma, de tal forma que já aqui ambos foram consultados. A partir da realização de uma primeira leitura conjunta deste capítulo¹⁴⁷, a orientadora percebeu que o procedimento da soma, que ia se revelando profícuo, sugeria a incorporação da literatura e da memória oral como fontes simultâneas e não, posteriores¹⁴⁸.

¹⁴⁶ Denominaram-se “estudos abrangentes” aqueles que tomam como objeto preferencialmente várias cidades, ou pelo menos toda uma cidade, e abarcam um período extenso; e “estudos específicos”, aqueles que respondem a algum recorte – quer espacial, quer temporal, quer temático – ou a alguma combinação desses.

¹⁴⁷ Diante da fragmentação do tempo de orientadora e orientanda, descobrimos esse modo de orientação, que, mais do que economizar tempo, multiplicou-o: a leitura em voz alta permitiu que mergulhássemos juntas e a um só tempo no texto, do qual ambas nos tornamos ouvintes. Ante os comentários da orientadora, e à escuta, ouvia melhor o que havia escrito, descobrindo não só obscuridades e lacunas mas também nexos, dos quais, creio, sequer suspeitaria se tivéssemos insistido no clássico procedimento: entrega de originais, leitura individual, reunião para devolução de originais comentados e discussão. Foram, ainda, momentos muito prazerosos.

¹⁴⁸ Cabe salientar que os escritores tomados como referência são contemporâneos, tanto quanto o que se lembra e narra, daquele *aí* onde não pudemos – pesquisadores – estar, mas sobre o qual nos debruçamos. Isso nos bastou. Como observa Roberto Schwarz (1983a, p.46) sobre Machado de Assis, um artista, pela “desfaçatez literária” no caso, é capaz de construir retratos sociais que não o seu próprio.

Obviamente não se elencou tudo o que foi escrito e narrado sobre as seis cidades tomadas como universo: elencou-se o que assim foi elencado, nesses 12 meses, por mim¹⁴⁹. Ocorreu, durante o percurso de pesquisa-redação, encontrar bibliografia pertinente depois de encerrada a descrição a que corresponderia, como foi o caso de *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*, de Maria Inez Machado Borges (1994), lido, mas não incorporado ao texto pelo desarranjo que provocaria (a provisoriedade suporá sempre o rearranjo), ou o do recente *150 anos de subúrbio carioca*, organizado por Márcio Piñon de Oliveira e Nelson da Nóbrega Fernandes (2010), sequer lido. Ocorreu ainda lembrar, tardiamente, de bibliografia pertinente, como foi o caso de *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*, de Berenice Martins Guimarães (1991).

Finalmente, encerrou-se esse percurso quando a reunião daqueles subconjuntos, já determinante de temas ou variáveis, passou a exigir outro procedimento metodológico. Por exemplo, chegando a descrição aos anos 40 e 50, passamos a frequentar as bibliotecas em busca de algo capaz de revelar como o operário de *fábrica moderna, suburbano*, despendia seu *tempo de sobra* fora de casa. Já então a conjunção de temas ou variáveis induziu a tal especificidade e, na sequência, a uma frustração¹⁵⁰, mas também ao fim a que nos comprometemos. Não houvesse a exigência do produto acabado da tese, essa descrição não se encerraria, e, mesmo depois de cumprida essa exigência, como *croquis* que é a tese de que faz parte, poderá essa descrição ser reaberta: complementada, ou estendida ou, ainda, reorientada segundo as conclusões (ou respostas em forma de cavalo-marinho) que a seguirão – no capítulo final¹⁵¹.

¹⁴⁹ Ao se optar por tomar como fontes principalmente livros publicados, logo se verificou uma abundância de referências sobre São Paulo e Rio de Janeiro em relação a Salvador, digamos, em segundo lugar, a Recife e a Belo Horizonte, em terceiro, e a Porto Alegre, em último, o que sugere que:

- são menos conhecidos e/ou procurados, pior divulgados e/ou distribuídos os livros sobre as outras cidades que não São Paulo e Rio de Janeiro;
- a produção acadêmica sobre tais outras cidades resultou em um número menor de livros (observe-se, na seção Referências, que as editoras são majoritariamente paulistas ou cariocas);
- há uma produção acadêmica menos prolífera sobre tais cidades.

Não se verificarão essas hipóteses aqui. Cabe apenas confessar que aquela opção, resultante de uma equação cujas variáveis eram o tempo de pesquisa – dado –, o método errático – assumido – e a profundidade exigida no tratamento do objeto investigado – pressuposta –, acabou por reiterar as injustiças – mercadológica e/ou editorial e/ou acadêmica e as que as podem explicar – com essas outras cidades.

¹⁵⁰ Segundo nos permitiu aferir nosso percurso – errático –, há uma redução progressiva do número de publicações: relativamente abundantes aquelas sobre o período colonial, relativamente escassas aquelas sobre o período do populismo, para usar, ainda aqui, a periodização clássica.

¹⁵¹ A ausência de mapas, aqui flagrante, pode ser justificada tal como Flávio Villaça (2001, p.15) justificou não se valer da “definição prévia, consensual, quantificável e espacializável de classe social, classe de renda, elite socioeconômica, alta, média e pequena burguesias e classe dominante para seis metrópoles, durante 150 anos”. Se fosse imprescindível essa definição, pondera o autor, seu trabalho seria “inviável”. Seria outra esta tese, se, por meu turno, eu me dispusesse a realizar uma pesquisa cartográfica cujo resultado fosse a localização relativa de cada logradouro aqui mencionado. Procurei, porém, quando possível, apontar essa localização relativa no próprio texto ou em notas.

A essa descrição possível fiz corresponder uma síntese – igualmente possível –, expressa também em fotografias. Para se chegar ao capítulo final, onde se esboça a periodização pretendida e esclarecem-se as suas razões, examinando-se as hipóteses levantadas, foi preciso extrair da longa descrição algo que se pudesse colocar em relação com os esquemas obtidos no Capítulo 2, em busca da resposta à pergunta final: *que correspondências houve entre o capitalismo no Brasil, a estrutura da cidade brasileira e a vida em suas periferias e centros entre os séculos XIX e XX?* Daí a síntese, a que se seguirá, finalmente, a análise (as respostas em forma de cavalo-marinho).

Nessa síntese, a fotografia funcionou ao mesmo tempo como seu elemento indutor e expressivo. Explico: foi da descrição elaborada, bem como da leitura da pequena coleção de fotografias, extraídas de publicações quer fotográficas, quer científicas, e que foram sendo buscadas em procedimento semelhante ao descrito para os textos¹⁵², ainda que em um tempo de pesquisa breve – 2 meses¹⁵³ –, dados a aproximação da exigência do produto acabado da tese e a lentidão em sua elaboração, que se chegou a essa síntese. A partir dela, elegeram-se as

¹⁵² Também as fotografias foram extraídas de publicações em papel, evitando-se, por ora, prudentemente, a abundância de publicações na Internet. Parece não serem tão numerosas as publicações fotográficas em papel, nem costumam ser suficientemente legíveis as fotografias nas publicações acadêmicas, também pelo espaço que ali ocupam. Que isso se deva ao custo da sua reprodução, essa será sempre a explicação mais imediata, mas fato é que a função das fotografias, nas publicações acadêmicas, é muitas vezes meramente ilustrativa, o que é reiterado pelas legendas que as acompanham, simples títulos.

¹⁵³ Para se chegar às pouco mais de 30 fotografias que aqui se apresentam, foram consultadas, além obviamente das fontes de onde foram extraídas, as seguintes: ARQUIVO NACIONAL. *Estampas do Rio: a cidade nas décadas de 1940 a 1960*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001; BAHIA. Governo Estadual. *Álbum das curiosidades artísticas da Bahia*. Rio de Janeiro: Litho-Typographia Fluminense, 1928; BRILL, Alice. *Alice Brill: alicerces da forma: retrospectiva*. Curadoria de Carla Ogawa. São Paulo: FAAP, 2007; FERNANDES JÚNIOR, Rubens. *Labirinto e identidades: panorama da fotografia no Brasil, 1946-98*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003; FERREZ, Gilberto. *Bahia: velhas fotografias, 1858-1900*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1988; FRANÇA, Vera Regina Veiga (Org.). *Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002; FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do séc XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963; GARCIA, Sérgio et al. *Rio de Janeiro: passado e presente; Rio de Janeiro: then and now*. Rio de Janeiro: Conexão Cultural, 2000; LAGO, Pedro Corrêa do (Org.). *Militão Augusto de Azevedo: São Paulo nos anos 1860*. Rio de Janeiro: Capivara, 2001; LÉVI-STRAUS, Claude. *Saudades de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; MACEDO, Joaquim Manoel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1991; MAGALHÃES, Ângela; PEREGRINO, Nadja Fonsêca. *Fotografia no Brasil: um olhar das origens ao contemporâneo*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2004; MICELI, Sérgio. *O centro de São Paulo: um olhar sobre a cidade*. São Paulo: Prêmio, 2004; SOUZA, Okky de [texto]. *São Paulo, 450 anos-luz: a redescoberta de uma cidade*. Org. Gilberto Dimenstein. São Paulo: Editora de Cultura, 2003; VASQUEZ, Pedro Karp (Org.). *Revert Henrique Klumb: um alemão na corte imperial brasileira*. Trad. Carlos Luís Brown Scavarda. Rio de Janeiro: Capivara, 2001; VERGER, Pierre [photos]. *Bahia de tous les poètes*. Org. Arlette Frigout. Lausanne: Guilde du Livre, 1955.

Para a reprodução das primeiras fotografias, selecionadas do conjunto de fontes ilustradas utilizadas na elaboração do item 3.3 deste capítulo, contei com a ajuda de Priscila Musa, arquiteta urbanista egressa do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Para a consulta às demais fontes e a reprodução das fotografias selecionadas, contei com a ajuda de Érico de Oliveira e Silva, aluno daquele mesmo Curso. Tomei emprestada de ambos, fotógrafos, a habilidade em programas de tratamento de imagens e, do segundo, também a habilidade em fotografar: para a composição do segundo conjunto, cada uma das fotografias foi novamente fotografada.

fotografias que nos pareceram mais capazes de expressá-la, pungindo-nos ou, como escreveu Ecléa Bosi (1987, p.2), impedindo-nos de *retornar à nossa condição* e, em troca, permitindo-nos *sofrer de maneira irreversível o destino dos sujeitos observados*, desta vez pelas imagens suas. Daí apresentarem-se as fotografias uma em cada página¹⁵⁴: pretende-se que elas não sejam meras ilustrações.

Cabe talvez ressaltar que, ao extrair fotografias de publicações, estamos diante de uma cadeia de representações: a do fotógrafo, a do fotografado – autorrepresentado perante o fotógrafo –, a do autor do livro em que a fotografia aparece, segundo tal ou qual seleção¹⁵⁵. Também por essa razão incluí nas legendas das fotografias as legendas originais dos livros de onde foram extraídas¹⁵⁶.

À descrição e à síntese, então.

3.2 Uma descrição

Em *Evolução urbana do Rio de Janeiro*, Maurício de Almeida Abreu¹⁵⁷ (1987, p.35) descreve o Rio de Janeiro anterior ao século XIX como “uma cidade apertada, limitada

¹⁵⁴ O suposto caráter meramente ilustrativo das fotografias nas publicações acadêmicas assenta-se também no mínimo espaço que ali ocupam. A tentativa de corrigir aqui esse procedimento parece ter sido bem sucedida. Ao legendar as fotografias selecionadas segundo minha interpretação, contudo, acometeu-me a impressão de roubar ao leitor a chance de interpretá-las segundo seu repertório e segundo a descrição e a síntese constantes deste capítulo, sem lhe devolver algo mais do que a própria fotografia, digamos, escancarada na página. Assim como ao leitor basta o poema, talvez baste ao leitor a fotografia – escancarada. A disposição das fotografias uma em cada página, obrigando à disposição da legenda no verso da página anterior, não obstante, permite que o olhar perscrutativo do leitor se dirija primeiro à fotografia e somente depois à legenda, ao contrário do que recomenda a norma. Na tentativa de não restringir ainda mais o efeito pretendido com a ampliação das fotografias, qual seja, o de aproximar o fotografado do leitor, subtraíram-se os títulos, também contrariando a norma.

¹⁵⁵ Cf. KOSSOY, 2001.

¹⁵⁶ Ao examinarmos as demais fontes secundárias aqui utilizadas segundo essa cadeia de representações, temos que:

- no caso do depoimento oral, contamos com as representações do interlocutor, ao conduzir o depoimento, registrá-lo e interpretá-lo, e do depoente – autorrepresentado perante o interlocutor;
- no caso do texto literário, contamos com as representações e autorrepresentações do escritor;
- no caso do texto acadêmico, contamos com as representações presentes nas fontes primárias em que se baseiam e com as do autor, que elaborou a sua busca e a sua interpretação.

Há, então, uma hierarquia entre as fontes quanto à sua maior ou menor aproximação da “verdade”? Deixemos mais essa pergunta. Como já observamos, o depoente e o escritor puderam estar lá, naquele *aí* que somente pudemos buscar. Ora, o mesmo vale para o fotógrafo e para os que foram fotografados. Se não tiveram esses últimos a chance de se fazerem ouvidos ou lidos e somente puderam ser vistos pelos olhos de outrem, a fotografia trata de algo que aconteceu e de quem estava lá.

¹⁵⁷ Cabe explicitar que, nessa *evolução*, o autor parte de dois pressupostos. O primeiro: “o modelo segregador do espaço carioca teria sido estruturado principalmente a partir dos interesses do capital, sendo legitimado e consolidado indiretamente pelo Estado” (ABREU, 1987, p.11). O segundo: “haveria uma relação direta entre a crescente estratificação social do espaço, no que hoje se denomina Área Metropolitana do Rio de Janeiro, e o estabelecimento de determinadas políticas públicas” (*Ibidem*, p.11). Atentemos para o fato de que, a despeito de *Evolução urbana do Rio de Janeiro* ter sido publicado em 1987, sua elaboração foi concluída em 1978, de tal forma que “hoje” corresponderia a esse momento. São esses pressupostos que conduzem a sua periodização, que vai ser marcada pelo ritmo com que as “contradições” apresentadas pela “forma urbana” são dissolvidas

pelos morros [...], uma cidade em que a maioria da população era escrava, [...] quase que uma cidade de mercadorias”, onde “poucos eram os trabalhadores livres, e reduzidíssima a elite administradora/militar/mercantil”, e todos moravam “relativamente próximos uns dos outros, a elite local diferenciando-se do restante da população mais pela forma-aparência de suas residências do que pela localização das mesmas”. Um pouco adiante (ABREU, 1987, p.36), esse “espaço colonial” é descrito como aquele em que “usos e classes sociais se amontoavam”. Mais do que misturados, então, os usos e as classes sociais – quão diversos seriam? – aparecem *amontoados* numa cidade *apertada*: essa é uma cidade densa? Ou *relativamente* densa? A *relativa* proximidade entre as moradias de *todos* indica, se não uma diferenciação entre as suas localizações, alguma densidade... relativa a que, contudo? E como se distinguiriam aquelas moradias por sua *forma-aparência*?

Essa mesma ideia de mistura e de densidade alta – ou *relativamente* alta – aparece na descrição da Salvador “escravista” – “cidade das superposições e da mistura social no espaço” (VILLAÇA, 2001, p.160) – tomada como referência por Flávio Villaça (2001) e que aqui reproduzimos mais uma vez. Até meados do século XIX, havia “um caldeamento racial e social tão intenso, que é impossível classificar socialmente as várias paróquias de Salvador: atividades econômicas, fortunas e posições sociais díspares se acotovelavam num mundo em que as diferenças ainda não estavam rigidamente cristalizadas” (MATTOSO¹⁵⁸, 1992, p.441-442 *apud* VILLAÇA, 2001, p.209, grifos nossos). Que *diferenças* seriam essas? Quanto à *forma-aparência* das moradias, “modestas casinhas de taipa, muitas das quais exibiam apenas uma porta e uma janela”, distinguiam-se de “pretensiosos palacetes nobres¹⁵⁹” (MATTOSO¹⁵⁸, 1992, p.441-442 *apud* VILLAÇA, 2001, p.209), com suas muitas aberturas.

e recriadas (*Ibidem*, p.60). Cabe destacar também que, para o autor, “periferização” é um conceito que inclui “mais do que a localização distante do centro metropolitano”, “a não acessibilidade ao consumo de bens e serviços, que, embora produzidos pelo estado, localizam-se apenas nas áreas mais privilegiadas da metrópole, beneficiando, portanto, principalmente aqueles que aí residem” (*Ibidem*, p.15). A *periferização* seria, assim, a contrapartida da existência de um único setor das *camadas de alta renda*, tese defendida por Flávio Villaça (2001). Tais camadas dominariam, pela sua concentração nesse único setor, não só a *distância* – ou, como prefere Flávio Villaça (2001), o *tempo de deslocamento* – mas também a distribuição dos bens produzidos pelo Estado. Para Maurício de Almeida Abreu (1987, p.17), são “os estratos urbanos periféricos cada vez mais carentes de serviços e de infra-estrutura à medida que se afastam do núcleo”, isto é, a *periferização* dá-se segundo círculos concêntricos a partir do *núcleo*. Essa estruturação fica clara no mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que o autor apresenta (ABREU, 1987, p.20). Para Flávio Villaça (2001), como já visto, a estrutura do espaço intraurbano brasileiro é um misto de círculos concêntricos e setores de círculo, dominando esses últimos sobre os primeiros. Uma hipótese que se pode extrair dessas duas posições é a de que a *periferização* estrutura-se segundo círculos concêntricos, enquanto a *centralização* – em analogia ao conceito proposto por Maurício de Almeida Abreu (1987) – estrutura-se segundo setores de círculo.

¹⁵⁸ Ver nota 132.

¹⁵⁹ O termo (ou a tipologia) “palacete” não é comum ao texto dos demais autores sobre esse período ou estrutura.

Também nos *arrabaldes* esse *caldeamento* aparece? Ora, em 1817, um deles – Vitória –, segundo um de seus moradores (TOLLENARE¹⁶⁰, 1956, p.295 *apud* VASCONCELOS, 2002, p.168), encontra-se “quase que exclusivamente ocupado por estrangeiros e burgueses da Bahia”. “Acham-se ali”, isto é, “a três quartos de léguas ao sul da cidade”, continua ele, “as comodidades da cidade e todas as vantagens de um campo delicioso sob o melhor clima do mundo”. “As melhores casas, o melhor clima, a melhor água e a melhor sociedade”, elogia um viajante (KIDDER¹⁶¹, 1980, p.54 *apud* VASCONCELOS, 2002, p.202), em 1839. Noutro *arrabalde* – Rio Vermelho – em 1817, o mesmo Louis-François Tollenare¹⁶⁰ (1956, p.317 *apud* VASCONCELOS, 2002, p.174) acusa “um povoado de pescadores de umas 100 cabanas na foz de um pequeno rio”; “uma légua adiante, há um estabelecimento de pesca que ocupa 200 negros, e uma cordoaria que só fabrica as redes e cordas necessárias à pesca”. Pelo mesmo autor, a “periferia da cidade” (VASCONCELOS, 2002, p.173), ainda em 1817, é assim descrita: “quando se percorrem os arrabaldes e bairros retirados causa admiração ver ali o formigar de uma imensa população de brasileiros livres, aglomerados em casinhas miseráveis. Toda essa gente vive de quase nada e anda pouco vestida” (TOLLENARE¹⁶⁰, 1956, p.327 *apud* VASCONCELOS, 2002, p.173). “Fora da cidade”, então, segundo esse observador, não havia exclusivamente as *melhores casas*. Também em São Paulo, anota Richard Morse (1970, p.46), “nem só belas chácaras havia nas terras adjacentes”: ali um viajante (MAWE¹⁶², 1812, p.70, 75 *apud* MORSE, 1970, p.46) avistara também “casas de pau-a-pique”, onde habitavam “sitiantes e lavradores de categoria inferior”.

Mas já então fora da cidade do Salvador havia ao menos um *arrabalde*, ou “bairro”, como prefere Pedro de Almeida Vasconcelos (2002, p.168), exclusivo das *camadas de alta renda*. *Arrabalde* ou *bairro*? A descrição de Louis-François Tollenare dá a entender que, no caso da Vitória, se tratava de um lugar tal como a cidade no que se refere às *comodidades*. Poder-se-ia falar em “bairro” ainda que não houvesse propriamente uma centralidade, ou a necessidade dela? Quanto à distância, três quartos de légua equivalem a 4.950 metros, ou 4,95 quilômetros. “Formigar” e “aglomerados”, por outro lado, são termos sugestivos de algum *acotovelamento*.

Em *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*, Milton Santos (1959) mostra o que então *se acotovelava* não na cidade mas no centro dela. A partir de uma

¹⁶⁰ TOLLENARE, Louis-François. *Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e setembro de 1818*. Salvador: Progresso, 1956. (1.ed. 1818).

¹⁶¹ KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. (1.ed. 1845).

¹⁶² MAWE, John. *Travels in the interior of Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown Editors, 1812.

sequência de dados apresentada pelo autor (SANTOS, Milton, 1959, p.131), ficamos sabendo que ainda no século XVIII os “bairros centrais” abrigavam 60% da população da cidade, o que nos remete àquela suspeita, levantada no item anterior, de que o que então se denomina “central” pouco difere do que é a “cidade”, enquanto o periférico, o *fora da cidade*, equivale aos *arrabaldes*, às *chácaras* ou às *aldeias de mucambos*. Milton Santos (1959) prefere a expressão “bairros exteriores”, que emprega tanto para o século XVIII quanto para as décadas de 40 e 50 no século XX. Em *Salvador: transformações e permanências – 1549-1999*, Pedro de Almeida Vasconcelos (2002, p.199), ante o comentário de um viajante inglês que aportara em Salvador em 1845, anota: “é interessante observar a utilização do conceito de ‘centro’, já neste período”. Milton Santos (1959, p.104) esclarece que, até meados do século XVII, o centro é apenas “a sede da administração civil e eclesiástica”. Contudo, se também nesse momento começa a se esboçar “uma especialização de funções entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa” (SANTOS, Milton, 1959, p.104), e nesta é “onde se encontram todas as lojas da cidade e os trapiches do porto” (*Ibidem*, p.104), é a partir desse momento que o centro vai assumindo também um caráter comercial. Ainda que não se refira ao centro da cidade no século XVIII, o autor (SANTOS, Milton, 1959, p.106) acusa um abandono – “seja na sua parte alta como na parte baixa” – pela “parte mais abastada da população”, no final do século XIX. Disso podemos concluir que, em se tratando de Salvador, de meados do século XVII ao final do século XIX, o centro deixou de ser apenas a *sede da administração civil e eclesiástica*, para se tornar também comercial, não perdendo, porém, ainda então, a sua função residencial. Já em 1817, ainda o mesmo Louis-François Tollenare¹⁶³ (1956, p.281 *apud* VASCONCELOS, 2002, p.163) confirma ser a Cidade Baixa “o centro de negócios”. Johann Von Spix e Carl Von Martius¹⁶⁴ (1981, p.143 *apud* VASCONCELOS, 2002, p.164) comentam o vaivém do comércio ali, onde se avistam farmácias, livrarias, lapidários, joalheiros e o mercado do peixe, além de “filas de mulatos que atravancam a rua, sentados em bancos baixos, ocupados na profissão de alfaiate”. Em 1848, James Wetherell¹⁶⁵ (1972, p.42 *apud* VASCONCELOS, 2002, p.198) acusara ser a Rua do Ourives aquela em que se concentravam “quase todas” as joalherias.

Quanto ao *acotovelamento*, ou à densidade, Milton Santos (1959, p.131) mostra como, no final do século XVIII, há, nos “bairros centrais”, uma variação de 7 a 105 habitantes/hectare. Tais números, contudo, avisa ele, devem ser tomados com cautela, considerando-se as enormes

¹⁶³ Ver nota 160.

¹⁶⁴ SPIX, Johann B. Von; MARTIUS, Carl F. P. Von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. (1.ed. 1828).

¹⁶⁵ WETHERELL, James. *Brasil: apontamentos sobre a Bahia – 1842-1857*. Salvador: Banco da Bahia, 1972. (1.ed. 1857).

áreas não construídas dos conventos e mosteiros, sobretudo na Cidade Alta. Podemos, ainda assim, supor que o tal *acotovelamento* se refira à densidade de ocupação, ainda que os sobrados, sem recuos laterais e frontal, dispostos nas ruas ditas “estreitas e tortuosas”, abrigassem uma soma de familiares, escravos e empregados. É o que dá a entender Consuelo Novais Sampaio (2005, p.30), quando acusa, na Cidade Baixa, “casas construídas muito perto umas das outras”, que “não permitiam a existência de ruas largas”, que, “menos que ruas”, eram “becos estreitos e escuros, de traçado irregular”. Na Cidade Alta, em 1817, havia “vastos terrenos e pomares, separando muitas das habitações” (MAXIMILIAM¹⁶⁶, 1989, p.466 *apud* VASCONCELOS, 2002, p.159), ainda que também aí se vissem ruas *menos que ruas*. De resto, tais noções – “acotovelamento”, “ruas estreitas e tortuosas” e até mesmo “escuridão” – parecem denotar uma referência a outro espaço, rarefeito, regular e iluminado, ou, ainda, supõem um espaço ideal, uma densidade ideal, um traçado ideal, uma luz ideal – que atravesse o tempo.

“Até o fim do século XIX”, observa Milton Santos (1959, p.81), “todo o comércio se concentrava na Cidade Baixa” – onde se localiza o porto; “daí o nome que guardou até hoje: é o ‘Comércio’ para o habitante de Salvador”. *Todo o comércio* incluía “todas as lojas da cidade e os trapiches do porto” (SANTOS, Milton, 1959, p.105). O “centro da Cidade Alta”, por sua vez, “abrigava as principais funções administrativas e religiosas, tendo uma importante função residencial” (*Ibidem*, p.81). Na Cidade Baixa, o andar térreo dos sobrados “era utilizado pelo comércio, enquanto os superiores eram a moradia dos comerciantes” (*Ibidem*, p.105): tinham até cinco pavimentos esses sobrados. Havia ali ainda “vilas, pequenas e sujas, conquanto habitadas por gente rica” (*Ibidem*, p.106). Também a Cidade Alta apresentava um “verdadeiro dédalo de ruas, ruelas e becos” (*Ibidem*, p.107), tão verdadeiro a ponto de moradores queixarem-se “de que um proprietário queria roubar 12 palmos à rua, para aumentar sua casa [...] sem mesmo se preocupar com a dificuldade que isso acarretaria para o trânsito das seges e outros veículos” (FONSECA¹⁶⁷, 1955, n.p. *apud* SANTOS, Milton, 1959, p.107). Aí, porém, os sobrados tinham uma “função exclusivamente residencial, comportando geralmente um andar térreo sobre-elevado ocupado com salões, os andares ocupados com quartos, moradas dos senhores e um ou vários subsolos, onde moravam os escravos e domésticos” (SANTOS, Milton, 1959, p.113). Em *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*, Consuelo Novais Sampaio (2005, p.29) relata que, ali onde se denomina “centro da Zona Comercial”, isto é, no centro na Cidade Baixa, os sobrados “abrigavam, ao rés-do-chão, bem à vista dos passantes, os produtos para a

¹⁶⁶ MAXIMILIAM, Prinz Von Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989. (1.ed. 1820).

¹⁶⁷ FONSECA, Luiza. Aspectos da Bahia no século XVIII. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 2., 1955, Salvador. *Anais...* Salvador: Tipografia Manú, 1955.

venda; a família alojava-se nos andares superiores, cabendo aos empregados e escravos o último piso”. Importa-nos menos assinalar a diferença entre esses dois tipos de sobrados, sobretudo no que se refere à posição – abaixo ou acima – da moradia dos escravos e dos empregados, do que o fato de que eram os seus proprietários igualmente senhores de escravos e patrões de empregados. Não obstante, Walter Fraga Filho (1996, p.27), em *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*, observa que, então, “não era nada honroso ter como teto o assoalho alheio”. *Nada honroso* provavelmente por se tratar de condição própria ao escravo.

Josué de Castro, em *A cidade do Recife: ensaio de geografia urbana* (1954, p.155), acusa naquela cidade, desde o final do período holandês, em meados do século XVII, um “aumento da projeção vertical dos edifícios, alongando-se a princípio em construções de dois e mais tarde de três, quatro e cinco andares”. Esse “sobrado alto e magro, com seus telhados de duas águas de grande inclinação [...], persistiu através de todo o Século XIX”, conta o autor (CASTRO, 1954, p.155). Para ele, esse “verdadeiro precursor do arranha-céu” (*Ibidem*, p.157), comum a todos os grandes portos europeus, era produto de uma dupla necessidade: “aproveitar ao máximo o espaço disponível” e “concentrar numa área relativamente limitada os negociantes – patrões e assalariados –, suas lojas e suas residências por cima das lojas” (*Ibidem*, p.160).

Respondendo, então, a essa dupla necessidade, a *relativa densidade* associar-se-ia ao uso misto, condição para o controle dos *assalariados* pelos *negociantes* e para o bom andamento dos *negócios*. Nesse aspecto, o sobrado não se distinguiria da casa grande-senzala, ainda que ali já houvesse *assalariados*. Em *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, Gilberto Freyre (1951, p.512) chama atenção para o fato de que “às vezes os caixeiros fugiam, como os escravos”, ainda em meados do século XIX. Ser *caixeiro* significava então:

- trabalhar duro para a “riqueza feia e forte” (FREYRE, 1951, p.509) do patrão, exceto aos domingos, quando, deixando as “mangas de camisa” e os “tamancos”, podia-se aparecer “bem vestido, bem perfumado e bem lavado” (*Ibidem*, p.510), em sobrecasaca, cartola, bengala e botina preta;
- ser hostilizado pelos estudantes, que reivindicavam para si, e somente para si, o privilégio de vestir-se tal como os doutores – sobrecasaca, bengala e botina preta –, o que lhes facultava frequentar nos dias úteis, “triunfalmente” (*Ibidem*, p.510), ruas, praças, cafés e cervejarias;
- distinguir-se, pela rotina, dos românticos boêmios e tocadores de violão;
- distinguir-se, pela disciplina, dos “capoeiras” (*Ibidem*, p.509);

- morar em “castelos”, isto é, nas “águas-furtadas ou andares mais altos dos sobrados dos armazéns ou das lojas” (*Ibidem*, p.510);
- comer da mesa farta do patrão, quando este era generoso.

Eram os caixeiros “quase escravos”, sintetiza Gilberto Freyre (1951, p.511): “quase escravos louros” (*Ibidem*, p.511), pois muitos – ao contrário daqueles *românticos boêmios e tocadores de violão*, brasileiros natos – vinham de Portugal, ainda meninos (*Ibidem*, p.513), para crescer “dentro do próprio armazém despoticamente patriarcal” (*Ibidem*, p.511).

Ainda, para Gilberto Freyre (1951, p.400), as cidades brasileiras

[...] foram crescendo com os interesses da concentração urbana prejudicados pelos de autonomia das casas dos ricos, que precisavam de verdadeiro luxo de espaço para senzala, chiqueiro, estrebaria, cocheira, horta, baixa de capim, pomar, parreiral, árvores grandes a cuja sombra se almoçava nos dias mais quentes, açougue, viveiro, banheiro de palha no rio ou no riacho. Para todo um conjunto de atividades impostas às casas burguesas pela imperfeita urbanização da vida e pela escassa ou difícil comunicação das cidades com as fazendas.

Os sobrados, casa grande-senzala urbana, seriam, então, “um meio de as casas continuarem grandes sem se espalharem exageradamente para os lados” (FREYRE, 1951, p.420). Ainda assim, esparramavam-se pelas ruas, fazendo, “das calçadas, terreno de partir lenha e escoadouro de água durante o dia” (*Ibidem*, p.420). “Uma das gabolices de alguns sobrados ilustres”, conta Gilberto Freyre (1951, p.414), “era que deles escorresse para a rua a água dos banhos mornos. Água azulada pelo sabonete fino e cheirando a aguardente de qualidade. Os fidalgos das ‘casas nobres’ se orgulhavam de não feder a negro nem a pobre”.

Sob essa *imperfeita urbanização da vida*, ser morador de uma casa pequena significava, sobretudo quando o abastecimento da cidade se via comprometido – fenômeno que, não sendo incomum, o autor atribui à monocultura –, não ter o que comer. Enquanto o morador da chácara ou do sobrado podia contar com os alimentos que produzia, além de com os importados, o morador das “aldeias de mucambos e cortiços de palhoças [...], um casebre por cima do outro, numa angústia anti-higiênica de espaço” (FREYRE, 1951, p.468), enfrentava a falta de alimentos ou o seu alto custo. “O resto da população que se arranjassem como pudessem”, escreve Gilberto Freyre (1951, p.369).

Sob essa *imperfeita urbanização da vida*, a fome teria sido tão dramática quanto a epidemia? Em 1858 e 1878, em Salvador, conta Consuelo Novais Sampaio (2005, p.88-90), eclodem movimentos de protesto contra a fome. Para a autora, a seca, a dificuldade de transporte, o monopólio dos gêneros e as próprias epidemias eram as causas da crise de abastecimento a que tais protestos respondiam. Walter Fraga Filho (1996, p.31) chama a

atenção para o fato de que, se as epidemias “constituíam fator de empobrecimento”, “a precariedade da vida e as carências alimentares tornavam a população pobre mais vulnerável às epidemias”. De São Caetano – colônia agrícola em São Paulo a que imigrantes italianos, “camponeses pobres, camponeses sem terra, procedentes de uma das regiões mais pobres da Itália” (MARTINS, 1992, p.29), chegaram em 1877 –, Giacomo Garbelotto escreve a seu compadre, avisando-lhe que “as cidades estão cheias de ruas onde o povo chora de fome, sem poder encontrar trabalho” (*Ibidem*, p.37). Sua carta é de 1889. Imperfeita, aqui, teria sido a colonização, também atingida pelo *monopólio dos gêneros*, e a ponto de a colônia agrícola passar a recebê-los da Capital (cf. MARTINS, 1992, p.62-63).

Em 1884, ainda que em “espaços livres quase ridículos de tão pequenos”, num cortiço ou “cabeça-de-porco” carioca podiam-se criar “suíno, galinha, pato e passarinho”, e lavar roupa, acrescenta Gilberto Freyre (1951, p.469). “Enquanto isso”, continua o autor, “havia na área urbana gente morando em casas assobradadas, com cafezais e matas, águas e gados dentro dos sítios. Famílias onde cada um tinha seu penico de louça cor-de-rosa ou então sua touça de bananeira, no sítio vasto, para defecar à vontade”. Não menos à vontade, parece, defecava “o grosso do pessoal das cidades”: “no mato, nas praias, no fundo dos quintais, ao pé dos muros e até nas praças” (FREYRE, 1951, p.417). Há “evidências” – ou “pelo menos indícios”, acautela-se o autor (*Ibidem*, p.384) – de que os escravos nos engenhos e fazendas tinham uma alimentação mais regular e mais farta do que a “gente livre dos cortiços, dos mucambos e das casas térreas das cidades”. É provável que comesse tanto quanto um escravo de senhor generoso o caixeiro *assalariado* de *negociante* generoso. Nas “engenhocas dos senhores mais pobres”, entretanto, o trabalho era excessivo, e a alimentação, escassa: uma “comida rala”, que constava de “feijão cozido com angu, um bocado de toucinho, um jerimum ou abóbora cozida” (*Ibidem*, p.385). Uma *comida* tão *rala* quanto a da gente livre das cidades?

De qualquer forma, explica o autor adiante (FREYRE, 1951, p.531), “estava no interesse do senhor patriarcal de casa-grande e de sobrado [...] conceder àqueles que eram seus pés e suas mãos [...] uma proteção de corpo e de saúde”. “Donde a superioridade de sua alimentação – prejudicada quando em seu detrimento foi preciso alimentar, com capim de Guiné e outros capins, maior número de animais e, com madeira, lenha e carvão, as novas máquinas”, conclui (*Ibidem*, p.531). *Pés e mãos* do senhor patriarcal, o escravo era, tal como sintetiza Gilberto Freyre (1951, p.530), “animal e máquina”. Sidney Chalhoub (2001, p.67), em *Trabalho, lar e botequim*, por sua vez, conta como, sem esses *animais-máquinas*, quão solitárias e desérticas ficaram as fazendas e o quanto seus proprietários tiveram de trabalhar dia e noite para salvarem suas lavouras. Na cidade, acrescenta Lilian Fessler Vaz (1994, p.582), em

“Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos: a modernização da moradia no Rio de Janeiro”, “à medida que carris de ferro rodaram sobre trilhos e que água e esgoto fluíam através de tubos e canos de ferro, os escravos foram dispensados, junto com liteiras, carroças, baldes e barris”, ante o que podemos perguntar: como ficou a cidade sem os pés e as mãos escravas até que a infraestrutura os substituísse?

E quanto aos mucambos? Como no Rio de Janeiro e em Salvador, acusa-se em Recife uma cidade dos mucambos, ou mucambos *fora da cidade*, tais como as chácaras. Esses teriam se originado “da fome de braços” da “agricultura e da indústria do açúcar” (CASTRO, 1954, p.151), cujos “excedentes” – “os seus descontentes e inadaptados” – eram drenados para essa que “é também a cidade dos mucambos – das choças, dos casebres de barro batido a sopapo com telhados de capim, de palha e de folha de Flandres” (*Ibidem*, p.152). “Nas terras menos valorizadas do Recife, nos alagados, nos mangues, nos terrenos de maré”, os mucambos eram assim construídos: “o caboclo quase sempre procura levantar um pouco o nível do solo, construindo *calombos* ou montes artificiais, onde planta a sua rústica habitação” (*Ibidem*, p.153)¹⁶⁸. Enquanto o *sobrado alto e magro* surgia, “em espécimes isolados” (*Ibidem*, p.155), ainda no início da década de 50 do século XX, quando Josué de Castro escreveu esse seu livro, de “Observações estatísticas sobre os mucambos do Recife” realizadas em 1939 pela “Comissão Censitária dos Mucambos do Recife” o autor (*Ibidem*, p.153) extrai o seguinte dado: nesse ano, “aquela massa de choças miseráveis” abriga 165.000 pessoas¹⁶⁹.

Em *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*, Raquel Rolnik (1997, p.28) descreve a “São Paulo escravagista” como uma cidade “pouco segregada”: “nas colinas entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú localizavam-se residências senhoriais ou casas populares, comércio, armazéns, mercados, oficinas [...]”, e, “mais além dessa pequena área de três quilômetros quadrados, situava-se o cinturão de chácaras”. “Resultado da divisão de grandes sesmarias rurais a partir de meados do século XVIII”, esse *cinturão de chácaras* era “funcionalmente atrelado à cidade” e servia “como residência associada a um pequeno cultivo – de hortas e pomares – ou como combinação de atividade agrícola com produção de material para construção – pedreiras e olarias, por exemplo” (ROLNIK, 1997, p.29). “Mas nem só belas chácaras havia nas terras adjacentes”,

¹⁶⁸ Nos mucambos – não nos sobrados –, o autor – ao contrário de Gilberto Freyre (1951) – identifica alguma influência holandesa. Para ele, inclusive, esses mucambos contribuíram “grandemente para o trabalho de aterro e drenagem da região alagada, continuando a tarefa inicialmente planejada pelos holandeses, domadores e domesticadores da água” (CASTRO, 1954, p.153).

¹⁶⁹ De acordo com o *Anuário Estatístico do Brasil: 1939/1940* (Rio de Janeiro: IBGE, 1941), tomado como fonte em *Estatísticas do século XX* (IBGE, 2003b), esse número corresponderia a cerca de 40% da população de Recife.

complementa Richard Morse (1970, p.46), em *Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole*: pelo menos até 1812 havia ali as mesmas casas de pau a pique que se viam na cidade.

Em sua descrição da “vida urbana paulistana” nessa *cidade escravagista*, Raquel Rolnik (1997, p.54) deixa perceber como, na cidade, a diversidade de usos não se restringia ao espaço privado – esse das *residências senhoriais*, das *casas*, do *comércio*, dos *armazéns*, dos *mercados* e das *oficinas*:

Ao amanhecer, os escravos se juntavam nos chafarizes, buscando a água para ser utilizada nas casas. Em plena luz do dia, a rua era invadida pelos vendedores de frutas, legumes, cestas, objetos de folha-de-flandres – negros¹⁷⁰ forros ou escravos, muitos deles de ganho. As negras, com seus tabuleiros, ocupavam as ruas de maior movimento e os largos e praças da cidade, à espera dos homens brancos e seus encontros de negócio. Nas ruas juntavam-se aos ferreiros, ourives, barbeiros e amoladores de facas, que ofereciam seus serviços em plena calçada ou à porta dos armazéns e lojas dos sobrados. (ROLNIK, 1997, p.29)¹⁷¹.

A rua era então usada para: o comércio, os serviços, os encontros de negócio, os simples encontros, por: escravos – de ganho ou não –, negros forros, negras, homens brancos negociantes. As mulheres brancas, as crianças e os escravos domésticos ficavam em casa, mas também a casa era “uma unidade de produção e consumo” (ROLNIK, 1997, p.29). Nas térreas, havia “entrada – que às vezes correspondia a uma loja ou oficina –, alcovas ou camarinhas, sala de viver ou varanda e quintal, onde se localizava a latrina ou casinha” (*Ibidem*, p.29). Nos sobrados, o uso misto dividia-se entre a loja, o escritório ou a oficina, no andar térreo, e os quartos da família, no andar de cima. “Enclausuradas”, ali onde não era a loja, nem a oficina, nem o escritório, mas a residência, também as mulheres produziam “para a subsistência da família” (*Ibidem*, p.29). A “sala de viver ou varanda”, continua a autora, era “lugar de estar e serviços da família, agregados e escravos”. Morar e trabalhar, portanto, misturavam-se não só na cidade mas também na casa, tanto quanto na chácara *atrelada funcionalmente à cidade*. Na rua, muito mais se fazia do que simplesmente circular. Apenas os equipamentos – os citados pela autora são o mercado e a igreja – parecem ter um uso exclusivo.

¹⁷⁰ Em “Nem preto, nem branco, muito antes pelo contrário: cor e raça na intimidade”, Lilia Moritz Schwarz (1998) discute a validade do conceito “raça”. Para a autora, “demonstrar as limitações do conceito biológico, desconstruir o seu significado histórico, não leva a abrir mão de suas implicações sociais” (SCHWARZ, Lilia, 1998, p.184).

¹⁷¹ As ocupações de escravos enumeradas pela autora incluem, ainda: cocheiros, carroceiros, praças de bondes puxados a burro, pedreiros, cozinheiros, ferreiros, alfaiates, pintores, praças de polícia, trapeiros, vendedores, carregadores (ROLNIK, 1997, p.63). Quanto aos ourives, barbeiros e amoladores de facas, sua condição social não é explicitada.

“Não havia muita diferença entre a planta e o programa das casas mais ricas e as mais pobres: a diferença residia basicamente no material de construção – sobretudo no piso de terra batida das residências mais humildes e no assoalhado para as casas de maiores posses, no tipo de taipa das paredes”, no número de portas e janelas e no material nelas empregado, detalha a autora (ROLNIK, 1997, p.30). Assim, também as *casas mais humildes* eram *unidades de produção e consumo*. Contudo, se *mais humildes* e *de maiores posses* também nesse aspecto se confundiam, “nas ruas, e mesmo dentro das casas, a proximidade de condições sociais distintas não parecia produzir perigo ou ameaça, pois as distâncias morais supriam as distâncias físicas” (*Ibidem*, p.30). Tanto quanto o *tipo de taipa*, o número de portas e janelas e o material nelas empregado diferenciavam as *casas mais humildes* das *de maiores posses*, “as diferenças no vestir corrigiam a familiaridade da vida coletiva” (*Ibidem*, p.30). Corrigia-a, contudo, segundo a autora, principalmente o fato de que os “limites entre os grupos sociais eram clara e rigidamente definidos: na vida dos senhores e escravos – relação social básica na São Paulo escravagista –, não havia qualquer dimensão em que não estivesse expressa a relação de dominação” (*Ibidem*, p.30-31). Aqui, ao contrário, a proximidade (ou a *familiaridade*) parecia garantir tal relação.

A “imagem da cidade do Salvador na segunda metade do século XIX” é assim descrita por Consuelo Novais Sampaio (2005, p.17):

Em terra, há grande movimento dos que embarcam e desembarcam. Marujos e oficiais de navios estrangeiros e nacionais enchem as ruas da cidade, em algazarra constante. Grandes e pequenos comerciantes andam apressados para realizar altos negócios; vendedores ambulantes, negros ou mulatos, escravos ou não, transportam pesados volumes, sustentando-os nos ombros ou na cabeça. Se a mercadoria que carregam é para ganho próprio, as vozes se elevam em cantares mais animados, ainda que não entendidos pelos passantes. Por vezes soam como lamentos, espargindo no ar sons e odores que incomodam a muitos, a outros atraem. Um misto de alegria e tristeza corre pelas ruas estreitas, becos sujos e ladeiras escorregadias de Salvador.

A viajante Maria Graham¹⁷² (1990, p.145 *apud* SAMPAIO, Consuelo, 2005, p.30), já nossa conhecida¹⁷³, visitara Salvador pouco antes da Independência do Brasil e assim percebera uma de suas ruas:

Todos os artífices trazem seus bancos e ferramentas para a rua. Nos espaços que deixam livres, ao longo da parede, estão vendedores de frutas, de salsichas, de chouriços, de peixe frito, de azeite e doces, negros trançando chapéus ou tapetes, cadeiras (espécie de liteiras) com seus carregadores, cães, porcos e aves domésticas, sem separação nem distinção; e como a sarjeta corre no meio da rua, tudo ali se atira das diferentes lojas, bem como das janelas. Ali vivem e alimentam-se os animais. Nessa rua estão os armazéns e os escritórios dos comerciantes, tanto estrangeiros quanto nativos.

¹⁷² GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1990. (1.ed. 1824).

¹⁷³ Conhecida, contudo, como Mary Graham (1956).

Consuelo Sampaio (2005, p.29) arrola ainda, por volta de 1840, naquele “centro da Zona Comercial”, “mulheres que tinham seus próprios negócios: costureiras, quitandeiras, fateiras, etc.” e “pedintes”. Ali, vendiam-se “artigos suntuários, destinados aos membros de alta classe, importados e encontrados em lojas especializadas”, os quais podiam ser “queijos raros, presuntos, licores, conservas de legumes, frutas secas, doces os mais diversos, vinhos finíssimos e também os de menor qualidade”, assim como “inhame, cebola, galinhas, perus, patos, pombos, coelhos, leitões, ovos, frutas” e a farinha (SAMPAIO, Consuelo, 2005, p.30-31), em galpões cobertos, depois mercados. Do lado de fora, os *pedintes*: “compreende-se que os mercados tenham atraído gente sem recursos e faminta na esperança de que algo lhe viesse às mãos”, aquiesce a autora (*Ibidem*, p.37): eram “pessoas malvestidas, mendigos, meninos de rua”, “mais ou menos leprosos”, que esperavam, “entre monturos de sujeira, restos de frutas e de comidas”.

Segundo Walter Fraga Filho (1996, p.54), mendigos podiam ser desafortunados ex-sapateiros, ex-negociantes, ex-soldados, ou ex-trabalhadores em fábricas de charutos, por exemplo. Para pedir “uma esmola pelo amor de Deus”, “buscavam preferencialmente os centros de poder eclesiástico, civil e econômico” segundo seus respectivos dias e horários de maior movimento. Alguns possuíam sua “freguesia certa” ou “ponto”, que lhes “servia de endereço” (FRAGA FILHO, 1996, p.50). Muitos pontos eram convertidos, à noite, em “lugar de abrigo e repouso”, onde se acomodavam geralmente em “família” ou em “grupos de três ou mais integrantes” (*Ibidem*, p.56). Ao pressentirem a morte, arrastavam-se até as igrejas ou os conventos, “na esperança que párocos ou irmandades lhes dessem enterro cristão” (*Ibidem*, p.58). Para o autor, contudo, os que “esmolavam e vagavam pelas ruas de Salvador” – refere-se ele aqui também aos *vadios*, que podiam ser de fato pessoas sem trabalho, mas também pessoas sem trabalho regular ou a ele avessas – eram “apenas a face mais exposta e visível da pobreza urbana” (*Ibidem*, p.22). “Mais discreta e igualmente dramática era a situação dos muitos pobres que suportavam silenciosamente a sua miséria, na condição de agregados em casas de família”, constata (*Ibidem*, p.22). Eram eles os moradores dos porões dos sobrados, que, “sob o peso do constrangimento causado pela pobreza”, se afastavam do convívio social, “trazendo as janelas eternamente fechadas, não se atrevendo a receber pessoas de consideração” (*Ibidem*, p.27). Quanto aos *meninos de rua*, esses eram “meninos e meninas que, mesmo ligados a famílias, mestres de ofício ou senhores (no caso dos escravos), faziam das ruas o espaço de trabalho, de divertimento, de peraltices, de jogos e brincadeiras” (*Ibidem*, p.111).

Para os bem-vestidos, as “modas” eram encontradas nas lojas das modistas – Mme. Castelot, Mme. Poisson (SAMPAIO, Consuelo, 2005, p.37). Em Recife, conta Gilberto

Freyre (1968, p.18) em seu *Guia prático, histórico e sentimental da Cidade do Recife*, era Mme. Theard a modista – igualmente francesa – “com quem se vestiam as grandes senhoras de 1840, para irem ao teatro ver as cômicas, aos bailes do Palácio dançar, à procissão do Senhor dos Passos”. Francesas eram também as professoras de piano.

Quanto aos “escravos e embarcações”, esses encontravam suas “roupas feitas por atacado e a retalho” nos “galpões” (SAMPAIO, Consuelo, 2005, p.37). Nos escritórios destinados à “compra e venda constante de escravos”, os mais cotados eram os “mestres de barco” e os “carregadores de cadeira”: os primeiros, conhecedores dos “canais, bancos de areia, correntes marinhas e pluviais como as linhas das palmas de suas mãos”; os segundos, hábeis em “carregar nos ombros cadeirinhas de arruar, subindo e descendo ladeiras, pisando em poças de lama, em sujeira de todos os tipos, sem quebrar o ritmo da marcha, mantendo os passos firmes, músculos retesados, de modo a equilibrar da melhor forma possível a cadeira, para que seu passageiro não sofresse o desconforto das ruas, vielas e ladeiras” (*Ibidem*, p.39). Nessa cidade, sintetiza um viajante (AVÈ-LALLEMANT¹⁷⁴, 1961, p.20 *apud* VASCONCELOS, 2002, p.224), “tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro”. Por oposição, tudo que não corre, não grita, não trabalha, é transportado e carregado é branco. Essa Salvador ainda não “alargada”¹⁷⁵, que seria “deixada para trás” nos “novos tempos”, Consuelo Novais Sampaio (2005, p.30) denomina “cidade de pedestres”. Por sua vez, Pedro de Almeida Vasconcelos (2002, p.208) denomina-a “cidade compacta”.

No decorrer do século XIX, retoma Maurício de Almeida Abreu (1987, p.37) a respeito do Rio de Janeiro, usos e classes sociais separar-se-iam no espaço: “usos e classes nobres” iriam para um lado, “usos sujos e classes menos privilegiadas”, para outro. Ao que parece, contudo, já classes e usos estariam diferentes (em quê diferentes, porém?): a partir da década de 70 no século XIX, “o sistema escravista, mola mestra da produção nacional, entra definitivamente em colapso [...], detonando, ao mesmo tempo, forças importantes de estruturação urbana que marcariam profundamente a cidade” (ABREU, 1987, p.37).

Gilberto Freyre (1968, p.501-509) descreve bem a passagem ao “patriarcalismo já mais urbano do que rural”, expressa, “no decorrer do século XIX”, na rivalidade entre a “classe de agricultores” e a de comerciantes; entre “filhos de portugueses” e “brasileiros”; entre “caixeiros” e “estudantes” – “poetas, políticos, doutores, bacharéis, intelectuais” –; entre os “amigos da ordem” e a “plebe de gente de cor”, miseráveis ou malandros vadios: os “capoeiras”.

¹⁷⁴ AVÈ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1961. (1.ed. 1860).

¹⁷⁵ O termo “alargamento” é empregado tanto por Milton Santos (1959) quanto por Consuelo Novais Sampaio (2005), quando se referem à expansão da cidade, quer pelos aterros, quer pela ocupação dos *arrabaldes*.

No subúrbio rural-industrial, especificamente em São Paulo, em São Caetano do Sul, José de Souza Martins (1992, p.135-139) identificará como *amigos da ordem* os imigrantes italianos – para tanto vigiados –, e como *vadios* – e, por isso, punidos –, os caipiras. Sidney Chalhoub (2001, p.77) explica que aos primeiros cabia o papel de “protótipo do trabalhador ideal na ordem capitalista que se anunciava”. Para o mesmo autor (CHALHOUB, 2001, p.78), no Rio de Janeiro, na “agonia do Segundo Reinado e, depois, durante a República Velha”, esboçou-se uma hierarquização social em “paralelismo perfeito” ao “universo ideológico”, segundo a qual, “no nível mais elevado, situavam-se os proprietários – patrões, seguidos de forma um tanto distante pelos bons trabalhadores”, ou os amigos da ordem; “no nível inferior, os ociosos”, ou os tendentes à desordem; e, no nível mais baixo, os criminosos, ou os infensos à ordem. A linha que vai do mais moral ao menos moral no *universo ideológico* corria então paralelamente do mais rico ao mais pobre na estrutura social. Nos inúmeros episódios reconstituídos pelo autor a partir de processos criminais, e tomados não como exemplos de um “comportamento desviante” mas como “expressões de tensões e conflitos entre grupos e indivíduos” (*Ibidem*, p.87), evidencia-se ainda aquela rivalidade, apontada por Gilberto Freyre (1968), entre indivíduos ou grupos portugueses e brasileiros, sobretudo os “de cor”. Esclarece Sidney Chalhoub (2001, p.88): “[...] sabemos que o processo histórico por que passou a cidade do Rio de Janeiro na Primeira República apresentou um traço continuísta fundamental em relação aos tempos coloniais e imperiais”¹⁷⁶. O que significa que, nas “tensões provenientes da competição pela sobrevivência no Rio de Janeiro da Primeira República, os brasileiros de cor foram, ou continuaram a ser, os grandes perdedores”.

Antes disso, porém, a “vinda da família real”, a “independência política e o início do reinado do café” atraíram “grande número de trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros”, bem como “numerosos capitais internacionais”, parte dos quais “é utilizada no setor de serviços públicos (transportes, esgoto, gás, etc), via concessões obtidas do Estado” (ABREU, 1987, p.35). Ante a ausência dos escravos naqueles serviços, estes se tornam públicos, ou concedidos pelo Estado. Nos transportes, os trens levarão aos “subúrbios”, e os bondes, aos “bairros” (em especial da zona sul) (*Ibidem*, p.37). Quanto aos demais serviços, “as freguesias centrais foram as primeiras a se beneficiar das benesses urbanísticas” (*Ibidem*, p.42). Aparece então a designação “central”: até aqui, Maurício de Almeida Abreu (1987, p.42) distinguira apenas as freguesias urbanas das rurais, ainda que entre essas houvesse as que, “situadas a grandes distâncias do centro”, se mantinham “exclusivamente rurais”. Ainda segundo o autor (ABREU,

¹⁷⁶ Respeitamos aqui a periodização adotada pelo autor.

1987, p.41-42), esse centro era já “antigo e congestionado” no final da primeira metade do século XIX. O que o congestionava? Não o matadouro, que logo (em 1853, precisamente) seria transferido dali para uma área “afastada da cidade” (*Ibidem*, p.41). Em 1854, no “verdadeiro centro da cidade”, localizavam-se “grande parte do comércio importador e exportador, as grandes casas comerciais, vários consulados, bancos e companhias de navegação”, e a “residência das populações mais miseráveis da cidade” (*Ibidem*, p.42), nos cortiços. Essas *populações mais miseráveis*, detalha o autor, eram compostas por “muitos, livres ou escravos, para quem a procura do trabalho [...]” – “somente encontrado na área central” – era “diária” (*Ibidem*, p.42).

Walter Fraga Filho (1996, p.24) explica que a escassez de empregos obrigava os trabalhadores livres a “viver de ocupações passageiras e instáveis”. Além disso, observa o autor, “havia da parte dos homens livres pobres uma atitude de permanente desconfiança, e, em certos casos, até de recusa em vender a sua força de trabalho”. “Para muitos homens livres”, continua, “era preferível viver na mendicância a se sujeitarem a relações de trabalho que os equiparassem à condição de escravos”. A irregularidade do trabalho e, com ela, por vezes, a “vida itinerante” dispensavam o *homem livre pobre* “de qualquer tipo de dependência a senhor ou patrão” (FRAGA FILHO, 1996, p.79). De qualquer forma, segundo o autor, e pelo menos em Salvador, também aqueles que mendigavam e vadiavam faziam-no no centro.

De volta ao Rio de Janeiro, com Maurício de Almeida Abreu (1987, p.42): os cortiços estavam, sim, no centro, mas principalmente “nas freguesias periféricas ao centro de negócios” – freguesias centrais? – e também nas “freguesias mais afastadas”. Em 1868, entre as “freguesias urbanas”, dos 191.002 moradores, 21.929 – ou 11%¹⁷⁷ – estavam em cortiços. As epidemias de febre amarela “passam a grassar quase que anualmente na cidade a partir de 1850” (ABREU, 1987, p.42).

Que a tais epidemias exclusivamente os cortiços sejam associados, essa é uma questão a se examinar. Segundo Gilberto Freyre (1951, p.433), o sobrado – tipologia arquitetônica originária da Europa – “teve dificuldades maiores a vencer” na “adaptação ao meio tropical” do que a casa-grande. No Rio de Janeiro de 1851, as casas, aos olhos de um médico, pareciam mais adequadas à Groenlândia. Isso valia também para as casas de “gente mais rica”: igualmente mal divididas, escuras, abafadas, úmidas, sujas, infectas e nauseabundas (FREYRE, 1951, p.434-435). Lilian Fessler Vaz (1994, p.584) acusa o “discurso da higiene” – cujos porta-vozes eram “empresários, engenheiros e médicos” – de disseminar “a condenação das habitações populares coletivas (insalubres ou não), fazendo abstração das más condições de higiene que

¹⁷⁷ Muito? Pouco?

imperavam igualmente nas moradias não populares, nas fábricas, escolas, quartéis, etc”. Margareth Luzia Rago (1985, p.174), em *Do cabaré ao lar: uma utopia da cidade disciplinar: Brasil – 1850-1930*, por sua vez, anota que, “embora a teoria segundo a qual a doença era contraída pelas exalações miasmáticas estivesse desacreditada desde as descobertas realizadas por Pasteur e Koch, a representação imaginária que associa a figura do pobre aos elementos pútridos, aos detritos e ao perigo pestilencial se reforça” no século XIX.

Para Gilberto Freyre (1951), ainda, o cortiço seria tão europeu quanto o sobrado, ao contrário dos mucambos, esses, indígenas e africanos. Daí também a sua facilidade de *adaptação ao meio tropical*, do que se “pode até sustentar que o morador de mucambo construído em terreno seco, enxuto, a cobertura dupla protegendo-o bem da chuva, foi e é indivíduo mais higienicamente instalado no trópico que o burguês e sobretudo a burguesia do antigo sobrado. Ou que o pequeno burguês da casa térrea” (FREYRE, 1951, p.393). A origem do cortiço, no Brasil, estaria no “Recife holandês – primeiro ponto do Brasil colonial a madurecer em cidade moderna, as preocupações de comércio dominando as militares e juntando-se às próprias condições topográficas, no sentido de comprimir a população e verticalizar a arquitetura” (*Ibidem*, p.390). Segundo o autor (*Ibidem*, p.349), nesses “primeiros cortiços do Brasil” – na verdade “sobrados estreitíssimos, e, dentro deles, um excesso de gente” –, havia “gente respirando mal, mexendo-se com dificuldades”, às vezes “oito pessoas dormindo no mesmo quarto”.

Josué de Castro (1954, p.148) ressalta o “sentido exageradamente urbanizante da colonização holandesa”, que faria daquele “núcleo urbano” uma “cidade moderna”. Luís da Câmara Cascudo¹⁷⁸ (1936 *apud* CASTRO, 1954, p.149) ajuda a clarear o conceito: “Tudo estava na Cidade Maurícia, com seus palácios e seduções”. Idem para Sérgio Buarque de Hollanda (1936 *apud* CASTRO, 1954, p.149): “Ao passo que, em todo o Brasil, as cidades continuavam simples e pobres dependências de domínios rurais, a metrópole pernambucana vivia por si”. Assim Gilberto Freyre (1968, p.4-5) descreve “o” Recife ao mesmo tempo “multi-racial” e “dramático”:

[...] cidade que por algum tempo reuniu a população mais heterogênea do continente: louros, morenos, pardos, negros – católicos, protestantes, judeus – portugueses, caboclos, flamengos, africanos, ingleses, alemães – fidalgos, soldados de fortuna, cristãos-novos, aventureiros, plebeus, degredados – gente das mais diversas procedências, credos, culturas, que aqui se misturou, fundindo-se num dos tipos mais sugestivos de brasileiro; o Recife das revoluções, dos crimes, das assombrações, dos cadáveres de padres ideólogos rolando pelo chão, dos fantasmas de moças nuas aparecendo a frades devassos, dos papafigos pegando meninos, dos maridos ciumentos esfaqueando mulheres, das serenatas dos rapazes, pelo Capibaribe, nas noites de lua – todo esse Recife romântico, dramático, mal-assombrado.

¹⁷⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

Assim *mais caracteristicamente urbano*, o Recife antecipara o “tipo de edifício mais caracteristicamente urbano”: o *sobrado estreitíssimo* (*Idem*, 1951, p.409). Referindo-se aos cortiços na São Paulo já da década de 40, Richard Morse (1970, p.297) afere que a persistência deles envolve, “muitas vezes, uma irresistível compulsão a viver, seja em que condições forem, perto da excitação, do movimento e das luzes do centro urbano e suas principais artérias”¹⁷⁹.

Em São Paulo, conta Raquel Rolnik (1997, p.36), já em 1886 o cortiço – que proliferara “nas últimas décadas do século XIX” – seria proibido na “área central da cidade”. Os “distritos contíguos ao centro da cidade” haviam sido “duramente atingidos pelas epidemias de febre amarela”. “Superadensamento” é a palavra que a autora usa: em três anos, um daqueles *distritos contíguos ao centro da cidade* teve sua população triplicada. Os “quartos de aluguel, muitas vezes constando apenas de um cômodo, e agrupados em torno de um quintal coletivo”, eram então a principal moradia dos negros às vésperas da abolição. Nessas habitações coletivas – além do cortiço ou do “cortiço-pátio”, um relatório de inspeção sanitária concluído em 1893 menciona o hotel cortiço, o porão alugado, o sobrado convertido em cortiço, o aposento de aluguel nos fundos de vendas, depósitos, cocheiras e estábulos¹⁸⁰ –, o quintal ou o pátio coletivos abrigavam “atividades relacionadas com o morar”: “cozinhar, relaxar, conversar, brincar com as crianças, lavar pratos” (ROLNIK, 1997, p.66).

O cortiço ou cortiço-pátio é assim descrito naquele relatório:

Ocupa comumente uma área no interior do quarteirão, quase sempre um quintal de um prédio onde há estabelecida uma venda ou tasca qualquer. Um portão lateral dá entrada por estreito e comprido corredor para um pátio de 3 a 4 metros de largo nos casos mais favorecidos. Para esse pátio, ou área livre, se abrem portas e janelas de pequenas casas enfileiradas, com o mesmo aspecto, a mesma construção, as mesmas divisões internas, a mesma capacidade. Raramente cada casinha tem mais de 3 metros de largura, 5 a 6 de fundo e altura de 3 a 3,5 metros. (ROLNIK, 1997, p.36).

¹⁷⁹ Já no século XXI, eis o que Lúcio Kowarick (2009, p.123), em *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*, escuta de moradores de cortiços na área central de São Paulo: “A vantagem está sempre no Centro; tudo é o Centro”. Não se trata, porém, de uma *compulsão* mas, como escreve o autor, de uma escolha, que parte de “uma comparação espacial”, entre as “possibilidades de moradia para as camadas mais pobres: a favela ou a casa, ambas nas periferias distantes”.

¹⁸⁰ Com base nos mesmos números e noutros que indicam que “a esmagadora maioria da população carioca podia ser considerada pobre”, Lilian Fessler Vaz (2002, p.36), em *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX*, pergunta-se: “Se os dados oficiais estimavam que os moradores de cortiços representavam a décima parte da população [...], onde morava o restante da massa sem recursos?”. E responde: essa *massa*, moradora de cortiços, sem dúvida, podia morar também em:

- “dormitórios de trabalhadores” – “grupos de quartos ou casinhas como estalagens, ou grandes casas coletivas ou ainda barracões” –, alguns deles tão semelhantes às senzalas, que se poderia pensar “que aparentemente a única diferença seria a posição da chave na fechadura” (VAZ, 2002, p.29);
- “quartos de aluguel”, ou “sótãos”, ou “porões” em residências particulares (*Ibidem*, p.37);
- “hospedarias, zungas ou casas de dormida”, em que se podiam alugar “camas, vagas ou esteiras (ou parte delas) por noite” (*Ibidem*, p.37);
- “jiraus” em lojas.

Podia ainda fazê-lo nos arcos do aqueduto da Carioca, em “ruínas, vãos e cavernas nos morros” (*Ibidem*, p.37) e em “casebres”, e, nestes, tanto nos “arrabaldes de caráter rural” quanto nos “morros”, de tal forma que se poderia supor serem aqueles “casebres esparsos” “formas embrionárias de favelas” (*Ibidem*, p.38).

Gilberto Freyre (1951, p.393) conta que, em 1869, no Rio de Janeiro, em 642 cortiços, havia “9.671 quartos habitados por 21.929 pessoas: 13.555 homens e 8.374 mulheres; 16.852 adultos e 5.077 menores”. Corresponderiam eles a 3,10% das habitações e abrigavam 9,65% da população. Se tais dados estão corretos, a média de pessoas por quarto equivalia a 2,2 e, por cortiço, a 34,1¹⁸¹.

Por sua vez, assim Aluísio de Azevedo (2007, p.22) descreve “O cortiço”, o qual dá título ao seu romance e que, em suas páginas, datadas de 1891, funcionava também como lavanderia:

Graças à abundância d’água que lá havia, como em nenhuma outra parte, e graças ao muito espaço de que se dispunha no cortiço para estender a roupa, a concorrência às tinas não se fez esperar; acudiram lavadeiras de todos os pontos da cidade [...]. E mal vagava uma das casinhas, ou um quarto, um canto onde coubesse um colchão, surgia uma nuvem de pretendentes a disputá-los [...]. E aquilo foi se constituindo uma grande lavanderia, agitada e barulhenta, com suas cercas de varas, as suas hortaliças verdejantes, e os seus jardinzinhos de três e quatro palmos, que apareciam como manchas alegres por entre a negrura das limosas tinas transbordantes e o reverbero das claras barracas de algodão cru, armadas sobre os lustrosos bancos de lavar. E os gotejantes jiraus, cobertos de roupa molhada, cintilavam ao sol, que nem lagos de metal branco. (AZEVEDO, 2007, p.7).

Tratava-se esse *cortiço* de um conjunto de casas construídas, para aluguel, pelo negociante português João Romão “nos refolhos do bairro de Botafogo” (*Ibidem*, p.7).

Essas habitações coletivas, existentes tanto em “cômodos e porões” na área central de São Paulo, quanto em “pequenas aldeias nas periferias”, “articuladas pela urdidura das ruas, dos pontos de quitanda, das bicas e tanques das lavadeiras, dos encontros no mercado, dos refúgios nas matas e do espaço das irmandades na cidade, constituíam o território negro no final da escravidão”, anota Raquel Rolnik (1997, p.66). Às vésperas da abolição, os “Irmãos das Almas” interromperam um leilão de negros: saíram da igreja, em procissão, e “quebraram o pau” – a expressão é de Francisco Lucrécio, cujo depoimento foi colhido pela autora (ROLNIK, 1997, p.63). Os negros roubados foram conduzidos a um quilombo, acessível “por trilhas no mato” (*Ibidem*, p.64) somente a quem as conhecia¹⁸².

¹⁸¹ Muito? Pouco?

¹⁸² Em Salvador, Pedro de Almeida Vasconcelos (2002) acusa quilombos tanto distantes quanto próximos da cidade, mesmo às vésperas da abolição. Em *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d’Oxum, e Rio de Janeiro, cidade de Ogum*, Antônia dos Santos Garcia (2009, p.129) confirma a existência, no Rio de Janeiro do século XIX, de “numerosos quilombos nas cercanias da cidade”. Ali, “os morros próximos estavam cheios de escravos fugidos, que viviam em comunidades e se mantinham com agricultura de subsistência”. Esses *morros próximos*, especifica a autora (GARCIA, 2009, p.130), ficavam “nas áreas dos atuais bairros da Lagoa Rodrigo de Freitas, Inhaúma, Irajá, Engenho Velho, Ilha do Governador, Campo Grande, Guaratiba, Botafogo, Corte, Praia Pequena, Cosme Velho, Mata Porcos (Estácio) e São Cristóvão”.

Essa dupla localização das habitações coletivas – no centro e fora dele – talvez lhes conferisse um significado além da equação disponibilidade de imóveis centrais X acessibilidade a eles. Raquel Rolnik (1997, p.66) vai encontrar esse significado numa comparação entre aquela “forma de morar” e “o *compound* ou *collectivité*, habitação clânica urbana africana, presente em várias cidades da África Ocidental”. Gilberto Freyre (1951, p.543) já assinalara:

As mucambarias ou aldeias de mucambos, palhoças ou casebres, fundadas nas cidades do Império e não apenas como Palmares nos ermos coloniais, representam, evidentemente, da parte de negros livres ou fugidos de engenhos ou fazendas, o desejo de reviverem estilos africanos de habitação e convivência. Em algumas dessas aldeias a convivência parece ter tomado aspectos de organização de família africana, com “pais”, “tios”, e “malungos” sociologicamente africanos, espalhados por mucambos que formavam comunidades suprafamiliares ou “repúblicas”.

Em “Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível”, Maria Cristina Cortez Wissenbach (2002, p.99), por sua vez, verá nessa forma de morar uma das razões da atração exercida pela cidade sobre os escravos e forros. Para a autora (WISSENBACH, 2002, p.100), a existência, no momento da Abolição, de uma “espacialidade marcada por laços sociais, estruturas de parentesco e expressões culturais singulares”, e sempre aberta ao semelhante recém-chegado, permitiu “estabelecer liames com as experiências anteriores e fornecer os sentidos que buscavam para sua reorganização social”. Tais “territórios negros”, conforme “a proporcionalidade de homens negros nas populações de cada uma das cidades”, especifica a autora (*Ibidem*, p.99), espalhavam-se “por largas áreas em Salvador e no Rio de Janeiro, apresentavam-se relativamente delimitados em São Paulo, nos bairros do Bexiga, Barra Funda, Lavapés, Cambuci, ou em Porto Alegre, na colônia africana de Mont Serrat”.

Também seriam *clânicos* os cortiços? Ali, como ressalta ainda Maria Cristina Cortez Wissenbach (2002, p.103), “o quintal coletivo, para onde davam portas e janelas, onde se localizavam os tachos, as tábuas de bater e os aparadores de folhas de zinco para o trato das roupas”, servia ao “convívio”, ao compartilhamento – de “aflições”, do “cuidado com as crianças”, dos “ensinamentos passados de geração a geração” –, tanto quanto às “tensões”, aos “conflitos”, às “brigas domésticas”. E isso já não mais apenas entre ex-escravos, mas também entre eles e os imigrantes, em “línguas distintas e que acabavam por ser decifradas por conta da urgência do sobreviver [...]” (WISSENBACH, 2002, p.103). Lilian Fessler Vaz (2002, p.28) assinala que, não nos cortiços mas nas estalagens – igualmente *clânicas*? –, seriam “o excesso de moradores, agravado pela sublocação e pela subdivisão dos espaços para reduzir o custo do aluguel, a concorrência aos banheiros, pias e latrinas, sempre em número insuficiente, e a presença constante de pessoas e de atividades no pátio e/ou corredor” a acentuar, ali, a “vida

coletiva”. Ali, se o espaço privado era exclusivamente residencial – e “residir” ainda não incluía “lavar” e “lavar-se” –, o pátio – e/ou corredor – “era um lugar de trabalho, além de espaço de circulação, encontro e lazer” (VAZ, 2002, p.29).

“A rua, o espaço público era o lugar da escravaria, mas também da libertinagem e da devassidão”, sustenta Raquel Rolnik (1997, p.34): para os brancos, onde as mulheres poderiam “perder a virtude”, e os homens, confiscá-la – à noite, na escuridão. E para a *escravaria*? A rua era, sem dúvida, o lugar do trabalho, mas também onde se constituíam seus “territórios”, onde a *dominação*, se não subvertida, era momentaneamente suspensa: nos encontros nos mercados e nas “fontes, bicas d’água e rios”, nos largos das igrejas, onde, “nos domingos e dias santos”, havia os “batuques” e as “celebrações” (ROLNIK, 1997, p.66). Até mesmo nos mercados se organizavam os ervanários, “fundamentais para as práticas curativas dos pais-de-santo e obrigações de seus filhos” (*Ibidem*, p.62), e, nas igrejas, cultuavam-se os orixás.

Segundo Consuelo Novais Sampaio (2005, p.92), os “cantos”, existentes pelo menos desde 1809 em Salvador, eram esquinas e praças, os lugares mais movimentados onde se concentravam os escravos de ganho, ou ganhadores: aqueles que iam à cidade ganhar “uma cota mínima” de dinheiro para os seus senhores, sob a pena de serem surrados – a palmatória ou a chicote¹⁸³. Para a autora, ainda que os extenuasse “física e moralmente”, a atividade concedia-lhes “certa autonomia e liberdade”: “os cantos, o tempo, o ritmo e por vezes o volume de trabalho eram geridos por eles”. O Levante dos Malês, do qual muitos ganhadores fazem parte, em 1835, acusa a necessidade de controlar essa “população negra que vivia às soltas e seguia suas próprias regras” (SAMPAIO, Consuelo, 2005, p.92).

Segundo Pedro de Almeida Vasconcelos (2002, p.180), a “Rebelião Malê” foi “a maior revolta negra em Salvador”. Tinha esse movimento, como tantos outros, “a ver com as graves diferenças sociais e religiosas, sobretudo devido à grande concentração de escravos na cidade, e, dentre eles, a presença de importante contingente africano, também numeroso entre os libertos, e que sofriam maiores restrições do que os libertos” (VASCONCELOS, 2002, p.192). Em *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês (1835)*, João José Reis (1986) esclarece que os malês eram negros muçulmanos cujo projeto político – republicano – estava bem além daquele dos demais escravos organizados. Foram eles massacrados, ou, tendo sobrevivido, devolvidos à África.

¹⁸³ Assim um inglês residente em Salvador comenta o ganho, em 1845: “O dono obriga o escravo a pagar-lhe a quantia de, digamos, um xelim por dia, e tudo o que o escravo conseguir ganhar a mais dessa soma fica sendo sua propriedade” (WETHERELL, 1972, p.29 [ver nota 165] *apud* VASCONCELOS, 2002, p.192).

Maria Odila Leite da Silva Dias (1995, p.141), em *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, assim escreve sobre a escravidão urbana: “Sempre ameaçadora, dada a concentração demográfica, revela-se cara e agitada, em face da dificuldade de vigiar o escravo de ganho, que circulava livremente pela cidade”. Gilberto Freyre (1951, p.386) dá razão ao escravo que fugia dos engenhos às cidades: “quanto à fuga de negros, e, sobretudo, mulatos, [...] tinha provavelmente outro fim: o de passarem por livres”. “Os mais peritos em ofícios – funileiro, marceneiro, ferreiro –”, detalha o autor, “às vezes ganhavam com a aventura, não só a liberdade, como o sucesso profissional e social”. Quanto às mulatas, algumas casavam com seus “primeiros amantes”: “negociantes ricos” ou “senhores comendadores”, não sem antes ajudá-los “com os lucros de suas atividades”, servindo-lhes como “lavadeiras, engomadeiras, boleiras e quitadeiras” (FREYRE, 1951, p.387)¹⁸⁴. Os que nada *ganhavam*, “dissolvendo-se no proletariado de mucambo e de cortiço”, “seus meios de subsistência” tornados “irregulares e precários”, seus “padrões de vida e de alimentação” rebaixados, convertiam-se no “terror da burguesia dos sobrados”, isto é, em “malandro de cais, capoeira, ladrão, prostituta e até assassino” (*Ibidem*, p.387). Segundo Walter Fraga Filho (1996, p.89), em Salvador, “essa gente era freqüentemente detida por pequenos roubos, na maioria das vezes para conseguir gêneros de primeira necessidade, alimentos e roupas”. “O roubo”, explica, “podia ser recurso ocasional de sobrevivência para pessoas que, em momentos difíceis da vida, tiveram de enfrentar a fome”; entretanto, “ocorria [...] que essa fase evoluísse, em alguns casos, para um vínculo permanente com a criminalidade”.

A “liberdade”, elocubra Gilberto Freyre (1951, p.387), “não era bastante para dar melhor sabor, pelo menos físico, à vida dos negros fugidos”. Maria Cristina Cortez Wissenbach (2002, p.52), contudo, cita o exemplo de um “velho liberto”, que, ao ser entrevistado por um observador estrangeiro em 1911, contrapõe “a perda de poucas regalias, como a de comer carne-seca em algumas refeições, às lembranças dos castigos e da extrema disciplina que imperava no trabalho com o café”. “E você apanhava muito frequentemente?”, é a próxima pergunta, ao que o *velho liberto* responde: “Oh! Sim, frequentemente, quando eu estava atrasado

¹⁸⁴ Mary Karach (2000, p.403), em *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*, conta que havia, entre os escravos fugidos, poucas mulheres: “As criadas domésticas, especialmente crioulas e mulatas, ficavam confinadas dentro das casas e não podiam andar sozinhas pelas ruas sem seus senhores”. Mas “as vendedoras de rua, geralmente africanas, tinham mais chance de escapar que as escravas brasileiras”. Assim, ao que parece, o que diferenciava a possibilidade de fuga entre os escravos e as escravas era a sua ocupação: domésticos eram não os escravos, mas as escravas. Em contrapartida, as escravas domésticas podiam escapar à escravidão ao comprar suas cartas de alforria, e eram elas, de fato, segundo a autora, que mais o faziam. Bertoleza, personagem de *O cortiço*, fundiria os papéis de escrava doméstica e amante de quem, entretanto, não era de fato seu senhor. Uma vez tendo enriquecido também com o trabalho de Bertoleza, seu amante, o português João Romão, primeiro forjaria a carta de alforria dela e depois tramar-lhe-ia a morte (cf. AZEVEDO, 2007).

no trabalho, e é errado bater nos trabalhadores que estão atrasados, porque, veja a minha mão! [...] nenhum desses dedos é igual ao outro; assim os trabalhadores no campo: alguns são mais ágeis, outros são mais fortes, e não se deve bater num homem porque ele é menos poderoso que seu vizinho”. Essa resposta, para a autora (WISSENBACH, 2002, p.53), basta para que se reconheça como “o usufruto de sua nova condição implicava simplesmente o reconhecimento de sua individualidade, das diferenças entre os homens, tão patentes quanto as diferenças entre os dedos das mãos”. Quanto a nós, o que o *velho liberto* parece nos sugerir é que a sua nova condição implicava na possibilidade de retomada de um corpo e de um tempo próprios, não simplesmente diferentes: não de outrem.

Uma paralisação durante uma semana, em 1857, deflagrada no dia em que “as ruas de Salvador amanhecem estranhamente calmas” (SAMPAIO, Consuelo, 2005, p.93), dá a medida da resistência ao controle dos cantos pela lei provincial, que, entre outras medidas, dispunha que os ganhadores deveriam ser identificados, quer por uma “pulseira de metal”, quer por uma “chapa de metal pendurada ao pescoço” (*Ibidem*, p.92-93).

Ganhar dinheiro para o senhor, carregar pessoas e fardos – de barco ou a pé –; coletar e carregar água; coletar, carregar e despejar o esgoto e o lixo; acender os lampiões a azeite de baleia: eis o que Consuelo Novais Sampaio (2005) anota sobre o trabalho dos escravos na cidade. Tomando os dados do processo do Levante dos Malês, eis o que lista Pedro de Almeida Vasconcelos (2002, p.190): carregador de cadeira, cozinheiro, tratador de cavalo, serviço de casa, trabalhador no trapiche, serviço de barco, copeiro, encarregado de compras, sacristão, cortador de carne, vendedor de rosca, vendedor de fazendas, alfaiate, ferreiro, calafate, sapateiro, enrolador de fumo, servente. Quanto aos libertos, suas atividades eram “semelhantes às dos escravos”: carregador de cadeira, cozinheiro, remador, acendedor de lampião, carregador de sal, alfaiate, fabricante de esteiras, pedreiro, armador, surrador de couro, carpina, cabouqueiro¹⁸⁵, costureira, vendedor de fazendas, negociante, quitandeiro, vendedor de peixe, lenha e carvão, vendedor de pão, picador de carne e cortador de peixe. Uma mulher negra, liberta, poderia ser costureira, e as escravas de ganho, ao mesmo tempo cozinheiras e vendedoras de “gulodices” (MAXIMILIAM¹⁸⁶, 1989, p.469 *apud* VASCONCELOS, 2002, p.163).

Escassa a água na cidade do Salvador – insuficientes as fontes: Água Brusca, onde a água jorra com força; Água do Gasto, para banho e limpeza geral; da Matança, próxima ao Matadouro; do Xixi; do Tororó; de Santa Luzia, das águas curativas; e outras cujo nome é menos

¹⁸⁵ “Cabouqueiro” é aquele que cavouca, que abre cavoucos, que trabalha em minas e pedreiras.

¹⁸⁶ Ver nota 166.

sugestivo –, por ela é preciso lutar, batendo e apanhando (SAMPAIO, Consuelo, 2005, p.107). Em 1849, a febre amarela toma a cidade, e, em 1855, o cólera (VASCONCELOS, 2002, p.181). Em 1884, a Companhia de Abastecimento, já em funcionamento¹⁸⁷, reclama do baixo número de moradores que haviam requerido a instalação de “penas d’água” em suas casas (SAMPAIO, Consuelo, 2005, p.108). Organiza-se, por isso, a distribuição do líquido em “casas de vender água”: uma porta e um minúsculo espaço onde há uma torneira instalada pela Companhia (*Ibidem*, p.112). Até mesmo depois da Abolição, e de um “Plano de Asseio” (1864), os “tigres” – escravos que levavam, em baús, até o mar, o lixo doméstico e a água servida – circulavam pela cidade, fazendo desviarem-se os passantes, ameaçados, tanto quanto paredes e telhados vizinhos o eram, pelos “pombos”, excrementos enrolados e atirados ao ar (*Ibidem*, p.113). Gilberto Freyre (1968, p.18) conta como “por muito tempo os despejos do Recife, como aliás nos outros burgos coloniais – no próprio Rio de Janeiro dos vice-reis –, se fizeram em barris, ou tigres, que depois de cheios eram carregados pelos escravos até as praias e aí esvaziados”¹⁸⁸.

Em 1829, somente a área central de Salvador era iluminada pelos lampiões a azeite, de tal forma que, pelo menos até 1860¹⁸⁹ – quando uma companhia inglesa passa a prover a iluminação a gás –, “ao anoitecer tudo se complicava”, relata Consuelo Novais Sampaio (2005, p.121).

A partir das seis horas, as famílias se recolhiam em seus lares. Ocasionalmente, os mais afortunados iam a uma *soirée* no Teatro São João¹⁹⁰, ou no Politeama¹⁹¹, a reuniões artísticas e literárias, mas tudo antecipadamente programado. Era perigoso ir à rua à noite, por não se poder ver onde se pisava. As pessoas tinham medo de se esparramarem numa poça d’água, num lamaçal, de tropeçar em lixo acumulado, em animais e mesmo em gente morta¹⁹², ou em mendigos dormindo pelas esquinas, para não falar nas tantas valas e buracos das desniveladas ruas. Tudo era imprevisível e muito arriscado,

finaliza (SAMPAIO, Consuelo, 2005, p.121)¹⁹³, sobretudo para os que não sabiam, como visto anteriormente, os caminhos. “Por segurança”, o Mercado, inaugurado em 1855, fechava

¹⁸⁷ Pedro de Almeida Vasconcelos (2002, p.221) anota que a Companhia do Queimado foi autorizada, em 1852, a instalar chafarizes que “ampliam o serviço das tradicionais fontes” e, em 1880, a construir uma barragem.

¹⁸⁸ Não sabemos se os escravos eram chamados “tigres”, tal como os barris, ou se tomavam, pelo menos em Salvador, o nome atribuído ao que carregavam.

¹⁸⁹ O ano informado por Pedro de Almeida Vasconcelos (2002, p.221) é 1862.

¹⁹⁰ Segundo Pedro de Almeida Vasconcelos (2002, p.161), o Teatro São João foi inaugurado em 1812.

¹⁹¹ Segundo Pedro de Almeida Vasconcelos (2002, p.221), o Teatro Politeama Bahiano foi inaugurado em 1883.

¹⁹² O “primeiro cemitério do Campo Santo” fora destruído em 1836, durante a “Cemiterada”. O movimento, liderado pelas irmandades leigas, até então encarregadas dos enterros na cidade, era contra o “monopólio” desse serviço por uma “empresa particular” (SAMPAIO, Consuelo, 2005, p.142).

¹⁹³ Também aqui parece se qualificar essa cidade por oposição a outra, infensa ao não *antecipadamente programado*: clara, limpa e lisa.

à noite (*Ibidem*, p.37): também para isso – para poder se fechar – fora construído, assim como as “latrinas públicas”, que tinham ao seu lado as casas dos zeladores (*Ibidem*, p.70).

E quanto ao *superadensamento*? Consuelo Novais Sampaio (2005, p.74) acusa a subdivisão de sobrados em meados do século XIX. Em sua vizinhança, contudo, há sobrados indivisos, pertencentes a barões e viscondes. Um deles ainda mora, “na verdade”, em seu engenho. Na mesma época, à preparação da cidade para receber o transporte coletivo, com as consequentes demolições, responde-se com a apropriação dos antigos arcos, que, “como se fosse por um processo de recuperação de casas humildes que haviam sido destruídas”, “foram sendo gradativamente fechados, transformando-se em habitações de pobres, em oficinas de ferreiro, oficinas de marmoristas” (SAMPAIO, Consuelo, 2005, p.69). Pedro de Almeida Vasconcelos (2002, p.242) mostra como já em 1872 a “saída dos habitantes mais abastados do centro” – cabe ressaltar, da Cidade Alta – já se faz sentir na composição de sua população, “majoritariamente não-branca”. Dos 15.111 habitantes em 2.112 residências¹⁹⁴, 10.500 eram negros ou pardos, dos quais 2.098 eram escravos e 8.402, libertos e descendentes.

Milton Santos (1959, p.132-133) conta a história das densidades dos “bairros centrais” de Salvador em três períodos: um primeiro, o “das fracas densidades”, em que se “associam comércio e população de comerciantes mais ou menos abastados e suas famílias”; um segundo, em que se assiste à “migração centrífuga da população rica e à ocupação das casas por uma população cada vez mais pobre, provocando degradação e aumento da densidade”; e o último, em que “de um lado a deterioração, muito viva, e de outro lado a construção de edifícios funcionais, acarretando a impossibilidade de utilizar essas construções como casas de residência, trouxeram mais recentemente, como resultado, o enfraquecimento das densidades”. Vê-se que, para o autor, o segundo período estende-se até quando o seu estudo é finalizado: seu “recentemente” equivale à década de 50 no século XX.

Há em seu livro um item denominado “cortiços”, assim introduzido: “As atividades que não têm força para criarem-se um quadro alojam-se em um quadro preexistente. Assim, os palacetes e sobradões envelhecidos, que perderam seu antigo papel de residência dos nobres e da gente rica, conhecem agora outras utilizações” (SANTOS, Milton, 1959, p.158). “Os cortiços”, continua adiante (*Ibidem*, p.159), “são resultado da degradação progressiva desses velhos casarões e sobrados, construídos no centro da cidade quando essa era a parte residencial rica”.

¹⁹⁴ Esses números indicam uma densidade média de 7 habitantes por residência. Considerando-se essa densidade, o centro-Cidade Alta parece ter se esvaziado. Essa freguesia “já não era a mais povoada da cidade”, conclui Pedro de Almeida Vasconcelos (2002, p.242) ao examinar dados do censo de 1872.

Para Milton Santos (1959, p.129), também a fuga de famílias abastadas dos “bairros centrais” para os “bairros exteriores” não estaria completa até “recentemente”. Ainda então, a despeito da existência de um subcentro – popular –, Salvador estrutura-se segundo um único centro, não obstante já dividido e “em posição cada vez menos central em relação ao resto da cidade” (SANTOS, Milton, 1959, p.118). Mesmo em 1940, valeria, para a cidade, “a função urbana de residência dos proprietários rurais” (*Ibidem*, p.43): Salvador “não é uma cidade industrial”, frisa o autor (*Ibidem*, p.95). Seu centro é, ainda, o local de “certas indústrias e artesanatos, relativamente numerosos em relação ao conjunto da cidade” (*Ibidem*, p.95).

Ora, essas *certas indústrias* são “estritamente ligadas à função comercial, o que explica, no caso da indústria, a importância que a mesma tem nos distritos centrais” (SANTOS, Milton, 1959, p.96). Vejamos essas *certas indústrias*: em 1955, quando a cidade apresenta 514 “estabelecimentos industriais e fábricas”, são elas 192 (*Ibidem*, p.90). “Seriam exatamente indústrias?”, pergunta-se Milton Santos. A maioria emprega de 5 a 25 operários, envolvidos numa “fabricação sobretudo artesanal”, em estabelecimentos em que “as necessidades diárias e imediatas da população [...] são satisfeitas”, “muitas vezes sem intermediário comercial” (*Ibidem*, p.90). São “exatamente pequenas fábricas”, precisa o autor. Sua produção destina-se a um “consumo quase imediato, sem constituir estoque em suas oficinas”, e “comumente a razão comercial dos estabelecimentos que fabricam e dos que vendem os produtos é a mesma” (*Ibidem*, p.95). “Não é raro”, retoma o autor, “que uma loja mantenha atrás ou num sótão um pequeno artesanato cujos produtos aparecem nas suas vitrines”, como é o caso das “casas de calçados”. Quanto às fábricas com mais de 25 até 100 operários – “jornais, tipografias, editoras, casas de confecção de vestuário, fábricas de calçados, fábricas de refrigerantes, padarias e uma serraria antiga” –, “há uma verdadeira concentração desses estabelecimentos nos quarteirões centrais”, assinala (*Ibidem*, p.90).

Gilberto Freyre (1951, p.519) conta que, nas primeiras décadas do século XIX, “o sistema comercial brasileiro tornou-se uma expressão urbana do sistema agrário, isto é, foi também, a seu modo, patriarcal e até endogâmico, com os nomes das firmas fazendo as vezes dos antigos nomes de fazenda ou de engenho”. Nesse mesmo período, contudo, já se assiste a um “movimento de valorização social daqueles brasileiros que concorressem para o engrandecimento do país através do comércio, das artes, dos ofícios, da indústria, por tanto tempo insignificantes e socialmente desprezíveis em face da quase exclusiva glorificação do grande senhor de terras” (FREYRE, 1951, p.518), expresso na concessão de títulos de nobreza imperial a industriais e comerciantes. Mesmo os que haviam “começado a atividade comercial como simples

caixeiros” – “varrendo lojas”, “madrugando em armazéns”, “trabalhando como mouros nos trapiches” – podiam tornar-se “comendador, visconde ou barão” (*Ibidem*, p.518).

Comerciantes, industriais e até artistas de extrema habilidade morreram no século XIX tão ostensivamente nobres quanto os senhores de terras e mais do que muitos destes, donos de palacetes suntuosos, de carruagens elegantes, de porcelanas marcadas com coroa de barão ou de visconde, de fardas douradas, de condecorações brilhantes como as dos militares. A mesma mobilidade que favoreceu entre nós a ascensão de mestiços, de mulatos, de homens de cor, à condição sociológica de brancos, favoreceu a ascensão à condição política de nobres, de comerciantes, industriais, artistas de origem obscura e de começos difíceis” (*Ibidem*, p.522).

Ora, em *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização: São Paulo, 1850-1900*, Maria Luiza Ferreira de Oliveira (2005, p.83) identifica, num mesmo grupo de riqueza, demarcado segundo o montante dos bens inventariados de seus representantes, um “ex-escravo” e um “ex-presidente da província”. Para a autora, esse “encontro” explicita “duas formas completamente diferentes de inserção social [...]. Para o ex-escravo, aquela pequena renda devia ser acumulada com o suor da economia regrada, vigiada, insistente [...]. Com a poupança, viriam o pequeno telheiro, o terreno, os tachos, os bancos, a liberdade sem favor, o teto independente [...]”. Quanto ao ex-presidente, “a escolha era pelo alto padrão de vida, em detrimento da acumulação para a compra, de, por exemplo, um bem de raiz. Apesar do pouco dinheiro acumulado, pôde se dar ao luxo de, por exemplo, concentrar 400\$000 em livros”.

Em 1874, em Porto Alegre, Célia Ferraz de Souza e Dóris Maria Muller (1978, p.46-47) acusam 205 “estabelecimentos industriais”, assim distribuídos: “alimentação e bebidas”, 22; “vestuário”, 25; “couro”, 23; “madeira”, 37; “metais”, 25; “máquinas e utensílios”, 5; “transformação”, 4; “diversos”, 25; “profissões”¹⁹⁵, 39. Para as autoras, “na maioria desses estabelecimentos não se poderia falar em indústria propriamente: trata-se de pequenos produtores, artesãos, oficinas especializadas para o ramo da construção, por exemplo”. Não propriamente industriais, tais estabelecimentos concentravam-se no centro, misturados aos estabelecimentos – propriamente? – comerciais e à moradia – propriamente¹⁹⁶? Somente no final do século, um “mercado suficientemente amplo” permite “a transformação dos métodos de produção artesanal em uma produção industrial propriamente dita” e, com ela, o surgimento do que as autoras (SOUZA; MULLER, 1978, p.48) sugerem ser um “eixo” industrial, em que se destaca uma fábrica de cerveja, enquanto, ainda no centro, estão as de “chapéus, móveis, funilarias, coches e produtos alimentares”.

¹⁹⁵ As autoras parecem ter se rendido a uma classificação da época, em que os serviços estão incluídos, ou em que a indústria é uma categoria que os inclui.

¹⁹⁶ As puras categorias de uso do solo – residencial, industrial, comercial, serviços etc. – são inadequadas aqui.

Em 1895, contabiliza Raquel Rolnik (1997, p.123), eram 121 as indústrias em São Paulo: 11 empregavam mais de 100 operários, 9 das quais se situavam nos “subúrbios populares”¹⁹⁷. Num deles, eram “manufaturas de massas, móveis, funilarias, fundições e a seguir fábricas de tecidos”; noutra, “fábricas de bebida, de tecidos, mecânicas e funilarias”. “Em torno delas”, explica a autora (ROLNIK, 1997, p.115), “gravitavam um sem número de artesãos e suas pequenas oficinas [...]”. Vilas operárias, “microexperiências de utopias” (*Ibidem*, p.117) ou não, eram ali implantadas por um “tipo de investidor que associava investimentos na montagem de uma indústria ao desenvolvimento imobiliário da região em que se inseria” (*Ibidem*, p.116). Além de nelas, no *subúrbio popular* podia-se morar ainda em “palacetes geminados” construídos para aluguel por algum industrial italiano; em “casinhas para alugar” construídas por “pequenos comerciantes e artesãos, que se estabeleciam no bairro com quitandas, vendas e oficinas, e acabavam por edificar, também nos fundos do lote ou através da compra de novos lotes”; em “cômodos, com direito à utilização de cozinha e latrina coletivas”; em “cômodos no interior das casas alugadas”, numa “rede complexa de senhorios e inquilinos” (*Ibidem*, p.118-119).

Inicialmente as ruas não eram calçadas, nem arborizadas; não havia “iluminação pública e eletricidade domiciliar”, nem “rede de água encanada e esgotos”, nem “rede de gás”¹⁹⁸, de tal forma que, quando tudo isso chegava até ali, a valorização dos terrenos era “fabulosa” (ROLNIK, 1997, p.121-122). *Fabulosa* também pelo fato de esses terrenos serem ocupados “com intensidade e densidade construtivas fora do padrão municipal”. Que padrão era esse? Em 1886, para “cortiços, casas de operários e cubículos”, estabeleceram-se “uma frente mínima de terreno de 15 metros, e a separação de cada fileira de casas por 5 metros no mínimo”, uma área mínima por cômodo de 7,5 m²¹⁹⁹, uma latrina a cada duas habitações, uma área livre de 30 m² à frente de cada habitação (*Ibidem*, p.123).

Nos “bairros residenciais exclusivos”, ali onde estavam proibidos o “trânsito de gado” e o “estabelecimento de fábricas e a construção de edifícios com finalidade industrial” (ROLNIK, 1997, p.109), o padrão estava bem acima daquele: lotes de 35 m de frente por 40 m de profundidade, 6 a 10 m de recuo frontal, “para jardins e arvoredos”, e 2 m de recuo lateral, ou seja, um “palacete”, ou “*cottage*”, ou “chalé” por lote, num arranjo que, segundo a

¹⁹⁷ “Subúrbios ferroviários”, assim Pedro de Almeida Vasconcelos (2002, p.255) refere-se aos subúrbios surgidos em Salvador após a implantação da ferrovia.

¹⁹⁸ Somente em São Paulo e no Rio de Janeiro a ausência de rede de gás poderia ser experimentada como carência: as demais cidades não chegaram a contar com ela.

¹⁹⁹ Fazemos algumas contas no intuito de estabelecer uma comparação. Tomando-se a área mínima por cômodo estabelecida por essa legislação – 7,5 m² – e a área de cada casinha constante do relatório citado – 15 m² –, temos que uma casinha de dois cômodos, dentro da lei, equivaleria, em área, a uma casinha fora da lei.

autora, seria “reminiscência senhorial da fazenda” (*Ibidem*, p.111)²⁰⁰. Ao invés de ruas, avenidas arborizadas; água, luz, esgoto (e gás?) e equipamentos coletivos. O valor do metro quadrado equivalia aí “a um ano de trabalho de uma tecelã ou um servente de pedreiro” (*Ibidem*, p.114). No *subúrbio popular*, o aluguel mensal de dois cômodos sublocados equivaleria a 18 dias, corridos, de trabalho de uma tecelã²⁰¹.

Limpo da “moradia popular e da indústria” – agora nos *subúrbios populares* – e abandonado pelos “ricos” – agora nos *bairros residenciais exclusivos* –, agora, sim, para a autora (ROLNIK, 1997, p.107), surge o “lugar exclusivo de comércio e serviços, caro e excludente símbolo da modernidade”, esse centro que concentra o “poder político e financeiro” e a que se chamaria “cidade” até a década de 70 do século XX²⁰². Hotéis, livrarias, lojas de artigos de viagem, barbeiros, “alfaiates elegantes e modistas”, tipografias, importadoras de tecidos, “linhas e maquinarias”, “Ao Veado d’Ouro”. “Cafés, confeitarias, salões e teatros” e, com eles, a noite – iluminada –, “introduzida no calendário das famílias” (*Ibidem*, p.105). Em 1904, o que se profibe ali já não é somente a moradia do pobre mas também a sua passagem: o argumento apresentado é o de que “os carros de tração animal com eixo móvel” – as carroças – comprometeriam a nova pavimentação, própria aos “tílburis” e aos “automóveis” (*Ibidem*, p.106). “Os carroções com rodas de madeira e bandas de rodagem reforçadas com chapas de ferro, instrumentos de trabalho de chacareiros e artesãos, brasileiros e imigrantes de poucos recursos, ficaram, assim, excluídos da nova paisagem”, relata a autora (*Ibidem*, p.106). E, com eles, também os trabalhos de chacareiros e artesãos?

Richard Morse (1970, p.44), em *Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole*, descreve o “centro” da cidade – o Triângulo –, ainda em 1820, como “uma dúzia de ruas sem ordenação e que nem mesmo eram compactamente margeadas por casas”, onde, “dos edifícios públicos, nenhum era suntuoso”; ao contrário, o “colégio dos jesuítas” era “acanhado”, o “palácio da Câmara”, modesto, a “catedral”, “humilde”. “Os processos de negociar eram tão diretos”, explica adiante (MORSE, 1970, p.48-49), que os “produtos” eram

²⁰⁰ Em “Recônditos do mundo feminino”, Marina Maluf e Maria Lúcia Mott (2002, p.405) anotam que “a fachada do palacete não deixava entrever o que se escondia no quintal”: um tempo e um ritmo diversos da “metrópole paulista que crescia aceleradamente”, isto é, “área e prado reservados para patos, perus e galinhas, sala para os ninhos e incubadora [...], um hortelão para os cuidados com a horta e o pomar”. Esse com o jardineiro formavam “o direito e o avesso da mansão”. Penetrando numa dessas casas – esta em Recife – a partir do relato de um entrevistado que nela trabalhara quando menino em 1910, as autoras descobrem que, apesar de a residência ser saneada, forrada, pintada, e com banheiro, a família latifundiária ainda fazia suas necessidades nos “penicos de porcelana”.

²⁰¹ Valor por nós obtido a partir de regra de três simples, tomando-se o valor do aluguel, em 1916, de dois cômodos sublocados, informado pela autora (ROLNIK, 1997, p.119).

²⁰² Milton Santos (1959, p.57) afirma que o centro de Salvador, à época de seu estudo, coincide com a “parte mais antiga da cidade”.

expostos nas ruas: os “de fácil deterioração”, “nos tabuleiros das negras ou nas mulas dos caipiras vindos das redondezas”, e os “de maior duração”, “em barracas escuras e esfumaçadas na Rua das Casinhas”. Era então essa a rua que “fervilhava” de dia, “com o trânsito das mulas e os pregões dos vendedores ambulantes”. De noite,

[...] à luz bruxuleante das tochas ordinárias de cera preta, os caipiras se reuniam para seus batuques e para a música melodiosa e perturbadora de suas violas e modinhas improvisadas: “Ai, nhanhã, mecê não sabe/ Como está meu coração./ Está como a noite escura/ Na maior escuridão”. E na sombra, em silêncio, as prostitutas aguardavam a sua parte na fêria do trabalhador. (*Ibidem*, p.49).

Para o autor (*Ibidem*, p.49), tudo isso mostrava “a interpenetração da cidade e do campo não só no nível econômico como social”. Se tudo isso fora deixando de existir ao se aproximar o fim do século, surgira em seu lugar não só o centro a que se chama *cidade* mas a cidade separada do campo, ambos prenunciadores, agora, de outro *processo de negociar*. Já em 1860, frisa Richard Morse (1970, p.173), “vestígios coloniais – arraigados e inquestionáveis em 1820 e cultivados como românticos em 1850 – eram [...] inaceitáveis como arcaicos”. Havia, entretanto, os que ainda preferiam o *arcaico* ante o que o substituíam. Em 8 de junho de 1863, um artigo em *O Doze de Maio* queixa-se de que “o progresso material dispersou as quitandeiras, espalhou-as para longe em todos os rumos, e foi no lodo da várzea do Carmo construir um sisqueiro immundo a que se deu o nome de praça do mercado que ha de concluir-se lá para os tempos futuros” (cf. MORSE, 1970, p.178). Em 1914, o próprio Departamento Estadual do Trabalho restabelece as feiras livres na cidade, “as quais eliminaram as pesadas partes dos intermediários e reduziram de 50% o preço dos gêneros de primeira necessidade” (MORSE, 1970, p.283). Em 1893, contam Marina Maluf e Maria Lúcia Mott (2002, p.404), “para forçar os moradores de certos bairros a incorporar em suas casas contribuições do progresso, o serviço de águas da Cantareira mandou demolir os chafarizes do Carmo e do Rosário, que tradicionalmente forneciam água à população”. Não é difícil imaginar os efeitos da medida.

No final do século XIX, comenta agora Maurício de Almeida Abreu (1987, p.53), os subúrbios cariocas “não passavam de simples núcleos dormitórios”. “Não têm existência própria, independente do Centro da cidade; pelo contrário, a sua vida é comum e as relações íntimas e frequentes; é a mesma população que moureja, no centro comercial da cidade, com a que reside neste, sendo naturalmente impossível separá-las”, escreve Aureliano Portugal²⁰³ (1965,

²⁰³ PORTUGAL, Aureliano. Discurso proferido em 24/02/1906 para a inauguração da fonte artística oferecida para a cidade por industriais portugueses. [Rio de Janeiro: Typographia Gazeta de Notícias, 1906]. In: SOARES. Maria Therezinha de Segadas. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.27, n.3, p.169, jul./set. 1965.

p.169 *apud* ABREU, 1987, p.53)²⁰⁴ no início do século XX. A industrialização era “incipiente”, explica Maurício Abreu (1987, p.53), e, além disso, as indústrias localizavam-se ainda no centro. Eram “pequenos estabelecimentos dedicados à fabricação de calçados, chapéus, confecções, bebidas e mobiliário”, além de “gráficas, metalurgias leves e fundições, indústria alimentar”: “indústrias com baixíssimo nível de mecanização, verdadeiros artesanatos, absorvendo, conseqüentemente, grande quantidade de força de trabalho” (ABREU, 1987, p.54)²⁰⁵. Somente as “fábricas têxteis” afastavam-se do centro, em busca de outra energia, a hidráulica (*Ibidem*, p.57). Assim, as primeiras “vilas operárias” foram construídas quer nos “bairros operários” (*Ibidem*, p.57) – ali onde se localizavam as *fábricas têxteis* –, quer próximas ao centro. Essas vilas, contudo, não substituem os cortiços, “que continuavam a abrigar a maior parte da população pobre da cidade²⁰⁶, ainda concentrada principalmente no centro²⁰⁷”. No que o autor denomina “área central”, eis o que se misturava nas “ruas estreitas e sombrias”: “sedes dos poderes político e econômico com carroças, animais e cortiços” (*Ibidem*, p.60).

“Bairros operários”, “vilas operárias”, “operários”: não sabemos se essas denominações são dos autores, ou se provieram das fontes que utilizaram. Contudo, se a indústria era um *verdadeiro artesanato*, quem seria então *verdadeiramente* o operário? Sidney Chalhoub (2001, p.98-99) conta como os 20 operários de uma “indústria de calçados” – ou “oficina de sapateiros” – no Rio de Janeiro da primeira década do século XX, precisamente na Rua Senhor dos Passos – na *área central*, portanto –, trabalhavam: “a produção nessas oficinas tem um caráter individual, isto é, cada operário trabalha a seu modo e com relativa independência dos outros trabalhadores. [...] Os artesãos ou artistas sapateiros [...], apesar de assalariados, eram donos de seus instrumentos de produção”, de tal forma que o “ofício ainda era visto como arte, com as ferramentas sendo utilizadas como uma extensão do trabalhador e a qualidade do produto final dependendo diretamente da inteligência e da qualificação profissional do artista”. Gilberto Freyre (1951, p.385-386), por seu turno, nomeia “escravidão industrial” aquela experimentada pelos negros nas “fazendas de São Paulo”, nas “minas”, e nas “engenhocas do

²⁰⁴ Cassi, personagem do romance *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto ([197-?]), discordaria, como veremos adiante.

²⁰⁵ “Grande quantidade de força de trabalho” corresponderia a quantos trabalhadores por estabelecimento?

²⁰⁶ Em 1869, como nos revelou Lilian Fessler Vaz (2002), os 10% da população moradora em cortiços não equivaliam à *esmagadora maioria* da população da cidade. Segundo a autora, propagavam a ideia de ser o cortiço o vilão da insalubridade tanto o “discurso oficial” quanto “o da livre iniciativa” (VAZ, 2002, p.36). O mais famoso dentre esses vilões, o Cabeça de Porco, uma exceção à regra estabelecida por “pequenas estalagens, com menos de dez quartos ou casinhas”, teria sido demolido em ação pública – “uma verdadeira ação de guerra” –, em 1893, por reunir “todos os vícios e defeitos que se procurava eliminar na habitação”.

²⁰⁷ Dessa afirmação e de uma anterior, do mesmo autor (ABREU, 1987), segundo a qual os cortiços eram mais abundantes nas *freguesias periféricas ao centro de negócios*, podemos pensar – errônea ou acertadamente – que o *centro de negócios* não era todo o centro e que o *central* incluía as *freguesias periféricas* a ele.

Maranhão e do Pará”, ou sob o jugo de quaisquer “senhores pobres ou de fortuna apenas em começo”. Um desses, ao ser perguntado por que adoeciam e morriam tantos escravos seus, respondeu que isso não lhe trazia dano algum: ao comprar um escravo, seu intuito era o de desfrutá-lo somente por um ano, tempo além do qual dificilmente sobreviveria. Assim, fazia-o trabalhar de um modo que lhe permitia não só recuperar o capital empregado, como obter um lucro considerável. Por isso fugiam os *escravos-operários*: em busca quer de senhores ricos e generosos, quer da cidade; do tempo de vida, ou de sobrevivência.

Em São Paulo, já em 1894, conta Irma Rizzini (2007, p.377) em “Pequenos trabalhadores do Brasil”, 25% do “operariado proveniente de quatro estabelecimentos têxteis” eram compostos por crianças. Ainda em 1919, em 154 indústrias arroladas, também 25% da mão de obra era assim composta, e, destes, mais da metade trabalhava na indústria têxtil. Cabe notar, junto com Walter Fraga Filho (1996, p.121), que já com sete anos a “criança escrava” poderia ingressar no “mundo da produção”, idade que o autor suspeita ser a mesma com que se iniciava a “criança livre pobre” no aprendizado de um ofício.

Numa “fábrica têxtil com vila operária” em Pernambuco, continua Irma Rizzini (2007, p.377-378), “famílias do sertão eram recrutadas por agentes para o trabalho”. Se as famílias levavam as crianças para completar a cota requerida e para obter uma casa melhor, interessava aos proprietários das fábricas a formação de uma “força de trabalho adestrada desde cedo”. “O peso do aprendizado e o choque disciplinar eram bem maiores para a geração que vinha do campo do que para aquela formada dentro da fábrica”, explica a autora. Assim, enquanto as crianças cresciam como operários, “os pais camponeses eram geralmente empregados em serviços periféricos ao processo industrial, como o cultivo de roças” (RIZZINI, 2007, p.378). Mesmo na fábrica têxtil – suburbana –, mais tecnologicamente próxima da *verdadeira* indústria do que a fábrica central, então, não se poderia falar em “operário”?

Em *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*, José de Souza Martins (1992, p.178) esclarece que, pelo menos em São Paulo, a extinção da escravidão não produziu, por si, o “proletário da fábrica”, mas, sim, o “trabalhador livre”. “As relações entre senhores e escravos”, explica o autor, “envenenaram as concepções sobre as relações de trabalho que surgiram e ganharam corpo e sentido com o fim do cativo”. “O operário”, continua o autor (MARTINS, 1992, p.179), “não foi nascendo direta e expressamente do trabalho e da atividade laboral. A história do subúrbio mostra que ele foi nascendo das adversidades do trabalhador livre, das ameaças e riscos à sua autonomia, das limitações que foi encontrando para se reproduzir cotidianamente e ao longo das gerações como livre e trabalhador; da pobreza, enfim, que foi alcançando aos poucos”.

Ressalte-se que a constituição desse “operário”, para José de Souza Martins (1992, p.184), caminharía junto ao reconhecimento da pobreza como “estado generalizado do homem pobre”, isto é, junto à progressiva correspondência entre degradação econômica e social que se daria “com o desenvolvimento do capitalismo e, mesmo assim, lentamente”.

O que se formaria *dentro da fábrica* – e, fora dela, no subúrbio, na cidade? –, então, não seria apenas uma mão de obra *adestrada* mas o sentido dessa nova condição. Dessa nova condição pareciam querer fugir aqueles *homens livres pobres* mencionados por Walter Fraga Filho (1996, p.24), nos quais “as elites” soteropolitanas reconheceriam “a expressão da vadiagem e da preguiça”; para o autor, *homens livres* resistentes às relações de trabalho – que temiam ser equiparáveis às escravistas – e ao trabalho em si. Este, sendo regular, poderia roubar-lhes o próprio tempo, quando “dispor do próprio tempo” era “a afirmação da condição de livre” (FRAGA FILHO, 1996, p.79). Ademais, como frisa Sidney Chalhoub (2001, p.69), “como pensar no trabalho como algo positivo, nobilitador, em uma sociedade que foi escravista durante mais de três séculos?”. “Como”, continua o autor (CHALHOUB, 2001, p.69-70), “‘convencer’ o liberto a ser trabalhador, logo ele, recém-advindo da escravidão?”. Como, poderíamos também perguntar, junto com Sidney Chalhoub, *convencer o liberto a ser trabalhador, logo ele, recém-advindo da escravidão*, se até então trabalhar era ter de si roubados não só o tempo mas também o corpo?

Lúcio Kowarick (1987, p.46-47) vale-se de Florestan Fernandes (1975, p.190-191) para nos lembrar também de que “a superposição da escravidão ao regime estamental acarretou uma degradação extrema do ‘trabalho mecânico’. [...] a noção de trabalho se aplicava às tarefas ‘mecânicas’, ao labor a mando e para gáudio de outrem”. Escapariam dessa degradação os artesãos, que, ainda segundo Lúcio Kowarick (1987, p.66), só trabalhavam quando precisavam e não, quando deles precisavam os outros? Como o trabalho “não levava a parte alguma”, explica o autor (KOWARICK, 1987, p.67), e “o esforço de realizá-lo, ao invés de dignificar quem o executasse, tendia, ao contrário, a aproximá-lo das regras de domínio e submissão imperantes na condição cativa de existência”, “os curtos, às vezes forçados momentos de labuta eram espaçados por prolongados momentos de descanso”. Não se tratava propriamente de *momentos de descanso dos momentos de labuta*, ao que parece: era a *labuta* que interrompia o *descanso*.

Para Sidney Chalhoub (2001, p.46), “a transformação do homem livre – fosse ele o imigrante pobre ou o ex-escravo – em trabalhador assalariado” constituiria “o mais urgente projeto republicano”. Antes de 1889, contudo, já se desenhara esse projeto: promulgada em

1850, a Lei de Terras²⁰⁸ não só leva à substituição do escravo pela terra na composição da riqueza²⁰⁹, mas expressa também o condicionamento daquela transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre à continuidade da “dominação social dos proprietários dos meios de produção” (CHALHOUB, 2001, p.47). A abolição da escravidão – ou, como a nomeia Sidney Chalhoub (2001, p.65), “o processo que culminou no 13 de maio” – “realizou finalmente a separação entre o trabalhador e a sua força de trabalho”. Ser “livre” significaria, afinal, ser “livre da propriedade dos meios de produção”, e ser trabalhador, por sua vez, significaria não a possibilidade de possuí-los mas a de “ser econômico” (CHALHOUB, 2001, p.72), tão econômico quanto aquele ex-escravo mencionado por Maria Luiza Ferreira de Oliveira (2005) e a que nos referimos na página 134.

Tratava-se, também, de definir, por separação, o trabalho e o ócio, o trabalhador e o vadio, o que economiza e o que despende? Um dos agravantes da pena aplicada ao vadio, conta Sidney Chalhoub (2001, p.73), era a sua condição de “esbanjador”. O que esbanjaria o vadio, se não o tempo (o corpo), já que o trabalho *não levava a parte alguma*, se não havia o que (e o para que?) economizar? De qualquer forma, a pena era cumprida em “colônias de trabalho”.

Carroça, animal e cortiço incluem a *indústria-artesanato*, e a *procura diária por trabalho*, pois não? Se se trataria de “desodorizar” o espaço urbano, como tão contundentemente se expressa Margareth Luzia Rago (1985, p.163), tratava-se de *desodorizá-lo* não só das formas autônomas de moradia mas também das formas autônomas de sobrevivência: “pela designação da forma da moradia popular”, como quer a autora (RAGO, 1985, p.61); pela *designação da forma do trabalho popular*, como cremos poder, junto com a autora, querer. Um “processo de renovação urbana”²¹⁰, conta Maurício de Almeida Abreu (1987, p.60), irá atingir as “freguesias centrais”, “principalmente os quarteirões operários”²¹¹, banindo dali a *carroça, o animal e o cortiço*. E, com eles, como conta Raul Pederneiras²¹² (1924 *apud* VELLOSO, 1988, p.15) – em enumeração cujo conjunto e cuja sequência parecem ter sido compostos ao acaso, ali mesmo, na rua –, “as figuras sociais populares ou do gosto popular, seus meios de sobrevivência e ofícios tradicionais, seus pontos de encontro: o palhaço, o baleiro, a preta mina, o engraxate ao ar livre, os carregadores, o trapeiro, os capoeiras, os condutores de peru e vendedores a domicílio de leite de vaca, os quiosques, a bandeira do

²⁰⁸ A Lei de Terras, ou Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, do Império do Brasil, demarca a compra devidamente registrada como a única forma legal de posse da terra.

²⁰⁹ Conferir Lúcio Kowarick (1987, p.85) e Raquel Rolnik (1997, p.22-23).

²¹⁰ Refere-se o autor às obras empreendidas então pela Prefeitura e pela União: as primeiras conhecidas como Plano Pereira Passos, as segundas com este confundidas.

²¹¹ O termo “operário”, aqui, parece confundir-se com o termo “pobre”.

²¹² PEDERNEIRAS, Raul. *Cenas da vida carioca*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 1924.

Divino”²¹³. Em seu lugar, no centro – agora com “avenidas”, nem *estreitas*, nem *sombrias* – instalam-se “as melhores casas comerciais”, os “prédios monumentais”, os “clubes”, os “hotéis”, os “vários edifícios do governo”. Esvaziado de população e das “archaicas usanças commerciaes” (SANTOS²¹⁴, Francisco, 1934, p.88 *apud* ABREU, 1987, p.63), o centro – o *central?* – não mais “condizia” com “a presença de pobres” (ABREU, 1987, p.63)²¹⁵. Assim, escondem-se eles nos morros – centrais –, ou, em maior quantidade, se deslocam para os subúrbios, *núcleos dormitórios* ou *bairros operários* – periféricos²¹⁶. Persistem ali, contudo, as “empresas de pequeno porte”, que, “sendo pequenas, realizavam o comércio varejista nas mesmas instalações em que produziam suas mercadorias” (*Ibidem*, p.80). Divide-se o centro entre novíssimos usos e *archaicas usanças*. Entre essas últimas, ainda, havia a “colônia síria”, que “habitava por cima das próprias lojas” (*Ibidem*, p.80).

²¹³ Uma charge da época, reproduzida por Maria Cristina Cortez Wissenbach (2002, p.98), mostra ainda: “o macaco de realejo”, “o caldo de cana com música”, “sorvetes em navio terrestre”, “a água do vintém”, “o phópho barato” (o fósforo barato), “o reclamista” (em perna de pau, corneta à boca). Gilberto Freyre (1968, p.112), contudo, considera que somente poucos anos antes da primeira edição de seu livro, em 1934, o Recife deixara de ser uma “cidade de muitos vendedores ambulantes, vendedores de peixe, de macaxeira, de fruta, de galinha”. “De manhãzinha cedo eles já estavam gritando: Banana prata e maçã madurinha! Macaxeira! Miúdo! Figo! Curimã! Cioba! Tainha! Cavala-perna-de-moça! Dourado! Carapeba!”, lembra o autor (FREYRE, 1968, p.113). Além deles, havia ainda “as negras de fogareiro, vendendo milho, tapioca, peixe frito”, “os vendedores de gelada, muleques de mindubi, vendedores de bolo e de caldo de cana” (*Ibidem*, p.112). Já em 1934, os vendedores eram raros: os de galinha, peixe ou camarão, que iam de casa em casa; o de ostras, este “do tipo negro velho que atravessava o Recife, até os dias da 1ª Grande Guerra, com um balaio enorme à cabeça, e gritando: Ostras! É chegada agora! É chegada agora! É chegada agora!”; o de vassouras e espanadores: “Olha o vassoureiro! O vassoureiro vai passando! O vassoureiro vai embora!” (*Ibidem*, p.114). Em Salvador, no início do século XXI, vi vendedores ambulantes de café usando um caminhãozinho de madeira pintada, de brinquedo, para transportar as garrafas térmicas – algo que o chargista da época provavelmente denominaria, em analogia aos “sorvetes em navio terrestre”, de “café em caminhãozinho”. Sem intenção alguma de arrolar, nessa cidade e nas outras, as diferentes táticas dos vendedores ambulantes, anoto que essas, bem como as que ainda se podem presenciar, por exemplo, nos quarteirões fechados da Praça Sete de Setembro ou na Praça da Rodoviária, em Belo Horizonte, remetem-nos ao poema “Camelôs”, de Manuel Bandeira (1983, p.95), escrito na década de 20, não se sabe se sobre Recife ou se sobre o Rio de Janeiro, cidades por onde o poeta andou enquanto escrevia os poemas de “Libertinagem”: “Abençoado seja o camelô dos brinquedos de tostão:/ O que vende balõezinhos de cor/ O macaquinho que trepa no coqueiro/ O cachorrinho que bate o rabo/ Os homenzinhos que jogam box/ A perereca verde que de repente dá um pulo que engraçado/ E as canetinhas-tinteiro que jamais escreverão coisa alguma/ Alegria das calçadas/ Uns falam pelos cotovelos:/ — O cavalheiro chega em casa e diz: Meu filho, vai buscar/ um pedaço de banana para eu acender o charuto. Natu-/ ralmente o menino pensará: Papai está malu.../ Outros, coitados, têm a língua atada./ Todos porém sabem mexer nos cordéis com o tino ingênuo de demiurgos de inutilidades./ E ensinam no tumulto das ruas os mitos heróicos da meninice.../ E dão aos homens que passam preocupados ou tristes uma lição de infância”. No Catete, precisamente na Rua do Catete, no Rio de Janeiro, também já neste século, e na Praça Vaz de Melo, no Bairro Lagoinha, em Belo Horizonte, a mercadoria em exposição consta de roupas, sapatos, utensílios e brinquedos usados: tênis com pés desencontrados, ursinhos de pelúcia com um só olho, xícaras sem asas. Para esses *camelôs* – e esses objetos – será preciso escrever outro poema.

²¹⁴ SANTOS, Francisco Agenor A. Noronha. *Meios de transporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1934.

²¹⁵ *Archaicos* também os pobres?

²¹⁶ Vamos nos aproximando dos conceitos “periferia” e “centro”, mas suas definições, tanto quanto as de “pobreza” e “riqueza”, somente serão estabelecidas – ou mais bem delineadas, ao menos – no último capítulo. Tenhamos paciência – curiosidade, sobretudo.

Além dali, a cidade também se divide: entre “bairros burgueses” e “bairros proletários” (ABREU, 1987, p.77), ou entre “área nobre” e “área suburbana” (*Ibidem*, p.82). Para os primeiros, ao sul, estendem-se os aterros, as canalizações de rios, as avenidas, a pavimentação, a arborização. Para os segundos, no “restante da cidade” (*Ibidem*, p.83), ainda em 1930, “não existem preparos, tudo é deixado à rua por falta de esgotos” (DISTRICTO FEDERAL²¹⁷, 1930, p.240 *apud* ABREU, 1987, p.82). Aí, nessa *periferia pobre subequipada, proletária, suburbana, a falta de esgotos* era assim solucionada: “‘casinhas’, com simples barris sem o fundo, enterrados até o meio sobre uma fossa. O uso desses barris, em ‘casinhas’ distantes dos sobrados ou da casa, generalizou-se nas casas suburbanas da segunda metade do século XIX” (FREYRE, 1951, p.417). Aí, fazendas viram fábricas, e chácaras viram “terrenos e moradias a preço módico”, enquanto nos *bairros burgueses* ou na *área nobre*, chácaras viram “residências permanentes em mansões suntuosas” (ABREU, 1987, p.80).

Sobrados velhos, outrora de fidalgos, degradaram-se em cortiços. A zona de mucambos estendeu-se até eles. Estendeu-se aos morros. Depois de 1888 [...] o cortiço só fez aumentar, não tanto de área, como de densidade. Assenhoreou-se de muito sobrado velho. De muito morro. O destino dos sobrados maiores tem sido este: transformarem-se os mais felizes em armazéns, hotéis, colégios, pensões, quartéis, repartições públicas, sedes de sociedades carnavalescas. Os outros em cortiços, cabeças-de-porco e casas de prostitutas,

escreve Gilberto Freyre (1951, p.393), sugerindo como os mesmos *sobrados maiores* poderiam virar uma ou outra coisa, conforme a sua localização.

Em Salvador, seria a Cidade Baixa a receber “importantes investimentos”: ali se concentraria “o melhor do comércio” (VASCONCELOS, 2002, p.256). Provavelmente ali o vice-cônsul britânico, morador na cidade entre 1842 e 1857, vira brasileiros “muito requintados em sua maneira de vestir [...]”, os mesmos que, chegando em casa, tirariam “tudo o que levam... exceto a camisa e as ceroulas” (WETHERELL²¹⁸, 1972, p.81 *apud* VASCONCELOS, 2002, p.223). Suas casas poderiam estar ali mesmo, na Cidade Baixa, onde havia “uma elevada proporção de população branca”, ou ao sul, onde, tanto quanto ao norte e na Cidade Alta, havia uma maior proporção de população parda e negra, com a diferença de que ao sul concentravam-se “as maiores proporções de escravos de Salvador” (VASCONCELOS, 2002, p.256). Se o período compreendido entre 1823 e 1849 é “o último

²¹⁷ DISTRICTO FEDERAL. Prefeitura Municipal. *Cidade do Rio de Janeiro: remodelação, extensão e embelezamento, 1926-1930*. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

²¹⁸ Ver nota 165.

em que Salvador aparece como uma cidade compacta” (*Ibidem*, p.208), entre 1850 e 1889 o autor observa “o início do processo de descentralização populacional de Salvador”, quando então “a parte da população que residia nos quatro distritos centrais decresceu para 30%, enquanto que 29% já habitavam nos três distritos ao sul da cidade e 25% nos três distritos ao norte” (*Ibidem*, p.229)²¹⁹.

Uma compilação de observações citadas por Pedro de Almeida Vasconcelos (2002) mostra como essa população era vista por estrangeiros, quer moradores, quer visitantes em Salvador, justamente na passagem de um período ao outro, ou de uma cidade – *compacta* – à outra – em processo de *descentralização populacional*:

- brasileiros gastam em roupa para mostrar-se: mulheres, em vestidos de veludo; homens, em casaca e cartola;
- para usar o transporte coletivo, passageiros têm de estar bem vestidos;
- na rua veem-se negros – homens e mulheres – vestidos como europeus;
- à janela, mulheres negras podem ser reconhecidas simplesmente por seus turbantes;
- na festa do Bonfim, mulheres negras têm os ombros desnudos, enfeitados com “corais, contas de vidro, cordões de ouro e amuletos” (HABSBURGO²²⁰, 1982, p.129 *apud* VASCONCELOS, 2002, p.254);
- carregadores negros apresentam-se “escassamente vestidos” (CANSTATT²²¹, 1954, p.256 *apud* VASCONCELOS, 2002, p.234);
- negros são incrivelmente fortes: dois deles carregam um piano, e apenas um carrega caixas que dois alemães sequer conseguiriam arrastar;
- negros são mortos a pauladas, como cachorros.

Dessa compilação, extraímos que, segundo esses observadores, naquela passagem, negros, mas também brancos, medem-se pela roupa; e negros, somente, pela força, potencializada ou aniquilada com a escravidão.

Gilberto Freyre (1951, p.543) conta como os negros livres eram “escarnecidos” nas ruas por ostentarem “sobrecasaca e chapéu alto”, “luvas e chapéu-de-sol”, “botinas de bico fino”, além de “penteados, barbas, unhas grandes”, tudo isso “imitado ao branco”. Um dos primeiros atos dos escravos uma vez libertos foi adquirir sapatos, antes proibidos aos da sua condição. Como, por motivos óbvios, os sapatos mal se adaptavam aos seus pés, eram eles

²¹⁹ Lembremo-nos do dado fornecido por Milton Santos (1959), segundo o qual o *central*, na cidade não segregada, continha 60% da população da cidade.

²²⁰ HABSBURGO, Maximiliano. *Bahia 1860: esboços de viagem*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982. (1.ed. 1864).

²²¹ CANSTATT, Oscar. *Brasil: a terra e a gente do Brasil*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1954. (1.ed. 1871).

orgulhosamente exibidos à mão ou a tiracolo, relata Maria Cristina Wissenbach (2002, p.54). *Imitados ao branco* os signos de que o corpo não mais era tomado por outrem, vestida a nudez escrava, *animal?* Em *Negros no estúdio fotográfico: Brasil, segunda metade do século XIX*, Sandra Sofia Machado Koutsoukos (2010, p.91, 95) ressalta que o corpo de um escravo ou de um ex-escravo seria sempre reconhecível: pela cor, pelas cicatrizes – dos açoites, das marcas a ferro e fogo, de tentativas de suicídio –, pelas deformidades causadas pelo trabalho repetitivo. Ante tamanha nudez, como não se vestir, e inteiramente, e à maneira branca?

Imitado ao branco também era o desejo de morar em uma casa, que poderia ser pequena mas não mais *habitação coletiva*, tanto menos prisão tal como a senzala; uma casa que tivesse “janela” e “porta de fundo” (FREYRE, 1951, p.544)... e um teto que não fosse o *assoalho alheio*. Sob o viés de Maria Cristina Cortez Wissenbach (2002, p.54), “realizar desejos” e tomar “posse de objetos” era concretizar “de imediato” a condição de homem livre. “Muitas vezes”, esclarece a autora (WISSENBACH, 2002, p.54), “para os homens negros, o sentido de liberdade inscrevia-se em direções dissonantes de um eventual sentido imaginado pelos antigos senhores e por aqueles que pretendiam, na derrocada do escravismo, a solidificação de determinados padrões de vida e de trabalho”. Se não fora mais esse ímpeto de *concretização imediata* da condição de liberdade, não é difícil supor o que teria levado a maioria dos ex-escravos abordados por um observador estrangeiro interessado em sua história – em 1911, 23 anos após a abolição – a esquivar-se de lembrá-la, e de narrá-la. Dentre os raros ex-escravos que se dispuseram a ser entrevistados, uma ex-escrava, que, ainda assim, pouco falou, tinha, exposto em destaque em sua “casa de poucos objetos”, um “magnífico par de sapatos” (*Ibidem*, p.54). Magnífica também a sua casa, não mais *prisão*. O quanto essa casa – desejada – viria a empurrar a cidade à *descentralização funcional*?

Em Recife, conta Paulo César Garcez Marins (2002, p.169) em “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”, a demolição de moradias “reduziu em 50% o número de habitantes” do Bairro do Recife, “gerando uma carestia habitacional que só viria a agravar as condições atropeladas em que se constituíam as cada vez mais numerosas periferias da cidade”, e de tal forma que, em 1913, os “arrabaldes já abrigavam cerca de 37.735 mocambos – 43,3% do total de habitações do Recife”.

Para José de Souza Martins (1992, p.140), a “grande reforma urbana” realizada em São Paulo, entre 1872 e 1875, representaria a passagem daquela cidade “mera extensão do campo, lugar de moradia temporária e sazonal de fazendeiros e potentados, cuja vida se desenrolava a maior parte do tempo, ou pelo menos uma parte do tempo, na roça”, a uma cidade com “vida própria”, a que o campo agora se subordina. Se o núcleo colonial – o subúrbio – nasce, em São

Paulo, no mesmo período em que se explicita essa distinção entre a cidade e o campo, entre o urbano e o rural, e se é ali também que a indústria virá a se instalar, quase simultaneamente, no último quartel do século XIX, e, com ela, a moradia de quem viria a ser o operário, trata-se essa passagem de uma “redefinição das relações entre a cidade e o seu subúrbio” (MARTINS, 1992, p.11)²²².

Para o autor (MARTINS, 1992, p.11), tal redefinição “produziu uma verdadeira alienação do morador na relação com a sua cidade”. No centro de São Paulo, pelo menos até os anos 20, “vivia-se em Paris” – ou, pelo menos, como visto em nota anterior, aparentava-se viver em Paris. E, no subúrbio, onde? “No amplo espaço em que a indústria paulistana se desenvolveu, entre o final do século passado e as primeiras décadas desse século, não há limites abruptos separando o rural e o urbano”, anota José de Souza Martins (1992, p.177). As fábricas – estabelecidas em construções existentes e funcionando “numa escala técnica modesta”, como “aglomerados de artesãos trabalhando sob orientação de um mestre-patrão” – viam-se “emolduradas pela vegetação de sítios e roças, o terreno por sua vez salpicado aqui e ali de casas operárias e casas camponesas” (MARTINS, 1992, p.176-177).

Quando o *archaico* desapareceria também do subúrbio paulistano? Para o autor, seria a partir da primeira década do século XX, em processo que se completaria na segunda década, quando a industrialização “ganha plena força” (MARTINS, 1992, p.118)²²³. Para Margareth Luzia Rago (1985, p.19), tal processo carrearia uma “mudança nos regimes disciplinares”, anunciando “um projeto nacional de produção do novo trabalhador, dissolvido enquanto ator e sujeito e redefinido enquanto objeto de investimento do poder”, a que corresponderia a nova fábrica, “higiênica, racionalizada e moderna”, o novo patrão, “moderno e agilizado, em oposição à antiga figura do proprietário despótico, arbitrário e rude”, e “formas cada vez mais insidiosas e sofisticadas de dominação”.

Até então, conta José de Souza Martins (1992, p.116), no “típico cenário suburbano”, viam-se “edifícios industriais implantados no meio de uma zona agrícola”, “fábricas utilizando

²²² Trata-se, perguntamo-nos, da definição do central e do periférico a ele, e vice-versa?

²²³ Para o autor, dois fatos assinalariam essa passagem – do subúrbio rural ao subúrbio industrial: a conversão da morte de acontecimento coletivo e natural em acontecimento privado e prematuro (cf. MARTINS, 1992, p.32, 206), e o desaparecimento da agricultura e das terras coletivas com a aquisição dessas por interessados em futuros loteamentos urbanos (cf. MARTINS, 1992, p.39). Ainda segundo o autor (MARTINS, 1992, p.93), o conflito entre o direito individual de propriedade e a estrutura patriarcal “deixou uma demorada história de tensões e acomodações na história de São Caetano, que teve seu episódio mais dramático e trágico num parricídio ocorrido no Natal de 1944”. Em 1936, um sócio da associação de mútuo socorro “Príncipe di Napoli” ainda encontra disposição para se queixar de que outro sócio, doente, não recebera a visita de diretor algum. Sua queixa não receberia resposta (cf. MARTINS, 1992, p.208). Entre essas duas datas, portanto, teria se consolidado o São Caetano industrial.

operários que pertenciam a famílias de agricultores”. “Uma inteira geração de trabalhadores viveu a condição operária num ambiente rural” (MARTINS, 1992, p.118)²²⁴, conclui o autor. Num *ambiente rural*, e sob uma organização social que José de Souza Martins (1992, p.118) reconhece como semelhante às das corporações medievais e das irmandades religiosas coloniais, uma organização “de chefes de família e trabalhadores, não de operários”. No início do século XX, no Rio de Janeiro, conta, por sua vez, Sidney Chalhoub (2001, p.117), numa olaria que empregava oito operários, situada em São Cristóvão – “freguesia pontilhada de fábricas” –, aqueles, tanto quanto seu *gerente*, “habitavam em quartos no próprio alojamento da fábrica”, em *teto alheio*, portanto.

Se, no início do século, “operário” designava alguém que trabalhava com suas próprias mãos, tal como o artesão, já por volta de 1935 o significado do termo vai se aproximando de “necessitado”: o trabalhador, então, é desvalorizado, assim como o próprio trabalho, “produtor de uma necessidade material não satisfeita” (MARTINS, 1992, p.204). Para o autor, essa pobreza operária distinguir-se-ia da pobreza escrava: o escravo era pobre de “liberdade e de humanidade”; o operário seria aquele a perder a qualidade estamental do trabalhador e a ganhar a qualidade do pobre, economicamente pobre (*Ibidem*, p.184).

Mais do que isso, contudo, a pobreza operária – suburbana – significaria a perda da relação entre o “trabalhador e o seu produto, inclusive o espaço produzido a partir do seu lugar de trabalho” (MARTINS, 1992, p.11). Já na passagem do subúrbio rural ao subúrbio industrial, o autor reconhece uma desigualdade na acumulação das “obras resultantes das possibilidades econômicas”, na distribuição da “beleza”, e da “arte” (*Ibidem*, p.10). No período colonial, esclarece, “o saber e o sentido da beleza, na arte, estavam melhor distribuídos [...], chegavam ao subúrbio e à zona rural”: também aí se viam os “monumentos”²²⁵, isto é, “os palácios”, “as igrejas e capelas rurais”, “as casas-grandes”; por exemplo, em São Caetano e São Bernardo, as capelas e residências das fazendas dos beneditinos, “cujo acabamento foi

²²⁴ Isso valeria para “toda a região do atual ABC e ao longo da ferrovia, incluindo Ipiranga e Mooca e, num certo grau, Brás e Belenzinho” (MARTINS, 1992, p.118).

²²⁵ Ainda que pouco recomendável segundo o próprio autor (cf. MARTINS, 1992, p.117), que alerta para o equívoco de se analisar a industrialização aqui como se se tratasse de situação social semelhante à da Europa do século XIX, tomemos as queixas dos operários franceses, quando de sua deportação do centro da Paris haussmanizada. O que os depoentes em um inquérito realizado em 1884 lamentam é a perda: da mistura de classes e, conseqüentemente, da “freguesia” e do “refinamento do gosto” (Depoimentos citado por PERROT, 1988, p.120-121). Para Henri Lefebvre (1969, p.22), a expulsão da classe trabalhadora do centro significaria, na verdade, a sua expulsão da cidade, da obra (cf. PENNA, 1997). Residiria aí o sentido da perda constatada por José de Souza Martins (1992) na constituição do subúrbio industrial?

feito por um arquiteto de renome” (*Ibidem*, p.10). “O poder colonial não instituiu o monopólio do saber e do sentido da beleza pela cidade”, reforça o autor (*Ibidem*, p.10)²²⁶.

Ainda nos anos 20, em São Caetano, os homens reuniam-se num armazém, após o dia de trabalho, para fumar cachimbo e beber vinho, enquanto as mulheres saíam à Igreja, para rezar o terço (cf. MARTINS, 1992, p.168). Os mais ricos²²⁷ podiam preferir São Paulo, “de onde voltavam tarde da noite, quando tinham meios para isso, ou de trem logo de manhã”

²²⁶ Ao que parece, para José de Souza Martins (1992), esse *saber* e esse *sentido*, ainda que distribuídos por toda a cidade colonial em seus monumentos, restringiam-se a eles, especialmente àqueles saídos do traço de um arquiteto, e de renome. O que teria efetivamente se perdido então? Havia, no período colonial, *saber e sentido da beleza* nos não monumentos: mucambos, casas térreas, sobrados, chácaras? Também esse *saber* e esse *sentido* se perderam? Se adotamos a concepção de Sérgio Ferro – para quem a beleza, em separado, é um conceito “desesperadamente vazio” (FERRO, 2006, p.27) –, a pergunta passa a ser a que Lúcio Costa quer responder em 1951, no artigo “Muita construção, alguma arquitetura e um milagre” (COSTA, Lúcio. Muita construção, alguma arquitetura e um milagre. [1.ed. 1951]. In: XAVIER, Alberto (Org.). *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p.78-97 *apud* ARANTES, 2006, p.23-24). Para esse autor, no Brasil, até o século XIX, a construção era “iniciativa do engenho e da invenção do próprio obreiro, estabelecendo-se, assim, um certo vínculo de participação”, em que “o povo artesão era parte consciente na elaboração e invenção” (*Ibidem*, p.23-24). Depois disso, o processo criativo passou a se restringir “àqueles poucos que concebem e elaboram o modelo original, não passando a legião dos que produzem de autômatos, em perene jejum de participação artística, alheios como são à atividade criadora” (*Ibidem*, p.23-24). Segundo Pedro Fiori Arantes (2006, p.23), uma vez escrito esse artigo, Lúcio Costa nunca mais voltou ao assunto. Dele se ocuparia Sérgio Ferro, como arquiteto e professor, do início da década de 60 até hoje. Em sua principal obra crítica, *O canteiro e o desenho*, concluída em 1975, projeta: “a superação da contradição produção/dominação na arquitetura permitiria aos canteiros de obra tornarem-se grandes campos de experiência em trabalho livre, autogestão e produção – nessas circunstâncias é que então a arquitetura poderia voltar a ser definida como arte, na definição de William Morris: *art is joy in labour*” (FERRO, Sérgio. *O canteiro e o desenho*. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1979 *apud* ARANTES, 2006, p.17). Em Brasília, experiência que acompanhou de perto, conforme anota Pedro Fiori Arantes (2006, p.11), Sérgio Ferro constata, “na contradição entre formas arrojadas que expressavam o desejo nacional de equiparar-se rapidamente aos países centrais e seus canteiros de obras em evidente situação de atraso na evolução das forças produtivas, uma disparidade entre aparência de modernidade e base econômica real que expõe, por extensão, o caráter próprio da modernização periférica”. Para Sérgio Ferro (2006, p.395), a beleza é “simultaneamente o eco do trabalho e da linguagem – as duas bases do que é humano”. Se se separa a linguagem do trabalho, ou o trabalho intelectual do manual, ou a alegria do trabalho, não pode haver beleza, nem arte. “Apenas como trabalho coletivo autonomamente organizado, como livre razão coletiva, a arquitetura produzirá seu ‘verdadeiro conceito’ e sua beleza própria. Nessa transformação se dará a substituição do ego do arquiteto, manifesto no virtuosismo de seu desenho, pelo sujeito que adquire consciência de si como produtor de espaço [...]” (FERRO, 2006, p.395). No passado europeu, segundo o autor (*Ibidem*, p.25), duas transições importantes na história da “luta de classes no canteiro” foram a do gótico ao clássico nos séculos XV e XVI, e a do ecletismo à arquitetura moderna nos séculos XIX e XX. Já na primeira separa-se o desenho do canteiro, surge o profissional que se destaca no corpo produtivo, altera-se o modo de produção coordenado pelas corporações de ofício. Essa parece ser a separação identificada por Lúcio Costa no Brasil do século XIX. Avançar a partir daí demandaria uma pesquisa ainda maior do que a que se vai desenvolvendo. Fiquemos, por ora, com a ideia de que já no período – republicano, para se manter a periodicidade adotada por José de Souza Martins (1992) – se manifestava aquela contradição observada por Sérgio Ferro em Brasília. Reconciliamo-nos, então, com José de Souza Martins, que apontará a alienação como fenômeno não restrito ao subúrbio, mas presente também naquele centro onde se vivia como se em Paris. Se, como quer o autor (MARTINS, 1992, p.11), o pobre era um “cidadão menor” posto que “para ele a cidade foi menos real como cidade ou real de um modo insuficiente, incompleto, parcial”, o rico seria um *cidadão maior*? A cidade segregada, porém, não seria desigual no que se refere à distribuição da beleza e da arte, na acepção de Sérgio Ferro, segundo a qual tal desigualdade não poderia se apoiar no fato de os monumentos se concentrarem na *cidade* e inexistirem no *subúrbio industrial*: em toda a cidade a beleza e a arte poderiam estar ausentes.

²²⁷ Os *mais ricos* seriam industriais, comerciantes?

(MARTINS, 1992, p.173). Em busca “da prostituição e da vida alegre” (*Ibidem*, p.173), ia-se “à cidade”, o que significava tanto ir até São Paulo, como ficar a meio de caminho: de qualquer forma, era conveniente sair do subúrbio, “localidade muito pequena, cujas relações sociais eram predominantemente atravessadas pelo parentesco” (*Ibidem*, p.171), em que a rua não era “o lugar do público em oposição ao privado” (*Ibidem*, p.164) e que contava com um só prostíbulo.

Em 1891, *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo, é publicado. Em 1906, Lima Barreto lança *Clara dos Anjos*, romance cujo título é o nome da protagonista, uma Clara do subúrbio. Seu sedutor, Cassi Jones de Azevedo, veste-se “com apuro”, o “terno cintado” escovado, ao ir à “cidade” – ao “centro”. Ali, porém, “diante daqueles rapazes a conversar sobre cousas que ele não entendia e a trocar pilhérias; em face da sofreguidão com que liam os *placards* dos jornais, tratando de assuntos cuja importância ele não avaliava”, sente “toda a sua inferioridade de inteligência, de educação; a sua rusticidade” (BARRETO, Lima, [197-?], p.161). Sim, “todo aquele conjunto de coisas finas, de atitudes apuradas, de hábitos de polidez e urbanidade, de franqueza no gastar, reduziam-lhe a personalidade de medíocre suburbano, de vagabundo doméstico, a quase cousa alguma”, prescruta o autor. E a triste mágica que transforma “o violeiro de fama” em “quase cousa alguma” ocorre “sobretudo do Campo de Sant’ana para baixo”. Aí a “cidade” ou o “centro” exhibe clamorosamente aquilo de que Cassi – *suburbano* e *vagabundo* – não participa: nem do consumo das *coisas finas*, nem do grosseiro trabalho. Na fila da Caixa Econômica, na Rua do Ouvidor, olha, de relance, “velhas de mantilha, moças de peito deprimido, barbudos portugueses de duros trabalhos, rostos de caixeiros, de condutores de bonde, de garçons de hotel e de botequim, mãos queimadas de cozinheiras de todas as cores, dedos engelhados de humildes lavadeiras – todo um mundo de gente pobre [...]”, cujo contato o aborrece. Mais adiante, penetrando “naquela vetusta parte da cidade, hoje povoada de lôbregas hospedarias, mas que já passou por sua época de relativo realce e brilho” – nos becos entre a Rua da Misericórdia, a Rua Dom Manuel e o Largo do Moura –, topa com os “deserdados desse mundo”: “marítimos, carregadores, soldados” e “prostitutas”, das que “metiam mais pena do que desejo” (*Ibidem*, p.162-163). Se no *subúrbio* ele orgulhosamente se distingue, fora dali, na *cidade* ou no *centro*, reduzido a *quase cousa alguma*, teme ao mesmo tempo distinguir-se – dos ricos – e igualar-se – aos pobres trabalhadores, seus prováveis vizinhos. Só não o ameaçam os miseráveis, abaixo dele: abaixo do *subúrbio*, o *centro vetusto* com suas *lôbregas hospedarias*.

Entre a pobreza trabalhadora e a miséria, entretanto, o limite parece ser tênue. Em “A velha pobre e o retratista”, Roberto Schwarz (1983a, p.48) demora-se na análise de um dos personagens de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis (2010) – publicado originalmente em 1881 –, a Dona Plácida, evidenciando o seu cansaço, ou as suas “canseiras”.

Dona Plácida fora chamada ao mundo para “queimar os dedos nos tachos, os olhos na costura, comer mal, ou não comer, andar de um lado para o outro, na faina, adoecendo e sarando, com o fim de tornar a adoecer e sarar outra vez, triste agora, logo desesperada, amanhã resignada, mas sempre com as mãos no tacho e os olhos na costura, até acabar um dia na lama ou no hospital” (ASSIS, 2010, p.183). Se, para Roberto Schwarz (1983a, p.48), esse é um “dos momentos mais altos e duros da literatura brasileira”, tal não se deve ao fato – “em si não notável” – de a vida de Dona Plácida ser uma “sucessão de trabalhos insanos, de desgraças, doenças e frustrações” que, no entanto, “cabe em poucas linhas”. *Alto, duro – e notável* – é que as *canseiras* de Dona Plácida são uma síntese do “pior de dois mundos”: o escravista e o capitalista. Nem ungida pela folga, nem dignificada pelo trabalho; sem “nenhuma estima pelo esforço” e “indiferente à finalidade concreta (costurar, cozinhar, ensinar)” do trabalho, cuja “paga material” é “incerta e mínima”, não sem razão Dona Plácida traz uma “singular tristeza”. “A dureza que não tem a redenção do sentido é absoluta”, indigna-se o autor (SCHWARZ, Roberto, 1983a, p.48). “Sem o gosto pré-capitalista pela particularidade dos ofícios e pela ordem corporativa (posto em xeque pelas realidades do trabalho abstrato), e sem a valorização burguesa desse mesmo trabalho (desmentida pelo cativo), resta uma noção radicalmente desideologizada do esforço²²⁸, o qual é despido de mérito intrínseco”, avança (*Ibidem*, p.49, grifos do autor). O sentido da vida de Dona Plácida está naquelas poucas linhas, imaginadas pelo próprio Brás Cubas, num “escárnio” que é “complexo”: o “ciclo regrado” da pobreza “[...] tem sim uma finalidade, ainda que humanamente insustentável, a de reproduzir a ordem social que é a sua desgraça”, conclui (*Ibidem*, p.50), ante o que nos tange um sentimento que é “algo como o escárnio do escárnio, uma espécie de choro seco”. A esse sentimento, contudo, o autor acrescenta “o gozo que tanta inferioridade proporciona à superioridade social do narrador” (*Ibidem*, p.50). Essa mesma superioridade o narrador goza ao confessar que ninguém, ele próprio inclusive, chorara a morte do “mestre-escola” a quem devia “suas primeiras letras”. E ao encontrar Quincas Borba, seu antigo colega, agora um andrajoso mendigo. “Quisera ver-lhe a miséria digna” (ASSIS, 2010, p.155), pronuncia-se então Brás Cubas do alto de sua posição social. “A dignidade que Brás não reconhece ao trabalho efetivo, ele a exige do vadio”, anota Roberto Schwarz (1983a, p.47), e traduz: “não devo nada a quem trabalhou, e quem não trabalhou não tem direito a nada (salvo à reprovação moral)”. Para o autor (SCHWARZ, Roberto, 1983a, p.47), era essa “a situação

²²⁸ Roberto Schwarz (1983a, p.47) observa que “a ética do trabalho – um dos pilares da ideologia burguesa contemporânea – não encontrava muita fé entre nós”. Em nota a essa afirmação, refere-se ao combate de Karl Marx contra a “valorização mítica do trabalho no interior do próprio movimento operário, lembrando que ela é expressão de interesses burgueses”.

histórica das camadas dirigentes brasileiras no século XIX, que tinham um pé no instituto da escravidão, e outro no progresso europeu, nos dois casos com proveito”.

Em 1894, o mesmo Machado de Assis²²⁹ (*apud* SEVCENKO, 2002, p.525) relata, em “A Semana”, o seguinte incidente:

Ontem ia andando um *bond*, com pouca gente, três pessoas. A uma dessas pareceu que o cocheiro estava fumando um cigarro; via-lhe ir a mão esquerda freqüentes vezes à boca, de onde saía um fiozinho de fumo, que não chegava a envolver-lhe a cabeça, porque, com o andar do veículo, espalhava-se pelas pessoas que iam dentro deste. Os cocheiros podem fumar em serviço? Perguntou a pessoa ao condutor. Fê-lo em voz baixa, tranqüila, como quem quer saber só por saber. O condutor, não menos serenamente, respondeu-lhe que não era permitido fumar.
— Então...?
— Mas ele só fuma aqui, no arrabalde; lá para o centro da cidade não fuma, não senhor.

Em sua interpretação dessa crônica, Nicolau Sevcenko (2002, p.526) anota que “a convicção básica compartilhada por todos” – pelo cocheiro, pelo condutor, pelo passageiro, e também por Machado de Assis – é a de que, “pelo menos até se chegar à área central, ninguém, mesmo que incomodado, há de advertir o fumante ou cobrar aplicação da lei”. “Até lá”, continua, “o conjunto do veículo público é uma extensão do espaço privado do cocheiro e, sem dúvida, do condutor. A partir do centro, a história é outra”. É a partir do centro que o cocheiro é repostado “na sua condição subalterna”, submetendo-se ao código que o anula. No *arrabalde*, porém, “refaz as regras, assumindo a iniciativa do jogo social”, exalando fumaça, conduzindo o *bond*. Quanto ao passageiro, podemos acrescentar, sua posição permanece inalterada: no *arrabalde*, não cobrará a aplicação da lei; no *centro*, não precisará fazê-lo. Talvez, ainda, a lei – aplicável ao centro – não responda a um incômodo que seja seu.

João do Rio (1997, p.68-69), por sua vez em “A rua”, conferência publicada em 1905, conta sobre um “elegante barão da monarquia, diplomata em perpétua disponibilidade, que a necessidade forçara a aceitar de certo proprietário o quarto de um cortiço da Rua Bom Jardim”:

O pobre homem, com suas poses à Brummell, sempre de monóculo enlatado, era o escândalo da rua. Por mais que saudasse as damas e cumprimentasse os homens, nunca ninguém se lembrava de o tratar senão com desconfiança assustada. O barão sentia-se desesperado e resumira a vida num gozo único: sempre que podia, tomava o bonde de Botafogo, acendia um charuto, e ia por ali, altivo, airoso, com a velha redingote abotoada, a “caramela” de cristal cintilante... Estava no seu bairro. Até parece, dizia ele, que as pedras me conhecem!

²²⁹ ASSIS, Machado de. Verdade aqui, erro lá. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1894. Coluna A Semana, não paginado.

À exceção de Dona Plácida, esses personagens – Cassis, o cocheiro e o condutor, e o barão – experimentam as descontinuidades da cidade, e distintamente. Sempre em trânsito, o cocheiro e o condutor conhecem as pedras e nelas se mimetizam. Circunstancialmente desterritorializados, Cassis e o barão tornam-se estranhos: o primeiro, anônimo, assim se sente; o segundo, inconfundível, assim é tratado. O centro é – ainda? – onde as desigualdades são anunciadas umas às outras, aprimoradas em diferenças sob a proteção do espaço privado que envolve cada uma (cf. SEVCENKO, 2002, p.538), exacerbadas sob a desproteção do espaço público. Do encontro, no Passeio Público, entre Brás Cubas e Quincas Borba, Brás leva um “sentimento misto de nojo e lástima”, e Quincas, seu relógio (cf. ASSIS, 2010, p.153).

Em 1878, Dom Pedro II viajou de São Paulo a São Caetano, de trem, em 15 minutos (cf. MARTINS, 1992, p.161). Na década de 10, a escritora Zélia Gattai, ainda menina, fez a mesma viagem – longa, para José de Souza Martins (1992, p.161), não pela distância mas pela descontinuidade entre “uma paisagem urbana para uma paisagem marcadamente rural e suburbana”. O médico, a farmácia, o padre, o cemitério e o soldado eram buscados no “bairro do Brás”, de tal forma que, do final da década de 70 no século XIX até meados da primeira década do século XX, “por quase quarenta anos, São Caetano foi uma extensão quase rural” daquele bairro (MARTINS, 1992, p.160). Aí, onde as casas eram “infectas”, as ruas, “não-calçadas”, e havia tanto “falta de água” quanto “escassez de luz e esgotos”, já em 1901 via-se o “maior número de fábricas” (*Ibidem*, p.158). Em São Caetano, poluentes eram algumas delas – “indústrias químicas” banidas da Capital pela “vigilância sobre a limpeza pública” (*Ibidem*, p.157) –, mas a elas se somavam desde olarias até grandes indústrias, como a General Motors e a Fábrica Matarazzo, esta de sabão e graxa, com seus 312 empregados. Seus proprietários poderiam ser tanto imigrantes italianos, quanto um dentista estabelecido com consultório em São Paulo, ou ainda o Banco União de São Paulo (cf. MARTINS, 1992, p.106, 114, 117, 169).

Para o autor, finalmente, “durante largo tempo” o subúrbio seria “um aglomerado rural cuja população tinha vínculos cotidianos com a cidade e que, em conseqüência, organizava a sua inteligência das condições de vida segundo um modo de pensar tendencialmente urbano” (MARTINS, 1992, p.194-195)²³⁰. Já em 1930, após a Revolução, na composição da diretoria de uma das associações de mútuo socorro haveria uma “substituição dos velhos

²³⁰ Ao estudar os “vastos subúrbios” ao mesmo tempo rurais e industriais da então nova capital de Minas, Belo Horizonte, Tito Flávio Rodrigues de Aguiar (2006, p.301, 340) identifica esse *modo de pensar* na trajetória da família Gatti. Vindos da Itália como colonos, os Gatti logo estariam “envolvidos em atividades mais rentáveis do que o cultivo de terras ou o trabalho assalariado”. Para o autor, a proximidade da colônia agrícola Carlos Prates da cidade e a acessibilidade a ela aberta pela linha de bonde favoreceriam a sua conversão em “bairro suburbano” e a conversão daquela família de comerciantes em “empresários no negócio de terras” (AGUIAR, 2006, p.341).

italianos chegados a São Caetano antes do final do século XIX [...] por imigrantes italianos chegados mais tarde [...], distanciados das raízes agrícolas dos primeiros tempos” (*Ibidem*, p.215). Esses imigrantes tardios não viveram as crises do núcleo colonial, mas chegaram ali quando a indústria começava a se instalar e o comércio, a se desenvolver: sua “compreensão do lucro não era tosca”, sentencia o autor (*Ibidem*, p.216).

Como esse movimento – de sofisticação da *compreensão do lucro* – teria sido experimentado pelos trabalhadores?

Sidney Chalhoub (2001, p.96) observa que, no que nomeia como o “Rio de Janeiro da Primeira República”, “os intervalos para tomar café e cachaça no botequim, prolongados às vezes pelo jogo a dinheiro, eram bastante comuns principalmente entre carvoeiros, estivadores, ambulantes e outros trabalhadores que não se viam circunscritos a um espaço fechado rigidamente disciplinado”. Daí o fato de “questões por motivo de serviço” resultarem em “conflitos nesses momentos de lazer nos interstícios da jornada de trabalho, quando, aparentemente, as questões podiam ser resolvidas sem pôr em risco os meios de sobrevivência dos contendores”.

O que mais podemos extrair daí? O *espaço fechado rigidamente disciplinado* corresponderia ao estabelecimento comercial? O *espaço fechado rigidamente disciplinado* corresponderia à fábrica? O *espaço fechado rigidamente disciplinado* corresponderia à fábrica no subúrbio?²³¹ Fora do *centro* – ou da *área central* –, a *jornada de trabalho* separara-se dos *momentos de lazer*? Inversamente: para o tempo separar-se, separara-se o espaço?

Já no *centro*, contudo, o espaço do trabalho não mais admitia as *questões por motivo de serviço*, e, por isso, eram elas resolvidas lá fora²³². E quais eram essas questões? Entre o “bom trabalhador” e o “mau trabalhador”, o “imigrante” e o “brasileiro de cor”, os “funcionários privilegiados” e os “funcionários inferiores”, o “encarregado” e o “assessor” (cf. CHALHOUB, 2001, p.115, 125, 127): em síntese, entre aqueles que, abaixo do patrão, desejavam ser reconhecidos como hierarquicamente distintos, e por isso brigavam. Se à relação direta entre patrão e empregado – comum nos pequenos empreendimentos – correspondia uma menor contradição entre ambos, à relação indireta correspondia a contradição entre empregados. Não obstante, mesmo no caso de um pequeno estabelecimento comercial no Rio de Janeiro, Sidney Chalhoub (2001, p.126) assinala “os limites objetivos de uma possível comunhão de interesses entre patrão e empregado”, expressos, por exemplo, nas suas diferentes concepções quanto ao

²³¹ Aos serviços, então, corresponderia um espaço aberto e não rigidamente disciplinado, tal como o eram os cantos aos escravos de ganho.

²³² Uma pura categoria de uso do solo já se anuncia aqui, portanto: o *espaço do trabalho*.

tempo necessário para realizar uma tarefa. Assim como aquele escravo de quem o senhor cobrara um rendimento igual ao dos demais – dele, no entanto, diferentes, como, entre si, os cinco dedos da sua mão –, o empregado é acusado pelo patrão de demorar-se demais para “levar um amarrado de cinqüenta sacos a um freguês” (cf. CHALHOUB, 2001, p.126), ante o que retruca que “ainda tinha vindo cedo”. Sim, o espaço compartilhado pelo patrão e pelo empregado continuava impondo uma disciplina, a que, entretanto, o “lá fora” abria alguma resistência.

De acordo com o autor (CHALHOUB, 2001, p.140), o que estava em questão, sempre, para os trabalhadores, era a sobrevivência, e a luta pela sobrevivência tanto os desagregava quanto os unia. Um estivador, branco e alfabetizado, por exemplo, poderia acusar um estivador, este mulato e analfabeto, de roubar mercadoria ao carregamento, garantindo-se o seu posto ao externar o zelo pelos interesses do patrão e ao contrapor a esse zelo o descaso do concorrente acusado. Esse, porém, teria agido segundo a compreensão de que os interesses do patrão não são os seus. Segundo essa compreensão, os estivadores organizar-se-iam em movimentos em prol dos seus interesses, ou mesmo dos de outros trabalhadores – de sapateiros, por exemplo –, reconhecidos como não diferentes dos seus. E ainda recusariam a mediação das autoridades policiais e judiciárias em suas *questões de serviço*. Ainda assim, o “impulso coletivo” dos estivadores – que *não se viam circunscritos a um espaço rigidamente disciplinado* –, com seu “alto nível de mobilização e consciência de classe” (*Ibidem*, p.158), seria freado pela então “incontornável reprodução da longa tradição de rivalidades nacionais e raciais” e pela luta pela sobrevivência.

E quanto àqueles circunscritos ao *espaço rigidamente disciplinado*?

Na São Paulo dos “frementes anos 20”, Nicolau Sevcenko (1992, p.39) identifica três grupos de “agentes desgarrados”: os “negros”, os “caipiras” e os “imigrantes”; os primeiros submetidos à “discriminação”, à “competição em condições desvantajosas com os imigrantes” e à “repressão policial”; os segundos, ao “avanço das fazendas”, à “concorrência dos chacareiros imigrantes” e ao “controle oficial do acesso aos mercados”; e, finalmente, os terceiros, a “jornadas de 10, 14 ou 16 horas de trabalho”, a “salários congelados”, ao “custo de vida e aluguéis em escalada permanente” e ao “completo desamparo legal”.

Nas palavras impressas num jornal²³³ datado de 23/01/1907, encontrado por Lúcio Kowarick e Clara Ant (1988, p.51), “onde o suplício dos operários atingiu o cúmulo inquisitorial é nas fábricas de tecidos em São Paulo”. Como os “teares e as máquinas nunca param nem de

²³³ A TERRA LIVRE. São Paulo: Neno Vasco (Ed.), 23 jan. 1907.

dia nem de noite”, as jornadas de trabalho variam entre 16 horas/dia para os homens, de 11 a 14 horas/dia para as mulheres e de 13 horas/dia, de “5 da tarde às 6 da manhã com 1 hora de intervalo sob a vigilância dos guardas”, para as crianças. Nessa hora de intervalo, “quase todas essas crianças [...], meio mortas de fadiga e de fome, caem a dormir; então o encarregado acorda-as e manda-as retornar ao trabalho”. Contudo, “os pobres pequenos tornam a cair; então o contramestre desperta-as a bofetadas e elas soluçando retornam ao trabalho”. É que os contramestres “têm carta branca”: podem “bater nos seus subordinados”, ou “despedi-los”, explica-se no artigo.

“Até os anos 30”, escrevem Lúcio Kowarick e Clara Ant (1988, p.53), confundia-se na cidade, “frequentemente”, a “vida da fábrica e dos bairros proletários, onde tudo girava em torno dos apitos que regulavam as extensas e danosas jornadas de trabalho”. Dessa regulação parecia escapar o domingo à tarde, quando um “repórter andarilho” descoberto por Nicolau Sevcenko (1992) – P., segundo sua assinatura –, tendo se desviado do centro – do “Triângulo” – e do seu “torpor de cidade em repouso, as ruas desertas, as casas fechadas, os raros automóveis de luxo a passeio”, toma o bonde em direção ao Brás. No bairro, ao contrário, “o povo” está a “formigar pelas ruas, a enchê-las e animá-las de borborinho e de alegria, dando impressão de estar toda a gente fora das casas. E crianças, sobretudo crianças, em número incalculável, num vai-e-vem de grupos barulhentos e álacres, em torno de algum mascarado” (P.²³⁴, 1919, n.p. *apud* SEVCENKO, 1992, p.131).

No centro da cidade, o formigamento estendia-se por todo o dia – “útil” –, envolvendo os operários – ao virem, na madrugada, “no curto repouso das doze horas”, e ao voltarem, às seis da tarde –; os comerciários – que chegavam “logo depois” dos operários –; as mulheres “de todas as classes, etnias e idades” – do “início da manhã” até o “meio-dia”, “no agito indiscriminado das compras” –; as “senhoras e moças” – de volta após as 16 horas, para o “footing”, e em “refluxo”, no “*rush* das seis” –; os homens – que deixavam “os escritórios e bancos” no “*rush*”. Entre o “rush” e os “eventos noturnos”, evadidas as moças de família, era a vez das “moças-sem-família”, que circulavam pelos “bares e cervejarias, combinando com os cavalheiros os encontros tardios que eles teriam, depois de deixarem em casa as senhoras e as senhoritas que levavam ao teatro, restaurantes e cinemas” (SEVCENKO, 1992, p.50-51). Nos fins de semana, o “hábito de repousar [...] se tornou um despropósito ridículo”.

²³⁴ P. O Brás. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, não paginado, 28 jan. 1919.

Sob o epíteto genérico de “diversões”, toda uma nova série de hábitos, físicos, sensoriais e mentais, são arduamente exercitados, concentradamente nos fins-de-semana, mas a rigor incorporados em doses metódicas como práticas indispensáveis da rotina cotidiana: esportes, danças, bebedeiras, tóxicos, estimulantes, competições, cinemas, shopping, desfiles de moda, chás, confeitarias, cervejarias, passeios, excursões, viagens, treinamentos, condicionamentos, corridas rasas, de fundo, de cavalos, de bicicletas, de motocicletas, de carros, de avião, tiros-de-guerra, marchas, acampamentos, manobras, parques de diversões, boliches, patinação, passeios e corridas de barco, natação, saltos ornamentais, massagens, saunas, ginástica sueca, ginástica olímpica, ginástica coordenada com centenas de figurantes nos estádios, antes dos jogos e nas principais praças da cidade, toda semana,

inventaria o autor (SEVCENKO, 1992, p.33, grifos nossos).

E aos operários, que *diversões* lhes estariam abertas? E seriam-no somente naquele intervalo – a tarde de domingo – em que o *hábito de repousar* era retomado por aqueles que se divertiam *toda semana*²³⁵? No caso dos operários, não seria a gama de *diversões* a tornar o *hábito de repousar* um *despropósito ridículo* mas, sim, a brevidade do intervalo, acentuada pelo contraste entre a *jornada de trabalho* e o *momento do lazer*?... Nossa imaginação, ainda que estimulada, dificilmente consegue reunir aquelas crianças *meio mortas de fadiga e de fome* de 1907 aos *grupos barulhentos e álacres* de 1919, aquelas *jornadas de trabalho* a esses *momentos de lazer*. Nos pouco mais de dez anos que os separam na realidade, algo teria se modificado?

Para Lúcio Kowarick e Clara Ant (1988, p.56-57), o movimento operário do período, pelos autores nomeado “Primeira República” e delimitado precisamente entre 1889 e 1930, atingiu seu ápice em 1917, na greve geral desencadeada não em torno dos sindicatos mas das “Ligas de Bairro”²³⁶. “Uma após a outra, numa irradiação incontrolável, as empresas são obrigadas a fechar, aglutinando-se trabalhadores e moradores numa forma de enfrentamento que, a partir dos bairros pobres, paralisam a cidade: assim, essas zonas populares que circundam as fábricas, onde predominam moradias da classe pobre, passam a ser encaradas como foco da desordem, ‘epidemias anarquistas’”, narram os autores (KOWARICK; ANT, 1988, p.57)²³⁷. *Foco da desordem*, e da violenta repressão em sua resposta: em 1919, sob a alegação de suspeita de uma nova greve geral, “se multiplicam as batidas policiais pelas ruas, bares e

²³⁵ “Haveria alguém por aí que não se tenha divertido ontem?”, pergunta aos seus leitores o mesmo *repórter andarilho*, P., em nova matéria, publicada algumas semanas depois (P. Festas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, não paginado, 18 fev. 1919 *apud* SEVCENKO, 1992, p.33).

²³⁶ Segundo Raquel Rolnik (1988, p.87), as “ligas de inquilinos” eram “movimentos de boicote total ou parcial ao pagamento dos aluguéis”, mas, mais do que isso, para os “militantes anarquistas”, visavam principalmente “a sensibilização dos inquilinos (boa parte dos habitantes da cidade) aos ideais libertários”.

²³⁷ Conforme Nicolau Sevcenko (1992, p.142), o conflito eclodiu “quando a polícia matou um operário grevista ao reprimir uma manifestação de têxteis por melhores salários”. Em passagem pela cidade, o cortejo arrebatou a multidão, resultando na greve a que aderiram 45.000 trabalhadores. “Premidos pela polícia”, eles “assumiram o controle do espaço público por vários dias” (SEVCENKO, 1992, p.142).

estabelecimentos comerciais do Brás” (SEVCENKO, 1992, p.143). “Afora esses momentos de confronto direto”, contudo, observa Nicolau Sevcenko (1992, p.144), “o próprio cotidiano dos operários era marcado por uma violência repressiva”. “A disciplina nas fábricas e as longas jornadas de trabalho”, explica o autor (SEVCENKO, 1992, p.144), “marcadas pela vigilância implacável, pelas multas, pelas humilhações, proibições, punições, demissões sumárias e, no caso das crianças, por espancamentos e castigos físicos, faziam os jornais operários e comunitários falarem em regimes de ‘galés’ e de ‘escravidão’”. Ou de “inquisição”, como comparara “A Terra Livre”²³⁸ ainda em 1907. Se pouco ou nada se modificara, eram, sim, as mesmas crianças, os mesmos operários – convertidos, pelo menos aos olhos do *repórter andarilho* naquela tarde de domingo?

Margareth Luzia Rago (1985, p.143) ilumina a questão: “as freqüentes denúncias de maus-tratos e repressões sofridos pelas crianças fazem supor a existência, frente à violência do mundo adulto, da sua evasão no ato de brincar, de correr, de conversar por entre as máquinas durante o período de trabalho”. No mesmo ano de 1907, *A Terra Livre*²³⁹ (*apud* RAGO, 1985, p.145) conta um episódio ilustrativo: numa fábrica de tecelagem, o repórter presencia um menino de 8 anos brincando com um boneco que improvisara. Logo o contramestre – provavelmente indignado não só com o fato de o menino ali brincar, mas também com a sua capacidade de inventar, ali, um brinquedo e uma brincadeira – o atinge, deixando-o caído no chão. Impossível não associar esse episódio à descrição do comportamento do operário adulto extraída de um relatório de proprietários de fábrica em Minas Gerais: “[...] entregues às suas vidas indolentes, trabalhando três ou quatro dias por semana, eles não querem ganhar mais do que um salário miserável, porque só pensam em comer, mastigar palitos, beber cachaça e se corromperem” (STEIN²⁴⁰, 1979, p.71 *apud* RAGO, 1985, p.21, grifos nossos).

Nascido no Brás em 1906, filho de imigrantes, o Sr. Amadeu, entrevistado por Ecléa Bosi (1987), poderia ter sido avistado pelo *repórter andarilho* P., naquela tarde de domingo ou noutros dias e horários da vida no Brás naqueles anos, deslumbrando-se com os fogos de artifício da Festa de São Vito Mártir; saindo de casa com a família, para fugir das enchentes periódicas do rio Tamanduateí; encaminhando-se ao teatro ou ao circo; indo buscar a sopa e o pão que a Companhia Mecânica Importadora distribuía na hora do almoço ou do jantar durante a 1ª Guerra Mundial; participando da corrida anual do circuito do Brás; a caminho do futebol no campo do Clube Carlos Garcia; chegando para trabalhar na “fábrica”

²³⁸ Ver nota 233.

²³⁹ A TERRA LIVRE. São Paulo: Neno Vasco (Ed.), 01 jun. 1907.

²⁴⁰ STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

ou “oficina de gravura”²⁴¹, às 7:30 horas, e dali saindo, às 17 horas ou, quando “pegava empreitada”, à meia-noite. Se próximo dali, P. ouviria a cantoria e a brincadeira entre os operários – pois “brincadeiras sempre havia entre os operários”, e “tinham dois ou três que cantavam muito bem”, “um tocava violino, outro tocava flauta, outro clarineta” – e sentiria a falta de Sr. Amadeu durante a epidemia de gripe espanhola. Poderia acompanhá-lo aos passeios e piqueniques “na praia do Gonzaga”, onde Amadeu viu o mar pela primeira vez, aos doze anos, ou às festas de 1º de Maio no Parque Antártica, onde “as famílias se reuniam, havia baile na grama, dançavam, cantavam”. Poderia, ainda, vê-lo em fuga, junto a “cinco, seis mil pessoas”, ante o surgimento da “cavalaria com cento e cinqüenta soldados que desmancharam o comício com cassetete, cavalo por cima” (cf. Depoimento do Sr. Amadeu *apud* BOSI, 1987, p.80, 83-86, 93).

Em 1921, no Carnaval, o Brás roubaria, ao “Triângulo” e à “Avenida Paulista”²⁴², o papel de “centro de todos os festejos” (SEVCENKO, 1992, p.104)²⁴³. Atraídas pela “chama da estranheza”, pelo “apelo candente das regras que se imagina não existirem porque não as sabiam reconhecer”, as “famílias distintas” acorrem a “buscar alegria no meio dos camponeses, operários, artesãos e ambulantes” (*Ibidem*, p.106). Naquele extraordinário momento, no Brás – *bairro proletário*, ou *periferia pobre subequipada*, ou *subúrbio popular*, e *subcentro das camadas de baixa renda* – fundira-se a cidade. Ora, como *centro de todos os festejos*, o Triângulo e a Avenida Paulista acolhiam a todos, mas diferentemente. “O povo era mantido nas calçadas para assistir, como platéia, às batalhas de serpentina, confete e lança-perfume, no curso de carros refinados que rolavam pelo asfalto em fila quádrupla”, escreve Nicolau Sevcenko (1992, p.104). “Enquanto a multidão do curso se recolhe às casas [...], o que se vê agora na avenida são crianças e mulheres do povo, curvadas aqui e ali, a ensacar as serpentinas servidas. [...] Outros divertem-se ainda e elas já vêm à colheita do lixo – do lixo que decerto lhes mata a fome”, narra o *repórter andarilho* (P.²⁴⁴, 1919, n.p. *apud* SEVCENKO, 1992, p.27).

²⁴¹ O Sr. Amadeu emprega os dois termos: fábrica e oficina. A fábrica-oficina onde o Sr. Amadeu, operário-artesão-menino, trabalhou empregava 40 pessoas, que faziam “placas de metal, de bronze, datadores, carimbos”. “A maior parte dos trabalhos era feita a mão”, lembra-se o Sr. Amadeu, passando logo a descrevê-los minuciosamente. Havia, porém, muitas “seções” na fábrica-oficina. A sua seção era “um pouco mais sossegada quanto ao barulho, mas tinha o mau odor do ácido que prejudicava”. A “seção de estamperia” era “a mais barulhenta”, pois “havia lá muitas máquinas pesadas”, e a que mais risco impunha aos operários: “todo mês cortavam um dedo, dois dedos, cada operário”. A fábrica-oficina Petracco e Nicoli, diferente de outras “firmas”, “não fazia pressão contra os operários sindicalizados”: “o velho Nicoli era um operário, trabalhava junto com a gente, era um artista” (cf. Depoimento do Sr. Amadeu *apud* BOSI, 1987, p.84-85).

²⁴² Como se viu no capítulo anterior, já então, segundo Flávio Villaça (2001), o Triângulo corresponderia ao centro, dividido, e a Avenida Paulista, a um bairro das *camadas de alta renda*.

²⁴³ Também as temporadas de ópera e teatro atraíam todos da cidade ao Brás. Em 1908, inaugurara-se o Teatro Colombo, com 1.968 lugares, seguido pelo “Brás Politeama”, “o maior teatro de São Paulo”, e por outros três. Já reduzido a “sala de espetáculos tipicamente de bairro”, o Teatro Colombo seria destruído em um incêndio em 1966 (cf. REALE, 1982, p.49-50).

²⁴⁴ P. Depois do curso. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, não paginado, 06 mar. 1919.

Em notícias do carnaval paulista, transcritas por Ebe Reale (1982) em *Brás, Pinheiros, Jardins: três bairros, três mundos*, o Brás é qualificado ora como “bairro populoso” (A CAPITAL²⁴⁵, 1925 *apud* REALE, 1982, p.44), ora como “populoso e elegante bairro” (A CAPITAL²⁴⁶, 1914 *apud* REALE, 1982, p.42), ora como o bairro “que deu a nota chic este ano” (A CAPITAL²⁴⁷, 1920 *apud* REALE, 1982, p.42). Para P.²⁴⁸ (1919 *apud* SEVCENKO, 1992, p.131), entretanto, “São Paulo e o Brás são duas cidades perfeitamente distintas”: fora na segunda que se deparara “com o descabro das suas ruas, esburacadas e lamacentas, intransitáveis nos dias chuvosos, inabitáveis pela nuvem de poeira que as envolve quando faz sol”. Aquele extraordinário carnaval não alterara “em qualquer mínimo sentido a sorte do Brás e dos seus habitantes”, adverte Nicolau Sevcenko (1992, p.106).

Vejamos: em 1900, abriu-se ali a primeira fábrica têxtil de São Paulo, com 1.000 operários, e inaugurara-se a linha de bondes elétricos – eram sete carros, num percurso de 24 minutos do Triângulo até a Rua João Broemer, a 200 réis, e os carros para operários, num percurso de 14 minutos, linha Bresser via Gasômetro, a 100 réis, até a Ladeira General Carneiro. Nesses carros, que corriam das 5:00 às 7:48 da manhã e das 4:54 às 7:28 da noite, podia-se viajar descalço (cf. REALE, 1982, p.29-30, 33)²⁴⁹. Em mapas apresentados por Raquel Rolnik (1997, p.243-271), em 1900 o bairro aparece já com “água encanada” e “rede de esgoto” em algumas quadras e, em 1928, integralmente com “água encanada” e “rede de esgoto”²⁵⁰. Em 1921, entre os 5.704 prédios, dos quais 5.058 eram térreos – “fábricas e casas mais modestas” –, despontavam “casas de porão alto, e alguns palacetes, de gosto e arquitetura discutíveis, pertencentes a imigrantes já enriquecidos”, e resistiam os sobrados, “em cuja parte térrea ficava o armazém, morando a família do proprietário no andar superior” (cf. REALE, 1982, p.35)²⁵¹.

²⁴⁵ A CAPITAL. São Paulo: João Castaldi (Ed.), 29 jan. 1925.

²⁴⁶ A CAPITAL. São Paulo: João Castaldi (Ed.), 11 fev. 1914.

²⁴⁷ A CAPITAL. São Paulo: João Castaldi (Ed.), 07 fev. 1920.

²⁴⁸ Ver nota 234.

²⁴⁹ Os sapatos, não mais proibidos, continuam inacessíveis. Descalço, o operário é *animal e máquina*, tal como qualificara Gilberto Freyre (1951, p.530) os escravos?

²⁵⁰ Entre 1900 e 1928 tais serviços teriam se disseminado? Um exame comparativo dos mapas mostra que a área atendida duplicou, mas a proporção entre a área parcelada da cidade e a área atendida por aqueles serviços, esta aproximadamente a metade daquela, permanece inalterada. O que se pode afirmar, então, é que o Brás foi incorporado à metade atendida. Cabe ressaltar ainda que, além do atendimento, há a qualidade e a regularidade dos serviços, que podem não ser igualmente distribuídas entre porções atendidas.

²⁵¹ Vejamos a descrição de Madureira, no Rio de Janeiro, transcrita por Maurício de Almeida Abreu: “Madureira, a humilde estação da Central, inaugurada em 1890, alcançou, em trinta e dois anos, um avanço formidável. Vale mais do que muitas cidades do interior do país. Desde 1918 que se transformou o aprazível subúrbio [...] conta com animadíssimo comércio, cafés, confeitarias, lojas de modas, armarinhos, mercado, ostentando algum luxo em quatro ou cinco casas principais. O progresso alcançado nestes últimos anos tem sido vertiginoso. Basta observar-se à hora da chegada de trens dos subúrbios e expressos a massa do povo que circula na passagem elevada sobre o leito da Central [...] para se ter uma idéia do crescimento da sua população e de grande parte da de Irajá, que se serve dos trens” (SANTOS, Francisco Agenor A. Noronha. *Meios de transporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1934, p.310 *apud* ABREU, 1987, p.81).

Ouçamos o Sr. Amadeu (*apud* BOSI, 1987, p.78-79, 83):

A casa dava para a rua, mas tinha quintal; lembro da sala, dos dormitórios... Na frente da casa passavam os vendedores de castanha, cantarolando. E o *pizzaiolo* com latas enormes, que era muito engraçado e vendia o produto dele cantando. As crianças iam atrás. A rua não tinha calçada. Elas ficavam à vontade naquelas ruas antigas. Eram ruas de lazer, porque não tinha movimento, e crianças tinham demais.

[A festa de São Vito Mártir] terminou quando começaram a asfaltar as ruas, [...] veio esse progresso, então terminou a festa monumental que o povo ocupava todas as ruas.

Nesse tempo não tinha luz elétrica na rua, só lampiões de querosene. Em casa também, os lampiões eram pendurados na sala, no quintal e na cozinha. [...] Lembro quando em minha casa puseram um bico de luz, foi o primeiro bico que puseram naquela rua [...]. Era mocinho. Punham um bico só, porque a luz era muito cara, mais de 200 réis por mês. Com o tempo, punha-se um bico na cozinha, no quarto, no quintal e assim por diante. Mas era usada como uma luz econômica, porque não dava para pagar no fim do mês.

Não está ele nos dizendo que o quintal – as duas portas, o terreno para algum plantio e para os serviços domésticos não coletivizados – compensava – para quem? – a casa voltada para a rua? E que a rua, sim, trazia, para a casa, música e riso? E também que, como a falta de pavimentação – e de movimento – liberava a rua para outras atividades que não a circulação, a pavimentação – e o movimento – vieram a representar também uma restrição? E mais: que o provimento de energia elétrica veio a representar não a eliminação de uma carência mas a transformação da luz numa *luz econômica*?

Para Raquel Rolnik (1988, p.90), a *sorte* do Brás, sim, alterava-se, e não momentaneamente. Como outros “antigos bairros proletários”, o Brás – com suas fábricas, suas casas alugadas e seu centro – convertia-se em bairro de classe média, “de pequenos proprietários, imigrantes ligeiramente enriquecidos”, com suas “casinhas próprias guardadas por portões de ferro e cobertas por mostruários de materiais de revestimento” (ROLNIK, 1988, p.91). À formação do *bairro proletário* – com suas fábricas, suas casas alugadas e seu centro, com seu *cotidiano marcado pela violência repressiva* e também pelo que a ela se opõe ou interpõe – correspondera a formação do trabalhador-morador, do operário-inquilino, do agente de movimento operário e urbano? Se, antes, “*periferizar os trabalhadores* se mostrava impraticável devido à pauperização reinante e à extremamente longa jornada de trabalho”, e também por isso “a expansão industrial e da moradia operária processou-se de maneira relativamente adensada”, como sugerem Lúcio Kowarick e Clara Ant (1988, p.53, 56), o que viria agora? Para Raquel Rolnik (1988, p.90),

A repressão que se seguiu à conjuntura mais explosiva do período (1917-1919) queria eliminar o foco anarquista: militantes estrangeiros foram deportados, “desordeiros” presos, jornais, sindicatos, associações, escolas e ligas fechados. [...] A esta ação se associava um discurso que via o trabalhador estrangeiro grevista como praga que inoculava o vírus da desordem nas massas indefesas [...]. Agora, depois da greve de 1917, era a vez de valorizar a tradicionalmente desprezada mão-de-obra nacional. É a era das migrações internas que se avizinha [...].

À “segunda geração de proletários”, “migrantes nacionais”, continua a autora (ROLNIK, 1988, p.91), corresponderia a “dispersão das vastas periferias” na cidade.

Em que essas *vastas periferias* difeririam dos *bairros proletários*, onde, “ao mesmo tempo em que há separação e recorte, ocorre um processo de identificação e reconhecimento internamente a cada região”, onde “os movimentos grevistas” e os “movimentos urbanos”, “nascidos nos becos e pátios [...], se convertiam em assembleias públicas, nos salões, esquinas, praças” (ROLNIK, 1988, p.87), onde o Sr. Amadeu foi “muito feliz”, ainda que não tivesse “férias”²⁵² e que “para esse lado do Brás, Cambuci, Belenzinho, Moóca, Pari, aqui tudo era uma pobreza, ruas sem calçadas, casas antigas, bairros pobres, bem pobres” (cf. Depoimento do Sr. Amadeu *apud* BOSI, 1987, p.83, 92)?

Ora, há algo no depoimento do Sr. Amadeu que nos faz pensar que a sua *sorte* estava além das condições de trabalho na fábrica-oficina e do padrão de urbanização do subúrbio-bairro. Será preciso, então, que nossa imaginação se refaça segundo essa outra medida, tomando o Sr. Amadeu não somente como operário, nem tampouco somente como agente de movimento operário, como de fato ele foi. Da mesma forma, pensamos, não se deveria tomar o Brás – ou os demais bairros *para esse lado do Brás* – somente como *periferia pobre subequipada*, nem tampouco somente como berço de movimentos sociais.

Daquela definição de operário tomada de José de Souza Martins (1992), vigente, para o autor, até por volta de 1935, o Sr. Amadeu – operário-artesão da fábrica-oficina – ainda guarda o trabalho *com suas próprias mãos*, não meramente *produtor de uma necessidade material não satisfeita*. Analogamente, esclarece-nos José Guilherme Cantor Magnani (1994, p.1), o “tempo livre”. Ainda que “necessário e fundamental desde a lógica do capital – como fator indispensável para a manutenção e reprodução da força de trabalho” – e cuja conquista resultaria “da luta do movimento operário pela redução da jornada de trabalho, descanso remunerado, férias etc.”, “para muitas tendências do movimento operário organizado [...]”, o tempo livre “representava não apenas a necessária reposição da energia gasta, mas ocasião de desenvolvimento de uma cultura própria e independente dos valores burgueses” (MAGNANI, 1994, p.1). “Representações teatrais, competições desportivas, sessões de canto e música, leituras, passeios, além de debates e cursos de formação – tais eram as formas através das quais os militantes preenchiam seu tempo livre”, reforça o autor (*Ibidem*, p.1).

Não se tratava, podemos ressaltar, de *preencher* o tempo, burguesamente, mas de liberá-lo. Seria esse *tempo livre* um tempo escasso – se admitimos que o trabalho dele se separou e se tomamos a extensão da jornada de trabalho –, mas talvez prolífero, se tomamos a *economia de viagens* nessa periferia – ? – onde se misturam trabalho, moradia e... *lazer*, nessa cidade em

²⁵² Foi em 1937 que o Sr. Amadeu tirou suas primeiras férias, “para casar e passear de sete a dez dias” (cf. Depoimento do Sr. Amadeu *apud* BOSI, 1987, p.92).

que periferia – ? – e centro distam 24 minutos²⁵³ de bonde, e se insistimos no contraste entre a *jornada de trabalho* e os *momentos de lazer* – menos, agora, contudo, pelo tempo do trabalho, e mais pelo *tempo livre*? Margareth Luzia Rago (1985, p.16) anota que os temas da “imprensa anarquista das primeiras décadas do século no Brasil” não se restringem ao “espírito de luta”, às “resistências nos locais de trabalho”, às “pequenas guerras que se travam diariamente: denúncias de exploração, notícias da batalha cotidiana, registros de avanços e recuos, de vitórias e fracassos”. Essa imprensa também “fala do amor, do lazer, registra excursões e piqueniques, sessões culturais, conferências educativas, discute uma nova moral”.

Ouçamos, porém, o Sr. Amadeu falando do trabalho:

Nas férias da escola, eu ia levar almoço pro meu mano e ficava apreciando a turma que trabalhava, as máquinas de estampar placas de automóveis, carroças, bicicletas. Gostei muito e pedi para aprender. Nesse mês de férias aprendi e me convidaram para trabalhar nesse setor; eu saí da escola e fiquei estampando placas, plaquetas... Isso um ano e meio, depois passei para a seção de gravuras. Nessa seção, fazíamos placas de metal, de bronze, datadores, carimbos [...]. A gente faz um desenho na placa (por exemplo: Dr. Fulano de Tal), depois cortávamos o metal de acordo com o desenho, preparávamos o metal de acordo com o desenho, preparávamos o metal e fazíamos uma composição de goma laca, breu e cera virgem. Essa composição era espalhada numa placa onde desenhávamos por cima. Com um bisturi recortávamos as letras. Depois protegíamos a placa com papelão pintado de cera virgem e breu, onde colocávamos uma solução de ácido nítrico misturado com água, porque era muito poderoso, muito agressivo: ele ficava trabalhando oito ou dez horas, para aprofundar as letras que ficavam gravadas. O bordo da placa, que chamávamos de chanfro, era feito a mão com buril. Depois fazíamos outra solução, que seria um esmalte de goma-laca, terebentina, pó leve. Moíamos tudo num moinho (como os de café) e formava um pó que ia preencher as letras que foram gravadas. Com pedra-pomes, lixa, dávamos o acabamento na placa. No fim, o bordo ia para a politriz, aí já era a máquina que dava aquele brilho em volta. Políamos com “Kaol” até o término da placa. Essas placas iam para médicos, advogados, firmas comerciais... Nessa época eram muito usadas as fichas de metal nos bancos. Precisávamos fazer o estampo: o estampo é um bloco de aço que era torneado, aplainado e depois trabalhado. Formava um estampo, chamado macho. Depois formava-se outra peça aonde esse macho se concluía, fazendo a fêmea. A ficha ali era estampada em metal grosso e cortada. Depois eram numeradas e polidas, cromadas, niqueladas, conforme o pedido. Quase todos os bancos tinham fichas de metal executadas por nós.

Embora nessas palavras se possa ouvir ressoar aquela *ética do trabalho* que Roberto Schwarz (1983a, p.47) não encontra, aqui, *entre nós* – trabalhadores-vadios ou burgueses-escravocratas – no século XIX; embora nessas palavras o trabalho com as mãos pareça equivaler ao trabalho do ácido e ao trabalho da máquina²⁵⁴, nelas o Sr. Amadeu lega-nos os gestos repetidos do trabalho, atribuindo-lhes, em sua narração, um valor além do cumprimento daquela *finalidade* que Roberto Schwarz (1983a, p.50) descobre na vida de Dona Plácida e noutras

²⁵³ Muito? Pouco?

²⁵⁴ Observe-se que, no depoimento, operário, ácido e máquina são tratados como sujeitos da ação. Pode-se ler aí, de um lado, a conversão do Sr. Amadeu em objeto, ou *animal-máquina*, mas, de outro, pode-se ler aí a conversão do *animal-máquina* em sujeito. Ainda que ácido e máquina trabalhem, é o Sr. Amadeu que sabe.

vidas²⁵⁵. — Eu trabalhei —, parece nos advertir o velho Amadeu. — Eu sei —, e parece nos ensinar²⁵⁶. Diferente ainda daqueles ex-escravos que não se dispuseram a narrar – e lembrar – suas vidas, seus trabalhos²⁵⁷ pregressos, esse artesão-operário de fábrica-oficina o faz.

Odette Carvalho de Lima Seabra aponta os anos 50 no século XX como o momento em que São Paulo deixa de ser uma cidade “nitidamente integrada por uma coroa de bairros”, imergindo num “processo de implosão-explosão para as periferias” (SEABRA, 2004, p.271). A cidade seria, assim, constituída por bairros ou subúrbios, e a metrópole, por periferias. Mais do que isso, porém, naquela São Paulo em que os bairros se estruturavam “ainda em simbiose com a Cidade”, puderam eles “dispor de um tempo comum e cotidiano, que permitia as inclusões produtivas (o conjunto dos trabalhadores) sem necessariamente produzir as exclusões absolutas, se consideradas do ponto de vista capitalista” (*Ibidem*, p.273). Situa-se essa “cidade de bairros [...] a meio de caminho entre a cidade dos tempos lentos e a aceleração expressa nas formas de uso do tempo na metrópole”, continua a autora. Para ela, a “cidade dos tempos lentos” seria a cidade una, aquela “da pobreza real de ontem”, e a metrópole, a cidade fragmentada, essa da “mal dissimulada miséria de hoje” (*Ibidem*, p.273). Admitindo-se aquela *redefinição das relações entre a cidade e o seu subúrbio* de que nos falou José de Souza Martins (1992, p.11), e que teria produzido *uma verdadeira alienação do morador com a sua cidade, na cidade de bairros*, segundo a autora (SEABRA, 2004, p.281), esses ainda eram produto e obra de seus moradores, enquanto a periferia viria a ser, na metrópole, destituída do seu sentido de obra.

Em 1915, no “Caretá”, Lima Barreto (2004, v.1, p.253-254) conta como as conversas de trem no Rio de Janeiro revelam uma “mania dos suburbanos”: a de “discutir o merecimento deste subúrbio em face daquele”. Vejamos:

Um morador do Riachuelo não pode admitir que se o confunda com um do Encantado e muito menos com qualquer do Engenho de Dentro.

Os habitantes de Todos os Santos julgam sua estação excelente por ser pacata e sossegada, mas os do Méier acusam os de Todos os Santos de irem para o seu bairro tirar o seu sossego.

Uma senhora diz à outra, no trem:

²⁵⁵ Segundo Roberto Schwarz (1983a, p.46), usando o “recurso da desfaçatez literária”, Machado de Assis é capaz de construir um retrato social mais revelador do que o levado a cabo por seus contemporâneos naturalistas. Na machadiana descrição do *ciclo regrado da pobreza*, Roberto Schwarz reconhece a falta de cerimônia do escritor ao manipular “os estilos, as filosofias e as experiências de classe”, dando a Dona Plácida não só “pertinência histórica”, como uma “extraordinária plenitude de referências”.

²⁵⁶ Ao final de seu depoimento, o Sr. Amadeu refere-se aos velhos – inclusive aos “que partiram para o jogo e a bebida e ficaram por aí abandonados” – como aqueles que “também trabalharam”. E quanto aos operários das indústrias *inquisitoriais*, ou têxteis? Infelizmente, entre os entrevistados por Ecléa Bosi não os há. Cabe ressaltar, contudo, que o Sr. Amadeu atravessou a vida na fábrica-oficina, desde quando seu proprietário era também operário, até quando o sucedeu seu filho, “um economista” que “levou a fábrica para outras modalidades de condições entre patrões e empregados” (cf. Depoimento do Sr. Amadeu *apud* BOSI, 1987, p.88).

²⁵⁷ Como os escravos definiriam seus trabalhos?

- Jacarepaguá é muito bom. Gosto muito.
 - Mas tem um defeito.
 - Qual é?
 - Não tem iluminação à noite.
 - Você diz bem que é só à noite, pois de dia tem o sol.
- As duas riram-se e, como nenhuma delas tivesse pretensões intelectuais, não houve zanga alguma entre elas.

Quando as *casinhas próprias guardadas por portões de ferro e cobertas por mostruários de materiais de revestimento* de que nos falou Raquel Rolnik (1988, p.91) tomam o lugar das casas alugadas, compreende-se enfim, e sofisticadamente, que o trabalho, para usar a expressão de Lúcio Kowarick (1987, p.67), *leva a alguma parte?* Para Margareth Luzia Rago (1985, p.61), “a família nuclear reservada, voltada para si mesma, instalada numa habitação aconchegante deveria exercer uma sedução no espírito do trabalhador, integrando-o no universo de valores dominantes”. Conduzir o trabalho a essa *parte* seria seduzir também o corpo do trabalhador a outra *parte* que não *comer, mastigar palitos, beber cachaça e se corromper*, numa palavra, ao conforto?²⁵⁸ Nuclear a família significaria, ainda, nuclear a casa, não mais *unidade de produção e consumo* – onde trabalha e mora a família extensa –, mas *habitação aconchegante*, onde exclusivamente moram somente os parentes²⁵⁹? De qualquer forma, observa o Sr. Amadeu (*apud* BOSI, 1987, p.91), “a mudança não foi assim tão rápida”:

²⁵⁸ Tratar-se-ia, porém, apenas do conforto? *Coberta por mostruários de materiais de revestimento*, essas *casinhas próprias* parecem anunciar, na terra, ou no subúrbio, o paraíso sonhado por Lenita, personagem de *A Carne*, de Júlio Ribeiro: “um palacete elegante, gracioso, rendilhado, à oriental”, para cuja construção contrataria “decoradores e ornamentistas” (RIBEIRO, 1946, p.74). Para Lilian Fessler Vaz (2002, p.117), nas “habitações produzidas para aluguel”, a redução do custo de construção envolvia a “eliminação e redução dos ‘supérfluos’, como ornamentações da época (detalhes em gesso sobre a alvenaria, detalhes em madeira nas esquadrias, etc.)”. A *casinha própria* significaria, então, a conquista não apenas do conforto – burguês –, mas também da – burguesa – beleza. Vale, aqui, reler a nota 226. Em seu sonho, Lenita inspirara-se no “ecletismo promíscuo com tendências à Renascença” dos palacetes e edifícios públicos de São Paulo (cf. MORSE, 1970, p.257). O mesmo autor (MORSE, 1970, p.266) conta-nos como os “jardins da classe alta”, que “só davam cravos, rosas, saudades, dalias, perpétuas e jasmims”, já na virada do século ostentavam, “graças a floricultores europeus, azaléias, violetas perfumadas e tricolores, echeverías, ipoméias, primaveras da Índia, lobélias, saxífragas, salsaminas, cactos, begônias, miosótis”. A maior parte dos seus proprietários, porém, sequer sabia o nome das novas flores.

²⁵⁹ Georg Hecking, autor citado por Lilian Fessler Vaz (2002, p.151), em *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX*, analisa a ruptura da unidade moradia/trabalho, identificando, nesse processo, quatro fases. Na primeira, tal unidade dissolve-se no edifício, pela criação de construções específicas para o trabalho – as fábricas – e para a moradia – as casas alugadas. Na segunda, com o surgimento de áreas urbanas especializadas funcionalmente, dissolve-se a vizinhança entre a produção e a reprodução. Na terceira, pelo desenvolvimento dos transportes, o local da moradia torna-se mais distante e independente do local de trabalho. Finalmente, na quarta fase – metropolitana –, os locais de moradia e trabalho situam-se em unidades político-administrativas distintas. Infelizmente, contudo, não se poderá discutir tal análise. Ainda que, a partir do sobrenome do autor – Hecking – e da data de publicação – 1989 –, únicas informações fornecidas por Lilian Fessler Vaz (2002, p.170), tenha se descoberto tratar-se de HECKING, Georg. *Bevölkerungsentwicklung und Stadtentwicklung*. Stuttgart: Städtebauliches Institut der Universität Stuttgart, 1989, tal livro somente foi publicado em alemão, o que me impede de lê-lo. Para Lilian Fessler Vaz (2002, p.152), que pôde lê-lo, tratar-se-iam aquelas fases de “etapas da fragmentação do espaço na transição da cidade tradicional para a cidade moderna”.

empurradas pelas *casinhas próprias*, as casas alugadas e seus inquilinos foram “para a Penha, para a Lapa, para o Ipiranga”.

Eis o poema “Dormir na Floresta”, de Carlos Drummond de Andrade (2006, p.1130-1132), morador do bairro Floresta, em Belo Horizonte, na década de 20:

Dormir na Floresta
é dormir sem feras
rugiameaçando.

(A Floresta, bairro
de jardins olentes,
com leões cerâmicos
a vigiar portões
e sonhos burgueses
de alunas internas
do Santa Maria.)

Dormir na Floresta
é dormir em paz
de família mineira
para todo sempre
garantida em bancos
e gado de corte,
seguro de vida
na Equitativa,
crédito aberto no Parc Royal²⁶⁰,
guarda-chuva e vento
do P.R.M.²⁶¹,
indulgência plena
do Vaticano.

E ter a certeza,
na manhã seguinte,
do bom leite gordo
manado de vacas
da própria Floresta,
de bom pão cheiroso
cozido nos fornos
da Floresta provida.
Dormir na Floresta
é esquecer Lenine,
o Kaiser, a crise,
a crase, o ginásio,
restaurar as fontes
do ser primitivo
que era todo lúdico
antes de sofrer
o esbarro, a facada
de pensar o mundo.

Mas de madrugada
ou talvez ainda
na curva das onze
(pois se dorme cedo
na Floresta calma,
de cedo acordar),
um lamento lúgubre,
um longo gemido,
um uivo trevoso,
de animal sofrendo
corta o sono ao meio
e todo o sistema
de azul segurança
da Floresta rui.

Que dor se derrama
sobre nossas camas
e embebe o lençol
de temor e alarma?
Que notícia ruim
do resto da terra
não compendiado
em nossos domínios
invade o fortim
da noite serena?
Logo nossas vidas
e mais seus problemas
despem-se, desencarnam-se
de todo ouropel.
Já não somos os
privilegiados
príncipes da paz.
Já somos viventes,
intranquilos, pávidos,
como os da Lagoinha
ou de Carlos Prates²⁶²,
à mercê de furtos,
de doenças, fomes,
letras protestadas,
e pior do que isso,
carregando o mundo
e seus desconcertos
em ombros curvados. [...]

²⁶⁰ Sobre o Parc Royal, situado na Rua da Bahia, no centro, Carlos Drummond de Andrade escreveu “Tentação de comprar”: “Três andares das mais finas futilidades/ vindas diretamente da Rue de la Paix/ [...] / As virgens loucas compram, compram, compram/ e as mães das virgens loucas, outro tanto./ Pais de família, em pânico, vêm germinar no solo imáculo de Minas a semente de luxo e desperdício/ [...]” (ANDRADE, Carlos, 2006, p.1149).

²⁶¹ P.R.M é o Partido Republicano Mineiro, para o qual Carlos Drummond de Andrade (2006, p.1158) escreveu uma ode: “Ó PRM,/ onde estás, que não vejo, mas te sinto/ circular pelas veias da cidade?/ [...]”.

²⁶² Os bairros Floresta e Lagoinha integravam a Zona Suburbana delimitada no Plano da Cidade de Minas, de 1895, e o bairro Carlos Prates, a Zona Rural, mas já na década de 20 apresentavam-se, como sugere o poema, combinados de maneira diferente. A respeito dessa combinação, vale ver AGUIAR (2006) e PLAMBEL (1985, 1986), e, sobre o Plano da Cidade de Minas, BARRETO, Abílio (1936) e COMISSÃO CONSTRUCTORA DA NOVA CAPITAL (1895), entre tantos outros.

O que o trem une é o sono nas *casas próprias* e a insônia nas *casinhas* que vão se tornando *próprias*, ao custo percebido pelo poeta. Como passariam a noite os que não estavam lá, nem cá?

Segundo Lícia do Prado Valladares (2005, p.26), em *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*, “o fenômeno da existência das favelas” é anterior ao “surgimento da categoria favela”, termo cujo emprego Maurício de Almeida Abreu (1994, p.35 *apud* VALLADARES, 2005, p.26) identifica como referente não mais exclusivamente ao Morro da Favella, no Rio de Janeiro, apenas na segunda década do século XX. Ainda segundo a autora, o Morro da Favella, ou Morro da Providência, fora ocupado, em 1897, por ex-combatentes da Guerra de Canudos que pressionavam o Ministério da Guerra pelo pagamento de seus soldos. Em 1898, fora a vez do Morro de Santo Antônio, ocupado – desta vez, com autorização – por outro batalhão egresso da mesma guerra. “A Quinta do Caju, a Mangueira e a Serra Morena também datam do século XIX”, continua Lícia do Prado Valladares, sendo as duas primeiras ocupadas por imigrantes europeus, e não por “originários do mundo rural brasileiro”, o que “permite supor que o seu estabelecimento nessas áreas tenha sido autorizado”²⁶³. Lilian Fessler Vaz (2002, p.57), em *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX*, esclarece que “algumas favelas não resultaram de invasões, mas de grupos de imóveis de alugueis”.

Tudo isso não é suficiente, porém, para que afirmemos que as *invasões* fossem, à época, e no Rio de Janeiro, restritas aos morros, ou que a desautorização ou a autorização da ocupação estabelecesse então, por si só, a distinção da favela, ou entre favelas, ou em cada favela, e são elas que nos interessam aqui.

Em fotografias do Morro da Favella no final do século XIX, Lilian Fessler Vaz (2002, p.56) vê tanto “barracos isolados” quanto “habitações coletivas baixas e compridas,

²⁶³ Lembremos, contudo, que, no século XIX, nas “cercanias da cidade”, nos “atuais bairros da Lagoa Rodrigo de Freitas, Inhaúma, Irajá, Engenho Velho, Ilha do Governador, Campo Grande, Guaratiba, Botafogo, Corte, Praia Pequena, Cosme Velho, Mata Porcos (Estácio) e São Cristóvão”, como nos contou Antônia dos Santos Garcia (2009, p.129-130), “os morros estavam cheios de escravos fugidos, que viviam em comunidades e se mantinham com agricultura de subsistência”. Entre 1890 e 1906, segundo classificação adotada por Maurício de Almeida Abreu (1987, p.66-67), Engenho Velho, São Cristóvão e Lagoa seriam “freguesias urbanas”, ou “freguesias suburbanas mais próximas ao centro”, e Irajá, Inhaúma, Guaratiba, Campo Grande e Ilha do Governador, “freguesias rurais”. Lembremos, ainda, que Gilberto Freyre (1951, p.393) assinala 1888 como o ano a partir do qual “o cortiço só fez aumentar”, assenhoreando-se quer de muito “sobrado velho”, quer de “muito morro”. Ex-escravos, pela fuga ou pela libertação, já urbanos ou *originários do mundo rural brasileiro*, então, seriam ocupantes dos morros cariocas, mais ou menos distantes do centro. Ainda, enquanto *originários do mundo rural brasileiro*, ou mesmo enquanto ex-combatentes, ou, posteriormente, enquanto moradores desalojados dos cortiços, ex-escravos poderiam estar também nos morros centrais. Com a reforma urbana, assinala Maurício de Almeida Abreu (1987, p.66), “os morros situados no centro da cidade (Providência São Carlos [*sic*], Santo Antônio e outros), até então pouco habitados, passam a ser rapidamente ocupados, dando origem a uma forma de habitação popular que marcaria profundamente a feição da cidade neste século – a favela”.

formadas pela sucessão de casas de porta e janela, que dificilmente poderiam ser autoconstruídas” e que provavelmente – podemos acrescentar, junto com Lícia do Prado Valladares – teriam sido *autorizadas*. Ora, o julgamento da autora parece sugerir que a distinção entre a construção e a autoconstrução estava também em que a primeira gerava unidades multifamiliares e iguais, e a segunda, unidades unifamiliares e desiguais. A proximidade entre os *barracos isolados*, porém, visível numa das fotografias, parece indicar que, embora *barracos*, não estavam eles propriamente *isolados*. E a semelhança entre eles – visível em seu porte e sua altura, no número e nas dimensões de suas aberturas, e, talvez²⁶⁴, nos materiais empregados em sua construção – parece, por sua vez, indicar que nem tão desiguais eram os *barracos*. Resta então a distinção entre o multifamiliar, construído, e o unifamiliar, autoconstruído, indicadora de que também na favela a moradia avançava da forma *coletiva* à forma *isolada*?

Ora, em seu livro, Lilian Fessler Vaz (2002) ocupa-se em mostrar como, no Rio de Janeiro de meados do século XIX até as três primeiras décadas do século XX, se modificam simultaneamente o projeto arquitetônico e o significado da *habitação coletiva*. Tanto no caso da tipologia que passa a atender às “classes médias” – a vila –, quanto no caso daquela destinada às “classes médias altas” – a “casa de apartamentos”, depois “edifício de apartamentos” –, tratava-se de evidenciar o quanto podiam se aproximar da “casa isolada”, uma vez garantidos “a privacidade, a autosuficiência em termos de equipamentos, e o *status*” a ela correspondentes (VAZ, 2002, p.61). Tratava-se, em suma, de obter a densidade demográfica propiciada pelo uso residencial multifamiliar, eliminando-se, porém, o que se consideravam ser seus inconvenientes: a falta de privacidade, o compartilhamento de equipamentos, a indiferenciação. Quanto aos *barracos isolados*, o inconveniente a se considerar e a se eliminar pelos seus autoconstrutores seria o *habitar coletivamente* e no *alheio*²⁶⁵? A proximidade entre eles, por outro lado, seria determinada por não se ver, entre os autoconstrutores, inconveniente na falta de privacidade? Por se ver nessa falta, ao contrário, alguma conveniência, ou, mais do que isso, qualidade²⁶⁶? Por questões outras, associadas, por exemplo, à topografia e à dificuldade de acesso, ou ao

²⁶⁴ A nitidez da imagem está comprometida, quer pela má – ou difícil – conservação do original, quer pelo processo de reprodução.

²⁶⁵ Lembremos de que *imitado ao branco* também era o desejo de morar em uma casa cujo teto não fosse o *assoalho alheio*. No que se refere à propriedade, os terrenos ocupados pelas favelas, segundo Lícia do Prado Valladares (2000, p.6), em “A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais”, eram “públicos ou de terceiros”. Mas se se *invadiam* tais terrenos, pela *autoconstrução* – ato então também de posse –, fazia-se isso a partir do conhecimento de que esse era o ato praticado, o de *invasão*, ou a partir do não reconhecimento da propriedade que não se traduz pela posse, do valor que não se traduz pelo uso, ou, ainda, na aposta de que a posse poderia vir a se traduzir em propriedade? É óbvio, o que não elimina as alternativas anteriores, não necessariamente excludentes: fazia-se isso para se ter onde morar, de tal forma que o que se *invadia* ou arrombava também era o princípio de que ali não era esse onde.

²⁶⁶ Seriam *clínicos*, como os cortiços, os *barracos*?

compartilhamento de equipamentos ou do que por eles valia ante sua ausência, ou, ainda, à propriedade do solo, ou à sua conquista pela posse? Pela, se não óbvia, simples desproporção entre o número de moradores e a disponibilidade de área na localização central, que ia se tornando rara naquelas condições no Rio de Janeiro²⁶⁷?

De qualquer forma, diferente das *vilas, casas de apartamentos* e, depois, *edifícios de apartamentos*, tratava-se não de unidades multifamiliares arranjadas como se foram unifamiliares²⁶⁸, mas, digamos, de unidades unifamiliares²⁶⁹ arranjadas como se foram multifamiliares: o inconveniente que se pôde eliminar aí fora o de habitar coletivamente, e, para tanto, a densidade demográfica parecia fazer-se acompanhar pela densidade de ocupação. Daí, então, o “aglomerado de casebres sem traçado, arruamento”, de que fala Lícia do Prado Valladares (2000, p.6)²⁷⁰? Quanto à diferenciação, pelo menos nas fotografias exibidas por Lilian Fessler Vaz (2002, p.56), não se alcançava pelo ornamento, nem pela técnica construtiva, como nas *casas e edifícios de apartamentos*, mas pela implantação, distinta daquela *sucessão de casas de porta e janela* própria das vilas. Ao invés, o que o engenheiro civil Everardo Backheuser²⁷¹ (1906, p.11 *apud* VALLADARES, 2000, p.6) vê, no Morro da Favella, é a “originalidade”, o “inesperado”: o unifamiliar-multifamiliar?

²⁶⁷ Maurício de Almeida Abreu (1987, p.66) anota o crescimento da “população pobre” na cidade, de tal forma que aqueles que ocupavam quer as favelas, quer os subúrbios, eram tanto “os que chegavam à cidade” quanto “os que eram expulsos dos cortiços”. Entre 1890 e 1906, contabiliza o autor, dentre as “freguesias centrais”, Candelária, Santa Rita e Sacramento apresentaram decréscimos de população, enquanto as demais “tiveram taxas de crescimento sensivelmente menores do que aquelas apresentadas pelas demais freguesias da cidade”. Corresponderiam essas taxas ao crescimento populacional nas favelas? No período, a freguesia de Santo Antônio, “central”, teve um acréscimo de 4.349 moradores. Nessa freguesia, “inúmeras casas que serviam às populações pobres” foram demolidas. Seria esse o número de moradores que *rapidamente* ocuparam o Morro de Santo Antônio? A freguesia do Espírito Santo, igualmente atingida pelas demolições, teve um acréscimo de 27.728 moradores. Integrava essa freguesia alguma favela? Sanar essa ignorância demandaria a realização de uma pesquisa com base em dados primários, aqui não prevista.

²⁶⁸ Cada unidade independente, com sua entrada e suas instalações sanitárias, elétricas, de gás e até de telefone; cada cômodo com sua iluminação e sua ventilação; cada janela com a sua vista (cf. VAZ, 2002, p.71).

²⁶⁹ Cabe indagar: as famílias seriam já e igualmente nucleares? Lilian Fessler Vaz (2002, p.21) esclarece-nos que, no período por ela abarcado – 1850-1937 –, a “família brasileira (das classes dominantes) passara do padrão de extensa ou patriarcal para nuclear e moderna”, enquanto “a família (ou grupo de pessoas) moradora das primeiras habitações coletivas não correspondia a nenhum dos dois tipos”. A que tipos de família corresponderiam as *classes dominadas* no período? Segundo Lilian Fessler Vaz (2002, p.39), as casas construídas para os operários cariocas diferenciavam-se das habitações coletivas existentes menos pelas condições de higiene, ainda que fosse esse o aspecto enfatizado, e mais pela “privacidade da unidade familiar”, na separação entre trabalhadores solteiros e famílias de trabalhadores. Na “dominação dos domínios individual/privado sobre o coletivo/público”, patente nas “avenidas” (tipo de estalagem “higienizada e modernizada”) construídas nos “bairros em formação” já no início do século XX, a autora (VAZ, 2002, p.45) adivinha o reforço à “unidade familiar de cunho burguês”.

²⁷⁰ A autora, aqui, parece ter tomado a especificidade do *traçado* ou *arruamento* na favela como uma ausência, viés que ela própria irá deplorar, como veremos adiante.

²⁷¹ BACKHEUSER, Everardo. *Habitações populares*: relatório apresentado ao Exmo. Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

Foi o Morro da Favella que “entrou para a história”, relata Lícia do Prado Valladares (2005, p.26), legando-nos o termo “favela” e, segundo a autora (VALLADARES, 2005, p.29), a sua representação. Em descrições de cronistas da época sobre os “morros”²⁷², Lícia do Prado Valladares (2005, p.33) acusa a ideia recorrente e manifesta de que “o sertão estava presente neles”. Tratava-se, porém, não apenas de neles buscar a presença dos combatentes em Canudos, mas de examiná-los através das mesmas lentes com que Euclides da Cunha (1936) examinara a “cidadela” (VALLADARES, 2005, p.33) em *Os sertões*²⁷³. Através dessas lentes, segundo a autora (VALLADARES, 2005, p.33, 35), o *morro* é: um

²⁷² De João do Rio, em “Os livres acampamentos da miséria”, crônica publicada pela primeira vez em 1908 (RIO, João do. Os livres acampamentos da miséria. In: RIO, João do (Org.). *João do Rio (uma antologia)*. Rio de Janeiro: INLIVRO, Sabiá, 1911. p.51-59.), a autora (VALLADARES, 2005, p.30) extrai o seguinte:

“Eu tinha do Morro de Santo Antônio a idéia de um lugar onde os pobres operários se aglomeravam à espera de habitações, e a tentação veio de acompanhar a seresta [...]. O morro era como outro qualquer morro. Um caminho amplo e mal tratado, descobrindo de um lado, em planos que mais e mais se alargavam, a iluminação da cidade. [...] Acompanhei-os e dei num outro mundo. A iluminação desaparecera. Estávamos na roça, no sertão, longe da cidade. O caminho que serpenteava descendo era ora estreito, ora largo, mas cheio de depressões e buracos. De um lado e de outro casinhas estreitas, feitas de tábuas de caixão, com cercados indicando quintais. A descida tornava-se difícil. Como se criou ali aquela curiosa vila de miséria indolente? O certo é que hoje há, talvez, mais de mil e quinhentas pessoas abrigadas lá em cima. As casas não se alugam, vendem-se [...] o preço de uma casa regula de 40 a 70 mil réis. Todas são feitas sobre o chão, sem importar as depressões do terreno, com caixões de madeira, folhas-de-flandres, taquaras [...]. Tinha-se, na treva luminosa da noite estrelada, a impressão lida da entrada de Canudos ou a funambulesca idéia de um vasto galinheiro multiforme”.

De Benjamin Costallat, em “A favela que eu vi”, de 1924 (COSTALLAT, Benjamin. *A favela que eu vi*. In: COSTALLAT, Benjamin. *Mistérios do Rio*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995. Não paginado.), por sua vez, a autora (VALLADARES, 2005, p.31) extrai:

“É um caminho de cabras. Não se anda, gravita-se. Os pés perdem a função normal de andar, transformam-se em garras [...]. Falavam-me sempre no perigo de subir à Favella [...]. O maior perigo que encontrei na Favella foi o risco, a cada passo, de despencar-me lá de cima pela pedreira ou pelo morro abaixo”.

E, finalmente, de Luiz Edmundo, em *O Rio de Janeiro do meu tempo*, de 1938 (EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957.), extrai (VALLADARES, 2005, p.32):

“[...] as moradas são, em grande maioria, feitas de improviso, de sobras e de farrapos, andrajosas e tristes como seus moradores. Por elas vivem os mendigos, os autênticos, quando não vão se instalar em hospedarias da rua da Misericórdia, capoeiras, malandros, vagabundos de toda sorte: mulheres sem arrimo de parentes, velhos que já não podem mais trabalhar, crianças, enjeitados em meio à gente válida, porém, o que é pior, sem ajuda de trabalho, verdadeiros desprezados da sorte, esquecidos de Deus [...]. Alcançamos, enfim, uma parte do povoado mais ou menos plana e onde se desenrola a cidadela miseranda. O chão é rugoso e áspero, o arvoredo pobre de folhas, baixo, tapetes de tiririca ou de capim surgindo pelos caminhos mal traçados e tortos. Perspectivas medíocres. Todo um conjunto desmantelado e torvo de habitações sem linha e sem valor [...]. Construções em geral de madeira servida, tábuas imprestáveis das que se arrancam a caixotes que serviram ao transporte de banha ou bacalhau, mal fixadas, remendadas, de cores e qualidades diferentes, umas saltando daqui, outras entortando acolá, apodrecidas, estilhaçadas ou negras. Coberturas de zinco velho, raramente ondulado, lataria que se aproveita ao vasilhame servido, feitas em folha-de-flandres. Tudo entrelaçando toscamente, sem ordem e sem capricho”.

²⁷³ Para Walnice Nogueira Galvão (1983, p.51), não há, em *Os Sertões*, uma reflexão sobre a pobreza, encoberta, de um lado, pela retórica do autor e, de outro, pelo seu viés determinista. Ainda que as causas da pobreza estivessem, sim, determinadas, cabia indignar-se ante as suas consequências: “insurreição popular, milenarismo, religião e guerra” (GALVÃO, 1983, p.51). Quando “na paz”, porém, a pobreza podia ser “paradisfaca”, avança a autora em sua interpretação: “os pobres, que não existem fora do sertão, exibem costumes curiosos e pitorescos. Dão festas, criam música e poesia, têm superstições, praticam uma religiosidade rústica” (*Ibidem*, p.52). *Na paz*, então, “pobreza é folclore”, e também “virtude”: “os pobres são austeros e heróicos. Sujeitos a uma cultura da escassez, vivem com exigüidade de recursos quanto a comida, roupas, habitação. Sua existência é dedicada a combater o meio inclemente, terra estéril, vegetação agressiva, secas, bichos. Tudo isso dá têmpera ao caráter” (*Ibidem*, p.52): o sertanejo é, antes de tudo, um forte.

organismo de crescimento rápido, desordenado e precário, cuja topografia conforma “um verdadeiro bastião”, cuja propriedade do solo é coletiva, e em que está ausente o domínio do Estado e presente uma ordem política específica. É uma comunidade, berço de um comportamento moral “marcado pelo deboche, pela promiscuidade e pela ausência de trabalho”, onde se pratica “uma economia fundamentada no roubo e nas pilhagens”. É um perigo social. É livre: quanto ao uso da terra, aos costumes, às práticas sociais, ao pagamento dos impostos. O morro é, conclui Lícia do Prado Valladares (2005, p.36) pelas palavras de João do Rio, um “outro mundo”: “próximo da roça, do sertão”, “longe da cidade”²⁷⁴.

Através das lentes de Euclides da Cunha, ante os olhos de João do Rio e dos demais autores, entretanto, o que se apresentava era, ainda, *outro mundo* que não a favela? Descontando-se o viés euclidiano, restariam a topografia – nem *bastião*, nem *risco*: de *morro* –; a *propriedade do solo* – organizada segundo *casinhas estreitas* e *cercados indicando quintais*, em unidades de compra e de venda negociadas por um valor variável entre 40 e 70 mil réis²⁷⁵, de acordo com critérios que, embora não nos tenham sido revelados, indicam, entre elas, alguma gradação²⁷⁶ –; a inexistência de infraestrutura nos termos oficiais²⁷⁷; o traçado e a arquitetura orgânicos²⁷⁸. Por oposição, vejamos que *cidade* é essa que se vê nos textos citados pela autora: tem essa *cidade* o chão liso, sem asperezas; é plana, arborizada, iluminada e ordenada com capricho; seus caminhos são amplos e bem tratados, retos e bem traçados; suas habitações, com *linha* e com *valor*, construídas em material novo, ou não *servido*, e homogêneo em cor e qualidade. Da síntese da autora, deixo aos leitores o jogo dos contrários, não me furtando, porém, a concluí-lo: essa *cidade* não é livre.

²⁷⁴ E, por analogia, o morador do *morro* é um *outro* – próximo da roça, do sertão, longe da cidade.

²⁷⁵ Se, como conta João do Rio (1911 [ver nota 272] *apud* VALLADARES, 2005, p.30), *as casas não se alugam, vendem-se*, já se atingira uma densidade de ocupação tal, que não mais se *invadia* pela posse do terreno vago?

²⁷⁶ Dada pela localização e/ou pelo padrão construtivo?

²⁷⁷ No Rio de Janeiro, o sistema de iluminação a gás foi implantado em 1854; o de transporte coletivo de trens, em 1861; o de bondes, em 1868; o de esgotos, em 1862; o de abastecimento de água, em 1880; o de telefonia, em 1881. Quão disseminados se encontravam à época tais serviços não sabemos, mas no subúrbio, como já nos foi dado saber, *tudo era deitado à rua por falta de esgotos*. O sistema de energia elétrica foi implantado em 1908 (cf. VAZ, 2002, p.25). Em 1906, Everardo Backheuser (1906, p.11 [ver nota 271] *apud* VALLADARES, 2000, p.7) acusa ainda, no Morro da Favella, “uma falta de água, quase absoluta, mesmo para beber e para cozinhar”. Não sabemos, porém, se essa falta de água se refere à inexistência do serviço de abastecimento de água, ou à insuficiência do provimento de água, este naturalmente disponível no *morro*, no da Favella e em qualquer outro, onde, como se sabe, se situam as cabeceiras de córrego ou nascentes. Nesse último caso, já seria ali conflituosa a relação entre o modo de urbanização e a disponibilidade de água nas nascentes.

²⁷⁸ O termo “orgânico” refere-se, aqui, ao parcelamento e à ocupação do solo segundo o procedimento em que se diluem os tempos e os agentes do projeto – tomado como projeção de uma ideia, representada ou não –, da construção e da apropriação. Preferiu-se esse termo a “desordenado”, “irregular”, e “inacabado”. O primeiro supõe uma ordem única; o segundo, uma única geometria; o terceiro, que o projeto finde antes da obra e que também essa seja imutável uma vez concluída segundo o projeto que, assim, fica restrito ao que a antecede. Correspondem ainda a forma e a materialidade próprias do projeto-construção orgânico àquelas descritas pelos autores.

Ressalvadas a sua *indolência* ou a falta de *ajuda de trabalho*, os do *morro* descem à *cidade* para trabalhar, ou sequer descem, como a “lavadeira” descoberta por Olavo Bilac no Morro da Conceição, em 1908, e que lá estava há 33 anos, “recuada no espaço e no tempo, [...] vivendo no século atrasado, e no fundo da China” (BILAC²⁷⁹, 1926 *apud* ZYLBERBERG, 1992, p.110)²⁸⁰ – na percepção do autor, portanto, num tempo e num espaço anteriores ao da *cidade*.

Os da *cidade* sobem aos *morros* pela *tentação da seresta*, como João do Rio, ou, como as personagens Natividade e Perpétua, em *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis (1962) – publicado originalmente em 1904 –, pela *tentação* da magia. Pela *tentação* do “exótico” (VALLADARES, 2005, p.36) da experiência de uma liberdade *recuada no espaço e no tempo*? “Compartilhar o mundo secreto daqueles que quebram os valores e as regras da ordem dominante” era, então, para os da *cidade*, segundo Nicolau Sevcenko (2002, p.544), um “privilegio almejado”²⁸¹. Se, na Cidade Nova, na Praça Onze de Junho, nos “fundos” da “célebre casa da Tia Ciata”²⁸², “se processavam rigorosamente rituais africanos, sumariamente proibidos nessa época, enquanto nos espaços sociais na frente da casa essas danças recebiam

²⁷⁹ BILAC, Olavo. Fora da vida. In: BILAC, Olavo. *Ironia e piedade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926.

²⁸⁰ Se lavadeira e sem dali sair, ali mesmo ela encontrava água? De onde viria a roupa que lavava, porém?

²⁸¹ Esse o privilégio almejado e alcançado pelas “famílias distintas” que, no Carnaval de 1921, foram ao Brás, “a buscar a alegria no meio dos camponeses, operários, artesãos e ambulantes” (SEVCENKO, 1992, p.106), como vimos.

²⁸² De acordo com Luiz Fernando Vianna (2004, p.17), em *Geografia carioca do samba*, “o Rio do ‘bota-abaixo’” provocara uma “grande concentração de população negra na área próxima à Praça Onze de Junho”: “foram procurar moradia na Cidade Nova, no começo do século passado, famílias que tinham perdido suas casas no bairro da Saúde, que ia do largo da Prainha até a praia do Valongo, onde, poucas décadas antes, acontecia o comércio de escravos” e, agora, ex-escravos tiravam seu sustento “carregando nos ombros” os sacos de café desembarcados nos trapiches. A Saúde era o destino de muitos “alforriados” ou “filhos de pretos forros”, vindos da Bahia em “êxodo” após a Revolta dos Malês e que, recebidos por “uma espécie de cônsul dos baianos”, Miguel Pequeno, formariam, “da zona portuária até a Cidade Nova”, a “pequena África. [...] Traziam o aprendizado de certos ofícios e uma vivência grande dos terreiros de candomblé”: os homens, “além da estiva”, “sobreviviam como marceneiros, sapateiros, pedreiros, estofadores, ambulantes”; as mulheres, como “lavadeiras, costureiras, bordadeiras e doceiras” (VIANNA, 2004, p.19). Tia Ciata trabalhava, “elegantemente vestida como baiana”, como doceira e ainda “alugava roupas de baiana para espetáculos teatrais e para mulheres e homens usarem no carnaval” (*Ibidem*, p.20). Logo se tornaria uma “liderança forte” entre as baianas costureiras, e sua casa, um ponto atraente também para “jornalistas, políticos e sobrenomes importantes”, que ali iam para “conhecer as roupas, as comidas e muito especialmente os pagodes (aí em seu sentido original, de festa regada a comida, bebida e música)” (*Ibidem*, p.21). A *célebre casa da Tia Ciata* era ainda “marcada por seu trabalho no candomblé, e a música que acontecia nas festas não estava dissociada disso” (*Ibidem*, p.21).

De acordo agora com Fania Fridman (2007, p.39), em *Paisagem estrangeira: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro*, “desde a abolição e o final da Guerra de Canudos, constituiu-se ali a ‘Pequena África’, agregando muitos baianos, nordestinos e fluminenses em zungus, casas de cômodos e favela”. O zungu, esclarece a autora (FRIDMAN, 2007, p.27), era um “misto de abrigo e comércio”: “quitandas ou casas de refeições (sobretudo de angu) abrigavam população de baixa renda e serviam como refúgios clandestinos usados como uma rede de apoio mútuo para escravos fugidos”. Serviam também como “pontos de manutenção de costumes africanos que incluíam festas e práticas religiosas”, e, como tais, “eram alvo da repressão policial” (*Ibidem*, p.27). Ali mesmo, “na Praça Onze e seus arredores”, formar-se-ia também “o que se pode identificar como bairro judeu” (*Ibidem*, p.40).

uma versão mais diluída, para o grande consumo, que viria a ser comercializada como o samba carioca” (SEVCENKO, 2002, p.544), nos *morros* havia apenas a frente, isto é, o *sumariamente proibido na cidade* não precisava estar, ali, nos *fundos*?

Para Jane Souto de Oliveira e Maria Hortense Mercier (2006, p.82), em “A palavra é: favela”, o samba nasceu por volta de 1905-1910, na Cidade Nova, onde “a animação noturna, a que se associavam condições acessíveis de moradia, propiciava uma grande concentração de músicos residentes”, onde bares e gafeiras estavam “livres da rigidez moral dos salões de baile” e onde ficava a casa da Tia Ciata. Para as autoras, porém, “paralelamente à diversificação e ao crescimento das favelas”, “a importância da Cidade Nova como espaço do samba foi sendo suplantada pela dos morros”, a ponto de ao final dos anos 20 Sinhô (1927) apontar, no samba “A favela vai abaixo”, a “preponderância do morro na produção de samba” (OLIVEIRA; MERCIER, 2006, p.82). Outras composições citadas pelas autoras indicam-lhes que, na década seguinte, já era “nítida a primazia” (*Ibidem*, p.82) da favela nesse quesito²⁸³... E no quesito *liberdade*?

Luiz Fernando Vianna (2004, p.21) conta que “a repressão ao samba em seus primórdios estava ligada à sua associação com as origens africanas”. Se “só no final da década de 10 o samba vai tornar-se um gênero”, “nos anos 1920 continuou a haver repressão, já que as rodas de samba eram vistas como reunião de malandros e marginais”. Para o autor, “ser sambista não se transformou, na visão oficial, em sinônimo de artista – e ser artista ainda não era igual a ser trabalhador”, ou, invertendo a ordem proposta pelo autor: *ser artista* já ia se distinguindo de *ser trabalhador*²⁸⁴. A repressão às *rodas de samba* não mais como *ritual africano* mas como *reunião de malandros e marginais*, de *artistas*, irá coincidir com a *preponderância do morro na produção de samba*.

A partir de então passaram a ser os sambistas predominantemente moradores dos *morros* ou seus frequentadores? Sobre seus moradores ficamos sabendo, por Luiz Fernando Vianna (2004, p.55), que a Tia Fé – mãe de santo “que cresceu na Bahia e morou, ao chegar no Rio, na Saúde, integrando-se à ‘pequena África’” –, depois de ficar viúva, mudou-se para o Morro da Mangueira com seus quatro filhos²⁸⁵, fazendo “da sua casa uma referência cultural e

²⁸³ O Morro da Favella ou da Providência foi “um dos principais núcleos de samba nas primeiras décadas do século passado”, confirma Luiz Fernando Vianna (2004, p.17).

²⁸⁴ E, se não mais reprimido o samba pela sua origem, *trabalhador* era categoria em que já se podia incluir o de *origem africana*?

²⁸⁵ Fora, agora, a Cidade Nova atingida pelo *bota-abaixo*? Sobre os seus escombros, e os da Praça Onze, a Avenida Presidente Vargas – “obra máxima da Administração Dodsworth (1937-1945)”, inaugurada em 07/09/1944 – “levaria adiante o processo de expulsão das populações pobres da área central”. “Embora não se possa imputar apenas à construção dessa artéria o decréscimo populacional verificado no centro e na sua área periférica, visto que esse processo de esvaziamento residencial já era sensível antes mesmo de 1930, é certo que ela teve um papel importante”, conta Maurício de Almeida Abreu (1987, p.113-114).

social, ajudando vários necessitados²⁸⁶” e criando “um dos primeiros ranchos²⁸⁷ da área, o Pérolas do Egito”. Ficamos sabendo ainda, pelo mesmo Luiz Fernando Vianna (2004, p.52), que a família de Cartola, empobrecida após a morte do avô, em 1919, mudara-se do Bairro das Laranjeiras para “um lugar bem simples, ainda pouco habitado”, o Morro da Mangueira, assim chamado “por causa das muitas mangueiras plantadas no lado da Rua Visconde de Niterói (título de nobreza de Francisco Saião Lobato, dono daquelas terras)”.

Contava então Angenor de Oliveira, o Cartola²⁸⁸, 11 anos. Trabalhando como gráfico, depois como pedreiro, Cartola “tinha de dar todo o seu dinheiro na mão do pai” (VIANNA, 2004, p.53-54), situação de que “não gostava”. Incomodado também “com a superpopulação dos dois barracos geminados em que a família vivia²⁸⁹ na travessa Saião Lobato, mais conhecida como Buraco Quente”, Cartola passava “muitas horas na rua com homens mais velhos e em lugares para homens mais velhos”, zanzando entre as casas das tias – inclusive a da Tia Fé –, o Estácio, nas “batucadas” ou “rodas em que ganhava quem derrubasse o adversário usando as pernas²⁹⁰”, e o Mangue, na “chamada zona do meretrício” (*Ibidem*, p.56). Para isso também se descia o *morro*, em direção ao que dele resistira na *cidade*: esta não estava sob um espaço e um tempo – e uma liberdade – únicos, como nos fariam crer os cronistas do *outro mundo*, naqueles trechos de sua autoria citados por Lícia do Prado Valladares (2005).

Em 1929, a Mangueira – já escola de samba, já Estação Primeira – desfilou na Praça Onze, exibindo cinco sambas: de um deles Cartola era coautor. Já então o Mangueira – morro – tinha “vários bairros, cada um (ao menos naquela época) com suas histórias, suas referências culturais, seus líderes” (Depoimento de Cartola *apud* VIANNA, 2004, p.57), de tal forma que unir todos os “blocos” em uma escola não fora fácil (*Ibidem*, p.56). Em 1929, portanto, aquele morro *pouco habitado* em 1919 já apresentava *bairros*, essas unidades com *histórias, referências culturais e líderes*, conforme a definição dada por Cartola. Já então os da *cidade* subiam ao *morro* também para impor a sua *ordem*: no Morro da Mangueira, o

²⁸⁶ Era *clânica* a casa da Tia Fé, então.

²⁸⁷ Os “ranchos” eram blocos carnavalescos. Além deles, havia, na Mangueira, os “cordões”, “menos amistosos”. No confronto entre cordões rivais, “o pessoal machucava, quebrava cabeça, se arrebetava todo”, e campeão era “quem ganhasse a briga” (VIANNA, 2004, p.55).

²⁸⁸ Cartola foi compositor de sambas, como “Não quero mais amar a ninguém” e “Divina Dama”, e, posteriormente, de clássicos do samba-canção, como “As rosas não falam”, “O mundo é um moinho”, “Acontece” e “Autonomia”. Morreu em 1980, morador de Jacarepaguá, em frente à Praça As rosas não falam, “assim batizada em sua homenagem” (VIANNA, 2004, p.58-59). A casa à Rua Visconde de Niterói (ou Travessa Saião Lobato), convertida em atração turística, há muito fora deixada pelo compositor, novamente incomodado.

²⁸⁹ Cartola tinha pai, mãe e nove irmãos (cf. VIANNA, 2004, p.53), mas não se sabe se era somente essa a família que se dividia entre os dois *barracos geminados*.

²⁹⁰ *Batucadas*, ou *rodas*, e cordões traziam algo em comum, então.

samba acontecia nos fundos das casas das tias, “até a polícia dar uma batida”. Pelo menos nessas casas, portanto, havia uma distinção entre a *frente* e os *fundos*, sugestiva ainda, por sua vez, de algum *traçado*, algum *arruamento* no arranjo unifamiliar-multifamiliar.

Em 1933, segundo Lilian Fessler Vaz (2002, p.55), contavam-se no Rio de Janeiro 46.192 “casebres”, cerca de 20,58% do total de prédios da cidade, quer “agrupados em favelas”, quer não, quer na Zona Sul, quer na Zona Norte. Segundo Maurício de Almeida Abreu (1987, p.80), ainda no início do século, lá onde o trem e as indústrias “atraíram um grande número de pessoas”, verificara-se inclusive “o surgimento da favela do Jacarezinho, cujos moradores, em sua maioria, eram operários”. A “autoprodução de moradias”, reforça Lilian Fessler Vaz (2002, p.58), expandira-se “em duas frentes: nas favelas e nos loteamentos suburbanos”. Também nos loteamentos suburbanos ela resultaria naquelas unidades unifamiliares como se foram multifamiliares? A existência assinalada da favela do Jacarezinho no subúrbio indica que, a despeito de a *autoprodução de moradias* estar aqui e ali, distinguia-se ela, essa favela, dos *loteamentos suburbanos*. E das favelas centrais? É uma só a resposta que podemos dar a essa pergunta: tanto quanto as favelas centrais, essa favela suburbana – do Jacarezinho –, surgida junto às indústrias, escapara à separação entre morar e trabalhar, embora aqui não se tratasse do trabalho diário mas do diuturno emprego.

Na primeira vez em que as favelas são explicitamente tratadas em documento oficial, da Prefeitura Municipal do Distrito Federal, em 1930²⁹¹, indica-se que deveriam elas ser erradicadas, pois:

- compunha-nas “uma multidão de horríveis barracas”, de “choupanas”, construídas, pelo “operário pobre” e pelo “sem-teto”, “com latas de querosene e caixas de embalagem”, isto é, “com material heteróclito”;
- apresentavam-se “contra todos os preceitos da higiene, sem canalizações d’água, sem esgotos, sem serviço de limpeza pública, sem ordem”, constituindo “um perigo permanente de incêndio e infecções epidêmicas para todos os bairros através dos quais se infiltram”.

Ademais, já se anunciava ali “um princípio de organização social”, assistia-se “ao começo do sentimento da propriedade territorial”:

Famílias inteiras vivem ao lado da outra, criam-se laços de vizinhança, estabelecem-se costumes, desenvolvem-se comércios... Alguns [favelados] que fizeram bons negócios melhoram sua habitação, alugam-na até, e estabelecem-se noutra parte, e eis pequenos proprietários capitalistas que se instalaram repentinamente em terrenos que não lhes

²⁹¹ Trata-se de relatório integrante do Plano Agache, assim chamado por ter sido elaborado sob a orientação do urbanista francês Alfred Agache. Sobre o plano, vale consultar, entre outros, *O Plano Agache e o ideário reformista dos anos 20*, de Denise Cabral Stucklenbruck (1996).

pertenciam, os quais ficariam surpreendidos se lhes demonstrasse que não podem, em caso nenhum, reivindicar direitos de posseção²⁹². (DISTRICTO FEDERAL²⁹³, 1930, p.189-190 *apud* ABREU, 1987, p.89).

Virgínia Pontual (2001, p.33) conta-nos que, se, em Recife, em 1913, os mocambos eram 16.347 e abrangiam 43,3% das construções existentes, em 1939, eram 45.581, ou 63,7%. Em 1932, já se “enquistavam” nas áreas “mais urbanizadas” de Recife, a ponto de não se diferenciar “a figuração da cidade da imagem do mocambo” (PONTUAL, 2001, p.33). Antes disso, ainda nos anos 20, contornavam eles a cidade como um “babado”. Em uma década, ou menos, então, *enquistar-se* tornara-se um imperativo: já havia áreas *mais urbanizadas*. “Como fazer essa menina, tornada mal-educada [...] voltar a ser a sinhazinha de outrora?”, ironiza Virgínia Pontual (2001, p.33), parafraseando o discurso oficial que propagava o “perigo sanitário e estético” da *mucambaria*²⁹⁴. De 1939 a 1945, demoliram-se 13.355 mocambos – menos de um terço, portanto, da *mucambaria* –, paralelamente a um “surto construtivo de vilas habitacionais”. Na *sinhazinha mal-educada*, as *vilas* destinavam-se às “entidades profissionais e corporativas, segmentos profissionais não-organizados” – “contínuos, lavadeiras, costureiras, etc” –, enquanto os mocambos, desde o final dos anos 20, abrigavam o “proletariado urbano”, inclusive aqueles “que tiveram destacada atuação sindical na cidade do Recife ao longo dos anos 30, em especial na Revolução de 30²⁹⁵” (PONTUAL, 2001, p.31). Compunham esse *proletariado urbano* atuante “os ferroviários, os trabalhadores dos transportes urbanos e serviços urbanos, os trabalhadores do porto, os operários da indústria e os gráficos” (*Ibidem*, p.31). Do outro lado desse *proletariado*, descreve a autora, colocavam-se a “burguesia agroindustrial” e, “ao lado” de “usineiros, fornecedores de cana, comerciantes, empresários industriais”, a “classe média urbana” – “funcionários públicos, grupos profissionais, empregados de comércio e proprietários de pequenos negócios” (*Ibidem*, p.31). Paulo César Garcez Marins (2002, p.202) associa “o alarme dos movimentos de esquerda que se expandiam em Pernambuco” à “constituição da Campanha contra o Mocambo”, em 1938, e à criação, no ano seguinte, da “Liga Social contra o Mocambo”. A partir de uma e de outro, Virgínia Pontual (2001) e Paulo

²⁹² Direitos a serem conquistados coletivamente também pela organização das unidades unifamiliares como se foram multifamiliares?

²⁹³ Ver nota 217.

²⁹⁴ Dissonante, Josué de Castro (1954, p.49) elogiará o “desarranjo cósmico” de Recife, contrastante com o “perfeito arranjo urbano” de Amsterdam. Na primeira, “tudo está ostensivamente jogado”, enquanto, na segunda, “os componentes da paisagem se apresentam geometricamente disciplinados”.

²⁹⁵ Sobre essa *revolução*, que, para Luiz Carlos Prestes (Manifesto de Luiz Carlos Prestes (1930). In: SILVA, Hélio. *1930: a revolução traída*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p.421, 426), “no fundo não era mais que a luta entre os interesses contrários de duas correntes oligárquicas” e, portanto, não respondia “aos verdadeiros interesses populares”, vale conferir *A Revolução de 30: historiografia e história*, de Bóris Fausto (1972).

César Marins (2002), podemos aferir que o *perigo sanitário e estético* era também social e que, se a insalubridade, a feiura e a revolta atemorizavam – igualmente? – os que não eram o *proletariado*, os que eram o *proletariado*, naquelas condições, na *mucambaria*, atemorizavam-nos socialmente.

A Liga Social contra o Mocambo era uma “entidade privada, mantida mediante a mobilização financeira de setores abastados ou conservadores da sociedade pernambucana” em prol do “combate eficaz aos monstregos de palha e zinco que, dia a dia, mais se espalham pelo Recife, acorcorando-se, em paralelo às avenidas asfaltadas e em torno às boas casas de alvenaria” (COMISSÃO CENSITÁRIA DOS MOCAMBOS²⁹⁶, 1939, p.7 *apud* MELO, 1985, p.57). Ora, segundo Virgínia Pontual (2001, p.35), será entre as décadas de 40 e 50 no século XX que se acusará em Recife a perda do “equilíbrio entre natureza e cidade”. Lembremos que, tanto para Gilberto Freyre (1951), quanto para Josué de Castro (1954), a *mucambaria* bem equilibrava uma e outra – natureza e cidade. Segundo Paulo César Garcez Marins (2002, p.201), ao se concentrarem “nas áreas imediatas aos bairros centrais e residenciais”, “os mocambos iniciais de taipa de mão ou palha, perfeitamente adaptados às condições climáticas recorrentes em todo o litoral”, foram se transformando em “casebres que incorporavam materiais adquiríveis no meio urbano – como telhas e folhas de zinco –, que acabaram por suplantam os materiais rurais”, inviabilizando “os discursos que viam na tipologia original uma expressão adequada ao saber construir popular, passível de proteção e estímulo”. Na *perda do equilíbrio* entre *natureza e cidade*, entre *rural e urbano*, entre *saber* e esquecer como se constrói, pesavam menos o *asfalto* e a *alvenaria* do que as *telhas e folhas de zinco*, então. Acrescia-se a essas algo que, não mais *babado*, agora é *monstruosamente quisto*, algo que, não mais *popular*, agora é *perigosamente proletário*, algo – uma pobreza? – que não mais se mimetiza – à riqueza, e vice-versa?

Voltemos ao discurso oficial sobre as favelas cariocas. Além do acesso àquele direito que não se pode reivindicar, qual seja, o de se converterem *operários pobres e sem-teto* em *pequenos proprietários capitalistas* – de se converter o *acampamento da miséria* em algo permanente, e permanentemente apropriado; em *produto e obra de seus moradores*; em *bairros, cada um com suas histórias, suas referências culturais, seus líderes*, como contabilizara Cartola –, “os operários de condição modesta que as povoam encontram, aí, na falta de salubridade e conforto, a vantagem de possuir uma residência perto do trabalho, comodidade muito apreciada devido à grande extensão da cidade” (DISTRICTO

²⁹⁶ COMISSÃO CENSITÁRIA DOS MOCAMBOS. *Observações estatísticas sobre os mocambos do Recife*. Recife: Imprensa Oficial, 1939.

FEDERAL²⁹⁷, 1930, p.189-190 *apud* ABREU, 1987, p.89). Ora, incomodamente extensa ia se tornando a cidade onde morar e trabalhar dividiam-se. Verdaderamente *modesta*, porém, não seria a condição de ter como critério de escolha do local de moradia exclusivamente a proximidade do trabalho?

Para Sinhô, o Rei do Samba²⁹⁸, em “A favela vai abaixo”, o propósito de erradicar a favela²⁹⁹ só poderia originar-se do “despeito dessa gente/ porque o samba não se passa para ela” (SINHÔ, 1927)³⁰⁰. Não se trataria, porém, da *propriedade capitalista* do samba³⁰¹: *não se passa, para essa gente – da cidade –, o samba, “porque lá o luar é diferente,/ Não é como o luar que se vê desta Favela”* (SINHÔ, 1927), ou porque, como preferiria João do Rio (1911)³⁰², é na favela que a *treva é luminosa*.

Tratar-se-ia, ainda, da *miséria indolente* sobre a qual escreveu o cronista João do Rio^{302?} Do *recuo no espaço e no tempo* sobre o qual escreveu Olavo Bilac^{303?} São muitos os sambas da época que enaltecem a malandragem ou deploram a ausência de trabalho mesma, tidas ambas, e indistintamente, como favoráveis ao desenvolvimento e ao exercício da vocação de sambista³⁰⁴. Sinhô sustentava a mulher e três filhos, compondo, além de sambas, músicas para teatro de revista e marchas de carnaval; tocando piano na Casa Wehrs, famosa loja de instrumentos musicais localizada no centro da cidade; dando aulas de violão; e apresentando-se também nos salões³⁰⁵. Era ele “descarnado, lívido, frangalho de gente, mas sempre fagueiro, vivaz, agilíssimo, dir-se-ia um moribundo galvanizado provisoriamente para uma farra”, conta Manuel Bandeira (1966, p.11, grifos nossos), na crônica “O enterro de Sinhô”, de *Os reis vagabundos e mais 50 crônicas*. “Que doença era a sua?”, pergunta-se o poeta (BANDEIRA, 1966, p.11). E responde: “Parecia um tísico nas últimas. Diziam que tinha muita sífilis.

²⁹⁷ Ver nota 217.

²⁹⁸ Cf. VIANNA, 2004, p.24.

²⁹⁹ Refere-se o samba ao bota-abixo promovido pelo Prefeito Prado Júnior, de cuja administração a “realização máxima” foi o Plano Agache (cf. ABREU, 1987, p.86).

³⁰⁰ Eis a letra integral: “Minha cabocla, a Favela vai abaixo/ Quanta saudade tu terás desse torrão/ Da casinha pequenina de madeira/ que nos enche de carinho o coração/ Que saudades ao nos lembrarmos das promessas/ que fizemos constantemente na capela/ Pra que Deus nunca deixe de olhar/ por nós da malandragem e pelo morro da Favela/ Vê agora a ingratidão da humanidade/ O poder da flor sumítica, amarela/ quem sem brilho vive pela cidade/ impondo o desabrigo ao nosso povo da Favela/ Minha cabocla, a Favela vai abaixo/ Ajunta os troço, vamo embora pro Bangu/ Buraco Quente, adeus meu Buraco/ Eu só te esqueço no Buraco do Caju/ Isso deve ser despeito dessa gente/ porque o samba não se passa para ela/ Porque lá o luar é diferente/ Não é como o luar que se vê desta Favela/ No Estácio, Querosene ou Salgueiro/ meu mulato não te espero na janela/ Vou morar na Cidade Nova/ pra meu coração voltar para o morro da Favela”. Adoniran Barbosa, lá em São Paulo, irá ecoar, em 1955, com “Saudosa maloca” e, em 1969, com “Despejo na favela”.

³⁰¹ Muitas vezes acusado de plágio, Sinhô foi um dos primeiros compositores a se preocupar com o direito autoral, assinando e carimbando suas partituras (Cf. VIANNA, 2004, p.25).

³⁰² Ver nota 272.

³⁰³ Ver nota 279.

³⁰⁴ Cf. *O trabalho na música popular brasileira*, de Fábio Gomes ([2007?]).

³⁰⁵ Cf. VIANNA, 2004, p.25.

Certamente o rim estava em pantanas. O fígado escangalhado”. Em seu enterro, “no coração do Estácio”, o poeta, presente, vê “malandros, soldados, marinheiros, donas de *rendez-vous* baratos, meretrizes, *chauffeurs*, macumbeiros (lá estava o velho Oxumã, um preto de dois metros de altura com um belide no olho), todos os sambistas de fama, os pretinhos dos choros das ruas Júlio do Carmo e Benedito Hipólito, mulheres dos morros, baianas de tabuleiros, vendedores de modinhas”, gente “que não se veste toda de preto”, cujo “gosto pela cor persiste deliciosamente mesmo na hora do enterro” (*Ibidem*, p.13). As flores estavam “num botequim em frente, prolongamento da câmara-ardente”, e daqui para ali bebia-se “desbragadamente” (*Ibidem*, p.13). Está Manuel Bandeira vendo Sinhô e o seu enterro através das lentes de Euclides da Cunha, superpondo ao trágico o folclórico?

Leiamos, de Manuel Bandeira (1983, p.107), esse “Poema tirado de uma notícia de jornal”:

João Gostoso era carregador de feira-livre e morava no Morro
da Babilônia num barracão sem número
Uma noite chegou no Bar Vinte de Novembro
Bebeu
Cantou
Dançou
Depois se atirou na Lagoa Rodrigo de Freitas e morreu
afogado³⁰⁶.

Continuemos por esse desvio o esforço de interpretação dos versos de Sinhô. No artigo “Riqueza de pobre”, Telê Porto Ancona Lopez (1983, p.127) identifica, no poema “Noturno”, de Mário de Andrade (1976, p.53), a contraposição entre a “sensualidade do poeta, presa à idéia, à inquietação do espectador” e “o comportamento dos livres da noite – prostituta, malandro, bêbado, cantor”. Leiamos esse “Noturno”:

³⁰⁶ A respeito desse poema escreve Davi Arrigucci Júnior, em “O humilde cotidiano de Manuel Bandeira” (1983, p.117): “Os elementos narrativos e dramáticos aparentemente dominam o texto, sem que se perceba, à primeira vista, a presença do sujeito lírico. Este, no entanto, transforma, por sua escolha subjetiva e pela forma contida e ambígua da linguagem, uma informação jornalística e rotineira de suicídio num elemento de experiência íntima: contados com despojamento ascético, os fatos que sintetizam uma vida adquirem uma ambígua ressonância, que o leitor deve interpretar. A informação não se esgota, como é de sua natureza, nos fatos: a narrativa brutal se adensa numa situação simbólica de valor geral, de forma que percebemos um complexo destino humano, ferido pelo trágico, velado pelo anonimato da banalidade cotidiana. O mistério poético brilha oculto na existência humilde de todo dia, onde o olhar conivente do poeta o desentranhou”. Ao leitor, basta o poema, pois não? Por ele, somos remetidos a outros destinos: ao do escravo suicida, ao de Bertoleza, ao final de *O cortiço* (AZEVEDO, 2007, p.265-266) – tendo adivinhado, “com a lucidez de quem se vê perdido para sempre”, que sua carta de alforria nunca existira, e que à coragem de matá-la João Romão preferira exercer a de devolvê-la ao cativo, “de um golpe certo e fundo”, Bertoleza “rasgara o ventre de lado a lado”.

Luzes do Cambuci³⁰⁷ pelas noites de crime...
 Calor!... E as nuvens baixas muito grossas,
 feitas de corpos de mariposas,
 rumorejando na epiderme das árvores...

Gingam os bondes como um fogo de artifício,
 sapateando nos trilhos,
 cuspidando um orifício na treva cor de cal...

Num perfume de heliotrópios e de poças
 gira uma flor-do-mal... Veio do Turquestão;
 e traz olheiras que escurecem almas...
 Fundiu esterlinas entre as unhas roxas
 nos oscilantes de Ribeirão Preto...

— Batat'assat'ô furnn!...

Luzes do Cambuci pelas noites de crime!
 Calor... E as nuvens baixas muito grossas,
 feitas de corpos de mariposas,
 rumorejando na epiderme das árvores...

Um mulato cor de oiro,
 com uma cabeleira feita de alianças polidas...
 Violão! “Quando eu morrer...” Um cheiro pesado de baunilhas
 oscila, tomba e rola no chão...
 Ondula no ar a nostalgia das Baías...

E os bondes passam como um fogo de artifício,
 sapateando nos trilhos,
 cuspidando um orifício na treva cor de cal...

— Batat'assat'ô furnn!...

Calor!... Os diabos andam no ar
 Corpos de nuas carregando...
 As lassitudes dos sempre imprevistos!
 e as almas acordando às mãos dos enlaçados!
 Idílios sob os plátanos!...
 E o ciúme universal às fanfarras gloriosas
 de saias cor-de-rosa e gravatas cor-de-rosa!...

Balcões na cautela latejante, onde florem Iracemas
 Para os encontros dos guerreiros brancos... Brancos?
 E que os cães latam nos jardins!
 Ninguém, ninguém, ninguém se importa!
 Todos embarcam na Alameda dos Beijos da Aventura!
 Mas eu... Estas minhas grades em girândolas de jasmims,
 enquanto as travessas do Cambuci nos livres
 da liberdade dos lábios entreabertos!...

Arlequinal! Arlequinal!
 As nuvens baixas muito grossas,
 feitas de corpos de mariposas,
 rumorejando na epiderme das árvores...
 Mas sobre estas minhas grades em girândolas de jasmims,
 o estelário delira em carnagens de luz,
 e o meu céu é todo um rojão de lágrimas!...

E os bondes passam como um fogo de artifício,
 sapateando nos trilhos,
 cuspidando um orifício na treva cor de cal...

— Batat'assat'ô furnn!...

³⁰⁷ Como visto, o Cambuci fora, primeiro, *território negro* e, depois, *bairro pobre*.

Para a autora (LOPEZ, 1983, p.126-127), nesse “Noturno”, nessa “parcela do dia em que liberta a sua libido”, o poeta exalta os “tipos do *bas-fond*” tomado por uma “cobiça valorizadora”, “de quem se vê fascinado e não transpõe o fosso”, numa visão que “não é compadecida, paternalista ou moral”. Ao contrário, “pesa-lhe”, continua Telê Porto Ancona Lopez, “a moral de sua classe e de sua fé quando se detém nas figuras e tipos – *fleurs du mal* – que gozam de uma liberdade que ele, *poeta*, não possui, a da sensualidade sem os grilhões da censura”. Não sofre o poeta “com e pelos outros”, “sofre por ele próprio: é ele o marginalizado no instante em que desvenda e compara seus impulsos e sensações aos que adivinha dos entes da noite”. Não se trata, então, de uma “empatia compassiva”: nesse poema, Mário de Andrade “deixa implícitas as limitações que uma classe – privilegiada! – impõe a si própria; sublinha traços do ser humano que a sociedade nega e relega ao pária, ao mundo do pobre mais pobre”³⁰⁸. E, ao fazê-lo, “desagrava o rejeitado”, que, de pobre, passa a rico³⁰⁹ (LOPEZ, 1983, p.126-127).

— *Batat’ assat’ ô furnn!*... Na repetição do pregão, conclui a autora (LOPEZ, 1983, p.128), Mário de Andrade opera uma inversão na qual “a riqueza do pobre concorre para diminuir a distância entre o popular e o culto, distância de classe menor agora, no tecido da poesia”. O que Sinhô parece querer enfatizar é essa distância, assinalando, porém, como o poeta *culto* – que assim vence a distância que o separava do poeta *popular* –, as limitações do rico: *o samba não se passa para essa gente detrás das grades em girândolas de jasmims*, ou, como vimos, com Raquel Rolnik (1988, p.91), aconchegada em suas *casinhas próprias guardadas por portões de ferro*.

Ora, naquele mesmo documento oficial, da Prefeitura Municipal do Distrito Federal (1930), que propugnava a erradicação das favelas, os subúrbios são igualmente acusados por suas carências. Contudo, aquelas relacionadas propriamente à infraestrutura e à moradia são apontadas como distintas entre umas e outros. O abastecimento de água, por exemplo, é acusado como insuficiente no subúrbio e não, como inexistente³¹⁰. As casas no subúrbio eram tidas

³⁰⁸ Entre esses traços, o cor-de-rosa das saias e gravatas, poderíamos acrescentar.

³⁰⁹ Não seria também essa a inversão que Jorge Amado (1976) pretendeu no romance *A morte e a morte de Quincas Berro D’água*, de 1958? Ao abandonar o emprego – de funcionário público – e a família e juntar-se à malandragem, Joaquim Soares da Cunha torna-se Quincas Berro D’água. Uma vez morto Joaquim/Quincas, há uma disputa entre a sua família de origem e a de destino: o enterrado será Joaquim ou Quincas? Vence a última. Joaquim é despido dos seus trajes compostos de defunto e, como Quincas, *galvanizado provisoriamente* para a última farra. Levado ao Pelourinho, bebe, canta, ri, joga capoeira, abraça-se às mulheres, até a sua última morte.

³¹⁰ A falta de água, como vimos, apontada no Morro da Favella, já em 1906, por Everardo Backheuser (1906, p.11 [ver nota 271] *apud* VALLADARES, 2000, p.7), seria, contudo, uma carência ainda mais dramática nos *morros*, onde estariam as cabeceiras de córrego. O próprio serviço de abastecimento de água à *cidade* prejudicaria ali o abastecimento natural?

apenas como insalubres; na favela, como vimos, as *barracas* ou *choupanas* eram, além de insalubres, *horríveis*, e a sua implantação, *sem ordem* (cf. DISTRICTO FEDERAL³¹¹, 1930, p.189 *apud* ABREU, 1987, p.87). Era a favela, sob essas lentes, um *outro mundo* também em relação ao subúrbio? Além daquelas carências, indicavam-se, no subúrbio, a “falta de ossatura de vias principais que permitam comunicações fáceis e transportes rápidos para o centro urbano ou os lugares de trabalho” e a “ausência de jardins, largos ou espaços livres para jogos” (DISTRICTO FEDERAL³¹¹, 1930, p.189 *apud* ABREU, 1987, p.87)³¹².

No caso da favela – central –, tratava-se de fazê-la desaparecer³¹³; no caso do subúrbio – periférico –, tratava-se de corrigi-lo. No primeiro caso, tratava-se do corpo irrecuperável, indisposto à dominação, do corpo das *lassitudes dos sempre imprevistos*, *livres da liberdade dos lábios entreabertos*, em dissipação como o corpo de Sinhô³¹⁴? No segundo, do corpo que se deveria poupar e agilizar: para o trabalho, não para o botequim³¹⁵? Se, na cidade-que-não-é-favela, a noite – iluminada – fora introduzida no *calendário das famílias*, como anotou Raquel Rolnik (1997, p.105), e, depois de certa hora, a noturna, a da *libertação da libido*, as *moças de família* eram substituídas pelas *moças sem família*³¹⁶, na favela-que-não-é-cidade, nessa *frente*, o dia podia ser noite?

³¹¹ Ver nota 217.

³¹² Preocupado não com *jardins*, *largos* ou *espaços livres para jogos*, Richard Morse (1970, p.309) anota que, na São Paulo de 1935, dentre 204 famílias operárias, apenas 15 cultivavam hortas, e 9 possuíam mais de 10 galinhas.

³¹³ Em 1937, o Código de Obras oficializaria a favela, um “problema a ser administrado” e que já se conhecia suficientemente bem, a ponto de o substantivo aparecer no plural, qualificando-se como “objeto de intervenção” cujas diferenças são tomadas como variáveis de projeto (VALLADARES, 2000, p.11). Podem elas – as favelas – ter os casebres “dispostos em ordem, ou não”, “em terrenos, pátios, ou quintais de prédios”; crescer “pela construção de novos casebres ou pela expansão dos mesmos”; ser acessíveis “sob a forma de aluguel de casebres ou de arrendamento do solo”. “Fora da lei” e “precária”, porém, a favela permanece no singular (*Ibidem*, p.11).

³¹⁴ E, no caso dos mocambos, do corpo irrecuperável, indisposto à exploração, revolucionário?

³¹⁵ Como no caso das vilas operárias em Recife?

³¹⁶ Embora confesse a dificuldade em encontrar o “real significado” do termo “família” para os homens e as mulheres “da classe trabalhadora” no Rio de Janeiro da *belle époque*, em *Trabalho, lar e botequim* Sidney Chalhoub (2001, p.116, 124) pôde concluir que, nessa *classe*, a família incluía então “parentes, compadres e amigos”. “Devido às imposições da luta de todos pela sobrevivência” (CHALHOUB, 2001, p.129), nessa *classe*, o que é a casa – tomada aqui no sentido estrito de local onde mora a família – abriga mais de um casal. Unem essa família de mais de um casal “laços de solidariedade e ajuda mútua [...] percebidos como relações entre seres rigorosamente iguais”, e podem desuni-la a “quebra de pequenos deveres diários da rotina” ou a “obtenção de privilégios ou vantagens indevidos”. Esse arranjo, somado ao fato de que, nessa família, as mulheres trabalham, garante, para cada casal, uma “relação mais simétrica” (*Ibidem*, p.143). Se, de um lado, dessa simetria decorreria “uma menor durabilidade, e talvez até instabilidade, nas relações homem-mulher”, de outro, seriam elas mais genuínas, com “considerável espaço para o amor e o carinho”. Ao ser abandonado pela mulher – protagonista dessa família em função de lhe caberem, mesmo aí, os *pequenos deveres diários da rotina* –, contudo, o homem vê seu modo de vida desarticulado, “com agravamento imediato dos seus problemas de sobrevivência” (*Ibidem*, p.155). Como a competição entre os homens pelas mulheres era ainda acirrada em função da composição da população, de dominadas as mulheres passavam a manipuladoras.

Em *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Martha de Abreu Esteves (1989, p.118-119), também a partir do exame de processos criminais, arrola que essas *meninas*, quando das “camadas populares”:

- “tinham relações sexuais sem passarem, pelo menos, por um longo namoro”;
- “arriscavam declarar conquistas amorosas”;

Se os operários de condição modesta que povoam as favelas encontram, aí, a vantagem de possuir uma residência perto do trabalho, o que Cartola aproveita é a rua, o ir e vir entre o morro e a cidade, entre homens mais velhos e em lugares para homens mais velhos³¹⁷, esbanjando o tempo – e o corpo. Tempo e corpo, e experiência, disponibilizados por uma economia de viagens superlativa em relação ao operário de condição modesta, se, para o sambista, morro e cidade, pela rua, se equiparavam e misturavam-se, assim como o tempo livre e o tempo do trabalho – criativo³¹⁸. Diferente do escravo pobre de liberdade e de humanidade, do operário de condição modesta – ou economicamente pobre, como preferiu José de Souza Martins (1992, p.184) –, diferente ainda daquele cocheiro machadiano que, no centro, é reposto à sua condição subalterna, submetendo-se ao código que o anula, como observou Nicolau Sevcenko (2002, p.526), era esse o privilégio de Cartola, invejado ainda por aquela gente para quem o samba não se passa, como acusou Sinhô (1927).

Descobrimos, por fim, uma ironia nos versos de Sinhô: se os da cidade poderiam pegar as doenças – ainda – associadas à insalubridade – agora da favela –, a saúde do samba era intransmissível. Trágica essa saúde galvanizada provisoriamente, que aproximava vida e morte, Sinhô e João Gostoso, a cor e a sua ausência. Divertida seria aquela nova série de hábitos, físicos, sensoriais e mentais, arduamente exercitados, concentradamente nos fins de semana, mas a rigor

- “sentiam prazer na relação sexual e procuravam esse prazer”;
- “saíam sós e voltavam tarde”;
- “não trocavam um amasiamento amoroso por um casamento formal”.

Para a autora (ESTEVEES, 1989, p.123), porém, tais comportamentos não se explicariam somente pelas privações e pela irregularidade no trabalho a que aquelas meninas estavam submetidas: “condicionar os comportamentos diferentes às circunstâncias de vida é desprezar todo um passado ‘herdado cotidianamente’ e toda uma tradição que trazem consigo ‘visões de mundo’ e culturas específicas”, acusa. E, de todo esse passado e toda essa tradição, destaca o seguinte (*Ibidem*, p.113):

- o “casamento formal” não era uma “norma geral” nos primeiros tempos coloniais;
- as meninas – quer “de cor”, quer “brancas pobres nacionais ou imigrantes” – eram “herdeiras de uma vida de rua, desde os tempos coloniais, com seus ‘cantos’ de trabalho, suas reuniões, seus batuques e seus namoros”, e “viviam, no início do século, nas casas de cômodos, uma vida de grupo mais ampla que a da família nuclear e, dessa forma, contrastavam com as moças brancas da elite, residentes em casas que reuniam casais isolados com seus filhos privados”.

E, finalmente, citando Raquel Rolnik (1986, p.2-4), conclui (*Ibidem*, p.113): “o namoro e o futuro casamento não poderiam ter o mesmo significado para as descendentes de uma ‘comunidade em que a linguagem do corpo era o elemento de liga e sustentação do código coletivo, onde frequentemente se umbigavam, requebravam e abraçavam-se publicamente’”. Distintamente das moças brancas de elite, podemos ressaltar, junto com Sidney Chalhoub (2001), essas meninas trabalhavam. Entre os motivos pelos quais procuravam a polícia para acusar o responsável por terem se perdido podia estar a “pressão do patrão” (ESTEVEES, 1989, p.115). Podia, porém, estar também “o desejo de ascensão social” (*Ibidem*, p.115) – nesse caso uma ascensão associada ao casamento formal.

³¹⁷ A repetida expressão “homens mais velhos” sugere a antecipação de uma experiência, mas também a experiência mesma.

³¹⁸ A difícil identificação da propriedade autoral, tema também de sambas em que ora se reivindica a autoria exclusiva de alguma composição, ora sua autoria coletiva (cf. GOMES, [2007?]), indicaria a indeterminação do processo de composição. Referindo-se ao “samba dos fundos de quintais”, Myriam Sepúlveda dos Santos (2006, p.125) escreve que era esse um “samba de improviso”, cuja “produção não era individualizada”.

incorporados em doses metódicas como práticas indispensáveis da rotina cotidiana, listados por Nicolau Sevcenko (1992, p.33), assumidos pelos da *cidade*, que pareciam querer afastar a morte ou, pelo menos, o *despropósito ridículo do repouso*. Escapavam o *morro*, com sua *treva luminosa*, e o que desta na *cidade* persistia, no centro dividido, à ordem da divisão entre a vida e a morte? Era essa a ordem – aerótica, podemos arriscar – que se pretendia garantir na cidade *iluminada*? Se sim, somente não era *modesta* a condição dos *livres*, da noite³¹⁹ – e do dia?

Vamos agora ao subúrbio, em Belo Horizonte. Em *O amanuense Belmiro*, de Cyro dos Anjos, publicado em 1937, Belmiro, amanuense, morador da Rua Erê, no bairro do Prado, assim finaliza o seu domingo: “Depois, voltaremos para casa, abriremos a rede, chamaremos o velho Giovanni para um dedo de prosa. Domingo bom e alegre. Nenhum desejo nesse domingo, nenhum problema nessa vida” (ANJOS, 1979, p.105)³²⁰. Já então nesse subúrbio³²¹, com suas *casinhas próprias guardadas por portões de ferro*, conquistara-se o *repouso*: não a *farra*, nem a *diversão*, mas o *repouso*, a que se seguiria o sono sem *feras rugiameaçando*.

Voltemos a Salvador, e ao século XIX. A “segregação social” que se materializa ali, nessa Cidade d’Oxum (cf. GARCIA, 2009), conta Antônio Heliodório Sampaio (1999, p.72), é “a segregação social dos brancos”. A “periferização” dos terreiros de candomblé, entretanto, observa o autor (SAMPAIO, Antônio, 1999, p.72), fora anterior “à expansão dos bairros pobres, em suas imediações”. Entre 1940 e 1950, foram 14.000 as “casas levantadas sem licença” (VASCONCELOS, 2002, p.319), e 127.000, o acréscimo de população na cidade. Em 1947, ocorrera a “primeira invasão de terrenos na cidade” – o “Corta Braço” (*Ibidem*, p.319). Em 1948, eram 100 os terreiros de candomblé, inclusive o Muçumirim, terreiro malê (cf. VASCONCELOS, 2002, p.317).

³¹⁹ Se o samba subira o morro, logo pelo samba dali se poderia descer, como alardeiam Custódio Mesquita e Mário Lago em “Sambista da Cinelândia”, de 1936: “Sambista/ Desce o morro/ Vem pra Cinelândia/ Vem sambar/ A cidade já aceita o samba [...] O morro já foi aclamado/ Com um sucesso colossal/ E o samba foi proclamado/ Sinfonia nacional” (cf. SANTOS, Myriam, 2006, p.133). Fania Fridman (2007, p.61) acusa a “oficialização” do carnaval em 1932, quando se criam “os dias do samba, do maxixe, dos ranchos, das sociedades, dos corsos” e determinam-se “os locais para os desfiles”: a cada dia, um local. Logo os bordéis seriam fechados pela “polícia do Estado Novo”, e a prostituição, “violentamente reprimida” (SANTOS, Myriam, 2006, p.130). Também o Estado Novo interviria nos temas e nas letras dos sambas carnavalescos.

³²⁰ Cyro dos Anjos apropria-se, aqui, de versos do “Poema que aconteceu”, de Carlos Drummond de Andrade (2006, p.17): “Nenhum desejo neste domingo/ nenhum problema nesta vida/ o mundo parou de repente/ os homens ficaram calados/ domingo sem fim nem começo.// A mão que escreve este poema/ não sabe que está escrevendo/ mas é possível que se soubesse/ nem ligasse”.

³²¹ Também o bairro do Prado situava-se, no Plano da Cidade de Minas, na zona suburbana. Na década de 30, o funcionário público tinha como vizinhos iguais funcionários, além do “velho Giovanni”, de quem Belmiro costumava comprar cigarros, e Giuseppe, sapateiro. O velho Giovanni queria fazer de seu filho um “doutor”. Grande foi o seu desgosto ao descobrir que o menino pertencia a “uma quadrilha de menores arrombadores”, que “assaltavam botequins para comer gulodices, beber guaraná e abastecer-se de cigarros” (ANJOS, 1979, p.58). Gulodices, guaraná, cigarros – esses os desejos imediatos dos meninos da quadrilha; esse o problema do velho Giovanni.

“Entre o princípio do século XIX e o meio do século XX”, alarma-se Francisco de Oliveira (2003, p.33) em *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*, nessa Bahia, “a estrutura social pára, como num retrato amarelecido”: os muitos homens ali são “precários numa ordem não-escravocrata”. “Sob a imponência e a ostentação da oligarquia, Catarinas, Sás, Calmons, Calmons de Sá, Marianis, Bittencourts, Simões, Correias da Silva, Magalhães, e de outros arrivistas incorporados pela riqueza e pelo sobrenome estrangeiro, Dannemans, Suerdiecks, Wildebergs, vegeta uma população de não-reconhecidos”, continua (OLIVEIRA, Francisco, 2003, p.34). Eram esses *não reconhecidos*

sobretudo domésticas e domésticos, para fazer os quitutes das madamas e limpar as cocheiras dos *messieurs*, negras de fartos seios para amas-de-leite dos filhinhos de papai que depois vão *pras* Europas e voltam senhores, funcionários públicos de que Jorge Amado falará em *A morte e a morte de Quincas Berro D'Água*, despachantes do porto de Salvador, bacharéis de títulos múltiplos (Jorge Amado, *Gabriela Cravo e Canela*), poucos operários, muitos biscateiros (os “turcos” da infância, os mascates), sacristãos das 365 igrejas, padres e freiras [...]. (OLIVEIRA, Francisco, 2003, p.34).

Nessa cidade – em que, não existindo o “trabalho”, vive-se de “expedientes” –, “a maior parte dos dominados [...] são, rigorosamente, não-explorados”, sintetiza o autor (OLIVEIRA, Francisco, 2003, p.38). Se “o movimento de constituição das classes passa, em primeiro lugar, pela descoberta, identificação, re-conhecimento do inimigo”, em Salvador não há, ainda, classes: não há o “outro”, este que “é, antes de tudo, um inimigo”, sentencia. Como reconhecer esse *outro/inimigo* “nas figuras e casas onde se come, nos que não cobram honorários, nos que dão às vezes o próprio nome ou sobrenome para os pretos e serviçais”? Como, se são “poucos os que chegam de manhã, entram nas fábricas”, e “a maior parte não chega porque não saiu, está sempre ali, para levar um recado, preparar a comida, cuidar dos filhos das madamas e dos *messieurs*, botar uma carta no correio [...]?”, pergunta-se, respondendo, o autor (*Ibidem*, p.38). *Ali onde sempre estavam dominados sempre estavam também dominantes*. Nesse “espaço de não-identidade” (*Ibidem*, p.38), perguntamo-nos, o *outro mundo* é exclusivamente o da magia, e o *outro/inimigo*, exclusivamente o que a detém, e vice-versa?

Em *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*, Yvonne Maggie (1992) analisa 581 inquéritos policiais – no Rio de Janeiro, em 1912, 1914, 1915, 1919, 1922, 1927-1938, 1944 e 1945 – referentes a acusações de feitiçaria e conclui que, no Brasil, a crença na magia é universal, ainda que durante séculos se tenha negado tal universalidade, ou essa “proximidade” entre “segmentos dominantes” e “segmentos dominados” (MAGGIE, 1992, p.267). Para a autora (*Ibidem*, p.267, grifos dela),

a ambigüidade das elites brasileiras em relação a essa crença está sintetizada na descrição hoje já clássica de João do Rio: “Vivi três meses no meio dos feiticeiros, cuja vida se finge desconhecer, mas que se conhece na alucinação de uma dor ou da ambição, e julgo que seria mais interessante como patologia social estudar, de preferência, aos mercadores de paspalhice, os que lá vão em busca de consolo... [...] Vivemos da dependência do feitiço... somos nós que lhe asseguramos a existência com o carinho de um negociante por uma amante atriz... (RIO, 1906, p.35)”.

Nesse sentido, a *periferização* da magia somente reiteraria aquela *dominação sem exploração* destacada por Francisco de Oliveira (2003).

Em *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*, porém, Muniz Sodré (1988) anota que o terreiro de candomblé soteropolitano – exemplificado pelo Axé Opô Afonjá, sob a orientação de Mãe Aninha, ou Iyá Obá Biyi (1869-1938) – era uma “reconstituição físico-espacial do palácio Yorubá” (SODRÉ, 1988, p.74), para o que se tornava imprescindível um “espaço-mato” (*Ibidem*, p.68). A localização daquele terreiro – na região da Cabula, depois São Gonçalo do Retiro – coincidia, ainda, com “onde se achavam sepultados muitos quilombolas” (*Ibidem*, p.68). Em 1938-1939, em *A cidade das mulheres*, Ruth Landes (1967) observa que o terreiro do Gantois, sob a orientação de Mãe Menininha do Gantois – “a mais importante sacerdotisa da Bahia após a morte de Mãe Aninha” (LANDES, 1967, p.82) –, ficava “numa ampla clareira do mato logo atrás da linha de bonde que vem da Cidade Alta”. Se “a trilha que lhe dava acesso era sinuosa e escarpada e fora construída como entrada secreta nos tempos da escravidão”, agora “chegava-se a ele sem dificuldade”, embora ainda o terreiro não pudesse “ser visto da rua” (*Ibidem*, p.248).

No Rio de Janeiro, distingue Muniz Sodré (1988, p.74-75), sobretudo a partir dos anos 30, “os rituais deixaram as matas em favor dos espaços habitacionais, onde se reproduziu simbolicamente a organização dos terreiros de candomblé [...], em apenas uma casa, às vezes numa parte da casa ou em pequena sala anexa a um barraco residencial”. “A noção africana de espaço plástico, que se refaz simbolicamente”, acredita o autor (SODRÉ, 1988, p.75), “tornou-se bastante operativa na escassez imobiliária carioca” e estaria ainda de acordo com a estrutura menos “patrimonialística” (*Ibidem*, p.65-66) do candomblé carioca em relação ao soteropolitano. Diante dessa escassez, quando Mãe Aninha muda-se para o Rio de Janeiro, nos anos 30, ela passa a prescindir não só de um “espaço-mato”, mas de qualquer espaço, para operar. Em 1943, entretanto, sua sucessora, Mãe Agripina, ou Obá Deyi, ouve Xangô – o orixá a que se dedica o Axé Opô Afonjá – dizer que não queria mais “a realização de obrigações na cidade porque dispunha de uma roça”. Nessa *roça* – no subúrbio Coelho da Rocha – funda-se finalmente o “terreiro fluminense do Axé Opô Afonjá” (*Ibidem*, p.97).

Se o “apogeu dos terreiros” em Salvador em meados do século XIX devera-se também ao “grande medo e suspeição dos negros libertos” (SODRÉ, 1988, p.65), entre 1938 e 1939, quando Ruth Landes realiza a sua pesquisa, era a cidade que parecia assombrar o terreiro. Não são poucos os depoimentos colhidos pela pesquisadora entre os adeptos do candomblé em que eles demonstram uma preocupação com a quebra da transmissão do patrimônio dos “velhos africanos”. Misturar-se aos brancos e aos caboclos, desconhecer a sua religião, não mais saber falar com os deuses, fingir, explorar os clientes, ter o “sangue quente”, usar o poder conferido por sua posição para “arranjar homem”: são essas as ameaças detectadas àquele patrimônio por Martiniano, babalaô – ou, em suas próprias palavras, “vidente”, “olhador” – e presidente da recém-criada União das Seitas Brasileiras da Bahia, no comportamento das jovens dirigentes dos terreiros de “hoje em dia” (Depoimento de Martiniano *apud* LANDES, 1967, p.34). Não ter a quem ensinar, em função de prováveis sucessores estarem mais interessados em manter a sua posição social – de “mulato respeitável” – ou em projetar-se em “profissões reconhecidas”, era também um problema enfrentado pelos “filhos africanos” (cf. LANDES, 1967, p.37, 54, 57). Mãe Menininha do Gantois, por sua vez, temia que a responsabilidade de “ser escrava” da sua “gente” viesse a sobrecarregar as filhas – suas sucessoras naturais segundo a estrutura matriarcal do candomblé. Duzentas pessoas dependiam “inteiramente dela”, e, em seu terreiro, durante as cerimônias, parecia “toda a cidade” estar “presente”. Enquanto isso, “nas cidades do interior e nas fazendas”, ninguém acreditava ainda que sua mãe e antecessora, Mãe Pulquéria, houvesse morrido (Depoimento de Mãe Menininha *apud* LANDES, 1967, p.92-94).

Havia, então, razões várias para a localização dos terreiros na *cidade* – e a *amante atriz* também as tinha –, ainda que se possa não separá-las do binômio proposto por Francisco de Oliveira (2003). Insistindo-se nesse binômio, poder-se-ia compreender também assim o fato de a periferização dos terreiros de candomblé anteceder à da moradia do pobre: o *dominado*, uma vez periferizado – uma vez não mais *sempre ali*, mas morando acolá, *chegando e saindo* –, converter-se-ia em *explorado*, e, com ele, o *expediente*, em trabalho.

Pelo menos até 1934, avisa-nos Henri Van Deursen³²² (1934, p.302-303 *apud* MORSE, 1970, p.309) sobre o “homme du peuple” paulistano, esse homem “change de métier avec une facilite suprenante, chauffer aujourd’hui, il lui plaira demain de reprendre un ‘açougue’ [...], pour ouvrir plus tard um ‘café’, ou une boutique de ‘secos e molhados’ qu’il

³²² DEURSEN, Henri Van. L’émancipation industrielle du Brésil: caractères et développement de l’industrie dans l’État de São-Paulo. *Revue Économique Internationale*, Bruxelles, v.26, n.3, p.275-335, août 1934.

cédera encore dès que celas ne lui plait plus, pour accepter du travail comme manouvre ou simplement ‘operário’ dans une usine, une construction, ou des travaux publiques”³²³.

Ainda então, escreve Richard Morse (1970, p.311),

[...] o operário paulistano tende a possuir experiência ocupacional variada. Não está ainda arregimentado em grandes e impessoais organizações sindicais e fabris, a ponto de aceitar permanentemente uma determinada rotina com o único objetivo de segurança e aumentos remotos de salários. Dinheiro e segurança são apenas parte de uma série mais ampla de incentivos que o atraem. Nem considerará ele a diligência e a assiduidade como fins em si mesmos.

Se, tendencialmente, o que está em jogo não é o *dinheiro* – o aumento remoto de salário –, nem a *segurança* – igualmente remota? –, a *rotina*, a *diligência e a assiduidade* – assim restritas a *fins em si mesmos* – perdem para a *experiência variada*, em que se inclui, contudo, tanto dar-se trabalho, como autônomo, quanto *aceitar trabalho como empregado* ou *simplesmente operário*. O *homme du peuple*, segundo esses autores, ainda testa o *metier*.

Em *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*, Maria Auxiliadora Guzzo Decca (1987, p.19) anota que em 1935 já se identificavam “zonas sociais típicas na capital do estado”. Entre seus moradores, porém, não se distinguiam “os operários” da “massa urbana pobre da cidade”, de tal forma que compunham tais *zonas sociais típicas*, nesse caso, indistintamente “bairros operários ou pobres”. Tampouco se distinguiu o “operário” dos demais “trabalhadores”, ainda que se considerasse menos *operário* e mais *trabalhador* aquele que tinha “preparo profissional” (DECCA, 1987, p.22) e por isso percebia um salário mais alto. Nem tanto *trabalhador*, esse *operário* “vivia na mais negra miséria” (A PLEBE³²⁴, 1927 *apud* DECCA, 1987, p.26). Que *negra miséria* seria essa?

Em média, podemos aferir a partir de Maria Auxiliadora Decca (1987), trabalhar *miseravelmente* era, em 1927, receber 200 mil réis por mais de 8 horas diárias de trabalho e, em 1934, receber, por 8 horas diárias – regime mais comum para o trabalho já regular³²⁵ –, o mesmo – ou menos, no caso da operária. Somente não trabalhavam, na família, os velhos – avós – e as crianças com menos de 12 anos (cf. DECCA, 1987, p.25). Comer *miseravelmente*

³²³ Em tradução nossa: “[...] muda de profissão com uma facilidade surpreendente: chofer hoje, pode querer montar um açougue amanhã [...], para depois abrir um café, ou uma botica de secos e molhados, que também passará adiante assim que não mais lhe interessar, para aceitar trabalho como empregado ou simplesmente operário, numa fábrica, numa construção ou nalguma obra pública”.

³²⁴ A PLEBE. São Paulo: Edgard Leuenroth (Ed.), 14 maio 1927.

³²⁵ Em “Construção e desconstrução da legislação social no Brasil”, Ricardo Antunes (2006a, p.500-501) esclarece o significado da legislação social e trabalhista criada sob o governo de Getúlio Vargas (1930-1934; 1934-1937; 1937-1945). As reivindicações dos movimentos operários foram institucionalizadas na legislação trabalhista, que garantiria o salário – mínimo –, a redução da jornada de trabalho, o descanso semanal remunerado e as férias, e também na legislação sindical, que reprimiria os sindicatos autônomos existentes e outorgaria a categorias com pouca tradição de luta o direito de se organizar em sindicatos. Tratava-se, acusa o autor (ANTUNES, 2006a, p.501), de conceder, “como dádiva” ao trabalhador, o que lhe havia sido – e seria – retirado. A expressão “pai dos pobres”, referente a Getúlio Vargas, vem ao encontro também dessa interpretação.

era o mesmo que fazer refeições parcas (*Ibidem*, p.26), ou sentir uma fome qualitativa (*Ibidem*, p.34), isto é, comer mais massas do que carne, ovos e legumes e do que beber leite (*Ibidem*, p.35), ou passar a feijão com arroz (*Ibidem*, p.38). Podia-se jamais ter provado bolo e ter apenas uma provinha de goiabada de sobremesa. Podia-se comprar mais barato e a vista nas feiras livres, ou mais caro e a prazo nos armazéns (*Ibidem*, p.33). Comer fora de casa era proibitivo: o valor de uma refeição individual no centro da cidade equivalia ao das refeições diárias de toda uma família (*Ibidem*, p.33), e, em casa, já as hortas e as criações eram excepcionais (*Ibidem*, p.29). Vestir-se *miseravelmente* significava “nunca poder comprar um terno completo”, nem “roupa de baixo”, nem “meias”, nem “sapatos” (DECCA, 1987, p.26), ou ter de optar entre a “calça”, o “chapéu” e os “sapatos”. Podia-se ter poucas peças de roupa “de passeio”, ou sequer possuir “chinelos” e “roupa de baixo” (*Ibidem*, p.36). Morar *miseravelmente* equivalia a fazê-lo nos “bairros pobres ou operários” – mais ou menos antigos e mais ou menos próximos do centro, em quaisquer casos desprovidos de “rede de esgotos e água encanada”, com “os poços [...] construídos muito próximos às fossas” (*Ibidem*, p.39) –, em “casas individuais” ou em “porões e cortiços” (*Ibidem*, p.31) alugados, onde a cozinha e o banheiro podiam ser divididos ou exclusivos, ou mesmo inexistentes, a uma razão de 2-3 pessoas/cômodo e 5-5,5 pessoas/imóvel (cf. DECCA, 1987, p.31)³²⁶. Equivalia ainda a mudar-se frequentemente, em busca do aluguel mais barato ou da casa própria nos “bairros mais longínquos” (DECCA, 1987, p.47), o que, não obstante, não impedia de unirem-se “o operariado e a camada mais pobre da população”, pelo compartilhamento de “um mesmo modo de vida”, em torno de “interesses comuns e específicos em relação a outras classes sociais” (*Ibidem*, p.46). Adoecer *miseravelmente* significava ter “febre tifóide, disenteria, sarampo, lepra, meningite-cérebro-espinhal, tuberculose” (*Ibidem*, p.39), e morrer *miseravelmente*, morrer sem tratamento e ainda criança (cf. DECCA, 1987, p.24). Ser instruído *miseravelmente* equivalia a saber ler – jornais e livros – e escrever; frequentar escolas públicas, sem, porém, concluir o curso primário; frequentar escolas noturnas e profissionais, públicas ou não (*Ibidem*, p.45). “Bastante consciente a respeito de suas condições de vida” (DECCA, 1987, p.46), o operário não as subavaliavam nem as superavaliavam: sentia ao mesmo tempo medo e esperança. Lutava pela “obtenção do cumprimento da legislação trabalhista mínima já estabelecida” (*Ibidem*, p.22). Divertir-se *miseravelmente* era dançar, jogar futebol de várzea, frequentar bares, casas de jogos e apostas, e ir ao cineteatro (cf. DECCA, 1987, p.41-42).

³²⁶ Muito? Pouco? Lembremos que nos cortiços do Rio de Janeiro do final do século XIX Gilberto Freyre (1951) acusara uma média de 2,2 pessoas/cômodo. Na década de 20, em São Paulo, Raquel Rolnik (1997, p.184) acusa uma densidade de 11,76 habitantes por domicílio, naqueles bairros “com um padrão compacto e pendurados às linhas de bonde”, isto é, primeiro, Barra Funda, Brás, Belenzinho, Bom Retiro, Bexiga e Lapa, e, logo, Água Branca, Ipiranga, Vila Prudente, Mooca, Pari, Tatuapé e Pinheiros. Não sabemos, em quaisquer casos, contudo, a área de cada *cômodo*, nem a de todo o *domicílio*.

Para Maria Auxiliadora Decca (1987, p.29), era esse um operário “totalmente urbanizado”. Faltavam, em média, a esse operário – *totalmente urbanizado*, mas ainda *não arregimentado* – a comida, a roupa, a casa e a cidade *arregimentadas*?

Raquel Rolnik (1997, p.185) apresenta o “retrato produzido por um sociólogo norte-americano, Donald Pierson³²⁷ (1942), [...] dos níveis superiores e inferiores de moradia na cidade de São Paulo nos anos 40”: “do ponto de vista da provisão de serviços, nos níveis inferiores havia disponibilidade de água encanada e rede de esgoto, porém não aquecida e sempre de acesso coletivo; o combustível utilizado era predominantemente a lenha e o carvão (enquanto nos níveis superiores a água era aquecida e de acesso individual e o combustível era o gás encanado)”; “do ponto de vista da arborização, as casas superiores tinham cada qual seu jardim particular e as ruas eram totalmente arborizadas; nos níveis inferiores não havia qualquer jardim ou arborização”; “de uma perspectiva urbanística, os espaços descritos diferem quanto à densidade, ao uso exclusivo residencial unifamiliar versus a mistura de usos e uso coletivo de prédios, quintais e cômodos, e à qualidade dos serviços fornecidos”; “do ponto de vista da legislação em vigor [...], todas as casas de nível superior atendiam às exigências da legislação, enquanto todas aquelas enquadradas como inferiores não poderiam ser aprovadas [...]”.

Vejam agora o que se oferecia no centro de São Paulo à época, tomando como base o artigo “Busca do centro: o reencontro com a cidade”, de Francisco Capuano Scarlato (2004, p.252-253):

- muitos cinemas que “rivalizavam entre si em luxo e conforto”, como, por exemplo, o Cine Marrocos, com suas “grandes e requintadas salas de espera, todas acarpetadas, mobiliário de luxo, serviço de bar” e seus “três planos servidos por elevadores”;
- “restaurantes de boa qualidade, bares, e salões de chá”;
- “hotéis e restaurantes de luxo, como o Lord Hotel”;
- “luxuosas joalherias, magazines famosos, livrarias, lojas de materiais fotográficos”;
- “sede dos bancos”;
- “as mais importantes instituições públicas”;
- “sede de escritórios de importantes empresas industriais, a exemplo das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo”;
- “calçadas como passarelas, fazendo das ruas largas um lugar de convívio [...] nos feriados e finais de semana”.

³²⁷ PIERSON, Donald. Habitações em São Paulo: estudo comparativo. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n.81, p.199-239, jan./fev.1942.

Somando-se tudo isso, que não foi, entretanto, suficiente³²⁸, temos que:

- determinar a localização da moradia pela maior ou menor proximidade do *centro* é um indicador de que a *economia de viagens* era pelo *centro* orientada;
- a necessidade do *terno completo* ou da *roupa de passeio* para o *pobre ou operário* pode indicar a premência de ir ao *centro*³²⁹, inclusive para simplesmente passear, e a possibilidade de fazê-lo, sobretudo para aqueles a quem o *centro* é mais próximo ou acessível;
- a escola está mais próxima ou é mais acessível do que o hospital;
- se se optava pelos armazéns – mais careiros – em detrimento das feiras livres – mais barateiras –, tal podia se dever à sua localização, nesse caso experimentada também como vizinhança, pois os armazéns, careiros, vendiam a prazo para os fregueses;
- se o bolo que não se conhecia podia estar num salão de chá no *centro*, o livro que se lia talvez estivesse ali numa livraria, talvez numa biblioteca³³⁰.

³²⁸ Já estamos diante de uma bibliografia que, se não mais escassa (“Colônia”, “Império” e “República”, para empregar a terminologia mais corrente, ao que parece, foram mais pesquisados, pelo menos segundo os temas que nos são caros), é de difícil combinação.

³²⁹ Em *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*, Alba Zaluar (1985, p.103) observa que, em 1980 e 1981, entre os moradores da Cidade de Deus no Rio de Janeiro, “a roupa parece ser o objeto de consumo que, do ponto de vista individual, oferece a oportunidade mais clara e acessível de fugir à identificação de pobre, ou, pelo menos, a ilusão de poder fugir a essa identificação”; daí a divisão da roupa entre dois tipos: a de “ficar em casa e trabalhar” – “de estar com o pobre nas situações cotidianas em que convivem” – e a de “sair” – “a que imita ou reproduz o modo de vestir dos ‘ricos’”. Já então, naqueles anos 80, “a indústria têxtil reproduzia rapidamente e a preços mais acessíveis os itens de vestuário em moda nas classes superiores”, obrigando, do outro lado, à rápida substituição dos itens de “consumo sofisticado”, acessíveis somente às “classes superiores”, “de modo a evitar essa insuportável confusão social” (ZALUAR, 1985, p.103-104). Ora, nos anos 30, tal processo é embrionário: “A indústria têxtil, o comércio e a publicidade exigem ávidos consumidores para os seus produtos. Os modelos são substituídos como num passe de mágica, e as cores das confecções variam de estação para estação” (ABRIL CULTURAL, 1980, p.103). A moda alcança as *classes superiores*, acompanhada sofregamente, porém, pelos grupos médios então nascentes (cf. ABRIL CULTURAL, 1980, p.103). Michele Perrot (1988, p.103-104, 116), por sua vez, observa que, na Paris do século XIX, enquanto a moradia do operário não se distanciava do centro, uma boa roupa era o suficiente para garantir-lhe o acesso ali – um acesso ansiado para aquele que deixara o campo em busca não só de ascensão social mas também do “local de prazeres”, da “floresta onde se pode caçar furtivamente”, do “teatro de mil galinheiros”, do “espetáculo” que prometia a cidade. Nessa promissora Paris, como se sabe, a *insuportável confusão social* seria dissolvida também pelo distanciamento da moradia operária, e do operário, do centro (cf. PENNA, 1997).

³³⁰ Em 1941, São Paulo contabilizava 4.000 fábricas, mais de 1.400.000 habitantes, 12 bibliotecas, 10 estações de rádio e 70 cinemas e teatros (cf. ABRIL CULTURAL, 1980, p.93). Em 1937, a programação da Rádio Tupy incluía desde programas de variedades até solos de piano. “Na verdade o ouvinte do rádio em começos de 30 vive um conflito. O rádio lhe fora apresentado como símbolo de status e erudição, e de repente... Como explica um ouvinte: ‘Psychologicamente falando, o ouvinte de rádio é um typo interessante. Se faz parte da alta sociedade, recebe em casa o gran-fino, mantém o receptor na ópera, conversa a respeito de Verdi. Mas, quando as visitas se retiram... No tabuleiro da baiana tem...’” (*Ibidem*, p.62). O “teatro que faz pensar” era ainda iniciante em 1930, e somente em 1943 seria encenado “Vestido de noiva”, de Nelson Rodrigues, marco do “moderno teatro brasileiro” (*Ibidem*, p.259, 263). A produção cinematográfica brasileira, de 1930 – ano de fundação da Cinédia – a 1941 – ano de fundação da Atlântida –, cresce, mas já então sofre com a concorrência dos “sonhos importados” (*Ibidem*, p.265, 268) e sob a imposição, pelo Estado Novo, de temas nacionalistas. Também entre 1935 e 1945 – período de consolidação dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand –, passam a circular pelo país revistas tais como “A Cigarra” – e, depois, “O Cruzeiro” – e os gibis – importados (*Ibidem*, p.276-277). Nesses anos, ao mesmo tempo em que se multiplicam “as editoras de livros didáticos”, aumenta “a editoração de obras de entretenimento, voltadas ao público leitor das novas camadas médias da população”: “livros de aventuras, os romances policiais, os idílios de amor improvável no estilo ‘flor de laranjeiras’, as biografias romanceadas”, enquanto os “clássicos da literatura universal” e os “autores nacionais” ganham “tiragens de acima de 5.000 exemplares” (*Ibidem*, p.278). As editoras, porém, investem mais nas coleções, tais como “Menina Moça”, da José Olympio. Ainda na década de 40, mais de 24% dos livros brasileiros lançados no mercado são editados por seus autores. É nessa década que Carlos Drummond de Andrade é editado, pela primeira vez, por uma editora – a Pongetti (*Ibidem*, p.278).

O que faltava ao pobre ou operário, então? Pelo apontado por Maria Auxiliadora Decca (1987), poderia faltar-lhe: comer carne, ovos e legumes, e beber leite; provar bolo e comer mais goiabada; comer fora de casa; ter chinelos e roupa de baixo; ter um terno ou uma roupa de passeio completos; ter moradia fixa, com rede de esgoto e água encanada, cozinha e banheiro exclusivos; não adoecer de febre tifoide, disenteria, sarampo, lepra, meningite-cérebro-espinhal, tuberculose; não morrer criança; ir além do curso primário – uma falta do que então parecia ser o mínimo. Pelo apontado pelos demais autores, poderia faltar-lhe: comer em restaurantes *de qualidade* ou de luxo; ter roupas compradas em *magazines famosos* e joias; morar legalmente, em rua arborizada, em casa com jardim, água encanada – individual e aquecida – e gás, e frequentar, por exemplo, o Cine Marrocos – uma falta do que então parecia ser o máximo.

Em “Odores, sons e cores: mediações culturais do cotidiano operário”, capítulo do livro *A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário*, José de Souza Martins (2008a) noticia o aparecimento das casas recuadas e dos jardins dianteiros (das *casinhas próprias guardadas por portões de ferro...*) no *subúrbio operário* paulistano a partir de meados dos anos 30. Para o autor (MARTINS, 2008a, p.74), tal aparecimento deveu-se a um “pequeno complexo de fatores”, dentre os quais:

- “uma certa estabilização do operário, que já começava a ser operariado de segunda e terceira gerações” – e que já não mais se confundia com a *massa pobre urbana*, mas se “mesclava social e espacialmente” com a “baixa classe média” (*Ibidem*, p.71);
- “o declínio da influência de origem rural na mentalidade dos trabalhadores”. Se, antes, os “fundos” eram deixados livres para o pomar e para a horta, agora, a “frente” é desenhada como “jardim doméstico”, uma “miniatura dos jardins públicos e jardins residenciais dos palacetes em São Paulo” (*Ibidem*, p.70).

Se os *operários de segunda e terceira gerações* – se não *totalmente urbanizados*, já parcialmente desruralizados – não se relacionam com o *jardim público*, nem com o *jardim residencial do palacete*, nem com esses *frutos* de um *trabalho* que é seu, podemos aferir que lhes resta relacionarem-se com o *jardim doméstico*, o que, no entanto, não repõe o que se perdeu – a relação entre o “trabalhador e o seu produto, inclusive o espaço produzido a partir do seu lugar de trabalho”, segundo o mesmo José de Souza Martins, em obra anterior (MARTINS, 1992, p.11). Ante a perda do *monumento*, fica-se com a sua *miniatura*: esse o *fruto do trabalho* de que o operário, luxuosamente, usufrui. Ante a ausência, no subúrbio, daqueles *jardins, largos ou espaços livres para jogos*, o operário cultivará o seu. Ante a fragmentação da cidade, fica-se, nesse fragmento dela que é o subúrbio, com a intimidade; demarca-se a distinção entre o trabalhar – o lá fora – e o morar – o aqui dentro, onde *feras não rugimeçam*. Contrapõe esse jardim

doméstico, cultivado pela dona da casa: “casa e fábrica”; “frutos do trabalho e trabalho” (MARTINS, 2008a, p.75); “tempo sobrando” – “uma das primeiras indicações de luxo na família operária” – e “tempo necessário aos trabalhos da sobrevivência” (*Ibidem*, p.73). Diferente do quintal, onde se plantava o que comer, no jardim doméstico a dona da casa cuida do que é para se ver – flores³³¹ – e ostentar, ali mesmo: o “êxito” e a “dignidade” (*Ibidem*, p.75) da sobra do tempo³³². Exitoso e digno como um jardim era ter “uma pessoa formada na família”, em geral “o supostamente mais frágil, doentio, incapaz de enfrentar o trabalho pesado da fábrica” (*Ibidem*, p.80). “Estudar demais” ou “ler demais”, porém, “enfraquecia a idéia” (*Ibidem*, p.82).

Em visita à casa de Filipe, estivador e ogã³³³, Edison Carneiro, que acompanha Ruth Landes pelas andanças em Salvador, intercede, pedindo a ele que dance para ambos. Eis o diálogo registrado pela autora (LANDES, 1967, p.79, grifos nossos):

— Não, seu doutor – respondeu Filipe, devagar, sorrindo como se fosse para uma criança. — Não, preciso me poupar. O ensaio da noite passada só terminou na hora de pegar o trabalho, hoje de manhã. E tenho outro ensaio hoje.

Edison riu e disse, voltando-se para mim:

— Está vendo? Nada consegue cansar essa raça! É extraordinário! Conheço lavadeiras que andam léguas após o trabalho para dançar, dançam até a madrugada e quando vão embora estão inundadas de suor. Podem morrer de pneumonia, mas qual nada! os deuses as salvam.

Filipe sorriu de novo. O seu modo calmo sugeria uma grande reserva física.

— Seu doutor, estudar demais atrapalha as idéias. Mas o trabalho pesado nos conserva fortes e a brincadeira braba nos conserva moços. Na Bahia tudo é maravilhoso! Como é que diz o ditado? “A riqueza do Brasil está na roda do tambor”. Portanto, vamos dançar!

Ainda que o estivador (*dominado?*) e o operário (*explorado?*) temessem ambos o enfraquecimento da *ideia*, para José de Souza Martins (2008a, p.82), no segundo caso, tratava-se de um temor cujo verso era: a consideração de que a condição operária era transitória; a vontade de se livrar, pelo trabalho mental, do trabalho manual – o último subestimado em relação ao primeiro, desde o passado colonial –; a autodefesa “contra as desqualificações que o estamento dominante imputara no passado ao trabalho e ao trabalhador”³³⁴. No primeiro caso, tratava-se de um temor cujo verso era a impossibilidade ou

³³¹ Eram elas: margaridas, rainhas-margaridas, violetas, gerânios, dalias, rosas (cf. MARTINS, 2008a, p.71), flores que se viam nos *jardins de classe alta* – descritos por Richard Morse (1970) – de antes e de depois da virada do século. Contudo, se a *classe alta* sequer sabia os nomes das flores dos seus jardins *uropeizados*, a *classe baixa*, em seu jardim, delas cuida.

³³² De um tempo privado, contudo.

³³³ O ogã é um colaborador do terreiro de sua devoção; no caso de Filipe, um colaborador que dá “dinheiro e conselhos quando pedidos” e toca os atabaques que transmitem “a voz doce e tentadora dos deuses” (LANDES, 1967, p.77).

³³⁴ Carolina Maria de Jesus, autora de *Quarto de despejo* (1960) – diário escrito em 1955 e entre 1958 e 1960, na Favela do Canindé, em São Paulo –, ao mudar-se dali, depois do sucesso do livro, foi apedrejada por seus vizinhos (cf. VOGT, 1983, p.211).

a improbabilidade de livrar-se? Para que se manter forte senão para o *trabalho pesado*, e como se manter forte senão por ele? Como vimos, contudo, em nota anterior, mudar de *estamento* – para o de *mulato respeitável*, com *profissão reconhecida* –, nesse caso, significava, para o *filho africano*, abandonar a magia. *Trabalho pesado e brincadeira braba*, força e juventude, pareciam ser, então e nesse caso, indissociáveis.

Na noite suburbana, o operário volta para casa depois do trabalho, e o faz no “silêncio geral”, “percorrendo [...] as ruas de fraca iluminação, com raríssimas pessoas transitando após as dez horas da noite” (MARTINS, 2008a, p.111), numa “aventura” (e pôde José de Souza Martins testemunhá-la³³⁵) que é onírica, “no interior de um mundo que parecia outro” (*Ibidem*, p.111), lá onde os sapos coaxavam, trazendo à lembrança o feitiço para fazer chover – deixando-se o sapo morto de barriga para cima – ou para fazer voltar a pessoa amada – costurando-se a boca do sapo. “Era um silêncio de roça, ou melhor, do que da roça restava no subúrbio, o silêncio natural do trabalho interrompido”, rememora e especifica o autor (*Ibidem*, p.112).

De dia, atravessavam os sons do trabalho sempre retomado – despertadores, apitos das fábricas – os sons de “misteres antigos”: o do funileiro, o do amolador de facas e tesouras, o do vendedor de beiju, o do verdureiro e vendedor de frutas. Diferentes do *mister* que é preciso que se ponha *lá fora* para se forjar o *aqui dentro*, esses “tinham ainda uma relação de respeito com a intimidade da casa” (MARTINS, 2008a, p.115). “Tardaria muito para que a casa suburbana e operária fosse revolucionada pela invasão de equipamentos que transformariam a vida doméstica e a condição feminina”, conta-nos José de Souza Martins (2008a, p.116)³³⁶. O fogão a lenha, o sabão em pedra (e a flor de que se sabia o nome): ser dona de casa no subúrbio operário, antes do fogão, do sabão (e da flor) industrializados – e difundidos³³⁷ –, era também um *mister antigo*, anterior ao comprar pronto. Nesse tempo,

³³⁵ O capítulo desse seu livro é em grande medida baseado nas suas lembranças de “membro dos grupos sociais de referência nessa análise” (MARTINS, 2008a, p.63) ou, simplesmente, de menino antigo morador de São Caetano entre os anos 40 e 50 e “office-boy” da Cerâmica São Caetano S/A entre 1953 e 1958, sob a perspectiva do sociólogo que agora é (cf. MARTINS, 2008a, p.89, 141).

³³⁶ Segundo o autor (MARTINS, 2008a, p.117), pelo menos em São Caetano e naquela condição operária que se aproximava da baixa classe média, a participação da mulher no mercado de trabalho restringia-se “à adolescência e ao período anterior ao casamento”. Uma vez casada, dona de casa.

³³⁷ Em “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”, João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais (1998, p.562-574) elencam o que compõe “a economia moderna” que, “num período relativamente curto de cinquenta anos, de 1930 até o início dos anos 80, e, mais aceleradamente, nos trinta anos que vão de 1950 ao final da década dos 70”, fomos “capazes de construir”. A lista é extensa e vai desde “a comida industrializada”, “a roupa feita em massa”, “a escova e a pasta de dentes” (não mais o “sabão, o bicarbonato de sódio, o juá do Nordeste, o fumo de rolo em Minas, ou mesmo a cinza, esfregados com o dedo”), “o ferro elétrico” (não mais o “ferro a carvão”), “o fogão a gás” (não mais “o fogão elétrico na casa dos ricos”, não mais o “fogão a carvão”, o “fogão a lenha”, o “fogareiro” ou a “espíritoira” na “casa dos remediados ou pobres”), a “geladeira”, até “arranha-céus altíssimos, feitos de aço, concreto e vidro, equipados com elevadores nacionais”, “automóveis, utilitários, caminhões, ônibus”, numa cornucópia da qual retiramos o que estaria mais próximo desses anos.

também a água não fora industrializada³³⁸: não havia “água encanada”, nem se convertera “a privada em banheiro” ali (MARTINS, 2008a, p.116).

Fora do subúrbio, na “cidade” (MARTINS, 2008a, p.101), porém, operara-se uma conversão. Da “cidade”, conta-nos José de Souza Martins (2008a, p.101), já teriam sido expulsos “os resíduos industriais e fedores associados à atividade fabril”: São Caetano seria “o primeiro lugar, nos arredores de São Paulo, a ser alcançado por essa nova geografia dos odores”. Assim como se perdera, no *subúrbio*, a relação entre *o trabalhador e o seu produto, inclusive o espaço produzido a partir do seu lugar de trabalho*, perdera-se, na *cidade*, a relação entre *o espaço e o lugar de trabalho* a partir do qual era *produzido*. E separaram-se, assim, *o corpo asseado das novas elites urbanas e o corpo do suado proletariado*.

A Cerâmica São Caetano era, já em 1956, uma “fábrica moderna”, onde “uma nova economia de gestos do trabalho” e “uma redução no desperdício de tempo” (MARTINS, 2008a, p.158) faziam-se necessárias. Vejamos: na “velha seção de escolha [...]”, o mestre de seção controlava o ritmo de trabalho das escolhedeiças e encaixotadeiras visualmente e pelo ruído produzido pela batida de um ladrilho em outro, um dos gestos que as operárias repetiam para controlar a sua qualidade (*Ibidem*, p.155). Controlava o ritmo desses gestos também o ritmo do “enforma e desenforma”, descontínuo enquanto dependia “inteiramente de força humana”, de tal forma que muitas vezes aquelas operárias eram dispensadas do trabalho e iam para casa duas ou três horas antes do término da jornada: terminada a classificação de uma fornada, outra ainda não chegara à seção de escolha (*Ibidem*, p.158). O demônio aparece justamente aí, a espreitar aquelas operárias de um canto do salão, quando um novo forno-túnel é posto a funcionar, intensificando o ritmo do seu trabalho, que era – e permanecia – artesanal.

A “máquina invisível”, porém, não se restringia ao forno-túnel, a que as operárias não tinham acesso e sequer adivinhavam³³⁹: à modernização tecnológica corresponderia uma

³³⁸ Referindo-se ao surgimento da cidade capitalista moderna, Erik Swingedow (2003, p.99-100) escreve: “A domesticação da água e a privatização da higiene do corpo foram baseadas numa crescente mercantilização da água. [...] De fato, a própria homogeneização e padronização da água potável ‘urbana’ lançou os diversos fluxos naturais e características da água da natureza para o domínio da circulação de mercadorias e dinheiro com suas qualidades abstratas e relações concretas de poder. A conquista urbana da água a trouxe diretamente para a esfera do dinheiro e do capital cultural, com suas relações de poder associadas [...]. Por exemplo, a domesticação mercantilizada da água anunciou a retirada do corpo da elite urbana e sua higiene da esfera pública ou semi-pública, com sua circunscrição na privacidade e intimidade do banheiro e da toailete. Isto, por sua vez, redefiniu o corpo e as relações corporais. O novo corpo humano asseado e desodorizado (lavado), situado num espaço público cívico urbano, redefiniu relações tanto de classe quanto de gênero. Imagens da sexualidade (sobretudo femininas) começaram a girar em torno dos segredos, da intimidade e do erotismo associados ao banheiro, à toailete, à aspersão de água domesticada sobre o corpo nu [...]. Os homens começaram a procurar cheirar a tabaco e a couro, e as mulheres, a rosas e violetas. Mas esse novo corpo cívico urbano também separou os corpos asseados das novas elites urbanas do camponês malcheiroso e do suado proletariado”.

³³⁹ Na planta da fábrica já as seções eram setores, ocupando distintos edifícios ou cômodos (cf. MARTINS, 2008a).

“gerência científica”, e o mesmo desencontro verificado entre os ritmos dos trabalhos de fabricação dos ladrilhos verificar-se-ia entre os mestres e os engenheiros (MARTINS, 2008a, p.162). Os primeiros eram moradores dos bairros próximos, vizinhos dos operários e entre si, ou parentes, guardiães do segredo do seu ofício. Os segundos, ah, os segundos eram os representantes da “racionalidade impessoal e técnica” (*Ibidem*, p.162). O demônio visto pelas escolhedeadas e encaixotadeiras tinha a mesma aparência dos engenheiros, o “rosto sorridente”, “o *punctum* da imagem centrada na cabeça e não no corpo” (*Ibidem*, p.110). Ante a quantidade extraordinária de ladrilhos com defeitos que chegavam à sua seção, resultado da adaptação inicial – e que afinal se concluiria – das demais seções ao novo forno, cabia uma explicação, e essa fora encontrada... na magia. A “celebração de uma missa” e o “benzimento da fábrica” que se seguiriam àquela aparição, para o autor (*Ibidem*, p.178), foram atos de “restituição simbólica da fábrica ao tempo cósmico e qualitativo que fora banido com a completa sujeição de todo o processo de trabalho ao tempo linear, quantitativo e repetitivo da produção automatizada, na imposição dos gestos do trabalho parcelar”. *Parcelar* não só pela divisão dos gestos, mas também pela separação entre trabalho manual e mental a que corresponderia: *todo o processo de trabalho* agora seria realizado por uns – corpos –; concebido e comandado por outros – cabeças.

Ao tempo *sobrando* em casa correspondia essa intensificação do tempo na fábrica; ao tempo *cósmico e qualitativo* da casa, o tempo *linear e quantitativo* da fábrica? A dona de casa não “trabalhad~~eira~~” (MARTINS, 2008a, p.117) era a que se distraía, em casa, ouvindo “as novelas da Rádio São Paulo, sem ter o jantar pronto quando o marido chegava da fábrica” (*Ibidem*, p.117). Não-ser-trabalhad~~eira~~ era, no âmbito doméstico que assim se forjava, portanto, diferente de dispor-se às *lassitudes dos sempre imprevistos*, salvo *oniricamente*³⁴⁰.

³⁴⁰ Revela-nos algo desse estado onírico, desse repto, o conto “Devaneio e embriaguez de uma rapariga”, de Clarice Lispector, finalizado em março de 1955 e publicado, em 1960, na coletânea *Laços de família*. Sua protagonista é dona de casa na Rua do Riachuelo, à beira do centro, esposa de “negociante” nem tão “próspero”, nem tão “fino”, nem tão “rico” quanto o que os convida – marido e esposa – para um “sábado à noite” na “tasca da praça Tiradentes”; uma dona de casa nem tão fadada, nem tão vulgar, nem tão pobre, portanto, quanto aquela sob o exame de José de Souza Martins. Leiamos:

— E o que tens?, pergunta-lhe o homem atônito, a ensaiar imediatamente carinho mais eficaz.

Obstinada, ela não saberia responder, estava tão rasa e princesa que não tinha sequer onde se lhe buscar uma resposta. Zangou-se:

— Ai que não me maces! não me venhas a rondar como um galo velho!

Ele pareceu pensar melhor e declarou:

— O rapariga, estás doente.

Ela aceitou surpreendida, lisonjeada. Durante o dia inteiro ficou-se de cama, a ouvir a casa tão silenciosa sem o bulfício dos miúdos, sem o homem que hoje comeria seus cozidos pela cidade. Durante o dia inteiro ficou-se à cama. Sua cólera era tênue, ardente. Só se levantava mesmo para ir à casa de banhos, donde voltava nobre, ofendida.

A manhã tornou-se uma longa tarde inflada que se tornou noite sem fundo amanhecendo inocente pela casa toda. Ela ainda estava à cama, tranqüila, improvisada. Ela amava... Estava previamente a amar o homem que um dia ia amar. [...] Dum momento para outro, com raiva, estava de pé. Mas nas fraquezas do primeiro instante parecia doída e delicada no quarto que rodava, rodava até ela conseguir, às apalpadelas, deitar-se de novo à cama,

E não-ser-trabalhador, que seria? Cabia ao chefe daquela família *nuclear*, “voltada para dentro”, não deixar “faltar à mesa o pão nosso de cada dia”, avisa-nos José de Souza Martins (2008a, p.117), o que equivalia a não ser “preguiçoso”... E também a ser *econômico*, a equilibrar o orçamento – doméstico – e o corpo – fabril –, a *voltar para casa depois do trabalho*, ainda que sonhando... “O homem trabalhador nunca tomava, ou nunca era visto tomando, mais do que um pequeno copo de cachaça. Mas o trabalhador sério, mesmo, tomava sua pinguinha em casa. Muitos operários orgulhavam-se dessa prática de ocultação, de não beberem diante de terceiros. Era um sinal de familismo, de respeito aos valores da família, de não fazer parte do grupo de irresponsáveis de vida dupla, a do boteco e a da casa”, revela-nos o autor (MARTINS, 2008a, p.99). Às mulheres somente era concedida a cerveja preta, medicinal, tomada em casa aos domingos, herança de um “passado de confinamento e recato” (*Ibidem*, p.99), ante a qual beber não era *sinal de familismo*. Associava-se aqui, como lá se indissociara o *trabalho pesado da festa braba*, o *trabalho sério à festa em casa*? Nesse caso, compunham a festa doméstica o jardimzinho, para as mulheres; a pinguinha, para os homens.

Ouçamos esse *Abrigo de vagabundos*³⁴¹, de 1959, por Adoniran Barbosa:

Eu arranjei o meu dinheiro
Trabalhando o ano inteiro
Numa cerâmica
Fabricando pote
E lá no alto da Mooca
Eu comprei um lote dez de frente e dez de fundos
Construí minha maloca
Me disseram que sem planta
Não se pode construir
Mas quem trabalha tudo pode conseguir
João Saracura, que é fiscal da Prefeitura
Foi um grande amigo, arranjou tudo para mim
Por onde andaré Joca e Matogrosso
Aqueles dois amigos
Que não quis me acompanhar
Andarão jogados na Avenida São João
Ou vendo o sol quadrado na detenção [...]
Minha maloca, a mais linda que eu já vi
Hoje está legalizada, ninguém pode demolir
Minha maloca, a mais linda deste mundo
Ofereço aos vagabundos
Que não têm onde dormir.

surpreendida de que talvez fosse verdade: ‘ó mulher, vê lá se me vais mesmo adoecer!’, disse desconfiada. Levou a mão à testa para ver se lhe tinham vindo febres.

Nessa noite, até dormir, fantástico, fantástico: por quantos minutos? Até que tombou: adormecida, a ressonar com o marido.

Acordou com o dia atrasado, as batatas por descascar, os miúdos que voltariam à tarde das titias, ai que até me faltei ao respeito!, dia de lavar roupa e cerzir as peúgas, ai que vagabunda que me saíste!, censurou-se curiosa e satisfeita, ir às compras, não esquecer o peixe, o dia atrasado, a manhã pressurosa de sol [...]” (LISPECTOR, 1960, p.14).

³⁴¹ A letra foi extraída, em 25/3/2011, de <<http://letras.terra.com.br/adoniran-barbosa/43962>> (BARBOSA, 1959a), mas corrigida, na mesma data, segundo <<http://www.youtube.com/watch?v=69EBPu974Dc>> (*Idem*, 1959b), em que é o próprio Adoniran que canta *Abrigo de vagabundos*.

José Paulo Paes (1983, p.177), em “Samba, estereótipos e desforra”, destaca, nesse samba, “a fidelidade sentimental do elocutor a um passado a que renunciou” e, além dela, “a ênfase na positividade do trabalho [...], a que se contrapõe, com igual ênfase, a negatividade da vadiagem”. Ainda beirando os limites da interpretação, podemos destacar, nesse mesmo samba, a *maloca*, ao mesmo tempo *minha* e a que *ofereço*; a *mais linda que eu já vi* e a *mais linda deste mundo*. *Dividido esse Eu*, agora *operário*, entre uma dupla propriedade – a *minha* e a que *ofereço* ao *rigorosamente igual*?

Quando o fogão a gás chega à casa de José de Souza Martins, em meados dos anos 50, sua família experimenta “uma verdadeira sensação de progresso, de ascensão social [...], uma sensação de que as durezas da vida haviam sido vencidas” (MARTINS, 2008a, p.95). Assim descrita, essa sensação parece transcender a *positividade do trabalho*: o que o operário vencera fora a *negatividade da vida*. Nesse caso, o operário de uma fábrica que “tinha uma política social avançada” (*Ibidem*, p.152): férias remuneradas já no final dos anos 20; nos anos 50, assistência médica; 13º salário antes mesmo que se decretasse a sua obrigatoriedade. Em 1957, esse operário não aderiu à “grande greve de outubro”, cujas circunstâncias – as “inovações tecnológicas” (*Ibidem*, p.150) – eram as mesmas que aquelas experimentadas na Cerâmica São Caetano. Dali, porém, o *inimigo*, mágico, havia sido, pelo menos temporariamente, afastado. Para o autor (*Ibidem*, p.118), “a desumanização própria do trabalhador moderno, na coisificação do trabalhador, produtor de coisas por meio das quais se produzia socialmente, podia ser compreendida e lamentada a partir dos baluartes de arcaísmos e formas retardatárias de viver e pensar, em que a condição humana, anacronicamente, ainda tinha precedência em relação a tudo o mais”. E poderia essa mesma *desumanização* resolver-se não na *compreensão* ou no *lamento* mas numa *grande greve* e, ainda, na humanização da *coisa* – parte, ou *sobra*, do fruto do trabalho: *maloca mais linda, casa-com-jardim-e-fogão-a-gás*?

Se o samba de Sinhô não se passava *para essa gente*, já se contaminara Adoniran Barbosa d’*essa gente*? Pelo trabalho *que tudo pode conseguir*, contudo, afirmava-se a vida – alerta-nos José de Souza Martins (2008a)³⁴². Uma vida – não a *galvanizada provisoriamente para a farra*, mas a rotineiramente ganha em cada *coisa*, para cada casa?

Em 1956, Vinícius de Moraes escreve *O operário em construção*: O operário foi “[...] tomado/ de uma súbita emoção/ ao constatar assombrado/ que tudo naquela mesa –/ Garrafa, prato, facão –/ Era ele quem os fazia/ [...] / O operário emocionado/ Olhou sua própria mão/ Sua

³⁴² Assim nos sugeriu antes o depoimento do Sr. Amadeu, referindo-se esse operário-artesão, contudo, ao trabalho em si e não, ao *trabalho que tudo pode conseguir*.

rude mão de operário/ De operário em construção/ E olhando bem para ela/ Teve um segundo a impressão/ De que não havia no mundo coisa que fosse mais bela” (MORAES, 1956).

Carlos Vogt (1983, p.208) observa que, em *Quarto de despejo* (JESUS, 1960), uma vez que “a pobreza é um estado real e concreto [...], a alegria é também muito mais palpável e toca diretamente os sentidos”, no caso de Carolina Maria de Jesus (1960, p.43), na Favela do Canindé³⁴³, assim: “[...] Fiz a comida. Achei bonito a gordura frigindo na panela. Que espetáculo deslumbrante! As crianças sorrindo vendo a comida ferver nas panelas. Ainda mais quando é arroz e feijão, é um dia de festa para eles”. Apresenta-se aqui, aos sentidos, “a pobreza como a materialidade e a concreção de um objeto físico³⁴⁴”, continua Carlos Vogt (1983, p.208). “Mesmo o dinheiro, mediação das mediações, deixa de ser aí um valor, uma abstração, para ser, ele também, um objeto, uma coisa. O dinheiro-ferro, o dinheiro-papel³⁴⁵, o dinheiro-arroz-e-feijão [...]”, conclui o autor (VOGT, 1983, p.209). E quanto ao trabalho? Neste caso, está ele “longe de entrar na dinâmica do processo de produção e de transformação das condições sociais de seus agentes” (*Ibidem*, p.209). No caso da Carolina-catadora-de-papel – diferente do caso do *operário* que concebia sua condição como *transitória*? –, “amanhã será como hoje, hoje é como ontem, ontem foi como todos os outros dias anteriores e futuros” (*Ibidem*, p.209)³⁴⁶.

Eram assim, segundo Carlos Vogt (1983, p.207), esses dias iguais: “levantar cedo, ir buscar água na única torneira que serve a mais de cento e cinqüenta barracos iguais aos de Carolina, atender aos filhos, sair para a cidade em busca de papel, de lata, de ferro, sobrecarregar-se com o peso de seu transporte, vender a sucata recolhida nas ruas, comprar os

³⁴³ Sobre a Favela do Canindé somente nos foi possível saber que ficava às margens do rio Tietê. Como informa Carlos Vogt (1983, p.212), há quem diga que a favela desapareceu em consequência das “denúncias” de Carolina Maria de Jesus.

³⁴⁴ Essa pobreza tem a *concreção* da fome que lhe corresponde, podemos acrescentar. Alba Zaluar (1985, p.104-106) identificará, entre os moradores da Cidade de Deus, a distinção entre o que é “comida” – “arroz e feijão” – e o que são “coisinhas que não enchem barriga”, ou entre o que é a fome do pobre e o fastio do rico. Para a autora, trata-se tanto de “valorizar positivamente o ser pobre”, que pode estar “sem dinheiro no bolso, mas de barriga cheia”, quanto de associar a comida à sustentação da “força para trabalhar”. “É o feijão que ‘sustenta’ e, ‘se não tem comida’, ‘se não tiver feijão’, é a fome”. O que a autora põe entre aspas são expressões próprias dos moradores.

³⁴⁵ Carolina Maria de Jesus nasceu por volta de 1914, em Sacramento, Minas Gerais, e chegou a São Paulo em 1937, trabalhando ali inicialmente como empregada doméstica. Ao engravidar – condição não aceita pelos patrões –, muda-se para a favela e passa a trabalhar como catadora de papéis. Com o êxito comercial do seu livro – foram 80.000 os exemplares vendidos –, muda-se para um bairro – Santana –, onde permanece até 1964, quando se muda para Parelheiros, a cerca de 4 km de São Paulo. Ali, em 8.000 m² de terra e numa pequena casa, cria porcos e galinhas, e continua a escrever, mas suas obras não mais são prestigiadas. Em 1977, na casa de um dos filhos, um barraco, ela morre “como sempre viveu: pobre” (cf. VOGT, 1983, p.204-205).

³⁴⁶ Somente em 1958 o jornalista Aurélio Dantas, em visita à Favela do Canindé para uma reportagem, acena a Carolina Maria de Jesus com a possibilidade de publicação do seu diário, o que viria a ocorrer dois anos depois. Seria Aurélio Dantas a copidescá-lo e a agenciar a sua edição pela Livraria Francisco Alves. É dele também o prefácio do livro.

alimentos que serão consumidos no mesmo dia e na proporção exata do pouco dinheiro obtido no trabalho de todo o dia”. De fato, assim podem se resumir. Como, então, distingui-los, contá-los um a um, como se fez em *Quarto de despejo* (JESUS, 1960)? Era isso o que o diário, iniciado antes mesmo de poder se tornar livro, realizava, antecipando-se à promessa do dia diferente de cuja realização seria instrumento.

Em *Vila de malocas*, Laudelino T. Medeiros (1951) destaca uma família moradora da Vila Forno do Lixo, em Porto Alegre, “em pleno coração da cidade” (MEDEIROS, 1951, p.16), como “o caso mais grave de desorganização social e moral” (*Ibidem*, p.32) encontrado em sua pesquisa, cujo universo abrangeria as 12 vilas de malocas então existentes na cidade. A casa dessa família enquadra-se na categoria “inominável”, isto é, trata-se não de uma “casa” mas de “um amontoado de coisas com intenção de abrigo”, nesse caso, de “restos de madeira e os mais variados pedaços de latas enferrujadas, em forma de meia-água, com 2,10 m de altura na frente e 1,80 nos fundos; [...] 2,5 m por 2,5 m de lado, isto é, 6,25 m²” (*Ibidem*, p.27). Nessa área, subdividida em “um quarto sem porta, com uma cama, que é a única ali existente”, moram “a mãe, seis filhos – de 17, 15, 10, 8, 7 e 4 anos – e o amante de uma das filhas” (*Ibidem*, p.32)³⁴⁷. Sua alimentação é “indescritível”: “cozinham uma vez só por dia, e comem 1 kg de pão, ¼ litro de leite, ½ kg de carne e um pouco de feijão com arroz, isto diariamente, em duas refeições principais e café da manhã” (*Ibidem*, p.32). Quanto ao vestuário, apenas faltam sapatos às crianças. Na Vila Forno do Lixo, não há “instalação elétrica”, nem “rede de esgoto”, nem “serviço de remoção de cubos”, nem “água encanada” (*Ibidem*, p.28). Não há “quartos de banho” e, às vezes, sequer “bacias” (*Ibidem*, p.28). Cada casa “tem, a uma distância de 3 a 5 m, uma casinha sobre um fosso, que substitui a fossa biológica” (*Ibidem*, p.28). A “água necessária é conseguida [...] das bicas em casas de residências próximas, cujos proprietários cobram cinco a dez cruzeiros por mês a cada maloqueiro” (*Ibidem*, p.28). Mais da metade dos chefes de família ocupam-se de “biscates e changas” (*Ibidem*, p.35). Em um terço dos casos, a “receita” das famílias é complementada pelo trabalho da mulher e, em alguns casos, pelo dos filhos (*Ibidem*, p.35). Enquanto há ali o depósito de lixo da cidade, um dos motivos pelos quais surge a vila naquela localidade, trabalham como “cisqueiros”: de “papel velho” e de “objetos perdidos” (*Ibidem*, p.38), que depois vendem a um intermediário. Apenas um quinto das famílias planta “hortaliças”, e menos do que um quinto dedica-se à criação de galinhas, embora as famílias sejam, em sua maioria, de “origem rural”.

³⁴⁷ Finalmente temos aqui uma relação habitante/m²: 1,01, nesse *caso mais grave*.

Os grandes móveis psicológicos que dirigiram os indivíduos foram a necessidade de habitação aliada ao interesse econômico de posse e, algumas vezes, de lucro pela venda, pois em certo momento estabeleceu-se uma verdadeira indústria e comércio de malocas: o indivíduo, com um mínimo de material, construía um casebre e o vendia vantajosamente, porque o comprador, afora o trabalho, economizava o risco (medo) de iniciar a construção em terreno alheio; com o produto da venda construía uma maloca melhor e assim sucessivamente. Tivemos oportunidade de ver recibos dessas transações. (*Ibidem*, p.41).

Seus próprios moradores declaram ter vindo para a vila “porque o conhecido Fulano ou o parente Beltrano, ali residentes, lhes havia indicado” (*Ibidem*, p.41), mas 80% dos seus moradores residiam ali há apenas 1 ano e meio (*Ibidem*, p.40), e somente 5 moradores, há mais de 5 anos. Não se manifestava entre as famílias “conflito mais extenso” ou “mais grave”, apenas “richas entre vizinhas, desentendimentos, conflitos por causa de tapumes que impediam passagem, ou por causa de animas desaparecidos e quejandas questões³⁴⁸” (*Ibidem*, p.43). “Metade das famílias são fundadas em mancebias” e, “entre estas, muitas são muito instáveis” (*Ibidem*, p.33). “A grande maioria procura matricular seus filhos em colégios”, “grupos escolares de Porto Alegre” (*Ibidem*, p.34).

O livro, para Carolina Maria de Jesus; a maloca, para os da Vila Forno do Lixo: tratava-se de “romper o cerco da economia de sobrevivência que tranca a vida ao dia-a-dia do dinheiro-coisa” (VOGT, 1983, p.210). Nos dois casos, a ideia mesma de um *dia a dia*, contudo, parece não se aplicar. No caso de Carolina – nesse caso podemos avançar, tomando nós mesmos seu *Quarto de despejo* –, o tempo – não o que sobra, mas o que é extraído do corpo já consumido pelo trabalho-coisa³⁴⁹ – é empregado no rompimento daquele cerco, com a mesma fúria com que se emprega o *tempo-coisa* naquilo que impede que o cerco se feche, possibilitando-lhe, e aos seus filhos, não “suicidar” de fome (cf. JESUS, 1960, p.166)³⁵⁰.

No caso de Carolina, seu sonho – o rompimento do cerco – era³⁵¹ “andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível”. É desse

³⁴⁸ Em *Quarto de despejo* (JESUS, 1960), as brigas entre casais e vizinhos são constantes, podendo envolver insultos e agressões físicas, inclusive a faca, bem como pequenos atentados, como o da queima de sacos de papel catado. Briga-se por ciúme – do amásio, da amásia; briga-se por dinheiro – devido ou aferido em quantidade diferente; briga-se por espaço – pela definição do público e do privado ante a sua superposição. Em síntese, briga-se porque a propriedade é pura contradição onde a pura necessidade domina? Essa a *dupla propriedade* revelada por Adoniran Barbosa? Ofereço a *coisa* porque há quem não a tenha; não a tendo, eu a tomo – a *coisa* não é, ainda, propriedade. Em *Quarto de despejo* (JESUS, 1960, p.17) foi escrito: “a única coisa que não existe na favela é solidariedade”. Carolina de Jesus tentava evitar as brigas, ora intervindo pessoalmente entre os contentores, ora ameaçando-os com o livro, onde registraria seus maus comportamentos. Atraía, então, para si, a briga, pois se posicionava na favela, antes mesmo da sua mudança para o bairro, não simplesmente como alguém *rigorosamente igual*.

³⁴⁹ “Esse serviço que a senhora faz é serviço de cavalo”, observa “um preto” que Carolina de Jesus (1960, p.55) encontra ao catar papel.

³⁵⁰ Para a autora (JESUS, 1960), não se trata de morrer de fome: a interrupção do *trabalho-coisa* seria um suicídio.

³⁵¹ Esse é o tempo de verbo que a autora (JESUS, 1960) emprega: o pretérito imperfeito.

corpo sujo – não *suado* como o corpo do operário, mas sujo –, maltrapilho, em desconforto, que ela sonha – sonhava – livrar-se. Mais do que o trabalho – de catadora, na *cidade* onde se produzem as sobras –, o que suja esse corpo é a moradia – na *favela* onde há a falta. Escreve ela (JESUS, 1960, p.23): “Eu não estou descontente com a profissão que exerço. Já habituei-me a andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir na favela”. E adiante (*Ibidem*, p.48): “[...] Cheguei na favela: eu não acho jeito de dizer cheguei em casa”.

Na *cidade*, a catadora é bem tratada – bem-educadamente tratada – pelos que lhe são desiguais; na *favela*, aguça-se a exigência de distinguir-se: entre iguais é indisfarçável o rigor da sua condição. Às senhoras que já a reconhecem na *cidade* ela não pede ajuda – a esmola –, participando, em igualdade, do jogo da conversão da desigualdade em diferença, da exploração em dominação. É na *favela*, reposta à sua condição e à sua experiência – de *favelada* –, que ela brada, com o livro, a diferença. Carolina era uma chata, na visão dos seus vizinhos: uma chata que exigia de si, e deles – *rigorosamente iguais* –, uma dupla fúria³⁵². “Tem pessoas aqui na favela que diz que eu quero ser muita coisa porque eu não bebo pinga”, denuncia (JESUS, 1960, p.73).

Para Carolina de Jesus, a *condição humana* é ao mesmo tempo *anacronismo* e horizonte – impossível sob o tempo não *repetitivo*, mas anulado, da sobrevivência. Registra ela (JESUS, 1960, p.45):

Que efeito surpreendente faz a comida em nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos. [...] O meu corpo deixou de pesar. Comecei a andar mais depressa. Eu tinha impressão que deslizava no espaço. Comecei a sorrir como se estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida³⁵³.

Maurício de Almeida Abreu (1987, p.106), com base no censo de 1948, conta que, naquele ano, num Rio de Janeiro “em movimento – do urbano ao metropolitano”³⁵⁴ –, 135 favelas e seus 138.837 moradores³⁵⁵ distribuíam-se entre a “área suburbana” – 44% das favelas e 43% dos “favelados” –, a “zona sul” – 24% das favelas e 21% dos “favelados” – e a “zona

³⁵² Carlos Vogt (1983) refere-se a um ensaio de Antônio Cândido (O mundo-provêrbio. *Língua e Literatura*, São Paulo, n.1, p.93-111, 1972) sobre *I Malavoglia*, de Giovanni Verga (1881), tomando dali o “titanismo romântico”, a “majestade tenebrosa” que se atribui “nos romances naturalistas ao destino do pobre, quando jogado nos limites da sobrevivência”: para o autor (VOGT, 1983, p.210), há uma “certa dose” desse *titanismo* e dessa *majestade* no “romance realista” de Carolina Maria de Jesus.

³⁵³ Enquanto ao pobre a falta anulava a experiência, ao rico a abundância a intensificaria?

³⁵⁴ O título do capítulo em questão de *Evolução urbana do Rio de Janeiro* é “O espaço em movimento: do urbano ao metropolitano” (ABREU, 1987, p.93).

³⁵⁵ Com base no mesmo Censo, Lilian Fessler Vaz (2002, p.129) completa a informação: os 138.837 – ou 7% da população da cidade – morariam em 34.528 “casebres”. Em média, então, eram 4 as pessoas por *casebre*.

centro-Tijuca” – 22% das favelas e 30% dos “favelados”. A “zona Bangu-Anchieta”, “mais distante dos locais de emprego”, tinha “participação bem menos significativa” (ABREU, 1987, p.106). Setenta e sete por cento dos “favelados do centro” e 79% dos da “zona sul” trabalhavam na própria zona de residência, contra 58% daqueles da “zona norte e subúrbios” (*Ibidem*, p.106).

São esses *subúrbios* e a *zona Bangu-Anchieta* o que o autor (ABREU, 1987, p.97) já denomina “periferias” – “imediate” e intermediária” –, enquanto o “núcleo” engloba o *centro-Tijuca* e a *zona sul*. A indústria não só se transferira do *núcleo* para as *periferias* como ali se multiplicara. Entre 1940 e 1950, o “número de estabelecimentos industriais” cresceu em 30%, o “pessoal ocupado”, em 40%, e o “valor nominal da produção”, em 441% (*Ibidem*, p.96)³⁵⁶. “Resultou daí um processo de ocupação progressiva dos subúrbios”, explica o autor (*Ibidem*, p.96), mas um processo cuja progressão podia ser inversa: naqueles *subúrbios*, “a invasão de favelas atraídas pela ocupação fabril do espaço impediu a instalação de indústrias em alguns trechos”.

Eram aqueles *favelados*, suburbanos ou não, em sua maioria, jovens e migrantes – vindos dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo –, “ocupados” no “setor secundário” – 30% –, sobretudo os “suburbanos”, na “construção civil” – 20% – e “nos serviços domésticos” – 20% –, sobretudo os da “zona sul”; e também no comércio – 10% –, nos transportes – 10% – e na administração pública – 6%. Nesses números, “a importância da localização próxima ao trabalho fica evidenciada”, anota o autor (ABREU, 1987, p.106). Em que se distinguiam dos que tinham acesso a essa *importância* os 23% dos *favelados* do *centro*, os 21% dos da *zona sul* e os 42% dos da *zona norte e subúrbios*, que ali somente moravam? Em números absolutos, eram eles 44.281, aproximadamente um terço do total de *favelados*, dos quais a maioria, ou 25.671 – aproximadamente um quinto do total de *favelados* –, morava na *zona norte e subúrbios*.

Eram esses os *favelados* que iam daqui para ali, de casa para o trabalho – e vice-versa –, de uma *zona* – ou *área* – para outra, todos os dias, para, “ao contrário do que se poderia esperar”, receber a maioria – ou 55,2% – entre 1 e 2,5 salários mínimos, e a minoria – ou 26,2% – “menos do que um salário mínimo” (ABREU, 1987, p.106).

Também *ao contrário do que se poderia esperar*, somente 12,3% d’aqueles *jovens e migrantes vindos dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo*, e

³⁵⁶ O aumento – comparativamente exorbitante – do *valor nominal da produção* já indicaria, nesses *estabelecimentos industriais*, por esse *pessoal ocupado*, aquela intensificação da produção notada por José de Souza Martins (2008a) na Cerâmica São Caetano?

“chegados à cidade na década de 40”, instalavam-se nas favelas: “foram os subúrbios mais afastados do centro e, principalmente, os municípios da Baixada Fluminense que abrigaram a maior parte dos recém-chegados” (ABREU, 1987, p.107), em loteamentos, “muitos dos quais abertos sem qualquer aprovação oficial” (*Ibidem*, p.109). Não ficamos sabendo, porém, quantos dentre os *recém-chegados* instalados nesses loteamentos trabalhavam ali mesmo – onde a indústria também abrira uma nova frente –, quantos iam daqui para ali, de casa para o trabalho, e vice-versa, todos os dias. Sabemos somente que, a partir da década de 50, o subcentro Madureira “apresentou um incremento notável das atividades de comércio e serviços, passando a servir não só aos bairros próximos como também à Baixada” (*Ibidem*, p.125). Os moradores de Copacabana, por seu turno, já no final da década de 40, instalados em “edifícios de vários pavimentos” – de 8 a 12 pavimentos, se preferirmos –, não mais precisavam ir ao “centro da cidade”, para consumir “tudo”³⁵⁷, pois *tudo* ali mesmo obtinham (*Ibidem*, p.112), e, se não *tudo*, “parte das atividades de serviços, comércio de luxo e lazer” (*Ibidem*, p.115) fora para ali transferida do *centro da cidade*. Sabemos, ainda, que logo – entre 1950 e 1964, se preferirmos – o trem que levava ao subúrbio – do mais próximo ao mais afastado do centro – seria substituído pelo ônibus, enquanto o automóvel concentrar-se-ia no *núcleo*, e o bonde desapareceria (cf. ABREU, 1987, p.115-133). E, finalmente, sabemos que, de 1950 a 1960, o número de favelados cresceu de 169.305 a 335.063, em taxas de crescimento assim variáveis: menos de 50% no “centro e zona do Méier”, de 51% a 100% na “zona sul e Tijuca”, 150% na “zona suburbana da Leopoldina”, 200% na “zona suburbana de Madureira”. Dos 104.038 *favelados* que exerciam atividades remuneradas em 1960, 56% recebiam um ou menos do que um salário mínimo, sendo que a indústria e a construção civil absorviam 36% deles, e a prestação de serviços, 34% (cf. ABREU, 1987, p.125-126).

Disso tudo, extraímos que, entre 1948 e 1964, os *chegados* a esse Rio de Janeiro *em movimento* encontraram uma cidade que ia se multiplicando: morar – em favela – e consumir no *centro*, trabalhando na *zona norte e subúrbios*; morar – em favela na *zona sul* – e consumir no

³⁵⁷ Já nos anos 40, “tudo” é assim listado (cf. ABRIL CULTURAL, 1980, p.244): “Para comer e beber havia o suco V-8, Quaker Oats e enlatados Swift. Para as janelas, venezianas de alumínio Pan-American. Para a cozinha, o batalhão de auxiliares eletrodomésticos da GE. Para os olhos, lentes Ray-Ban, legítimas da Bausch & Lomb. Para a barba, lâminas Gen, folheadas a ouro. Para os dentes, escovas Prophylatic. Para os cabelos, Fixbrill e Brylcreem. Para as axilas, desodorante Magic. Para a pele, Cosmetic Oiler e talco Night and Day. Para ouvir, vitrolas Silverstone, rádios Zenith. Para fotografar, filmes da Eastman Kodak. Para ler os tipos inesquecíveis de *Seleções*, lâmpadas Edison/Mazda. Para escrever seco com tinta limpa, Parker 51. De Hollywood vinha o recado: nove entre dez estrelas usavam sabonete Lever [...]. A senhora Gary Cooper recomendava o batom Tange [...]. Ainda havia os batons e *rouges* Opalescent, Sporting Pink e Red Raspberry de Helena Rubinstein [...]. Aos homens aconselhavam o uso dos severos *robes de chambre* [...]. ‘Digam com franqueza, os nossos leitores, que sentimentos lhes inspiraria a sua amada, se a vissem assim tão elegante e linda como brilha Ida Lupino, numa destas fotos’ [...]. E quando nos demos conta, vestíamos uma calça cow-boy e tomávamos Coca-cola – desde 1942, quando ela aqui chegou”.

centro, trabalhando na *zona norte e subúrbios*; morar – em favela na *zona norte e subúrbios* – e consumir em Madureira ou no *centro*, trabalhando na *zona sul*; morar – em loteamento não aprovado – e trabalhar na Baixada, consumindo em Madureira; morar – em loteamento não aprovado na Baixada – e consumir em Madureira, trabalhando na *zona norte e subúrbios*; morar – em loteamento não aprovado na Baixada – e consumir no *centro* ou em Madureira, trabalhando no *centro* ou na *zona sul* etc., e dividindo-se: morar-trabalhar-consumir no centro-zona sul; morar-trabalhar-consumir na zona norte-subúrbios-Madureira-Baixada.

Para os que iam daqui para ali, de ônibus, essa cidade pareceria enorme; para os que não *chegavam e saíam*³⁵⁸, imensurável? Para esses, a cidade pareceria ser apenas uma parte? Assim lhes parecendo, não mais se trataria apenas daquela *perda da relação entre o trabalhador e seu produto, inclusive o espaço produzido a partir do seu lugar de trabalho*, acusada por José de Souza Martins (1992): podia-se já sequer suspeitar daquela *relação*³⁵⁹ e, portanto, da sua perda, ou do seu ganho?

Leiamos agora o poema “Revelação do subúrbio”, em *Sentimento do mundo*, de Carlos Drummond de Andrade (2006, p.83), publicado em 1940:

Quando vou para Minas, gosto de ficar de pé, contra a vidraça do carro,
vendo o subúrbio passar.
O subúrbio todo se condensa para ser visto depressa,
com medo de não repararmos suficientemente
em suas luzes que mal têm tempo de brilhar.
A noite come o subúrbio e logo o devolve,
ele reage, luta, se esforça,
até que vem o campo onde pela manhã repontam laranjais,
e à noite só existe tristeza no Brasil.

Para além do subúrbio, naquela Baixada Fluminense, os laranjais iam dando lugar às indústrias – e aos *loteamentos não aprovados* –, postos em ação os “tratores” para “transformar o campo em cidade” (SOARES³⁶⁰, 1965, p.217-218 *apud* ABREU, 1987, p.111).

³⁵⁸ E isso incluiria, do outro lado, os do centro-zona sul.

³⁵⁹ *O mito da marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro*, de Janice Pearlman (1977), é o produto de uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro entre 1968 e 1969. Essa pesquisa envolveu “favelas nos morros da Zona Sul, isto é, da zona comercial residencial da classe alta”, “favelas da Zona Norte, a periferia industrial e residencial da classe operária” e “subúrbios da Baixada Fluminense, grupo de cidades-satélite ou cidades-dormitório” (PEARLMAN, 1977, p.47). Três regiões, segundo a autora (*Ibidem*, p.47), diferentes “em muitos aspectos”, entre os quais a “heterogeneidade de contatos com a cidade”. Por essa razão, a autora, debruçada sobre 10 a 20 “comunidades” por região, dedica-se também a “estudar a fundo uma comunidade em cada uma dessas regiões” (*Ibidem*, p.47): Catacumba, na Zona Sul; Nova Brasília, na Zona Norte; e Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. O capítulo seguinte talvez nos permita verificar se essa defasagem cronológica entre o período pesquisado pela autora e o aqui abarcado representa efetivamente alguma defasagem entre os dois períodos.

³⁶⁰ SOARES. Maria Therezinha de Segadas. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.27, n.3, p.169, jul./set. 1965.

Àquela nova indústria, que não mais cabia na *cidade*, corresponderia essa súbita conversão não do urbano, mas do rural ao *metropolitano*?

Na mesma Avenida São João³⁶¹ onde Joca e Matogrosso poderiam andar *jogados*, morreria, atropelada, Iracema, personagem do samba de Adoniran Barbosa: “Iracema, eu sempre dizia/ Cuidado ao travessar essas ruas/ Eu falava, mas você não me escutava não/ Iracema, você travessou contra mão/ [...] / Iracema, fartavam vinte dias pra o nosso casamento/ Que nós ia se casar/ Você travessou a São João/ Veio um carro, te pega e te pincha no chão/ [...]”³⁶². O que fazia ali Iracema? Não sabemos. Podemos somente supor que estivesse a caminho ou de volta do trabalho como empregada doméstica, e arriscar colocá-la ao lado de Jovina da Costa Meira, moradora da Pedreira Prado Lopes³⁶³, em Belo Horizonte, e ali recém-chegada em 1956. Ouçamo-la (ou imaginemos ouvi-la):

A minha chegada aqui, eu vim do interior com 14 anos e meu pai, Valentino Pereira da Costa, ele naquela época tava com 80 anos, 83 mais ou menos. Então ele veio na frente porque ele tinha, naquele tempo a gente falava sabedoria, então ele veio na frente. Então o que aconteceu? Aconteceu que a gente começou a comunicá com ele através de carta, porque no interior que a gente morava num tinha muito meio de comunicação. Lá no interior de Teófilo Otoni³⁶⁴. Então eu tinha um irmão assim mais ativo, lá na roça falamos assim, mais ativo, então entrou em contato imediato com ele pelo rádio. E o meu pai, como os bons pais, ele queria trazê os filhos pra cidade. Assim a gente veio. A gente veio de trem, veio até Governador Valadares, de Governador Valadares passamo um telegrama pro meu pai aqui em Belo Horizonte e meu pai foi nos buscá em Governador Valadares. Eu tinha 14 anos. Veio eu, minha mãe e dois irmãos na frente. Depois, com o passar dos meses, foi vindo os outros irmãos que ficaram lá trabalhando na fazenda, plantando e colhendo. Chegando aqui só tinha um quartinho piquitinho. Na medida que meus irmãos foram chegando, o quartinho já não tava comportando mais, o pessoal era muito³⁶⁵. Então a gente teve muita ajuda de pessoas. A primeira pessoa que nos ajudou chamava Argemiro de Souza, ele tem apelido de Argemirão, essa pessoa ensinou nós a caminhar em Belo Horizonte, nós era analfabeto e num sabia andá na cidade. Então o Argemirão, como era chamada essa pessoa, ele ensinou a gente a atravessá a rua, e ensinou a gente a vivê em Belo Horizonte, colaborando pra levar meus irmãos para a construção civil. Aí foi nosso começo de vida com muita luta, muito sofrimento e até que nós começamos a trajetaria sozinho aqui em Belo Horizonte. Cada um tomou seu rumo. Casaram e foi espalhando o pessoal, acostumando com Belo Horizonte, a cidade grande. A gente num tinha esse costume. (Depoimento de Jovina da Costa Meira *apud* SOARES; ANTUNES, 2001, p.19).

³⁶¹ A Avenida São João era então uma das principais avenidas do centro da cidade.

³⁶² O samba é de 1956. Sua letra foi extraída, em 25/03/2011, de <<http://letras.terra.com.br/adoniran-barbosa/4392>> (BARBOSA, 1956a), mas corrigida, na mesma data, segundo <<http://www.youtube.com/watch?v=wtP3dTexAbE>> (*Idem*, 1956b), em que é o próprio Adoniran que canta *Iracema*.

³⁶³ A Pedreira Prado Lopes, favela cuja ocupação se iniciou entre 1900 e 1920 (cf. SOARES; ANTUNES, 2001, p.11), situava-se, e ainda hoje, nas proximidades do bairro Lagoinha, zona suburbana no Plano da Cidade de Minas de 1895, atual região pericentral.

³⁶⁴ Teófilo Otoni é uma cidade da Região Norte de Minas Gerais.

³⁶⁵ Temos aqui a densidade (quantificável, mas quase sempre insuficientemente quantificada, e, mesmo quando quantificada, nem por isso comparável) qualificada.

Chegamos, por esse último desvio, a *A hora da estrela*, de Clarice Lispector (1998), publicado em 1977. Macabéa, alagoana no Rio de Janeiro, moradora de um quarto compartilhado com quatro moças funcionárias das Lojas Americanas, datilógrafa que recebe meio salário mínimo, “Rua do Acre para morar, Rua do Lavradio para trabalhar, cais do porto para espiar no domingo” (LISPECTOR, 1998, p.31)³⁶⁶, tuberculosa³⁶⁷, é a protagonista³⁶⁸ do romance, narrado em primeira pessoa por um outro, Rodrigo S.M.³⁶⁹. Ao final do livro, Macabéa é atropelada por um “Mercedes amarelo” (*Ibidem*, p.79), ao sair da casa da cartomante que lhe prenunciara um futuro luminoso: “um dinheiro grande”, “um gringo”, “vestir-se com veludo e cetim e até casaco de pele” (*Ibidem*, p.77). Na dúvida se mata ou não a protagonista, afinal vence o “Príncipe das Trevas” (*Ibidem*, p.85), e o narrador opta por sua morte, a hora da estrela. Enquanto Macabéa era “crônica³⁷⁰” (*Ibidem*, p.61), Olímpico de Jesus³⁷¹, paraibano no Rio de Janeiro que se chamava “não de operário, mas, sim, de metalúrgico” (*Ibidem*, p.45), o namorado que não sentia prazer algum em tê-lo, “tinha fome de ser outro”: seu destino, o “de subir para um dia entrar no mundo dos outros” (*Ibidem*, p.65). As últimas palavras de Macabéa, na sua hora, foram um “bem pronunciado e claro”: “Quanto ao futuro” (*Ibidem*, p.85), e ponto final. “Agora entendo essa história”, admite o narrador: “Ela é a iminência que há nos sinos que quase-quase badalam” (*Ibidem*, p.86).

3.3 Uma síntese

Nessa história, a primeira cidade – *cidade e arrabaldes* – que nos aparece é aquela que por ora denominaremos do espaço, do tempo e do corpo únicos. O escravo que *circula livremente*, porém, extrai desse espaço e desse tempo únicos – escravizados – alguma diferenciação, nos cais, nas fontes, nos *cantos*, onde pode se encontrar diretamente com

³⁶⁶ Macabéa estava, então, entre os que não *chegavam e saíam*. Sua *cidade* era o *centro*. “Vez por outra ia para a Zona Sul, e ficava olhando as vitrines faiscantes de jóias e roupas acetinadas – só para se mortificar um pouco” (LISPECTOR, 1998, p.34).

³⁶⁷ Macabéa estava “há um ano resfriada” e sempre pedia aspirina à colega de trabalho, pois “tudo” lhe doía. “Às vezes antes de dormir sentia fome e ficava meio alucinada pensando em coxa de vaca. O remédio então era mastigar papel bem mastigadinho e engolir” (LISPECTOR, 1998, p.31).

³⁶⁸ Protagonista? “Como a nordestina, há milhares de moças espalhadas por cortiços, vagas de cama num quarto, atrás de balcões trabalhando até a estafa. Não notam sequer que são substituíveis e que tanto existiriam como não existiriam” (LISPECTOR, 1998, p.14).

³⁶⁹ Rodrigo S.M. descreve-se como um “monstro esquisito” para a “classe alta”, uma ameaça – de desequilíbrio – à “classe média” e um inacessível à “classe baixa”. Para se “pôr no nível da nordestina”, tem de “não fazer a barba durante dias” e “adquirir olheiras escuras por dormir pouco, só cochilar de vez em quando” – ele é “um trabalhador manual” –, além de vestir-se “com roupa velha rasgada” (LISPECTOR, 1998, p.19).

³⁷⁰ Foi já supondo essa cronicidade e julgando atemporal, ainda que pleno de história, o não realismo de Clarice Lispector (x Carolina Maria de Jesus), que ousamos trazer aqui o romance publicado em 1977.

³⁷¹ Como Carolina: “de Jesus”, o “sobrenome dos que não têm pai” (LISPECTOR, 1998, p.44).

seu igual (em liberdade) e confrontar-se diretamente com seu oposto (em liberdade). Detém esse escravo que *circula livremente* não o próprio corpo mas o conhecimento advindo do seu exercício, o que também lhe permite reapropriá-lo, ainda que momentaneamente, pelas ruas. O senhor, que aufere o corpo do escravo – e o seu tempo –, põe-se à vontade na *casa-grande-e-senzala urbana*, onde se constrange o escravo, sob o jugo do *teto alheio*³⁷². Fora dali, pelas ruas, o corpo do senhor é interposto pelo corpo do escravo – de dia, e pelo *antecipadamente programado* – de noite. Como o escravo, porém, ele está lá, à luz do dia, como lá está exposto tudo o que é tocado por mãos e pés – que se controlam *desconhecendo* –, bem como os negócios – diretamente. Na *escuridão* da cidade adivinhada pelo corpo do escravo, o corpo do senhor abre-se à *devassidão*.

A segunda cidade que nos aparece é aquela em que o tempo e o corpo não são mais únicos. É quando os escravos se reapropriam do seu corpo e do seu tempo, devolvendo o senhor a um corpo e a um tempo sem mediações; é quando não há mais o controle pelo *desconhecimento*, que se revelam tempos e corpos. Logo se destaca dessa cidade – a que chamaremos, por ora, cidade do espaço único, dos corpos e tempos revelados – o não centro (a não cidade): retiram-se do que não mais são iguais cidade e arrabaldes, mas cidade, os não senhores, dissecando-se do seu tempo o morar, liberando-se o não escravo – e o seu trabalhar-morar – do jugo do *teto alheio*. O não centro pede, assim, o centro que corresponda à dissecação de tempos operada entre não senhores, ricos que o serão *economicamente*: é ainda outra cidade que se está a pedir.

Surge, então, o centro (a *cidade*), e, com ele, logo se separará o tempo do não trabalhar do rico: entre o não centro, ou o bairro – o morar, o corpo em repouso –, e o centro – o consumir, o corpo em excitação. E logo se dissecarão do tempo de não escravos – pobres que o serão *economicamente* – o tempo do criar e o tempo do trabalhar, separando-se o corpo indisposto ao trabalho repetitivo e o corpo que a ele deve se dispor; o trabalhar pelas ruas e o trabalhar no seu devido lugar, e, num mesmo golpe, o morar *clânico* e o morar no seu devido lugar, o corpo em dissipação (central) – em que vida e morte (eroticamente) se tangenciam – e o corpo disciplinado (periférico) – em que vida e morte (precariedade) se afastam. Até que se conquista, pelo *corpo suado* do trabalho, o *corpo asseado* do capital, a pobreza e a riqueza *econômicas*, num movimento que definiria o periférico – a periferia – e o central – a periferia da periferia –, se se pensa que tanto quanto se aparta do trabalho o seu fruto, aparta-se esse do trabalho.

³⁷² Nessa *casa-grande-e-senzala urbana* o empregado assemelha-se ao escravo, sob o jugo do *teto alheio* do patrão.

Logo nessa terceira cidade que nos apareceu – a que chamaremos, por ora, cidade do espaço dividido, dos corpos e tempos obscurecidos –, do tempo extraído do tempo intensificado do trabalho emerge o corpo domesticado, o do trabalho que *leva a algum lugar*, miniaturizando-se (pulverizando-se) na periferia o fruto do trabalho, enquanto, na periferia da periferia, ele se agiganta, miniaturizando-se (pulverizando-se) o trabalho, emergindo ali o que seria o corpo glamurizado – do tempo intensificado do consumo. Se o corpo domesticado surge da separação entre trabalho manual e trabalho mental, no corpo glamurizado ecoa essa separação: fetichiza-se o corpo pelo consumo. É essa quarta cidade (a que chamaremos, por ora, cidade do espaço fragmentado, dos corpos e tempos apagados), a do afastamento da negatividade da vida (e da morte), também aquela da tragédia do tempo anulado da sobrevivência, em que vida e morte coincidem, selvagememente.

Entre a primeira cidade e a segunda, eis o que vemos do que então foi visto.

FOTO 1

Os cinco escravos, vestidos com um número variável de peças, estão descalços. Somente o primeiro exhibe uma postura altiva, em pose semelhante à do senhor. O terceiro, embora ereto, tem os olhos baixos. O quarto traz os braços, desproporcionalmente longos, pensos. O segundo encolhe-se, os braços cruzados. O quinto, o menos vestido dentre eles, também se encolhe: sentirá frio? O senhor coloca-se à frente dos escravos, mas tampouco parece estar em posse do seu corpo, multiplicado, atrás de si. O conjunto de seis homens (?) – de cinco escravos e um senhor –, obrigatoriamente formado, numa adição que não é soma, numa proximidade que é constrangimento, é, no todo, sombrio.

Fonte: KOUTSOUKOS, 2010, p.311.

Legenda original (KOUTSOUKOS, 2010, p.311): “Retrato de senhor com cinco escravos. Cartão de visita de Militão Augusto de Azevedo. São Paulo, 1879. Acervo do Museu Paulista, São Paulo”.



FOTO 2

O cenário do estúdio é usado pela escrava como apoio para o seu corpo e para sua trouxa de roupa. Ela descansa? Ela parece incuravelmente cansada, lá fora como aqui dentro, onde continua lavadeira. Aqui dentro, há raiva na expressão do seu rosto: do fotógrafo, que a faz permanecer ali, imóvel; dele e do senhor, que fazem permanecer a lavadeira?

Fonte: KOUTSOUKOS, 2010, p.31.

Legenda original (KOUTSOUKOS, 2010, p.31): “Retrato de escrava lavadeira da família Sá e Albuquerque. Cartão de visita de Alberto Henschel. Recife, 1861-1864. Acervo FUNDAJ, Recife”.



FOTO 3

É a água do mar que molha esse chão?

Se o fotógrafo captou o momento de maior intensidade nesse “mercado livre à beira do cais” (SAMPAIO, C., 2005, p.116), em Salvador, não o sabemos, mas não se detecta, aí, sequer um movimento que não seja o do trabalho: corpos de pé ou debruçados sobre as mercadorias (poucas?) logo vendidas e compradas, logo carregadas e consumidas (logo repostas?). Não há também, aí, nenhum branco. As mulheres que, solitárias ou aos pares, deixam o mercado, vistas na porção inferior da imagem, não nos permitem penetrar em mistério algum. Somente se ouvíssemos os sons da pequena multidão poderíamos avançar além da azáfama retratada.

Fonte: SAMPAIO, C., 2005, p.116-117.

Legenda original (SAMPAIO, C., 2005, p.116-117): “Mercado livre à beira do cais. Acervo George Ermakoff, Rio de Janeiro”.

Observação: Não há indicação de autoria. A data provável da fotografia situa-se entre 1850 e 1870, segundo Consuelo Sampaio (2005).



FOTO 4

As frutas brilham ante a contrariedade – propositalmente opaca? – das quatro mulheres ao serem fotografadas. Há as que ignoram o fotógrafo e as que se voltam para ele. Todas, porém, negam-lhe outra imagem que não a óbvia. Podemos somente imaginar o que acontecerá depois que o intruso as deixar. Os pés relaxados de uma delas (fora do chão, os pés reapropriados) sugerem que haverá, pelo menos, uma conversa (a que foi interrompida?). Os braços curiosamente sobrepostos, sem tensão alguma, da primeira mulher à esquerda, as pernas abertas sob a saia, sugerem um código que não somos capazes de decifrar. Deciframos o tronco ereto, os braços hermeticamente cruzados da terceira, bem como a ausência de desconforto físico das demais (pelo corpo nunca confortado, pelo corpo livre para se ajustar?). Não se percebe nojo: as saias e os pés é que tocam o chão, um chão de terra ou de areia, e apenas isso. Não muito distante dali, ao fundo, vê-se o mercado.

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2005, p.236.

Legenda original (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2005, p.236): “Mulheres no mercado. Fotografia de Marc Ferrez. Rio de Janeiro, 1875”.



FOTO 5

Vistos de mais perto, os negros nesse “mercado popular à beira do cais” (SAMPAIO, C., 2005, p.51) parecem menos azafamados. As mercadorias, algumas expostas no chão – seco –, são poucas em relação às do *mercado livre à beira do cais*. Alguns negros estão parados. Distraídos? Indecisos? Impotentes? No ato do acerto entre duas negras, uma terceira espera. Conversam? Confabulam?

Ao fundo, o trapiche.

Fonte: SAMPAIO, C., 2005, p.51.

Legenda original (SAMPAIO, C., 2005, p.51): “Mercado popular à beira do cais. Salvador. Acervo Jamil Abib, Rio Claro”.

Observação: Não há indicação de autoria. A data provável da fotografia situa-se entre 1850 e 1870, segundo Consuelo Sampaio (2005).

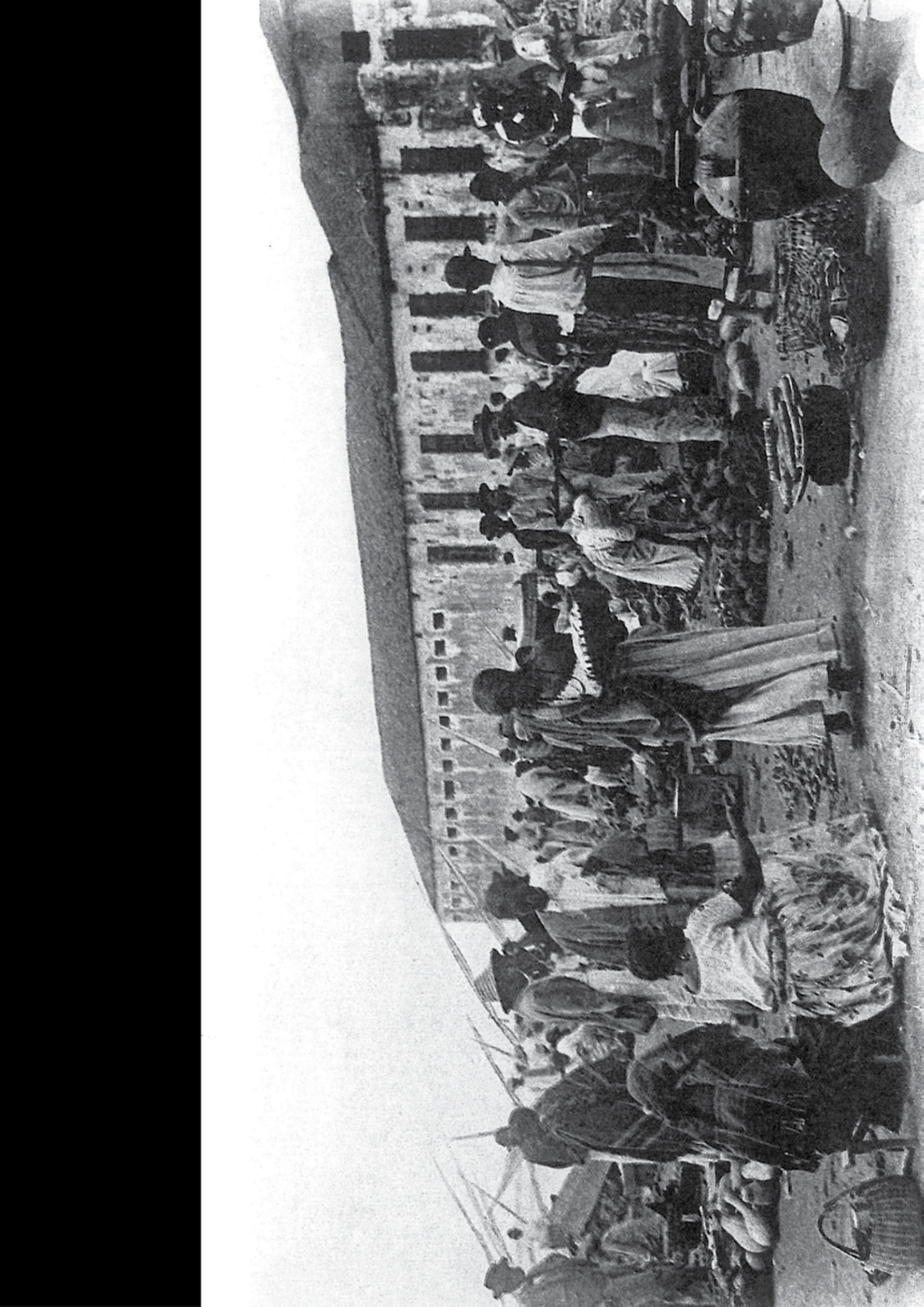


FOTO 6

Um sobrado e *casas térreas*. Dois homens – de negócios? –, casaca e cartola escuras, e um terceiro, roupa clara e cestos aos ombros, entreolham-se. Um dos homens assenta-se – confortavelmente? – sobre uma mureta quebrada: o tronco ereto, os pés apoiados sobre um degrau, as mãos sobre uma bengala. Assenta-se como se estivesse a postos? Fica, assim, num nível elevado em relação aos que estão no chão.

Fonte: SAMPAIO, C., 2005, p.81.

Legenda original (SAMPALIO, C., 2005, p.81): “Vista parcial do Campo Grande. Fotografia de J. Schleier e Guilherme Gaensly. Salvador, 1870. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro”.



FOTO 7

Uma rua principal, com seus sobrados. Mercadorias que parecem não se diferenciar são expostas nos portais. Os poucos homens que se veem àquela hora seriam passantes, fregueses escondendo-se sob a sombra, ou proprietários saídos dos fundos das suas lojas-casas, para posar, para olhar o fotógrafo que olha? Entre as portas, dependuradas, seriam pás? Serviriam para limpar a rua da qual já se separa a calçada, iluminada por um único poste? O que seria a mancha que se vê ao final da rua? Alguém? Quem? Ao fundo, em frente à LIVRARIA E PAPELARIA – as mercadorias ocultas –, distinguem-se duas figuras, com seus potes ou balaios arriados, sob o sol.

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.61.

Legenda original (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.61): “Vista da Rua Direita, tendo ao fundo as torres da Igreja de São Pedro dos Clérigos, no Largo da Sé, e o casarão da Livraria e Papelaria Garraux. Fotografia de Militão Augusto de Azevedo. São Paulo, 1862”.



FOTO 8

Na esquina, na calçada sob a sombra, à frente das portas fechadas de um estabelecimento comercial – a fiação elétrica sobre a fachada. Reconhecemos nos gestos das duas mulheres os das mulheres fotografadas por Marc Ferrez, em 1875, no Rio de Janeiro. Estão estas vendendo algum quitute? Ao lado da banca, um caixote, mas de quê, para quê? Uma terceira mulher passa, à cabeça um tabuleiro de bananas. O homem parece fabricar algo – um cesto? A quarta mulher e o menino ao fundo parecem tão casuais quanto os que vendem e fabricam. Estão em Salvador, em 1953.

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2005?], p.32.

Legenda original (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2005?], p.32): “Salvador-BA, 1953”.

Observação: Fotografia de Alice Brill.



FOTO 9

Ainda em Salvador, em 1953. O monumento é banco onde se assenta, muro onde se recosta, chão onde se esparrama, anteparo para quem usa a barra da saia para cobrir a cabeça, protegendo-se do sol. É ponto de parada, de descanso, de observação, de exibição (as moças, talvez arrumadas para um possível encontro, têm a cabeça descoberta; o menino e o rapaz mostram partes do corpo) para os que estão *por ali*, indiferentes ao fotógrafo, também a assistir à mesma cena que chama a atenção dos que se veem na porção superior da imagem, à sacada do palacete... encortiçado?

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2005?], p.33.

Legenda original (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2005?], p.33): “Salvador-BA, 1953”.

Observação: Fotografia de Alice Brill.



Entre a segunda cidade e a terceira, eis o que vemos.

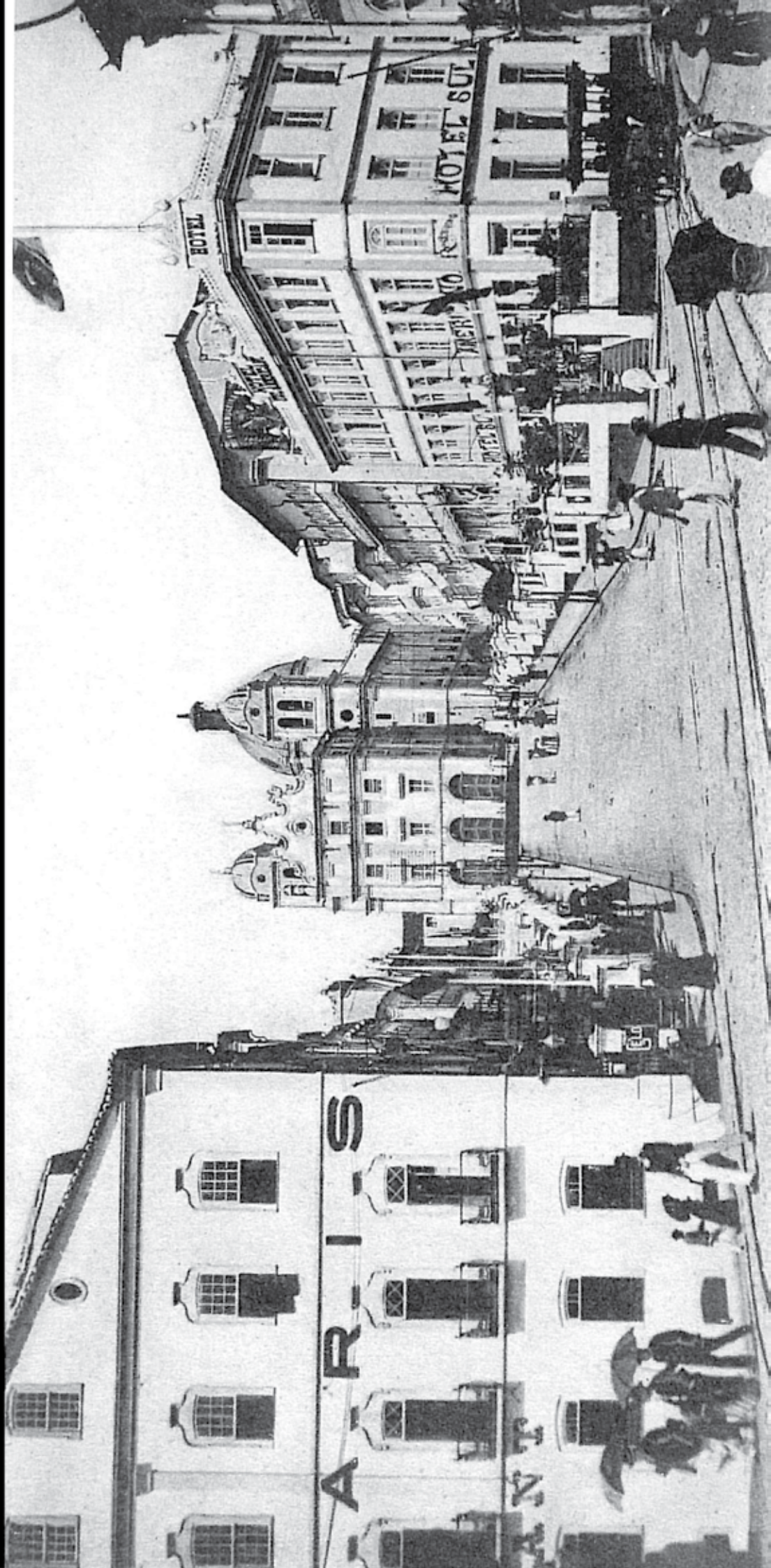
FOTO 10

A linha de bonde que leva à área de ocupação *densa*, aos hotéis: o **P-A-R-I-S** – sobrado *afortunado*, convertido não em cortiço mas em hotel –, com seu *restaurant*, e o **SULAMERICANO** – palacete. A calçada inutiliza-se entre os postes de iluminação e as ruas, pavimentadas e limpas para os bondes e para os que caminham com seus próprios pés: negras com tabuleiros e trouxas de roupa à cabeça; negros em trajes claros sob o casaco escuro; brancos em trajes escuros, com cartolas e guarda-chuvas; nenhuma branca?

Fonte: SAMPAIO, C., 2005, p.182.

Legenda original (SAMPALIO, C., 2005, p.182): “Ladeira de São Bento, vendo-se bonde da Transportes Urbanos descendo a Rua de Baixo de São Bento, diante do Hotel Sulamericano. Salvador, 1870. Acervo Ubaldo Senna”.

Observação: Não há indicação de autoria.



FOTOS 11 e 12

Contrastes:

- entre a confiança das mulheres em sua visibilidade na passarela e a indiferença do homem à sua na beira do rio;
- entre as sombrinhas em riste, as abas dos chapéus das mulheres, seus passos vigorosos, e a sombra da árvore sob a qual, recostados, descansam outros homens, com seus chapéus (seriam carroceiros?);
- entre o congestionamento da passarela (onde as três mulheres são seguidas por um homem e cruzadas por outro, enquanto uma quarta, negra talvez – voltada para o fotógrafo, cuja presença parece ser a única a notar –, espera, no canto, a sua vez) e o vazio da avenida (da beira do rio até o edifício monumental veem-se apenas algumas carroças).

Fonte: FREYRE, 1968, p.51.

Legendas originais (FREYRE, 1968, p.51): “Foto raríssima: elegantes recifenses do começo do século XX atravessam a Ponte da Boa Vista” e “Foto raríssima do fim do século XIX, vendo-se um recifense a defecar napolitanamente à beira do Capibaribe, ao pé de uma ponte. Gentileza de José Clésio Ribeiro da Costa”.

Observação: Não há indicação de autoria.

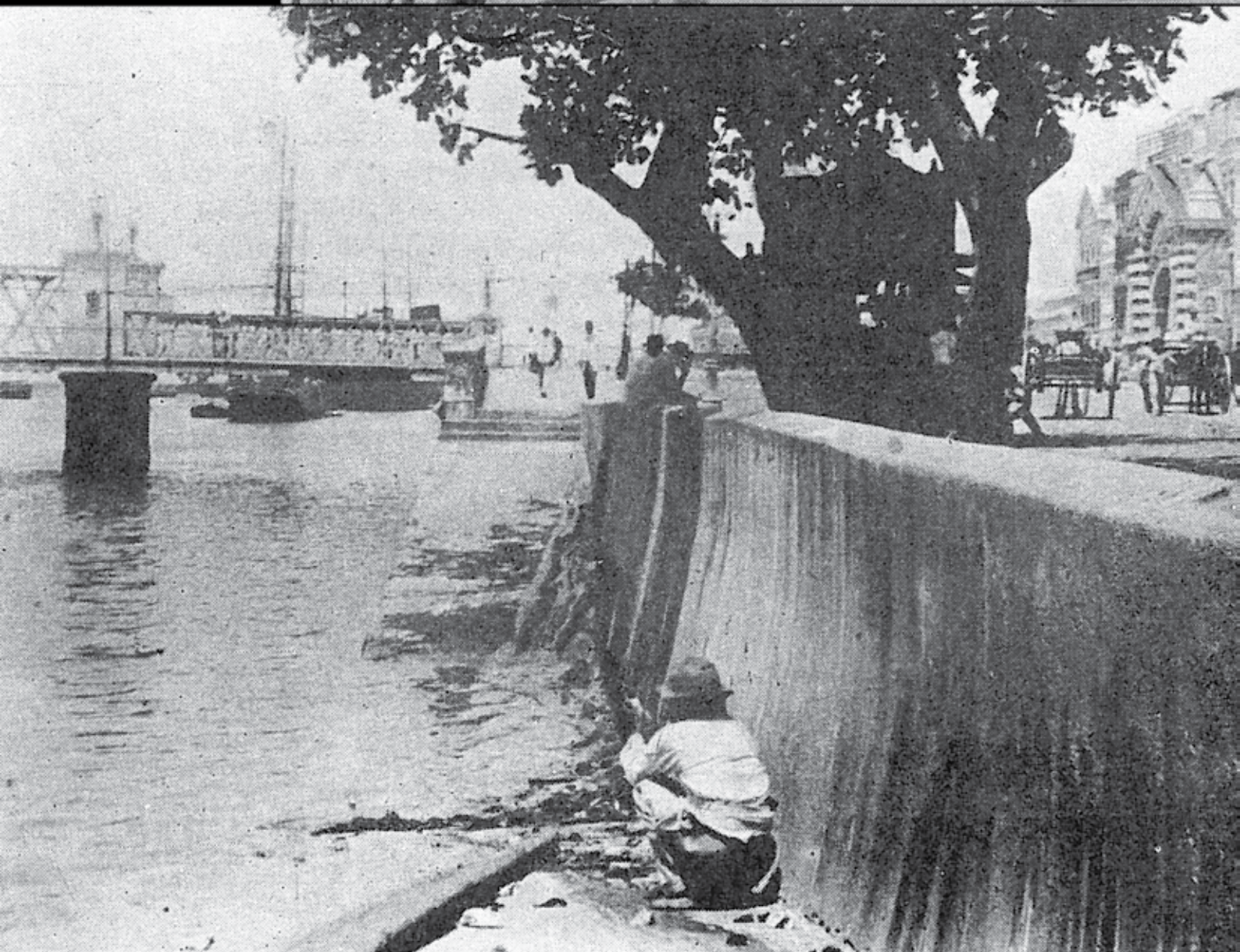


FOTO 13

O carroceiro esforça-se para liberar a carroça, que parece ter ficado presa entre os trilhos do bonde e a sarjeta. Incluindo-se o carroceiro, todos os envolvidos na cena são negros, à exceção do que está à janela. Faltam os passageiros no bonde, o que sugere alguma demora na resolução do impasse. Dois homens – ambos descalços, um deles com casaco e um quepe à cabeça – apenas observam a cena, tal como os motoneiros ou cobradores, fardados: não é a carroça que atrasa o bonde? Mais distantes, o homem à janela e seu provável interlocutor à calçada, terno completo e gravata borboleta, a cabeça coberta por uma boina. Em primeiro plano, dois meninos – descalços, calças curtas, mas cabeças cobertas, um deles tendo à mão o que parece ser um brinquedo – encaram o fotógrafo, no momento da fotografia, o que lhes desperta a curiosidade. O carroceiro tem mais urgência do que os motoneiros e os cobradores. Entre os demais parece não haver urgência alguma.

Entre todos, já não se trata de não ter ou ter acesso ao uso de sapatos: pode-se não tê-los ou tê-los rotos e, ainda assim, abrigar-se sob um casaco, até alcançar o terno completo, a farda.

Já não se trata também de um mesmo ritmo, e num mesmo homem conflitam-se ritmos distintos.

Fonte: SAMPAIO, C., 2005, p.237.

Legenda original (SAMPAIO, C., 2005, p.237): “Burro empacado à frente de um bonde elétrico. Acervo Museu de Arte da Bahia, Salvador”.

Observação: Não há indicação de autoria. A data provável da fotografia situa-se entre 1850 e 1870, segundo Consuelo Sampaio (2005).

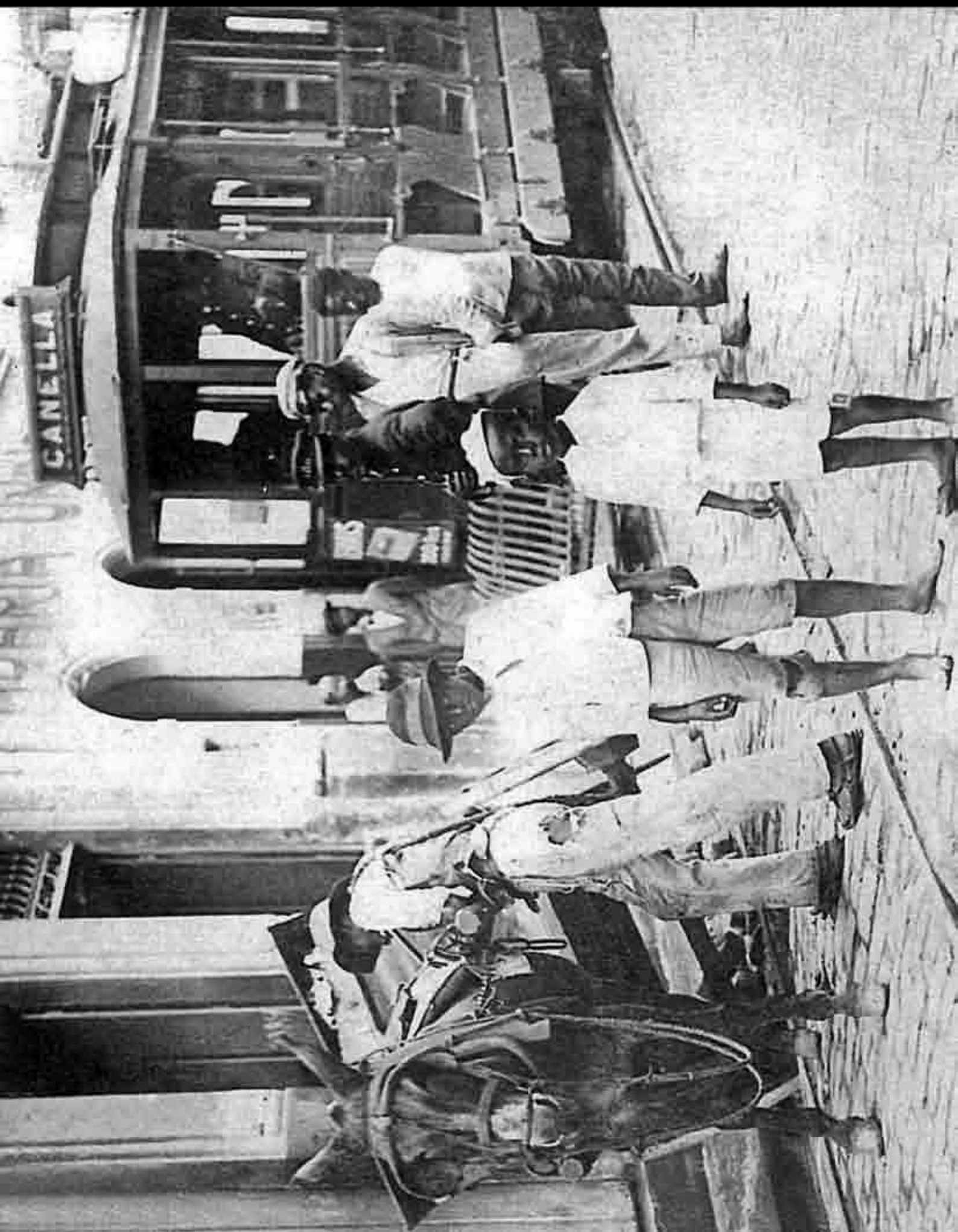


FOTO 14

O centro *remodelado*: nenhum sobrado *afortunado* ou *desafortunado*; somente palacetes, iguais em material e processo construtivos, implantação, volumetria e ritmo de aberturas, diferentes em ornamentação e pintura. As calçadas, largas como a avenida; o canteiro central que dividiria o ir e vir, eixo de uma simetria ignorada pelos passantes mas reproduzida pelos dois casais – homem, mulher, mulher, homem (marido, esposa, esposa, marido?): o dia como a noite *introduzidos no calendário das famílias*. À frente do casal, uma árvore em broto, coagida no canteiro: o artifício cresceu menos lentamente. À direita, uma negra e sua trouxa de roupas e, ao fundo, um carroceiro e sua carroça. Nenhum outro veículo, nenhuma porta aberta. Um domingo?

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2002], p.12-13 e SEVCENKO, 1992, p.115, respectivamente.

Legenda original (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2002], p.12-13): “Avenida Central, atual Avenida Rio Branco. Fotografia de Augusto Malta. Rio de Janeiro, 1906. AcervoBrascan”.



FOTO 15

O morro: o barraco autoconstruído, com sua cerca e seu portão; o mato. Os dois homens, as três mulheres (a avó parcialmente escondida detrás da mãe?), o menino e o bebê formam a família moradora? Os trajes femininos diferem dos masculinos – europeizados os delas, abasileirados os deles? Da esquerda para a direita, as mãos entrelaçadas da primeira mulher, sua cabeça baixa – gestos de recato, de quem é trabalhadora doméstica? –, contrastam com os pés do segundo homem, descalços, projetados à frente, como parte do seu corpo, pelo qual se impõe. O primeiro homem, ligeiramente recuado (menos forte?), exhibe um galo preto (de briga?).

Fonte: SEVCENKO, 1992, p.115.

Legenda original (SEVCENKO, 1992, p.115): “Após a abolição, a liberdade não significou a igualdade. Barraco no Morro da Babilônia. Fotografia de Augusto Malta. Rio de Janeiro, 1910.”



FOTO 16

Dois homens conversam em um banco apropriado para tanto (o “mobiário urbano”). Seriam parentes (pai e filho?) ou amigos, num encontro marcado? Mestre e aprendiz, na hora livre? Conhecidos ou passantes, num encontro casual? A botina visível no pé de um deles não é CLARK.

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.107.

Legenda original (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.107): “Conversa no banco da praça. Fotografia de Vincenzo Pastore. São Paulo, 1910”.



CALVADO

Clark

UNICO
SUPERIOR
NO BRAZIL

FOTO 17

Em um banco apropriado para tanto, mas de cujo doador não entrevemos o nome completo, duas mulheres: além de lavadeiras, amas? Descansam enquanto observam as crianças sob sua responsabilidade? O sapato revelado sob a saia de uma delas não é CLARK.

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.107.

Legenda original (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.107): “Mulheres descansando. Fotografia de Vincenzo Pastore. São Paulo, 1910”.

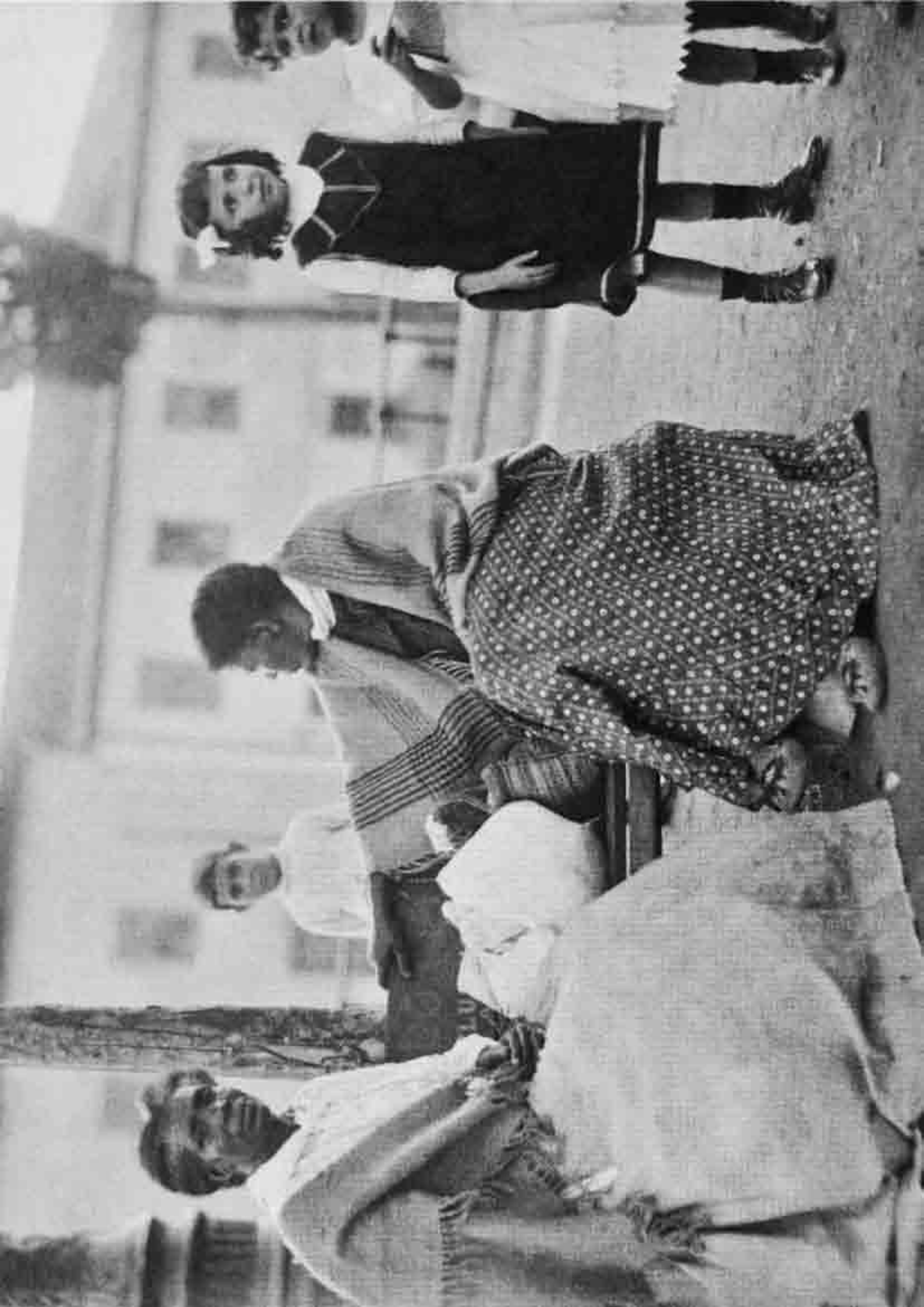


FOTO 18

Na hora do jogo – que interrompe o trabalho ou é por ele interrompido –, a rua – da qual não se separa a calçada – vira campo e plateia onde se revezam os jogadores; o caixote de engraxar vira banquinho; os engraxates – alguns, descalços; outros, calçados com botinas – e os prováveis passantes viram meninos.

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.106.

Legenda original (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.106): “Meninos engraxates jogando bola de gude. Fotografia de Vincenzo Pastore. São Paulo, 1910”.



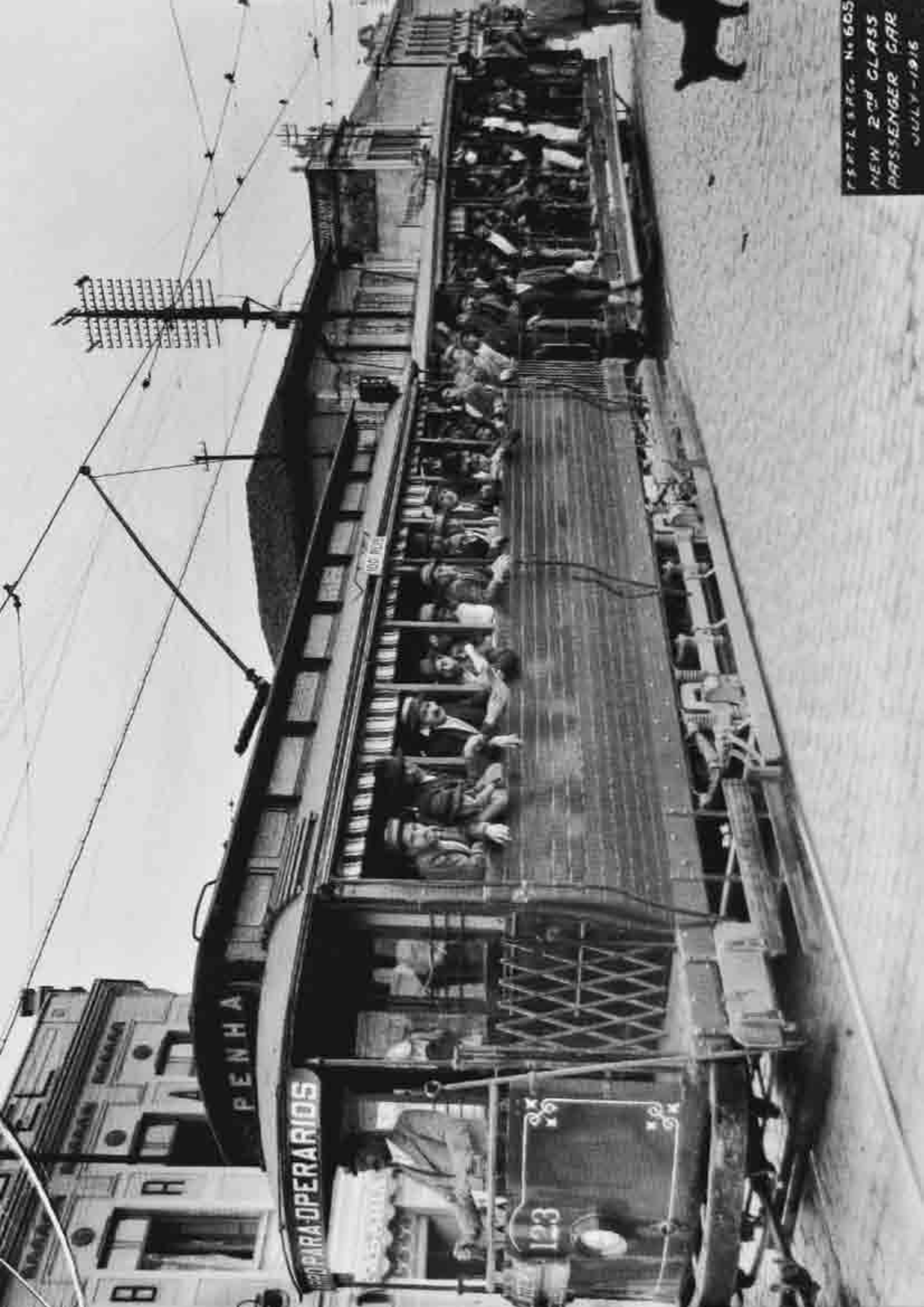
FOTO 19

A condição “operário”, se não se renovou, como o *second class passenger car*, também não parece ser a do “*second class passenger*”, a condição do pobre. Os passageiros assim identificados exibem-se ao fotógrafo.

Fonte: SEVCENKO, 1992, p.339.

Legenda original (SEVCENKO, 1992, p.339): “O deslocamento de significados constituía um recurso para situar-se num cenário de desenraizamento social. *Caradura*, por exemplo, já não era apenas o malandro do início do século, mas também o sem-vergonha, cínico, desembaraçado; *Caradura* era ainda o bonde proletário, de segunda classe, e, no limite, poderia designar o próprio presidente da República, e até mesmo o país. São Paulo, 1930. Fotografia de Guilherme Gaensly”.

Observação: A mesma fotografia é assim legendada por Geraldo Sesso Júnior (1986, p.270) em *Retalhos da Velha São Paulo*: “Carro especial para operários. Fazia o trajeto Penha-Mercado, sempre acompanhado em sua traseira pelo popular reboque, mais conhecido como ‘cara-dura’. Era um dos mais alegres e concorridos entre os operários e os chacareiros: estes últimos transportavam suas colheitas, que colhiam durante a madrugada para venderem no Mercado da Cantareira. Foto de 1916”.



CS&TL S.P.C. No. 605
NEW 2ND CLASS
PASSENGER CAR
JULY - 1916

PENHA

PIRA-OPERARIDS

123



100 Feet



FOTO 20

Não são (mas não poderiam ser?) os mesmos homens – com seus ternos completos, seus chapéus, seus bigodes, e sua disposição para se exibir ao fotógrafo – os passageiros do bonde para operários e os que festejam? Se, como operários, distintos no bonde para operários, no momento da festa, ou pelo menos durante a pose, artistas e convivas misturam-se indistintamente; entre eles, apontado, a mão, sobre a fotografia: JOÃO.

Fonte: SEVCENKO, 1998, p.543.

Legenda original (SEVCENKO, 1998, p.543): “Festas tradicionais como a da Penha e outras manifestações da cultura negra, dos ex-escravos, seus descendentes e todos os que com eles mantinham afinidades, foram em grande parte postas na ilegalidade, passando a ser sistematicamente perseguidas pelas autoridades policiais. As pressões que cercaram seu modo de sobrevivência clandestina, suas adaptações e versões abrandadas, intensificaram o sentimento de exclusão, marginalização e desprezo com que se sentiam atingidos os membros dessas comunidades. Festa da Penha, Rio de Janeiro, 1912”.

Observação: Não há indicação de autoria.

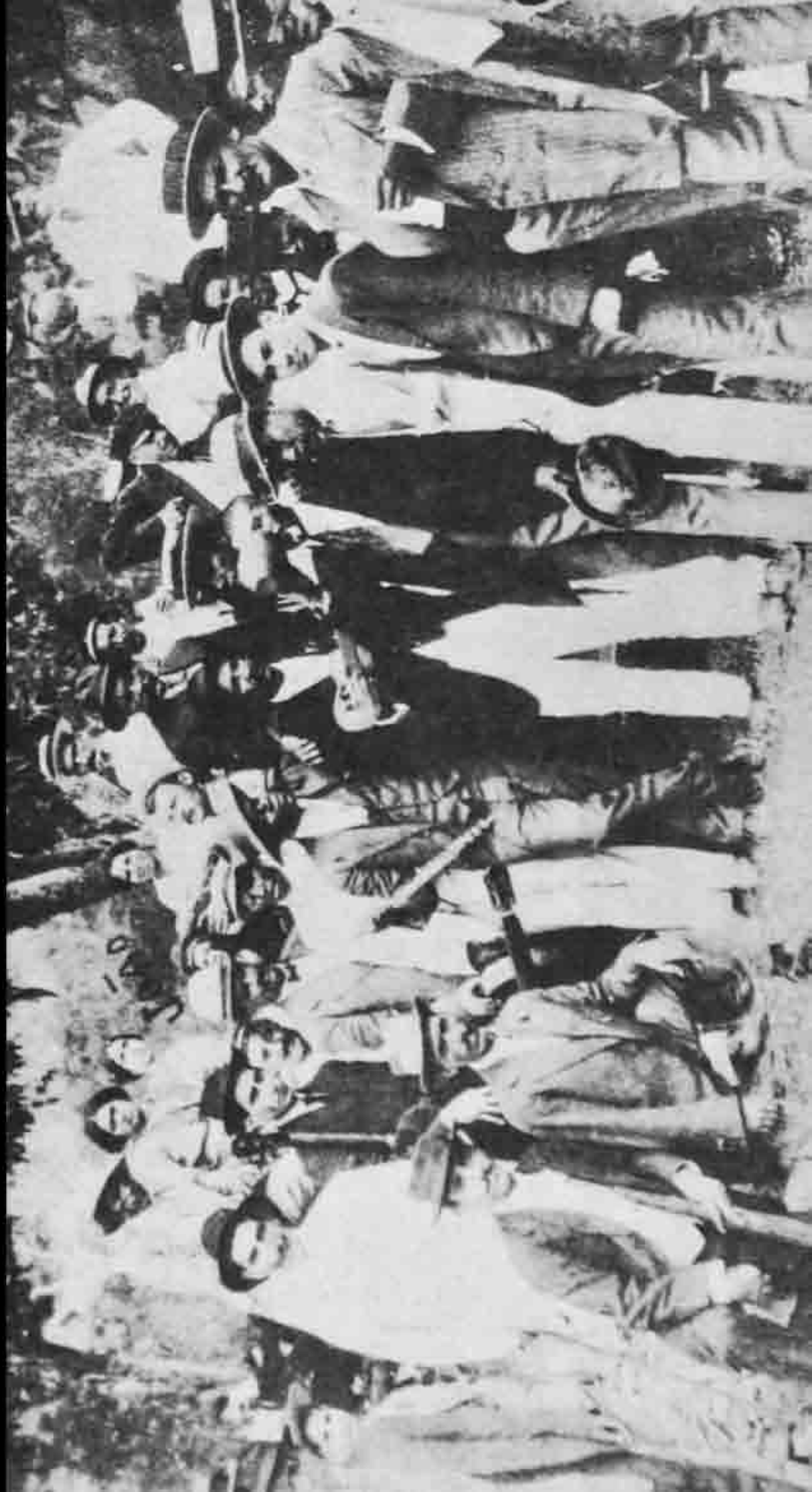


FOTO 21

As casas na vila somam-se, como os palacetes na avenida, iguais em material e processo construtivos, implantação, volumetria e ritmo de aberturas, diferentes em ornamentação e pintura? Detrás dos escombros, uma delas traz, no frontão, um elemento em gesso; uma segunda eleva-se. Alheios a essa distinção, o que farão agora a mulher que parece amparar-se em outra, o homem com a vassoura à mão, os móveis, a salvo, na rua – numa rua que já não abriga as funções que se interiorizam na casa?

A pequena escada que leva à soleira de uma das casas destruídas convida a entrar. No lugar da calçada, esses dois degraus.

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.131.

Legenda original (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.131): “Casa à Rua Caetano Pinto, no Brás, destruída durante a revolta. Fotografia de A. de Barros Lobo. São Paulo, 1924”.



FOTO 22

Em 1920, numa rua principal, os palacetes não residenciais (à direita, sobre **A PAULICÉA CONFEITARIA E RESTAURANTE**, a **ALFAIATARIA VOLPONI**, e, sobre esta, o **DR. RAUL LEITE**); a trama de fios elétricos, mastros e letreiros alçados perpendicularmente às fachadas; o bonde e, fora dos trilhos, a carroça e os pedestres; a calçada estendida até a rua – ou vice-versa – para os que vão e vêm, entram e saem, e (fortuitamente?) se encontram (entre iguais?). O policial, à direita, pelo menos no momento da pose, não está sozinho. Acertados com o que se vê em primeiro plano, os relógios marcariam 10:05 horas.

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.112.

Legenda original (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.112): “Rua 15 de Novembro, sentido Praça da Sé. Fotografia de Guilherme Gaensly. São Paulo, 1920”.



FOTO 23

Em 1929, numa rua principal, a trama de fios, mastros e letreiros (à direita, num deles, lê-se: “*Fumem* **AUTOMÓVEL CLUB FUTURISTAS** OS CIGARROS DE HOMENS DE *BOM GOSTO*”) parece ter se estreitado; os automóveis ultrapassam o bonde (não é o bonde que atrasa o automóvel?), mas a multidão empresta-lhes somente o espaço entre os trilhos, já demarcado. Entre pedestres, não se estabelecem mão e contramão, nem a preferência dos que vão e vêm sobre os que param – para conversar (para negociar?). À esquerda, sob a sombra, a aglomeração parece vencer a circulação. Acertados com o que se vê em primeiro plano, os relógios marcariam 11:30 horas.

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.119.

Legenda original (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.119): “Rua 15 de Novembro, a partir da Praça



Entre a terceira cidade e a quarta, eis o que vemos.

FOTO 24

No cruzamento da avenida com a rua, o fluxo de veículos – bondes, automóveis, ônibus – é organizado pelo semáforo. Os pedestres correm – da chuva? Dois deles atravessam a avenida no cruzamento, sobre os trilhos – vazios – do bonde, enquanto um passa em meio aos carros parados. Numa faixa lê-se: “**COMPREM AQUI TUDO É BARATO**”.

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.185.

Legenda original (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.185): “Avenida São João, esquina com Rua Líbero Badaró. Fotografia de Hildegard Rosenthal. São Paulo, 1940”.



UGOL

LA PASADILLA
CINISIPI AMERICANA

A PREFERIDA

250

250

LOTERIAS

100

HOT CONFERIA

FOTO 25

Muita trouxa de roupa carreguei nessa cabeça, no bonde, contou a mulher que se vê na fotografia. Sua expressão sugere-nos a razão pela qual, em sua fala, uma parte do seu corpo é tratada como se de uma terceira pessoa.

Fonte: SOARES; ANTUNES, 2001, p.41.

Legenda original (SOARES; ANTUNES, 2001, p.41): “Muita trouxa de roupa carreguei nessa cabeça, no bonde”.

Observação: Não há indicação da autoria da fotografia. A imagem é de moradora, identificada como Dona Santinha, da Favela Pedreira Prado Lopes, em Belo Horizonte. A legenda é um trecho de seu depoimento oral.



FOTO 26

Ao longe, a paisagem horizontal pontilhada: postes, chaminés, edifícios de múltiplos andares, torres de igreja. Perto, o curto trecho em pedra da margem onde as lavadeiras se ajoelham para esfregar a roupa. À meia distância, uma barragem e montes de areia. A canoa – enorme em relação às mulheres, a suas bacias e ao cão – só poderá seguir em direção contrária, mas as varas estão ali, em diagonal, à espera de algum peixe.

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.191.

Legenda original (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.191): “Lavadeiras na marginal do Tietê, vendo-se ao fundo o centro, com as torres do BANESPA e do Martinelli. Fotografia de Thomas Farkas. São Paulo, década de 40”.



FOTO 27

Em meio ao mato, tendo, ao que parece, somente vizinhos distantes, a casa – parte em alvenaria, parte em madeira – prolonga-se até o exterior, onde se guardam e se usam bacias, peneira, frigideira, regador. A mulher, pelo menos naquele instante solitária (solteira?), está em seus domínios, mãos à cintura para o caso de precisar indispor-se, ou dispor-se.

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.353.

Legenda original (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.353): “Casebre no Bairro Sumaré. Fotografia de Alice Brill. São Paulo, década de 50”.

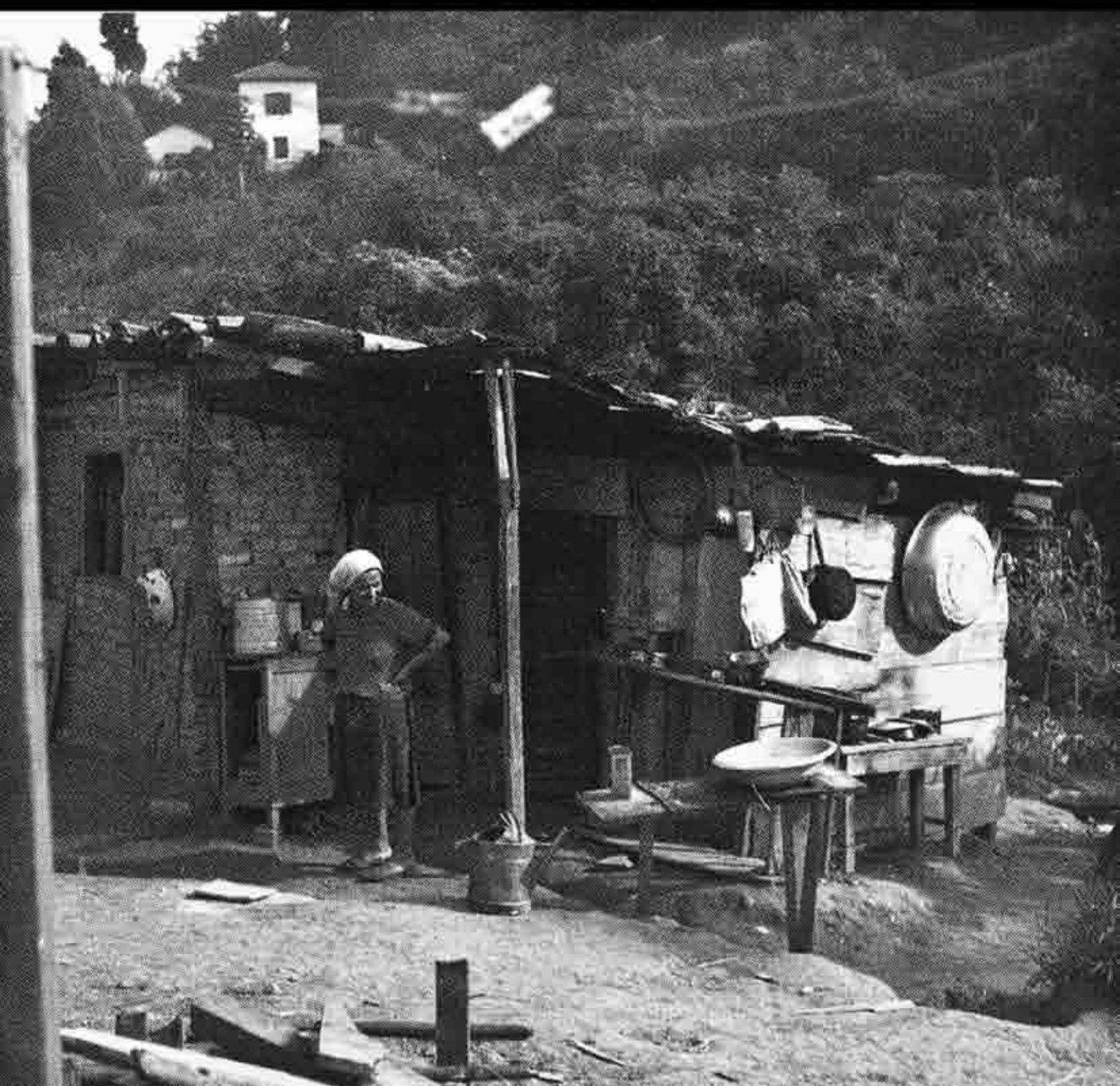


FOTO 28

Três operários trabalham sobre o abismo da cidade, que parece estender-se indefinidamente.

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.198.

Legenda original (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.198): “Cobertura do condomínio Vitória Régia, na Rua Marquês de Itu. Fotografia de Hans Günter Fleig. São Paulo, 1956”.



FOTO 29

Geometria: da fila de espera, do estacionamento, da alça do viaduto. O intervalo (quão longo?) da espera pelo ônibus é vivido solitariamente – obediência, fastio, cansaço de homens e mulheres, alinhados (um a um?). Quebrando a composição, uma mulher. Tomará ela um automóvel e, como os passageiros do ônibus, irá para casa, ou ficará, a pé, por ali?

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.207.

Legenda original (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.207): “Filas de ônibus no Vale do Anhangabaú; o viaduto é o Santa Efigênia. Fotografia de Alice Brill. São Paulo, década de 50”.



FOTO 30

O cafezinho (quão rápido?) tomado em pé, em linha, solitariamente ou a dois. Três homens conversam, enquanto esperam três vagas. Do outro lado do balcão, dois braços superpõem-se: enquanto um serve, outro limpa. Uma única mulher aguarda a liberação do caixa: seu semblante não se distingue do semblante do homem que está à sua frente, na fila; seu *tailleur* equivale ao traje obrigatório de todos os fregueses, assim indistintos. Do outro lado do balcão, as camisas com gravata são cobertas por aventais: temporariamente distintos os balconistas.

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.208.

Legenda original (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.208): “Cafezinho no centro da cidade. Fotografia de Alice Brill. São Paulo, década de 50”.



FOTO 31

O trabalhador escolhe a gravata que usará noutra hora, sua, diferente daquelas passadas em macacão e botas de borracha, mas por essas mesmas horas (intensificadas?) garantida.

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.223.

Legenda original (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.223): “Vendedor no centro da cidade. Fotografia de Henri Ballot. São Paulo, 1952”.



FOTO 32

No subcentro? As mãos segurando a carteira, a dona de casa à soleira da loja (as bacias concentricamente dispostas em meio a tudo – ou quase tudo – de que se pode precisar, em exposição) aguarda alguém, um sinal, que lhe autorize o gasto?

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.210.

Legenda original (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.210): “Loja de utilidades domésticas. Fotografia de Alice Brill. São Paulo, década de 50”.



FOTO 33

O homem vê-se refletido na vitrine, não sabemos se interessado em si, nas joias, no que elas lhe sugerem, ou em tudo isso.

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.225.

Legenda original (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p.225): “O ladrão Meneghetti posa diante de vitrine de joalheria no centro. Fotografia de Henri Ballot. São Paulo, 1952”.



FOTO 34

A sequência de casas de alvenaria, alinhadas e orientadas a um espaço comum onde bacias sobre suportes de madeira já estão no lugar de máquinas de lavar roupas, e latas com plantas, no lugar de jardins. Os meninos posam confiantes, à exceção do que permanece de pé – os botões fechando a custo uma camisa que mal lhe serve – e dos mais novos, cujo olhar se desvia do fotógrafo, menos importante, talvez, do que os que provavelmente aguardam, à esquerda, fora do campo visual da máquina, o fim da pose. Dois deles, assentados à frente, são envolvidos pelo vizinho. Na ponta, um menino apoia uma das mãos sobre uma das pernas: a outra perna exige apoio, a outra mão fica no ar. O gesto da menina com o bebê no colo, atrás, indica familiaridade com o papel que representa – enquanto dura a pose?

Fonte: BAPTISTA; COSTA, 1998, p.267.

Legenda original (BAPTISTA; COSTA, 1998, p.267): “Moradores de área de favela. Serviço de fotodocumentação Sylvio de Vasconcelos, Belo Horizonte. Belo Horizonte, década de 50”.

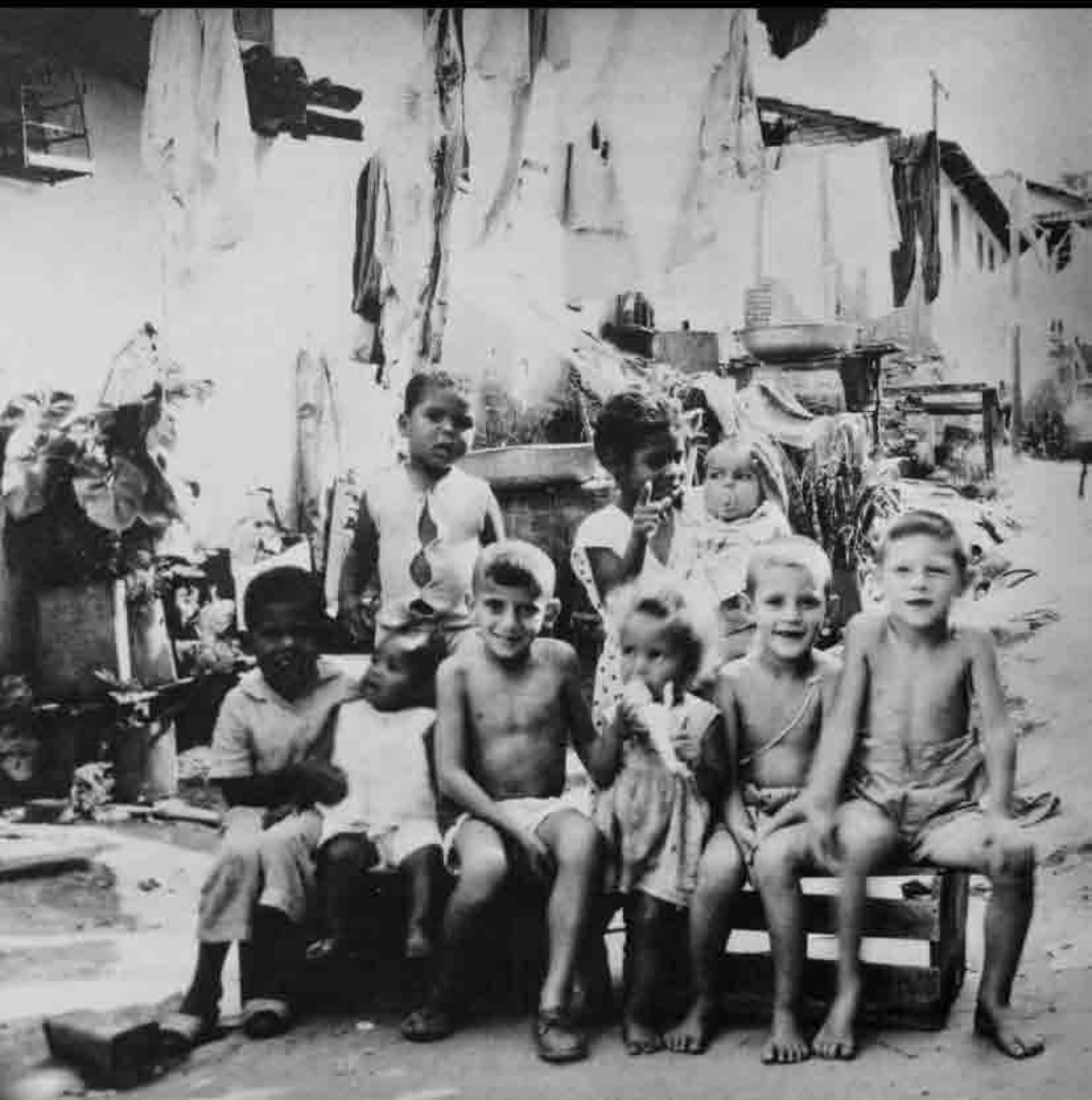


FOTO 35

Os cinco meninos posam, separados entre si de tal forma que um não esconda outro, tendo ao fundo a casa com jardim e automóvel. Entre os maiores, o que está com um dos joelhos ralado parece imitar o fotógrafo; os outros dois – um ao seu lado e o outro atrás dele – pareceriam adultos, não fosse a calça curta.

Fonte: INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2005?], p.41.

Legenda original (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2005?], p.40): “Meninos, São Paulo, 1957”.

Observação: Fotografia de Alice Brill.



4 QUE CORRESPONDÊNCIAS HOUE ENTRE O CAPITALISMO NO BRASIL, A ESTRUTURA DA CIDADE BRASILEIRA E A VIDA EM SUAS PERIFERIAS E CENTROS ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX? – RESPOSTAS EM FORMA DE CAVALO-MARINHO

Passados os dois capítulos anteriores, a pergunta a que se refere este último capítulo, originalmente assim formulada: “Que correspondências houve entre o capitalismo no Brasil, a estrutura da cidade brasileira e a vida em suas periferias e centros entre os séculos XIX e XX?”, não pediria outra formulação?

Em *La production de l'espace*, Henri Lefebvre (2000, p.225), pergunta-se sobre o corpo:

Quel corps allons-nous prendre ou reprendre, trouver ou retrouver, comme point de départ? Celui selon Platon ou celui de Saint-Thomas, celui qui porte l'intellectus ou celui qui porte l'habitus? Le corps glorieux ou le corps misérable? La “corporéité”, abstraction parmi les abstractions? Le corps-object (celui de Descartes), ou le corps-sujet (celui de la phénoménologie et de l'existentialisme)? Le corps fragmenté, représenté par les images, par les mots, négocié en détail? Faut-il partir du discours sur le corps? Comment échapper à l'abstraction meurtrière du discours? Comment la limiter et franchir ces limites, si l'on part d'une abstraction?

Fraudrait-il partir du “corps social”, donc meurtri, brisé par une pratique accablante – la division du travail – par les instances? Mais comment définir l'espace critique si l'on accepte le corps dans cet espace déjà “social”, mutilé par lui? De quel droit pourtant et comment définir ce corps en lui-même, sans idéologie?³⁷³

Já adiantado em suas reflexões – os parágrafos citados são do Capítulo 3 do seu livro –, o autor (LEFEBVRE, 2000, p.226) em seguida esclarece (a si mesmo e ao leitor) ter partido do “corpo espacial”, esse que não é “ni substance, ni entité, ni mécanisme, ni flux, ni système clos”³⁷⁴, mas corpo prático-sensível, vivente, “produit et production d'un espace”³⁷⁵, e cuja realidade é espaço-temporal.

³⁷³ “Qual corpo iremos tomar ou retomar, encontrar ou reencontrar como ponto de partida? Aquele segundo Platão ou aquele de São Tomás, o que carrega o *intellectus* ou aquele que carrega o *habitus*? O corpo glorioso ou o corpo miserável? A *corporeidade*, abstração entre as abstrações? O corpo-objeto (aquele de Descartes) ou o corpo-sujeito (o da fenomenologia e do existencialismo)? O corpo fragmentado, representado pelas imagens, pelas palavras, negociado a retalho? É preciso partir do discurso sobre o corpo? Como escapar à abstração mortífera do discurso? Como limitá-la e transpor esses limites, se se parte de uma abstração? Seria preciso partir do ‘corpo social’, portanto torturado, quebrado por uma prática acabrunhante – a divisão do trabalho –, pelas instâncias? Mas como definir o espaço crítico se se aceita o corpo nesse espaço já ‘social’, mutilado por ele? Com qual direito, porém, e como definir esse corpo nele mesmo, sem ideologia?” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

³⁷⁴ “nem substância, nem entidade, nem mecanismo, nem fluxo, nem sistema fechado” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

³⁷⁵ “produto e produção de um espaço” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

A história do corpo tem uma relação com a do espaço? – pergunta-se, mais uma vez, Henri Lefebvre (2000, p.228), deixando a resposta aos antropólogos da cultura e ao mesmo tempo adiantando-se: no mundo moderno, o corpo espacial, tornado corpo social, carrega consigo suas determinações espaciais³⁷⁶. Quanto à história do espaço, essa que “n’a pas à choisir entre ‘processus’ et ‘structures’, entre changement et invariance, entre événements et institutions, etc.”³⁷⁷ (LEFEBVRE, 2000, p.138), ela não se dissocia da história do tempo.

Apresenta essa história do espaço – que pode ser também do corpo e é indissociável da do tempo, então –, segundo o autor, um período pré-histórico, em que o tempo não se separa do espaço, e um período propriamente histórico, em que ambos se separam, o segundo subordinando-se ao primeiro. No primeiro período, há apropriação sem dominação; no segundo, a dominação subsume a apropriação, sem, no entanto, fazê-la desaparecer. No primeiro, a produção é para o uso; no segundo, para a troca, “puis pour l’argent et le capital”³⁷⁸ (LEFEBVRE, 2000, p.251). No primeiro, trata-se da obra, da reprodução natural, da própria natureza e dos tempos naturais; no segundo, do seu sobrepujamento pelo reproduzível, pela repetição, pela reprodução das relações sociais (cf. LEFEBVRE, 2000, p.142). No primeiro, tratar-se-ia do corpo espacial; no segundo, do corpo social.

Identificamos, aqui, uma afinidade entre Henri Lefebvre e Michel de Certeau, ou uma aproximação entre a noção de dominação (do tempo pelo espaço) e a de estratégia, bem como entre a de apropriação (do espaço pelo tempo) e a de tática. Para Michel de Certeau (2004, p.102, grifos do autor), em *A invenção do cotidiano*, a diferença entre estratégia e tática “remete a duas opções históricas em matéria de ação e segurança (opções que respondem, aliás, mais a coerções que possibilidades): as estratégias apontam para a resistência que o *estabelecimento de um lugar* oferece ao *gasto do tempo*; as táticas apontam para uma *hábil utilização do tempo*, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder”. A estratégia (ou a dominação) sugeriria a transformação, pelo espaço, do tempo em algo a ser gasto – ou economizado –, enquanto a tática (ou a apropriação sob a dominação) sugeriria a sua *hábil* (a despeito do espaço) disponibilização.

³⁷⁶ O exemplo tomado pelo autor é o da extinção dos odores (dos odores que informam sobre a vida e sobre a morte, e cujo sentido atrofia-se pelo espaço desodorizado). Não obstante, em sua formulação, Henri Lefebvre irá além daí, como veremos.

³⁷⁷ “não tem de escolher entre ‘processos’ e ‘estruturas’, entre mudança e invariância, entre acontecimentos e instituições etc.” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

³⁷⁸ “depois para o dinheiro e para o capital” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

A possibilidade da apropriação sobre a dominação (do espaço-tempo), no entanto, podemos afirmar, junto com Henri Lefebvre, seria distinta da *invenção do cotidiano*: esta subversiva das fundações de um poder, aquela revolucionária, isto é, não a despeito do espaço, mas com ele. Michel de Certeau sabia disso, como alertam Armand Mattelart e Érik Neveu (2004, p.120), em *Introdução aos estudos culturais*: ainda que a tese sobre uma “resistência ativa” tenha sido apropriada não sem “derrapagens populistas”, tal “abordagem celebrativa é o exato oposto da abordagem de Certeau, que nunca foi ingênuo quanto ao limite das ‘antidisciplinas’”. “O combate tático contra a ordem produtiva e social”, frisam os autores (MATTELART; NEVEU, 2004, p.120), “se dá entre o forte e o fraco, mesmo que o fraco não cesse de construir sua cultura”.

Em *Microfísica do poder*, Michel Foucault (2007, p.79) observa que o capitalismo “socializou um primeiro objeto, que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho”. Para esse autor, “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera somente pela consciência, ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo”, este que é uma “realidade bio-política” (FOUCAULT, 2007, p.80). Ainda que não se possa encontrar em Michel Foucault uma “teoria geral do poder” (MACHADO, 2007, p.x) e que se possa buscar em Henri Lefebvre uma “theorie unitaire” – “teoria unitária” – do espaço (LEFEBVRE, 2000, p.19) – ambas abertas –, é possível identificar em um e outro o reconhecimento da “existência de formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive à sua sustentação e atuação eficaz” (MACHADO, 2007, p.xi). David Harvey (1992, p.51), em *A condição pós-moderna*, escreverá que “as lutas localizadas encorajadas pela micropolítica das relações de poder (de Foucault e Lyotard) não desafiaram o capitalismo, embora se possa alegar, com razão, que somente batalhas contestatórias de todas as formas de discurso de poder poderiam ter esse resultado”. Para Henri Lefebvre (2000, p.484), se já se reconhecem como limitadas as definições de “revolução” – “soit par un changement politique au niveau de l’Etat, soit par la propriété collective (étatique) des moyens de production comme tels (installations, outillages, les entreprises industrielles et agricoles)”³⁷⁹ –, trata-se agora de uma revolução do espaço (incluindo então a revolução urbana) e, com ela, da *restituição do corpo total*.

³⁷⁹ “seja por uma mudança política ao nível do Estado, seja pela propriedade coletiva (estatal) dos meios de produção como tais (instalações, instrumentos, as empresas industriais e agrícolas)” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

Em *A sociabilidade do homem simples*, José de Souza Martins (2008b) aponta a distinção, na obra de Henri Lefebvre, do cotidiano “como contraponto da festa, momento do tempo cósmico do processo social”, e do cotidiano “como tempo linear, privado do ritmo natural e cósmico [...] capturado pela lógica da acumulação e da mensuração”. Para José de Souza Martins (2008b), ao primeiro corresponderia a vida cotidiana e, ao segundo, a cotidianidade. Tomemos, de Henri Lefebvre (1991a), *A vida cotidiana no mundo moderno*, de 1968³⁸⁰, em que esses conceitos aparecem.

Ali o autor (LEFEBVRE, 1991a, p.86) assim sintetiza a história do cotidiano: primeiro, os “estilos”³⁸¹; depois, “o fim dos estilos e os começos da cultura (século XIX)”; e, por fim, “a instalação e a consolidação da cotidianidade”. Não se trata, porém, de um “sistema único” mas de “múltiplos subsistemas”, situados “sobre um plano ou um nível da realidade”, e entre os quais “percebemos lacunas, buracos – e nuvens flutuantes...” (*Ibidem*, p.108). Se na “sociedade da escassez” reinava o “estilo”, e este “foi apropriação” (*Ibidem*, p.99), para que serviria e o que significaria a “abundância”, “se ela não reproduz uma renovação triunfal da Festa” (*Ibidem*, p.60)? Ora, “sem poder escapar inteiramente da conseqüência das acumulações, o cotidiano recebe delas nada mais que um reflexo” (*Ibidem*, p.69). “Ele evolui (quando se transforma) segundo ritmos que não coincidem com o tempo da acumulação, e em espaços que não se identificam com os campos dos processos cumulativos”, continua. Podemos aferir que esse descompasso, identificado por José de Souza Martins (2008b) como o *descompasso*

³⁸⁰ Nesse livro, o autor retoma sua *Introdução à crítica da vida cotidiana*, de 1946, deplorando, nela, “suas ingenuidades” (LEFEBVRE, 1991a, p.44): a formulação de uma “teoria do cotidiano” que “se associava talvez a um populismo, a um trabalhismo”, exaltando “a vida do povo, a vida da rua, das pessoas que sabem se divertir, se apaixonar, arriscar, dizer o que sentem e o que fazem”, numa palavra, o “*hot*”, implicando ao mesmo tempo “a obsessão do proletariado (a riqueza da profissão, do trabalho, dos liames de solidariedade no trabalho)” e “a obsessão filosófica da autenticidade, dissimulada sob a ambigüidade do vivido, sob o artificial e o inautêntico”. Não obstante, o autor reconhece naquela sua obra uma “análise crítica da cotidianidade” que contém “retrospectivamente uma certa visão da história” (*Ibidem*, p.45). Entre 1968 e 1974, ano da primeira edição de *La production de l'espace*, o autor orienta essa busca à da teoria do espaço, mas ainda aí (*Idem*, 2000, p.430) dirá: “Les énormes bidonvilles de l'Amérique latine (favellas, barrios, ranchos, etc) contiennent une vie sociale beaucoup plus intense que les parties embourgeoisées des villes” – “As enormes favelas da América Latina contêm uma vida social muito mais intensa do que as partes emburguesadas das cidades” (*Idem*, 2006, n.p.). Aí, onde a arquitetura e o urbanismo são “spontanés (sauvages, selon une terminologie qui passe pour élégante)” – “espontâneos (selvagens, segundo uma terminologia tida como elegante)” (*Ibidem*, n.p.) –, “l'appropriation y atteint un niveau très remarquable” – “a apropriação atinge um nível extraordinário” (*Ibidem*, n.p.) –, escreve ele (*Idem*, 2000, p.431). Recáímos, aqui, nessas *ingenuidades*? Chegamos a uma *análise crítica*? Movemo-nos de fato numa *ciência do espaço*? Ainda precisamos deste último capítulo para que tais perguntas encontrem seu objeto completo, mas não nos deteremos em suas respostas, pois isso supõe algum distanciamento, tal como se distanciou o Henri Lefebvre de 1974 do de 1968, do de 1946. Distanciados, mas coincidentes numa busca – podemos dizer, lefebvreana – sempre orientada à recusa daquela abstração enunciada na sua pergunta sobre o corpo – uma orientação com a qual pretendíamos nos identificar aqui, teórica e metodologicamente, ou melhor ainda, *além de um saber satisfeito*, aí incluída a nossa linguagem, tentativa de escape à *abstração mortífera do discurso*: foi esse, vale lembrar, o nosso ponto de partida.

³⁸¹ Havia o *estilo*, “ainda que no seio da miséria e da opressão (direta)” (LEFEBVRE, 1991a, p.45).

entre o social e o econômico, é ao mesmo tempo triunfo e derrota, ganho e prejuízo, resistência e opressão no nível da realidade em que se assenta o *cotidiano*: nesse nível, nem vale a pobreza econômica, nem vale a riqueza econômica³⁸², essa pobreza e essa riqueza que se fazem valer na *cotidianeidade*. Revolucionário, então, seria eliminar tal descompasso, fazendo coincidirem pobreza e riqueza, *cotidianeidade* e *cotidiano*, necessidade e desejo, universalizando-se o gozo.

Agnes Heller (1989), em *O cotidiano e a história*, dirá que a vida cotidiana é ao mesmo tempo heterogênea e hierárquica. Heterogênea, posto que organicamente composta por diferentes tipos de atividade: “a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (HELLER, 1989, p.18). Hierárquica, posto que historicamente tais atividades cambiam suas posições. Exemplificando: nos “tempos pré-históricos”, o trabalho ocupava uma posição dominante, subordinando-se a ele todos os demais tipos de atividade, enquanto “para a população livre da Ática no século V, antes da nossa era, ocupavam o lugar central da vida cotidiana a atividade sexual, a contemplação, o divertimento (cultivo das faculdades físicas e mentais), e as demais formas de atividade agrupavam-se em torno destas numa gradação hierárquica” (*Ibidem*, p.18). Se a heterogeneidade é “imutável” (*Ibidem*, p.18), a hierarquia muda “em função das diferentes estruturas econômico-sociais”. Mais do que isso, para a autora (*Ibidem*, p.20), “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico; é a verdadeira essência da substância social [...]”. Concordam os dois autores, nesse ponto? Para o Henri Lefebvre de *A vida cotidiana no mundo moderno*, segundo nossa interpretação, trata-se de descolar o cotidiano da acumulação, da escassez ou da abundância materiais: as noções mesmas de escassez e de abundância perdem sentido se a elas se faz integrar o cotidiano (e não a cotidianeidade, com sua escassez ou sua abundância). Sob esse viés, é a acumulação que não está no *centro* da história.

Noutro ponto Agnes Heller parece distanciar-se de Henri Lefebvre: se a vida cotidiana é organicamente heterogênea, o conceito mesmo de vida cotidiana supõe a distinção entre aquelas atividades que a compõem, isto é, se não o tempo medido, o tempo dividido. Parte já a autora de um cotidiano *mutilado* – para usar o mesmo adjetivo que Henri Lefebvre (2000) atribuiu ao corpo –, isto é, da indistinção entre cotidiano e cotidianeidade? Não essa mas outra divisão de tempos Henri Lefebvre (1991a, p.61, grifos do autor) observa na modernidade: “o *tempo obrigatório* (o do trabalho profissional), o *tempo livre* (o dos lazeres),

³⁸² Não se trata, portanto, de uma apologia da pobreza, nem do *hot*; e tampouco de uma apologia da riqueza, nem do *cold*; nem de populismo, nem de economicismo.

o *tempo imposto* (o das exigências diversas fora do trabalho, como transporte, idas e vindas, formalidades, etc.)”; divididos, mutuamente medidos, “*empregos do tempo*”. A ideia de hierarquia, comum aos dois autores, o segundo faz referir-se à *cotidianeidade*:

[...] verifica-se que o tempo imposto ganha terreno. Ele aumenta mais rápido que o tempo dos lazeres. O tempo imposto se inscreve na cotidianeidade e tende a definir o cotidiano pela soma das imposições (pelo conjunto delas). A modernidade não entra então de maneira evidente na era dos lazeres? Na verdade, os “valores” antigamente ligados ao trabalho, ao ofício, ao qualitativo na ação criadora se dissolvem. Os “valores” ligados ao lazer estão começando a nascer [...]. Por enquanto, o trabalho, com uma extrema divisão das operações produtoras, continua a dominar a prática social. (LEFEBVRE, 1991a, p.61).

Adiante, ainda em *A vida cotidiana no mundo moderno*, o autor (LEFEBVRE, 1991a, p.45) associa a cotidianeidade à “degenerescência do estilo” e também da “Festa”. Suspeitamos, nesse ponto, de uma afinidade entre Henri Lefebvre e Walter Benjamin. Sempre transindividual, a experiência é a mediação que Walter Benjamin interpõe entre estrutura e superestrutura. Para o filósofo, as transformações no modo de produção conduziram, em última instância, a transformações nas próprias condições de possibilidade da experiência humana. A radical transformação verificada na Europa no século XIX conduziria à mais radical transformação naquelas condições: o desaparecimento da experiência. Em seu lugar, no modo de produção capitalista, posta-se a vivência (cf. CASTRIOTA, 2000; MEINERZ, 2008). Para Henri Lefebvre (1991a, p.39, grifos do autor), ainda debruçado sobre sua *Introdução à crítica da vida cotidiana*, o cotidiano seria o “lugar social” do “*feedback*” entre “estruturas e superestruturas”, ao mesmo tempo “*resíduo* (de todas as atividades determinadas e parcelares que podemos considerar e abstrair da prática social)” e “*produto* do conjunto social”; “lugar de equilíbrio” e “lugar em que se manifestam os desequilíbrios ameaçadores”.

Já em *La production de l'espace*, o autor (LEFEBVRE, 2000, p.xxi) desloca-se da “*stricte tradition marxiste*” – da estrita tradição marxista – em que o espaço social situar-se-ia como superestrutura, para exclamar que o espaço – o conceito e o *em si* – escapa à distinção e à hierarquização base-estrutura-superestrutura: “*si l'espace (social) intervient dans le mode de production, à la fois effet, cause et raison, il change avec ce mode de production!*” (*Ibidem*, p.xxii)³⁸³.

³⁸³ “se o espaço social intervém no modo de produção, ao mesmo tempo efeito, causa e razão, ele muda com o modo de produção!” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

Quanto ao corpo, adiante Henri Lefebvre (2000, p.354-355, grifos do autor) dirá: “La vaste métaphorisation qui s’opère à travers l’histoire, la métonymisation qui s’opère à travers le processus cumulatif et *déportent* le corps hors de lui-même (forme paradoxale de l’aliénation) aboutissent à ce même espace abstrait”³⁸⁴. E mais: “la abstraction du corps se parachève par la fragmentation et la localisation (fonctionnelles)” (LEFEBVRE, 2000, p.358)³⁸⁵, pela abstração do espaço. Torna-se esse espaço abstrato “le simulacre de l’espace plein (de celui qui fut plein dans la nature et l’histoire)”³⁸⁶, e o percurso, “simulation vécue, gestuelle – la promenade, l’errance – de ce qui fut activité urbaine, rencontre, déplacement parmi des existences concrètes”³⁸⁷ (*Ibidem*, p.361)³⁸⁸. Nesse espaço, e por esse espaço, “l’Ego n’est plus en rapport avec sa nature, avec une matière, même pas avec la ‘choséité’ des choses (marchandises) mais avec les choses doublées de leurs signes et supplantées (suplées) par ceux-ci. Le ‘je’ porte-signes n’a plus affaire qu’à d’autres porte-signes” (*Ibidem*, p.358)³⁸⁹. Reinam, aí, “la solitude phallique et l’auto-destruction du désir”³⁹⁰, “la représentation du sexe a remplacé le sexe”³⁹¹ (*Ibidem*, p.357).

Quanto ao tempo, também ele se reduz a “un emploi prescrit et à des interdites”³⁹² (LEFEBVRE, 2000, p.392); “il se consume, il s’épuise, et c’est la fin”³⁹³ (*Ibidem*, p.114). Não

³⁸⁴ “A vasta metaforização que se opera através da história, a metonimização que se opera através do processo cumulativo e *deporta* o corpo para fora de si mesmo (forma paradoxal de alienação) desembocam neste mesmo espaço abstrato” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

³⁸⁵ “a abstração do corpo se completa pela fragmentação e localização funcionais” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

³⁸⁶ “o simulacro do espaço pleno (daquele que foi pleno na natureza e na história)” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

³⁸⁷ “simulação vivida, gestual – o passeio, a errância – disto que foi atividade urbana, encontro, deslocamento entre existências concretas” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

³⁸⁸ Simulação da *experiência*, ou simplesmente *vivência*, na acepção benjaminiana? Estaria Henri Lefebvre sugerindo, aqui, já em *A produção do espaço*, uma crítica aos situacionistas? Trata-se a *errância*, ou a “deriva” (cf. DEBORD, 2003, p.87-91) – ainda que declaradamente contrária à pressa e também ao passeio, um “procedimento”, uma “técnica” (*Ibidem*, p.87) –, de um deslocamento cujo objeto é o espaço (sua percepção ou sua apreensão) e cujo objetivo final é a subversão do espaço (da sua percepção ou da sua apreensão), e o é pelo “jogo”, pelo “encontro possível” (*Ibidem*, p.90), pela simulação *disto que foi atividade urbana, encontro, deslocamento entre existências concretas*, pelo método (e, portanto, tecnificação) *disto*? A deriva equivaleria, assim, à *tática*, ao desmanche – pela errância, pelo *gasto do tempo* – da resistência que o *estabelecimento de um lugar* oferece ao jogo... E à revolução? Paola Berenstein Jacques (2003, p.20) assinala a proximidade entre a “tese central situacionista” e a tese defendida por Henri Lefebvre “em sua trilogia *Critique de la vie quotidienne*”. Naquele momento, eram os situacionistas que acusavam Henri Lefebvre de “fazer uma ficção científica da revolução” (JACQUES, 2003, p.22) – cultural. Num momento seguinte, será ele (LEFEBVRE, 2000) a afirmar a tragicidade da apreensão – no ato – e da realidade do *espaço inteiro, mental, físico e social*, bem como “l’incertitude du concept de ‘culture’, fourre-tout” – “a incerteza do conceito de ‘cultura’, quarto de despejo” (LEFEBVRE, 2006, n.p.) –, opondo à ideia de contracultura a de “contraespaço” (LEFEBVRE, 2000, p.441).

³⁸⁹ “o Ego não está mais em relação com sua natureza, com uma matéria, nem mesmo com a ‘coisidade’ das coisas (mercadorias), mas com as coisas duplicadas de seus signos e suplantadas por estes. O ‘eu’ porta-signos não tem mais sentido a não ser em relação a outros porta-signos” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

³⁹⁰ “a solidão fálica e a autodestruição do desejo” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

³⁹¹ “a representação do sexo em substituição ao sexo” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

³⁹² “um emprego prescrito e a interditos” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

³⁹³ “ele se consome, se exaure, e isto é o fim” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

obstante, dialeticamente, se o espaço social é o do interdito, se é o espaço do “não”, ele é também “celui des corps, par conséquent celui du ‘oui’, du vivre”³⁹⁴ (*Ibidem*, p.233). Não se trataria, portanto, essa história tão somente de uma alteração da hierarquia entre as atividades de que se compõe o cotidiano – a cotidianidade –, nem de uma alteração da heterogeneidade, dos tempos *obrigatório, livre e imposto*, mas da substância mesma do tempo: a vida, a morte; o irreproduzível.

Somando-se tudo isso, temos que se trata propriamente de uma correspondência entre modo de produção, espaço, corpo e tempo. Se assim é, as histórias – do modo de produção, do espaço, do corpo e do tempo – são uma só, e não apenas por suas mútuas determinações. Se se parte da *obra*, se se parte do *corpo espacial*, se se parte do *tempo cósmico*, se se parte da *apropriação* (ou do princípio da *revolução do espaço*), o modo de produção transforma-se não meramente segundo a escassez e a abundância que produz, pois produção é reprodução, mas tampouco essa se restringe à esfera ideológica: estamos, aqui, na esfera (aqui, sim, esfera, posto que totalidade) da vida.

Deslocados da *estrita tradição marxista*? Ora, dentre as definições de modo de produção pelo próprio Karl Marx, trazidas de volta por David Harvey (2006) e enunciadas no Capítulo 2 desta tese, esta se aproximaria de uma *all-embracing* – abrangente –, mas talvez não tanto *highly abstract* – altamente abstrata: “o modo de produção não deve ser considerado simplesmente como sendo a reprodução da existência dos indivíduos. É, em vez disso, uma forma definida de atividade desses indivíduos, uma forma definida de expressar a sua vida, um ‘modo de vida’ definido da parte deles” (MARX; ENGELS³⁹⁵, 1972 *apud* COSGROVE, 2003, p.105).

Não em busca de alguma comprovação, mas simplesmente frisando o conteúdo expresso nessa citação, tomemos uma segunda:

Para examinar a ligação entre a produção espiritual e a produção material, é acima de tudo necessário compreender a última não como uma categoria geral, mas em sua forma histórica definida. Assim, por exemplo, diferentes tipos de produção espiritual correspondem ao modo capitalista de produção e ao modo de produção da Idade Média. Se a própria produção material não for concebida em sua forma histórica específica, é impossível compreender o que é específico à produção espiritual que a ela corresponde e a influência recíproca de uma sobre a outra. (MARX, Karl³⁹⁶, 1980 *apud* BOTTOMORE, 1988, p.27).

³⁹⁴ “aquele dos corpos, conseqüentemente aquele do ‘sim’, do viver” (LEFEBVRE, 2006, n.p.).

³⁹⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Feuerbach: opposition of the materialistic and ideological outlook*. Moscow: [s.n.], 1972.

³⁹⁶ MARX, Karl. *Teorias da mais-valia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v.1, cap.4.

Se, marxianamente, “o caráter da relação entre base ou infra-estrutura e superestrutura é muito mais complexo” (BOTTOMORE, 1988, p.27), lefebvreanamente, espaço – e corpo e tempo, ou cotidiano – escapam à distinção e à hierarquização base-estrutura-superestrutura.

Vimos, embora incompletamente – ou provisoriamente –, no capítulo anterior, como essa história-geografia – do espaço (do corpo, do tempo) – se concretizou na cidade brasileira entre os séculos XIX e XX. Cabe, neste capítulo, fechar a periodização histórico-geográfica pretendida, passando da síntese à análise? Cabe, ainda, a pergunta (mesmo reformulada): “Que correspondências houve, no Brasil, entre modo de produção (não apenas o capitalismo), a estrutura da cidade e a vida na cidade (não apenas em suas periferias e centros) entre os séculos XIX e XX”? Cabe, uma vez respondida essa pergunta, trazer a periodização histórico-geográfica obtida à periodização do *processo produtivo* no Brasil? Cabe, além disso, cotejar essa periodização à proposta por Henri Lefebvre, examinando-se sua teoria à luz da nossa história? Continuemos nosso percurso.

Voltando, do Capítulo 3 ao Capítulo 2, teríamos um primeiro período – da primeira cidade (do espaço, do tempo e do corpo únicos) à segunda (do espaço único, dos tempos e dos corpos revelados). Nesse período, vai-se, segundo Martim Smolka (1982), da cidade *colonial* à *comercial*, de uma *forma urbana concentrada* com seus *pontos focais* a uma *forma urbana concentrada* com sua *rua principal*, na qual os senhores mais tempo passam e mais gastam, numa vida na *cidade* que já é diferente da vida no *campo*, mas onde, segundo Paul Singer (1993), *não irrompe a contradição entre dominados e dominantes*. Segundo Flávio Villaça (2001), tal corresponderia à cidade sem *setores*, em que não há *dominação política e econômica através do espaço urbano*, em que não há um centro que torne vantajosa tal ou qual localização, em que não há *economia de viagens*. Segundo Paul Singer (1993), trata-se de um período em que a *cidade colonial* ou da *conquista* guarda-se na *cidade comercial*, em que não há conflito entre as classes (entre a *classe senhorial* e a de *comerciantes, financistas (usurários) e transportadores*), nem entre modos de produção. Corrigindo esse aspecto, Francisco de Oliveira (2003) diria que não há, ainda, aí, classes. José de Souza Martins (2008a) diria que a pobreza que há, aí, é de liberdade, de humanidade.

Invertendo agora o sentido do percurso, do Capítulo 2 ao Capítulo 3: nesse período, nessas cidades, o centro que há o é somente por ser o local onde se concentram, mas não exclusivamente, os usos não residenciais. Por esse centro, onde se encena a *vida na cidade* diferente da *vida no campo*, a *cidade* não se distingue dos *arrabaldes*, senão por essa encenação. Não há, aí, uma desigualdade – uma pobreza e uma riqueza – dada nem pela *disponibilidade*

de equipamentos e de infraestrutura, nem pela *economia de viagens*; dada por uma periferia e um centro. Há desigualdade quanto à *qualidade de construções*, o que distingue o senhor-patrão do trabalhador autônomo, e *dominação política e econômica através do espaço* arquitetônico, o que distingue o trabalhador-morador autônomo do escravo-empregado sob o *teto alheio* do senhor-patrão³⁹⁷.

Aquela acentralidade, somada à realização de muitas atividades no espaço público (muitas posto que ainda não poucas, interditas ou deslocadas ao espaço privado), porém, converte a pobreza e a riqueza de liberdade, ou a assimetria (não a desigualdade) entre corpos sociais – anulado o do escravo pelo do senhor –, em uma desigualdade (agora, sim) entre corpos espaciais – pobre, em *vivência*³⁹⁸, o do senhor, e rico, em *vivência*, o do escravo que *circula livremente*.

Sob a dominação que recobre toda a *cidade e arrabaldes*, trata-se, porém, como preferimos em nossa síntese, de um corpo e de um tempo únicos, em e por um espaço único. A inexistência de luta entre classes (ou de classes propriamente) – e entre modos de produção – corresponde a essa estrutura sem uma periferia e sem um centro que a ela se contraponha, a uma pobreza que sequer pode se distinguir da riqueza, a um trabalho(?) em que o trabalhador(?) não é proprietário sequer do corpo-força-de-trabalho, a um capital(?) que não se separou do trabalho(?).

Foi essa cidade obra? Havia, aí, *estilo, ainda que no seio da miséria e da opressão (direta)*? Tendemos a afirmar: sombriamente, o escravo³⁹⁹ não equivale ao camponês, nem ao camponês tornado operário em busca também da cidade⁴⁰⁰, ainda que também para o escravo a *vida na cidade* pudesse diferir da *vida no campo*. As cidades que poderiam ser assim qualificadas, se o desejamos, seriam aquelas em que há tempo e corpo próprios (e, portanto, apropriação, ou *experiência*) e o espaço que os reúne. Lampeja, aqui, essa cidade-obra, enquanto se trata menos da *luta de classes* e mais do *conflito entre modos de produção*? Apaga-se ela, aqui, quando um modo de produção passa a dominar? Sob esse *tempo histórico*, porém, outro – coexistente – agrava-se, ou se atrasa, como quis José de Souza Martins (2008a).

³⁹⁷ O trabalhador autônomo, morando onde não há espaço para plantio ou criação de animais, porém, pode passar uma fome que não passam nem o escravo, nem o empregado, tanto menos o senhor e o patrão. Como comparar essa fome à falta de liberdade? Já ouvimos um ex-escravo a esse respeito, no capítulo anterior.

³⁹⁸ Tomando-se a terminologia benjaminiana, poder-se-ia falar em *experiência* sob a relação assimétrica e, portanto, não transindividual escravo-senhor?

³⁹⁹ E o empregado-*quase-escravo-branco*, nessa medida.

⁴⁰⁰ Cf. PERROT (1988).

No período seguinte, que se estenderia da segunda cidade (do espaço único, dos corpos e tempos revelados) à terceira (do espaço dividido, dos corpos e tempos obscurecidos), segundo Martim Smolka (1982), instala-se, aqui, a *segregação social urbana*, menos, porém, pelo *surgimento das fábricas*, mais pelo surgimento do *centro*; menos pela conversão da cidade em *centro de produção*, mais pela sua conversão em *produto*, segundo Paul Singer (1993). Por tudo isso, instala-se aqui qual pobreza, qual riqueza; qual *escassez*, qual *abundância*?

Segregando-se essa cidade e dividindo-se o seu centro, segundo Flávio Villaça (2001), instala-se a *dominação política e econômica através do espaço urbano*, verificando-se, então:

- quanto à *disponibilidade de equipamentos e de infraestrutura e à qualidade das construções*, uma desigualdade entre os que estão nos *setores de moradia das camadas de baixa renda* e os que estão nos *setores de moradia das camadas de alta renda*;
- quanto à *economia de viagens*, uma igualdade – entre os que moram no *setor abandonado do centro* e os que compensam a distância do *setor nobre do centro* com sua *mobilidade* –, e uma desigualdade – entre os que moram na *periferia subequipada* que não é *região industrial*, de um lado, e, de outro, os que moram na *periferia subequipada* que é *região industrial*, os que moram no *setor abandonado do centro* e os que compensam a distância do *setor nobre do centro* com sua *mobilidade*.

Verdadeiramente *modesta* – ou pobre – passaria a ser, então, a condição daquele cujo critério de escolha do local de moradia é exclusivamente a proximidade do trabalho⁴⁰¹. Não obstante, é no central que se misturam o tempo livre e o tempo do trabalho – criativo –, para os que não são o Cassis (de Lima Barreto), nem a Dona Plácida (de Machado de Assis), mas o Sinhô (ele mesmo e o de Manuel Bandeira), ou o Cartola que *circula livremente*, como o fruto do seu trabalho (entre tempos como entre espaços); para esses corpos apropriados em que vida e morte (eroticamente) se tangenciam.

Quando (e onde) se separam o tempo livre do tempo do trabalho, o criativo do repetitivo, quando já se alcança aquela *sofisticação da compreensão do lucro* (aquela *sofisticação* da separação entre o capital e o trabalho) de que nos falou José de Souza Martins (2008a), alcança-se o *centro*, pela diversão que pretende afastar a morte, pela alienação do corpo-do-capital do corpo-do-trabalho.

Num mesmo movimento, alcança-se a *sofisticação da compreensão* da exploração: o *bairro proletário*, a favela-com-seus-bairros. Apartados o fruto do trabalho e o trabalho na cidade, o que não é o tempo do trabalho, mas a parte do seu fruto que não é o *monumento*, aqui,

⁴⁰¹ Libertos do *teto alheio* esses pobres?

é o tempo livre, tornado tempo próprio, apropriação. Indivisível o *eu operário* na *fábrica-oficina*, indivisível o Sr. Amadeu, operário/artesão-agente-de-movimento-social-morador-do-Brás-que-rememora (que, não como o escravo, não quer esquecer, quer fazer lembrar), indivisíveis os prováveis operários no bonde e na festa, na periferia que ainda não o seria propriamente, posto que *produto e obra de seus moradores*, como demarcou Odette Seabra (2004). Se já não lampeja nessa cidade o *corpo suado*, posto que apartado do *corpo asseado* – ambos obscurecidos, então –, ainda lampeja, nessa cidade-produto, com seu único *centro* (ainda que dividido) e seus *bairros*, a *obra*: o *corpo espacial*, ainda que *social*, a apropriação sob a dominação-exploração, sob a *acumulação primitiva*, como quis Francisco de Oliveira (1981).

Sob essa acumulação, *casam-se* o *centro* e o *bairro*: o primeiro, *monumento* pela dominação (sobre a apropriação), pelo espaço (sobre o tempo), e o segundo, *monumento* pela apropriação (sob a dominação), pelo tempo (sob o espaço). Sob essa *dominação política e econômica através do espaço urbano*, desigualam-se os que moram na *periferia subequipada que não é região industrial* e os que moram na *periferia subequipada que é região industrial*: menos *verdadeiramente modesta* ou *pobre* a condição dos que são do *bairro*. Se tanto aqui, como ali, vida e morte (precariedade) se afastam – *ruas sem calçadas, casas antigas, bairros pobres, bem pobres*⁴⁰² –, aqui também (eroticamente) se tangenciam – o *borborinho* e a *alegria*, o *carneval*, as *assembleias públicas* – pelos corpos e tempos não repetitivos, pelas ruas, no *subcentro*. Nem tão pobres os que puderam morar onde trabalham.

Finalmente, no período que se estenderia da terceira cidade (do espaço dividido, dos corpos e tempos obscurecidos) à quarta (do espaço fragmentado, dos corpos e tempos apagados), surgidas as *fábricas*, convertida a cidade em *centro de produção*, dominante um modo de produção, em luta as classes e, segundo Flávio Villaça (2001), dividido o central entre o centro e os subcentros, a desigualdade quanto à *disponibilidade de equipamentos e de infraestrutura e à qualidade de construções* entre os *setores das camadas de baixa renda* e o *setor da camada de alta renda* passa a coincidir com a *desigualdade quanto à economia de viagens*: eis a periferia ante o centro, e vice-versa. Eis a estrutura onde se farão opacas as relações sociais de produção? Eis a *metrópole*?

⁴⁰² Em *Manuscritos econômico-filosóficos*, Karl Marx (1978, p.22, grifos do autor) escreve: “[...] o quarto de porão do pobre é uma habitação hostil, que ‘retém uma potência estranha, que só se entrega a ele quando ele entregar a ela seu suor e seu sangue’, habitação que ele não pode considerar como *lar* – onde, finalmente, pudesse dizer: aqui estou em casa –, onde ele se encontra muito mais em uma casa *estranha*, na casa de *outro* que o espreita diariamente e que o expulsa se não pagar o aluguel. Igualmente, do ponto de vista da qualidade, vê sua casa como o oposto à habitação humana situada no além, no céu da riqueza”.

Eis que ante a intensificação do trabalho, dividido na *fábrica*, divide-se o *operário* da *massa pobre urbana*. Para o *operário*, vida e morte não mais se afastam precariamente: pela *casinha própria guardada por portão de ferro*, com seu *jardim*, com seu *fogão a gás*⁴⁰³; pelas coisas humanizadas – frutos do trabalho desumanizado –, afasta-se a *negatividade da vida* (e do trabalho), em casa, em família, mais do que no *bairro*, mais do que na *cidade*, miniaturizados esses *monumentos*. Em casa, miniaturizam-se o *tempo cósmico* em *tempo de sobra*; a *apropriação em economia* (em propriedade)⁴⁰⁴; a dissipação do corpo (a experiência) em reprodução da força de trabalho (em vivência).

Para a *massa pobre urbana*, vida e morte anulam-se: produção sem reprodução e vice-versa; nem *cotidianeidade*, nem *cotidiano*, mas corpo crônico, tempo-coisa, e coisa alguma. Para os outros, divididos do *operário* e da *massa pobre urbana*, entretanto, a *abundância* também não *reproduz uma renovação triunfal da Festa* (nem da *experiência-transindividual*).

⁴⁰³ Milton Santos (1979, p.9), em *Pobreza urbana*, pergunta: “De que adianta afirmar que um indivíduo é menos pobre, agora, em comparação à situação de 10 anos atrás, ou que é menos pobre na cidade em comparação à sua situação no campo, se esse indivíduo não tem o mesmo padrão de valores, inclusive no que se refere aos bens materiais? A única medida válida é a atual, dada pela situação relativa do indivíduo na sociedade a que pertence”. Em *Manuscritos econômico-filosóficos*, Karl Marx (1978, p.110) já escrevera: “A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come com faca e garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua, com unhas e dentes”. Em *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, o mesmo Milton Santos (2006, p.327) escreve: “As classes médias amolecidas deixam absorver-se pela cultura de massa e dela retiram argumento para racionalizar sua existência empobrecida. Os carentes, sobretudo os mais pobres, estão isentos dessa absorção, mesmo porque não dispõem dos recursos para adquirir aquelas coisas que transmitem e asseguram essa cultura de massa. É por isso que as cidades, crescentemente inigualitárias, tendem a abrigar, ao mesmo tempo, uma cultura de massa e uma cultura popular, que colaboram e se aritam, interferem e se excluem, somam-se e se subtraem num jogo dialético sem fim”. Adiante o autor (SANTOS, Milton, 2006, p.327) faz aproximarem-se os conceitos “cultura de massa” e “práxis repetitiva”, “cultura popular” e “práxis inventiva”. Nesse sentido, não se trata de contabilizar uma maior ou menor pobreza ou riqueza materiais entre períodos, mas de associar a acumulação de coisas (da qual se nutre a *cultura de massa*) ao *amolecimento da práxis inventiva*, ao *amolecimento do cotidiano*, ou à *cotidianeidade*.

⁴⁰⁴ Em *Manuscritos econômico-filosóficos*, Karl Marx (1978, p.18, grifos do autor), escreve – e de tal forma que não conseguimos extrair dali um trecho menor do que o que se segue: “A economia política, esta ciência da *riqueza*, é assim ao mesmo tempo a ciência da *renúncia*, da *privação*, da *poupança* e chega realmente a *poupar* ao homem a *necessidade* de ar puro e de *movimento* físico. Esta ciência maravilhosa da indústria é ao mesmo tempo a ciência do *ascetismo*, e seu verdadeiro ideal é o avaro *ascético*, mas *usurário*, e o escravo *ascético*, mas *produtivo*. Seu ideal moral é o *trabalhador* que leva à caixa econômica uma parte do seu salário e, para esta sua idéia favorita, encontrou até uma arte servil [...]. Por isso a economia política, apesar da sua aparência mundana e prazerosa, é uma verdadeira ciência moral, a mais moral das ciências. A auto-renúncia, a renúncia à vida e a todo *carecimento humano* é seu dogma fundamental. Quanto menos comas e bebas, quantos menos livros compres, quanto menos vás ao teatro, ao baile, à taverna, quanto menos penses, ames, teorizes, cantes, pintes, esgrimes, etc., tanto mais *poupas*, tanto *maior* se torna teu tesouro, que nem traças, nem poeira devoram, teu *capital*. Quanto menos *és*, quanto menos exteriorizas tua vida, tanto mais tens, tanto maior é a tua vida *alienada* e tanto mais armazenas da tua essência alienada. Tudo o que o economista tira-te em humanidade, tudo isso ele te restitui em *dinheiro* e *riqueza*, e tudo o que não podes, pode o teu dinheiro. Ele pode comer, beber, ir ao teatro e ao baile; conhece a arte, a sabedoria, as raridades históricas, o poder político; pode viajar, *pode* fazer-te dono de tudo isto, pode comprar tudo isto; é a verdadeira *fortuna*. Mas sendo tudo isso, o dinheiro não *pode* mais do que criar-se a si mesmo, comprar-se a si mesmo, pois tudo o mais é seu escravo, e quando eu tenho o senhor, tenho o servo, e não preciso dele. Todas as paixões e toda atividade devem, pois, afundar-se na *avareza*. O trabalhador só deve ter o suficiente para querer viver e só deve querer viver para ter”.

Na cidade-metrópole – unidade esfacelada em periferias e centros (e esfaceladas as periferias, em cada coisa, até cada corpo domesticado, e os centros, em cada coisa, até cada corpo glamurizado)⁴⁰⁵ –, miniaturiza-se a obra, agiganta-se o produto, numa desigualdade entre rigorosamente desiguais, numa igualdade entre *rigorosamente iguais*, sob o *mínimo* e o *máximo*, sob a *cotidianeidade*, sob a impossibilidade da reunião no e pelo espaço, do *urbano*? Sob a opacidade das relações sociais capitalistas de produção – no e pelo espaço –, sob a reprodução das relações sociais capitalistas de produção – no e pelo espaço –, respondemos. Mas também sob a *acumulação primitiva estrutural*, respondemos mais completamente, com Francisco de Oliveira. E, ainda assim, na *iminência dos sinos que quase-quase badalam*, advertiria Clarice Lispector (1998) pela boca de Rodrigo S.M., sem o saber, ecoando Henri Lefebvre (2000): ainda que no e pelo *não*, o *sim*.

Fechada a correspondência que buscávamos, neste capítulo final, entre os capítulos anteriores, não nos apressemos. — Terá sido assim mesmo?, é a nossa pergunta. Essa a história-geografia da cidade brasileira entre os séculos XIX e XX? Ao esforço de “*réduire*” – “*reduzir*” –, no Capítulo 1, seguido do de buscar “*la complexité et le chaos des constatations immédiates*” – “a complexidade e caos das constatações imediatas” –, no Capítulo 2, valeu este “*réduire*” – “*reduzir*” –, deste último capítulo? Ou o que pode nos contentar, aqui, é justamente o “*restituer progressivement ce que l’analyse a écarté*” (LEFEBVRE, 2000, p.126) – “*restituir progressivamente o que a análise afasta*” –, o Capítulo 2? Em *Espaço-tempo na metrópole*, Ana Fani Alessandri Carlos (2001, p.49) adverte que, se a cidade é “apaixonante” por nela coexistirem e se imbricarem “diferentes idades sociais” e “diferentes idades das formas”, “a sincronia somente permite apreender uma lógica de período, mas nenhuma cidade é perfeitamente sincrônica em todos os seus elementos – na relação entre o estrato das formas e o estrato das práticas”. Se assim é, a *lógica de período* seria dada pelas distintas assincronias entre o *estrato das formas* e o *estrato das práticas*, ou, como perguntamos ainda no Capítulo 2 (e agora respondemos de outro modo), pelas *distintas desigualdades* em cada período.

⁴⁰⁵ No período que se iniciaria por essa quarta cidade, eclodiria a luta entre esses dois corpos – o domesticado e o glamurizado? Em “Uma outra pobreza urbana”, Margareth Afeche Pimenta (2003, p.74) denomina “equilíbrio neurótico” a coexistência entre o estímulo a um consumo compulsivo e o empobrecimento contínuo da população. Para a autora (PIMENTA, 2003, p.74), “quanto mais ampliada a diferenciação e a exclusão social, maior a necessidade de aquisição de signos”. Alba Zaluar (1998, p.255), por sua vez, em “Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência urbana no Brasil”, mostra como a passagem de um consumo “familiar para um consumo de ‘estilo’ muito mais caro” é também responsável pelo aumento da violência urbana no Brasil.

Se a tese de Martim Smolka (1982, p.16, grifos nossos) é a de que “é possível discernir em diferentes momentos certas inter-relações entre o processo de estruturação social e econômico e o processo de estruturação espacial”; se a de Edward Soja (1993, p.13-14, grifos nossos) é a de que é “cada vez mais possível afirmar que a evolução da forma urbana (a estrutura espacial interna da cidade capitalista) tem seguido o mesmo ritmo periodizável de formação e reformação induzidas pela crise que moldou a paisagem macrogeográfica do capital desde os primórdios da industrialização em larga escala”, e se a de Flávio Villaça (2001, p.45, grifos nossos) é a de que a estruturação do espaço intraurbano brasileiro “só remotamente se relaciona com as transformações por que tem passado o capitalismo nacional e mundial nas últimas décadas”, qual é a nossa tese?

Nossa tese – ou o que nos foi revelado – é: se o espaço torna-se um *instrumento de dominação política da burguesia*, isso não se daria somente pela organização da produção, pela divisão do trabalho, pelo controle da mão de obra necessário à acumulação. Esses mesmos organização-divisão-controle, impulsionados ao – e pelo – espaço, são impulsionados ao – e pelo – corpo – *dos trabalhadores e mesmo dos não trabalhadores* – e ao – e pelo – tempo de uns e de outros. Trata-se, portanto, mais do que garantir “o controle do processo de produção” (SMOLKA, 1982, p.31), ou “as condições de acumulação lucrativa do capital e do controle da mão-de-obra” (SOJA, 1993, p.217); mais até do que favorecer “a reprodução das relações sociais de produção dominantes, inclusive na esfera ideológica” (SMOLKA, 1982, p.31): a reprodução das relações sociais de produção serve-se do espaço, tanto quanto do tempo e do corpo – dessa realidade prática, dessa existência concreta (cf. LEFEBVRE, 2000, p.136). “É no cotidiano que se tem prazer ou sofre. Aqui e agora”, escreveu com inusitada simplicidade Henri Lefebvre (1991a, p.27) em *A vida cotidiana no mundo moderno*.

É também por esses *prazeres e sofrimentos*, por essa outra *escassez* e essa outra *abundância*, que nossa história se distingue? Cremos ter chegado a essa resposta, neste capítulo, mas também – ou muito mais – no que o antecedeu, e que a partir dela podemos ainda nos arriscar, ou exagerar. Na cidade brasileira, entre os séculos XIX e XX, o que se forjou não foi a desigualdade entre periferia e centro, entre pobreza periférica e riqueza central: forjaram-se, aí e então, desencontros entre o social e o econômico, que, se desencontro estrutural, é também identitário, ou vital, se desejamos escapar ao *quarto de despejo* da cultura. Se, de um lado, esta é uma história da alienação da vida, ela é também uma história da afirmação da vida, porém, se não no encontro entre o social e o econômico, na *restituição do corpo total*, em quê?

Em *Memórias videntes do Brasil: a obra de Pedro Nava*, José Maria Cançado (2003) analisa um trecho de “Chão de ferro”, em que Pedro Nava (1976, p.294) narra a ida dos meninos do Colégio Pedro II à Sorveteria Pérola, no Rio de Janeiro, lembrando-se “dos sorvetes multicolores dos nossos oito Pérolas que os anos não trazem mais”, esquecendo-se “das longas dores por via de pequenas alegrias”. A essa metonimização – “oito Pérolas” no lugar de “oito anos”, “o objeto sumarento e inesquecível” no lugar dos sujeitos – José Maria Cançado (2003, p.164) nomeia, em oposição à reificação e ao aprisionamento do sujeito no objeto, “desantropomorfização-surpresa, com a qual possa haver mais ser, não menos ser”, uma desantropomorfização que significa “o jogo e as transformações de uma identidade protéica”. Esse o jogo do escravo que *circula livremente*, do Cartola, do Sr. Amadeu, do Adoniran, da família de José de Souza Martins, e de Carolina Maria de Jesus. O *objeto sumarento e inesquecível* de que se compõe sua *identidade proteica* é o que é variável, tanto quanto o são seus carecimentos: a liberdade, a criação, o reconhecimento, a *maloca mais linda*, o *jardim e o fogão a gás*, a casa no bairro. Tornados esses carecimentos do outro quando se chega à *metrópole*? Sim, mas não, se apostamos nessa identidade, ou nessas identidades *proteicas*⁴⁰⁶, na desantropomorfização (do sujeito) como na humanização (da coisa), na apropriação sob a dominação, no gozo sob a necessidade.

Por esses outros prazeres e sofrimentos, por essa distinção, qual teoria aqui nos é revelada? Deixemos mais essa pergunta, ou, promissora, enfrentemo-la em outra ocasião. Mas finalizemos agora: se a história complexifica a teoria, sem a história os conceitos não se explicam integralmente. Analogamente, com a história, os conceitos podem não explicar integralmente: a teoria simplifica a história. Como precisou David Harvey (2006) em relação ao conceito “classe”: sua definição plena supõe a interação entre dois sistemas conceituais aparentemente díspares: o histórico e o teórico. Por outro lado, como precisou o mesmo autor

⁴⁰⁶ Haveria, ainda assim, uma identidade, ou, se preferirmos, a coexistência *estrutural* de tempos históricos. José Maria Cançado (2003, p.212) ilustra o que seria o “ciclo longo da memória popular, que pode ser atribuído a um antidarwinismo do imaginário sócio-histórico”, referindo-se a um episódio ocorrido numa pesquisa de campo realizada no sertão da Bahia por pesquisadores norte-americanos e assim narrado por Richard Morse, em *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*: “Ao perguntar [um dos pesquisadores] a seus informantes – a partir de um modelo de investigação que havia dado ‘resultados’ num estudo legislativo dos Estados Unidos – se podiam identificar o presidente do Brasil, uma camponesa idosa e analfabeta respondeu ‘Pedro Álvares Cabral’, o suposto descobridor do Brasil em 1500. Essa resposta deixou desorientados nossos patologistas políticos, pois, ainda que pudessem prever que em seu próprio país uns dez a vinte por cento estivessem drogados ou imaginassem que Roosevelt ou Eisenhower continuavam sendo presidentes, jamais esperariam uma resposta como ‘Cristóvão Colombo’ ou ‘William Bradford’ [...]. Para mim, a persistência do seu nome (Cabral) na imaginação popular durante cinco séculos sugeria menos uma ‘falta de informação’ que um maduro sentido de história, esse mesmo sentido que, como Whitmann deplorava em *Democratic Vistas*, tem tão pouca saída na pobre cultura folk da democracia toquevilliana” (MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.141).

(HARVEY, 2006, p.25), desta vez em relação ao conceito “modo de produção” tal como aparece em *Grundrisse* de Karl Marx: tornado assim tão abrangente e tão altamente abstrato, sua aplicação é dificultada. Vale-nos, entretanto, e afortunadamente, o conceito *formação econômico-social* (*discreto* em Karl Marx, *tomado no preciso sentido de coexistência de tempos históricos* em Henri Lefebvre), ou *formação econômico-social-ideológica*, como preferiu Tom Bottomore (1988), o qual, uma vez contada esta história-geografia, histórico-teoricamente, concreto-abstratamente, convertamos em “formação econômico-social-ideológica-espaco-temporal”.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.56, n.1-4, p.21-122, jan./dez. 1994.
- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IplanRio, Zahar, 1987.
- ABRIL CULTURAL (Org.). Nosso século: 1930/1945 – a era de Vargas. In: ABRIL CULTURAL (Org.). *Nosso século*. Consultoria de Alfredo Bosi *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1980. v.3.
- AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- AMADO, Jorge. *A morte e a morte de Quincas Berro D'Água*. Rio de Janeiro: Record, 1976. (1.ed. 1958).
- ANDRADE, Carlos Drummond. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.
- ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.
- ANJOS, Cyro dos. *O amanuense Belmiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1979. (1.ed. 1937).
- ANTUNES, Ricardo. Construção e desconstrução da legislação social no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006a. p.499-508.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006b.
- ARANTES, Pedro Fiori. Apresentação. In: FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. Org. Pedro Fiori Arantes. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p.11-24.
- ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi. O humilde cotidiano de Manuel Bandeira. In: SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.106-122.
- ASSIS, Machado de. *Crônicas diversas: 1892-1893*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. São Paulo: Mérito, 1962. (1.ed. 1904).
- ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Abril Cultural, 2010. (1.ed. 1881).
- AZEVEDO, Aluísio de. *O cortiço*. Porto Alegre: L&PM, 2007. (1.ed. 1891).
- BANDEIRA, Manuel. *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983.

BANDEIRA, Manuel. O enterro de Sinhô. In: BANDEIRA, Manuel. *Os reis vagabundos e mais 50 crônicas*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1966. p.11-14.

BAPTISTA, Maria Elisa; COSTA, Heloisa Soares de Moura. A arquitetura silenciosa. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p.263-295.

BARBOSA, Adoniran. *Abrigo de vagabundos*. [S.l.: s.n.], 1959a. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/adoniran-barbosa/43962>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

BARBOSA, Adoniran. *Abrigo de vagabundos*. [S.l.: s.n.], 1959b. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=69EBPu974Dc>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

BARBOSA, Adoniran. *Iracema*. [S.l.: s.n.], 1956a. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/adoniran-barbosa/4392>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

BARBOSA, Adoniran. *Iracema*. [S.l.: s.n.], 1956b. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=wtP3dTexAbE>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – história média: planejamento, estudo, construção e inauguração da nova capital (1893-1898)*. Belo Horizonte: Livraria Rex, 1936.

BARRETO, Lima. *Clara dos anjos*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [197-?]. (1.ed. 1906).

BARRETO, Lima. *Toda crônica*. Org. Beatriz Resende e Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. 2v.

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. In: BENJAMIN, Walter. *Walter Benjamin: obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1987a. v.1.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única: obras escolhidas*. Trad. Rubens Torres Filho e José Carlos Martim Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987b. v.2.

BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, Contraponto, 2005. v.1.

BORGES, Maria Inez Machado. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo: EDUSP, 1994.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, EDUSP, 1987.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CANÇADO, José Maria. *Memórias videntes do Brasil: a obra de Pedro Nava*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo*. Trad. Alcir Henriques da Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Nome e mimesis: experiência e linguagem em Walter Benjamin*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

CASTRO, Josué de. *A cidade do Recife: ensaio de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1954.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1- artes de fazer*. Apresentação Luce Giard. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2- morar, cozinhar*. Trad. Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

CHAUÍ, Marilena. Apresentação. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, EDUSP, 1987. p.xvii-xxxii.

COMISSÃO CONSTRUCTORA DA NOVA CAPITAL. *Revista geral dos trabalhos*. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Minas Gerais, 1895. 2v.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.103-134.

COSTA, Geraldo Magela; ARAÚJO, Carlos Eduardo Flores de. A expressão socioeconômica e espacial da dinâmica ocupacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH. In: COSTA, Heloisa Soares de Moura (Org.). *Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul*. Belo Horizonte: C/Arte, 2006. p.35-46.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões (Campanha de Canudos)*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1936.

DAVIS, Mike. *O planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEBORD, Guy-Ernest. Teoria da deriva. In: JACQUES, Paola Berenstein (Org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p.87-91. Internacional situacionista.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Trad. Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: Alva-Ciord, 1979.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. Trad. José Colaço Barreiros. São Paulo: Perspectiva, 1995.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

FAUSTO, Bóris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: DIFEL, 1977.

FERNANDES, Edésio. Direito e gestão na construção da cidade democrática no Brasil. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p.122-139.

FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia de Moraes. Da igualdade e da diferença. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Org.). *Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p.347-349.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. Org. Pedro Fiori Arantes. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Guia prático, histórico e sentimental da Cidade do Recife*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968. (1.ed. 1934).

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1951.

FRIDMAN, Fania. *Paisagem estrangeira: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez, EDUSP, 2000.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Uma ausência. In: SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.51-53.

GARCIA, Antônia dos Santos. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d'Oxum, e Rio de Janeiro, cidade de Ogum*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GOMES, Fábio. *O trabalho na música popular brasileira*. [S.l.: s.n.], [2007?]. Disponível em: <<http://www.brasileirinho.mus.br/artigos/trabalhompb.html>>. Acesso em: 01 nov. 2010.

GUEDES, Simoni Lahud. *Jogo de corpo: um estudo de construção social de trabalhadores*. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. *Espaços urbanos na “aldeia global”*: reflexões sobre a condição urbana no capitalismo do final do século XX. Belo Horizonte: [s.n.], 1995. Mimeografado. Transcrição de conferência proferida em Belo Horizonte, em 1995.

HARVEY, David. *The limits to capital*. New York: Verso, 2006.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HELLER, Agnes. *Sociologia da vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1977.

HOBSBAWN, Eric J. *A era das revoluções: Europa, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOBSBAWN, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. Trad. Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HOBSBAWN, Eric J. *A era dos impérios: 1875-1914*. Trad. Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWN, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Trad. Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Clara dos anjos*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [197-?]. p.11-21.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário estatístico do Brasil: 1939/1940. [1.ed. 1941]. In: IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003a. CD Rom. Não paginado.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003b. CD Rom. Não paginado.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. *Guilherme Gaensly e Augusto Malta: dois mestres da fotografia brasileira no Acervo Brascan*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, [2002]. Catálogo da exposição comemorativa da doação do Acervo Brascan ao Instituto Moreira Salles.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. *O Brasil de Marc Ferrez*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2005.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. *O mundo de Alice Brill*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, [2005?].

INSTITUTO MOREIRA SALLES. *São Paulo, 450 anos*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2004. (Cadernos de fotografia brasileira, 2).

JACQUES, Paola Berenstein. Apresentação. In: JACQUES, Paola Berenstein (Org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p.13-38. Internacional situacionista.

JANO. *Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa 21, 2004.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1960.

KARACH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *Negros no estúdio fotográfico: Brasil, segunda metade do século XIX*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

KOWARICK, Lúcio; ANT, Clara. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p.49-71.

LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. Trad. Maria Lúcia do Eirado Silva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. (1.ed. 1947).

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea” (Núcleo de Geografia Urbana da UFMG). Belo Horizonte: [s.n.], fev. 2006. Não paginado. Mimeografado. Título original: *La production de l'espace*. (1.ed. 1974).

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991a. (1.ed. 1968).

- LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne*. Paris: L'Arche, 1981. 3v. (1.ed. 1958).
- LEFEBVRE, Henri. *Critique of everyday life*. Trad. John Moore. New York: Verso, 1991b. v.1.
- LEFEBVRE, Henri. *La pensée de Lénine*. Paris: Bordas, 1968a.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4.ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. (1.ed. 1974).
- LEFEBVRE, Henri. *La vie quotidienne dans le monde moderne*. Paris: Galimard, 1968b.
- LEFEBVRE, Henri. *Le droit a la ville*. Paris: Anthropos, 1968c.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Trad. T. C. Netto. São Paulo: Documentos, 1969.
- LIMA, José Luiz de Souza. A memória das favelas. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, v.23, n.59, p.30-35, 2004.
- LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- LISPECTOR, Clarice. Devaneio e embriaguez de uma rapariga. In: LISPECTOR, Clarice. *Laços de família*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1960. p.9-20.
- LOPEZ, Telê Porto Ancona. Riqueza de pobre. In: SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.123-128.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007. p.vii-xxiii.
- MAGGIE, Yvone. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *O lazer na cidade*. São Paulo: [s.n.], 1994. Disponível em: <<http://www.n-a-u.org/Magnanilazer.html>>. Acesso em: 22 set. 2010.
- MAIA, Tom [desenhos]; FREYRE, Gilberto [texto]; MAIA, Tereza Regina de Camargo [legendas]. *Recife e Olinda*. São Paulo: Editora Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978.
- MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil-República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.367-422.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Trad. Carlos Eduardo Silveira Matos, Régis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo; apresentação de Paul Singer. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil-República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.131-214.

MARTINS, José de Souza. *A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: Editora 34, 2008a.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2008b.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo: HUCITEC; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos* [1.ed. 1844] e outros textos reunidos. Comp. José Arthur Giannotti; trad. José Carlos Bruni et al. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?*. São Paulo: Nobel, 1991.

MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: EDUSP, 1989.

MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. *Introdução aos estudos culturais*. Trad. Richard Miskolci. São Paulo: Parábola, 2004.

MEDEIROS, Laudelino T. *Vila de malocas*. Porto Alegre: Diretório Central de Estudantes da UFRGS, 1951.

MEINERZ, Andréia. *Concepção de experiência em Walter Benjamin*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/15305>>. Acesso em: 20 maio 2011.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARZ, Lilia (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.562-574.

MELO, Marcus André B. C. As cidades dos mocambos: Estado, habitação e luta de classes no Recife (1920-1960). *Espaço & Debates*, São Paulo, n.14, p.45-66, 1985.

MEYER, Regina Maria Proserpi; GRONSTAIN, Marta Dora; BIDERMAN, Ciro. *São Paulo: metrópole*. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial de São Paulo, 2004.

MORAES, Vinícius de. *O operário em construção*. [S.l.: s.n.], 1956. Disponível em: <http://www.viniciusdemoraes.com.br/poesia/sec_poesia_view.php?busca=0%20oper%20>. Acesso em: 14 abr. 2011.

MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. (1.ed. 1954).

NAVA, Pedro. Chão de ferro. In: NAVA, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976. v.3.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, José Álvaro *et al.* *Contradições urbanas e movimentos sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, CEDEC, 1978. p.65-77.

OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, Jane Souto de; MERCIER, Maria Hortense. A palavra é: favela. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006. p.61-114.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (Org.). *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização: São Paulo, 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2005.

OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

PAES, José Paulo. Samba, estereótipos e desforra. In: SCHWARZ, Roberto. *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.175-180.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

PEARLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro*. Trad. Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PENNA, Alícia Duarte. *O espaço infiel: quando o giro da economia capitalista impõe-se à cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia: Organização humana do espaço) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PIMENTA, Margareth Afeche. Uma outra pobreza urbana. In: CASTRIOTA, Leonardo (Org.). *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: C/ARTE, 2003. p.66-77.

PLAMBEL – PLANEJAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE. *A estrutura urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte: diagnóstico e prognóstico*. Belo Horizonte: [s.n.], 1986. Mimeografado.

PLAMBEL – PLANEJAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE. *O processo de formação do espaço urbano da Região Metropolitana de Belo Horizonte: 1897-1985*. Belo Horizonte: [s.n.], 1985. Mimeografado.

PONTUAL, Virgínia. *Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950*. Recife: Ed. UFPE, 2001.

PONTUAL, Virgínia; CARNEIRO, Ana Rita Sá (Org.). *História e paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís*. Recife: Bagaço, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2007a.

PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007b.

RAGO, Margareth Luzia. *Do cabaré ao lar: uma utopia da cidade disciplinar: Brasil – 1850-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REALE, Ebe. *Brás, Pinheiros, Jardins: três bairros, três mundos*. São Paulo: Pioneira, EDUSP, 1982.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1968.

RIBEIRO, Júlio. *A carne*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946. (1.ed. 1887).

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Org. Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2007. p.356-389.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP, Studio Nobel, 1997.

ROLNIK, Raquel. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.75-92.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros em São Paulo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 set. 1986. Folhetim, n.503, p.2-4.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. *Forma urbana: cidade real & cidade ideal – contribuição ao estudo urbanístico de Salvador*. Salvador: Quarteto, PPGAU/Faculdade de Arquitetura/UFBA, 1999.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *A cidade como um jogo de cartas*. São Paulo: Projeto; Niterói: EDUFF, 1985.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. *Estruturas de posições de classe no Brasil: mapeamentos, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Ed. UFBA, 1959.
- SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- SANTOS, Milton. *Urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Manguieira e Império: a carnavalização do poder pelas escolas de samba. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006. p.115-144.
- SCARLATO, Francisco Capuano. Busca do centro: o reencontro com a cidade. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). *Geografias de São Paulo: representação e crise na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004. v.1, p.247-270.
- SCHWARZ, Lilia Moritz. Nem preto, nem branco, muito antes pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.173-244.
- SCHWARZ, Roberto. A velha pobre e o retratista. In: SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983a. p.46-50.
- SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983b.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). *Geografias de São Paulo: representações e crise na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004. v.1, p.271-314.
- SESSO JÚNIOR, Geraldo. *Retalhos da velha São Paulo*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, Maltese, 1986.
- SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil-República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.513-620.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SINGER, Paul. Apresentação. In: MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Trad. Carlos Eduardo Silveira Matos, Régis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p.xii-xxxv.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SINHÔ. *A favela vai abaixo*. [S.l.: s.n.], 1927. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/sinho/389472>>. Acesso em: 02 nov. 2010.

SMOLKA, Martim O. *Estruturas intra-urbanas e segregação social no espaço: elementos para uma discussão da cidade na teoria econômica*. Rio de Janeiro: Programa de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional/PUR, 1982. (Relatórios de Pesquisa UFRJ, 4). Mimeografado.

SOARES, Adão; ANTUNES, Sueli Alves (Org.). *Pedreira Prado Lopes: memórias*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2001.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1988.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Trad. Vera Ribeiro; rev. técnica Bertha Becker e Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. (1.ed. 1989).

SOJA, Edward W. *Post-metropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford: Balckwell, 2000.

SONTAG, Susan. *Contra a interpretação*. Trad. Ana Maria Capovilla. São Paulo: LP&M, 1987.

SOUZA, Célia Ferraz de; MULLER, Dóris Maria. *Porto Alegre: análise de sua evolução: relatório de pesquisa para a reavaliação de seu plano diretor – Área 5b: evolução urbana*. Porto Alegre: Departamento de Arquitetura/Faculdade de Arquitetura/UFRGS, 1978. Mimeografado.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SOUZA, Jessé (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

STUCKENBRUCK, Denise Cabral. *O Plano Agache e o ideário reformista dos anos 20*. Rio de Janeiro: FASE-IPPUR/UFRJ, 1996.

SWINGEDOW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e 'urbanização-cyborg'. In: ACSELRAD, Henri. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: CREA, DP&A Editora, 2003. p.83-104.

VALLADARES, Lícia do Prado. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.15, n.44, p.5-34, out. 2000.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VALLADARES, Lícia do Prado; MEDEIROS, Lídia. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro, 1906-2000: uma bibliografia analítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. *Transporte urbano, espaço e equidade*. São Paulo: Annablume, 2001.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformações e permanências – 1549-1999*. Ilhéus: Editus, 2002.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos: a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, Lisboa, v.29, n.127, p.581-597, 1994.

VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *As tradições populares na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Folclore/FUNARTE, 1988.

VIANNA, Luiz Fernando. *Geografia carioca do samba*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: FAPESP, 2001.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição à história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, FUPAM, 1999. p.160-244.

VOGT, Carlos. Trabalho, pobreza e trabalho intelectual (O Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus). In: SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.204-213.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil-República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.49-130.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência urbana no Brasil. In: SCHWARZ, Lilia (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.245-318.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ZYLBERBERG, Sônia. *Morro da Providência: memórias da Favella*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 1992. (Coleção Biblioteca Carioca).